

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

**BLUMENAU – SC
2017**



RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

Relatório de Gestão do exercício de 2016, apresentado aos órgãos de Controle Interno e Externo como Prestação de Contas Anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com o disposto nas Resoluções TCU nº 234/2010 e 244/2011, Instruções Normativas TCU nº 63/2010 e 72/2013, Decisões Normativas TCU nº 154/2016, 156/2016 e Portaria TCU nº 59/2017.

**CONSELHO SUPERIOR
(CONSUPER)**

Conselheiro(a)	Segmento
Sônia Regina de Souza Fernandes	<i>Presidente do Conselho Superior</i>
Alex Fabiano Wehrle	<i>Representante titular dos Docentes</i>
Adolfo Jatobá Medeiros Bezerra	<i>Representante titular dos Docentes</i>
Illyushin Zaak Saraiva	<i>Representante titular dos Docentes</i>
Paulo Francisco do Carmo	<i>Representante suplente dos Docentes</i>
Ida Maria de Oliveira	<i>Representante titular dos TAEs-Técnicos Administrativos</i>
Lauri Caetano Rodio	<i>Representante titular dos TAEs-Técnicos Administrativos</i>
Sidnei Skarbek	<i>Representante titular dos TAEs-Técnicos Administrativos</i>
Anderson Correa Gonçalves	<i>Representante titular dos TAEs-Técnicos Administrativos</i>
Gilberto Cechella	<i>Representante suplente dos TAEs-Técnicos Administrativos</i>
Guilherme Augusto Häser	<i>Representante titular dos Discentes</i>
Rodrigo Helmann	<i>Representante titular dos Discentes</i>
Michel Felipe Mesalira	<i>Representante titular dos Discentes</i>
Luan Cizeski de Lorenzi	<i>Representante titular dos Discentes</i>
Lariane Davila Borges de Oliveira	<i>Representante titular dos Discentes</i>
Naira Matos Cechinel	<i>Representante suplente dos Discentes</i>
Kaluan Machado	<i>Representante titular dos Egressos</i>
Ewaldo Gramkow	<i>Representante titular da Sociedade Civil – Classe Trabalhista</i>
Maria Roseli Ronchi Back	<i>Representante titular da Sociedade Civil – Classe Trabalhista</i>
Giane Carmem Alves Carvalho	<i>Representante titular da Sociedade Civil – Classe Trabalhista</i>
Aldo Kaestner	<i>Representante titular da Sociedade Civil – Classe Patronal</i>
Caio Alexandre Martini Monti	<i>Representante titular do MEC</i>
Márcia Maria dos Santos	<i>Representante suplente do MEC</i>
Jaime Giolo	<i>Representante titular do Setor Público/Empresas Estatais</i>
Paulo Armando Victória de Oliveira	<i>Representante titular do Setor Público/Empresas Estatais</i>
Amir Tauile	<i>Representante titular dos Dirigentes</i>
Rogério Luiz Kerber	<i>Representante titular dos Dirigentes</i>
Eduardo Butzen	<i>Representante titular dos Dirigentes</i>
Fernando José Taques	<i>Representante titular dos Dirigentes</i>
Jonas Cunha Espíndola	<i>Representante titular dos Dirigentes</i>
Rosângela Aguiar Adam	<i>Representante suplente dos Dirigentes</i>
Robert Lenocho	<i>Representante suplente dos Dirigentes</i>

LISTA DE DIRIGENTES

Reitoria

Sônia Regina de Souza Fernandes
Reitora

Gabinete da Reitoria

Jamile Delagnelo Fagundes da Silva
Assessora da Reitora

Pró-reitoria de Administração - PROAD

Delides Lorensetti
Pró-reitora

Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional - PRODIN

Robert Lenocho
Pró-reitor

Pró-reitoria de Ensino – PROEN

Josefa Surek de Souza
Pró-reitora

Pró-reitoria de Extensão – PROEX

Fernando José Garbuio
Pró-reitor

Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação – PROPI

Cladecir Alberto Schenkel
Pró-reitor

Coordenadoria-geral de Comunicação – CECOM

Rafaela Zorzetto
Coordenadora-geral

COOPAD – Coordenação-geral de Procedimentos Administrativos Disciplinares

Rodenei Bello Pedroso
Coordenador-geral

Ouvidoria

Ariane Sartori Hartmann
Ouvidor

Campus Araquari

Jonas Cunha Espíndola
Diretor-geral

Campus de Blumenau

Marilane Maria Wolff Paim
Diretora-geral Pro tempore

Campus de Brusque

Hélio Maciel Gomes
Diretor-geral Pro tempore

Campus de Camboriú

Rogério Luis Kerber
Diretor-geral

Campus de Concórdia

Nelson Geraldo Golynski
Diretor-geral

Campus de Fraiburgo

Fábio José Rodrigues Pinheiro
Diretor-geral

Campus de Ibirama

Fernando José Taques
Diretor-geral Pro tempore

Campus de Luzerna

Eduardo Butzen
Diretor-geral Pro tempore

Campus de Rio do Sul

Ricardo Kosoroski Veiga
Diretor-geral

Campus de Santa Rosa do Sul

Deivi de Oliveira Scarpari
Diretor-geral

Campus de São Bento do Sul

Samuel Henrique Werlich
Diretor-geral Pro tempore

Campus de São Francisco do Sul

Amir Tauille
Diretor-geral Pro tempore

Campus de Videira

Rosângela Aguiar Adam
Diretora-geral

Campus Avançado de Abelardo Luz

Ricardo Scopel Velho
Diretor-geral Pro tempore

Campus Avançado de Sombrio

Elizete Maria Possamai Ribeiro
Diretora-geral Pro tempore

EXPEDIENTE

CONSOLIDAÇÃO

Comissão de Elaboração do Relatório de Gestão

MEMBROS DA COMISSÃO RESPONSÁVEL

Rafael Marcos Fernandes – <i>Presidente da COMERG</i>	Marcel Amaral Daoud (titular) e José Domingos Pereira (suplente) - <i>Campus Camboriú</i>
Cladecir Schenkel (titular) e Eduardo Augusto Werneck Ribeiro (suplente) - <i>PROPI - Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação, Inovação</i>	Iza Luzia Goetten de Oliveira (titular) e Vera Lucia da Silva (suplente) - <i>Campus São Francisco do Sul</i>
Robert Lenocho (titular) e Rodrigo Boeing Althof (suplente) - <i>PRODIN – Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional</i>	Fernando José Garbuio (titular) e Katia Linhaus de Oliveira (suplente) - <i>PROEX – Pró-reitoria de Extensão</i>
Andressa Thaís Schwingel (titular) e João Batista Réus Ávila Duarte (suplente) - <i>Campus Ibirama</i>	Maysa Eichner da Silva - <i>COOPAD – Coordenação-Geral de Procedimentos Administrativos Disciplinares</i>
Fani Lúcia Martendal Eberhardt (titular) e Jamile Delagnelo Fagundes da Silva (suplente) - <i>Gabinete da Reitoria</i>	Murilo Cesar dos Santos - <i>PROAD – Pró-reitoria de Administração</i>
Daiani Pauletti Perazzoli (titular) e Daiani Brandalise Sganzerla (suplente) - <i>Campus Luzerna</i>	Kamila Caetano Almeida (titular) e Sonia Trois (suplente) - <i>CECOM – Coordenadoria-Geral de Comunicação</i>
Marco Antonio Imhof (titular) e Valderi Pereira Valente (suplente) - <i>Campus Rio do Sul</i>	Marcos Antônio Malfatti (titular) e Vander Vigolo (suplente) - <i>DTI – Diretoria de Tecnologia da Informação</i>
Jair Adriano Strapazon – <i>Pesquisador Institucional</i>	
Razieri Berti Kluwe (titular) e Fabio Lamartine Barbosa de Toledo (suplente) - <i>Campus Brusque</i>	Josefa Surek de Souza (titular) e Giovana Von Mecheln Lorenz (suplente) - <i>PROEN – Pró-reitoria de Ensino</i>
Eleutério Jubanski (titular) e Luiz Fernando Hreisemnou do Rosário (suplente) - <i>Campus Araquari</i>	Jucele Grando (titular) e Sorines Brunetto (suplente) - <i>Campus Concórdia</i>
Fabiana Aparecida Mafra Reisch (titular) e Alana Patrícia Ferreira Rocha Fischer (suplente) – <i>DGP – Diretoria de Gestão de Pessoas</i>	Stefano Moraes Demarco (titular) e Cristiane Westphal (suplente) - <i>Campus Blumenau</i>
Gislaine Julianoti Carlesso (titular) e Marion Schmidt (suplente) - <i>Campus Videira</i>	Aline Buss Cardoso (titular) e Ana Paula Cutas (suplente) - <i>Campus São Bento do Sul</i>
Gladenir Goersch Andrades (titular) e Marcelo Queiroz Araujo (suplente) - <i>Campus Santa Rosa do Sul/Sombrio</i>	Douglas Carlesso (titular) e Vera Greppner (suplente) - <i>Campus Fraiburgo</i>
Vilmar Frarão Júnior (titular) e Ariane Sartori Hartmann (suplente) - <i>Ouvidoria</i>	Maurício Duarte Anastácio (titular) e Ida Maria de Oliveira (suplente) - <i>NGA – Núcleo de Gestão Ambiental</i>

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

UPC	UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS
IFC	INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE
OFFS	ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
LOA	LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
UNAI	UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA
SIASS	SUBSISTEMA INTEGRADO DE ATENÇÃO À SAÚDE DO SERVIDOR
RCV	RELAÇÃO DE CANDIDATOS POR VAGA
SIAFI	SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL
SIASG	SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Identificação da UPC – Relatório de Gestão Individual.....	18
Quadro 2: Estrutura Organizacional Básica.....	24
Quadro 3: Unidades Administrativas Básicas: Competências, Titular/Cargos/Período de Atuação. .	26
Quadro 4: Descrição dos Macroprocessos Finalísticos.....	32
Quadro 5: Ação OFSS - 20RG.....	53
Quadro 6: Ação OFSS - 20RL.....	54
Quadro 7: Ação OFSS - 2994.....	55
Quadro 8: Ação não prevista na LOA 2016 - Restos a Pagar OFFS - 20RG.....	56
Quadro 9: Ação não prevista na LOA 2016 - Restos a Pagar OFFS - 20RL.....	57
Quadro 10: Ação não prevista na LOA 2016 - Restos a Pagar OFFS - 2994.....	58
Quadro 11: Ação não prevista na LOA 2016 - Restos a Pagar OFFS - 6380.....	59
Quadro 12: Ação não prevista na LOA 2016 - Restos a Pagar OFFS - 2992.....	59
Quadro 13: Restos a pagar em exercícios anteriores.....	60
Quadro 14: Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios - Campus Luzerna.....	61
Quadro 15: Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios - Reitoria.....	62
Quadro 16: Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ nas modalidades de convênio, contratos de repasse e instrumentos congêneres - Reitoria.....	63
Quadro 17: Visão gerencial da análise das contas prestadas - Reitoria.....	63
Quadro 18: Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios - Campus Santa Rosa do Sul.....	64
Quadro 19: Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ nas modalidades de convênio, contratos de repasse e instrumentos congêneres - Campus Santa Rosa do Sul.....	65
Quadro 20: Totalizador de receitas do órgão.....	69
Quadro 21: Despesas por modalidade de contratação.....	70
Quadro 22: Despesas por grupo e elemento de despesa.....	71
Quadro 23: Concessão de suprimento de fundos - Campus Brusque.....	73
Quadro 24: Utilização do cartão de suprimento de fundos - Campus Brusque.....	73
Quadro 25: Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência - Campus Brusque.....	73
Quadro 26: Concessão de suprimentos de fundos - Campus Camboriú.....	74
Quadro 27: Utilização de suprimento de fundos - Campus Camboriú.....	75
Quadro 28: Classificação dos gastos com suprimento de fundos - Campus Camboriú.....	75
Quadro 29: Concessão de suprimento de fundos - Campus Luzerna.....	76
Quadro 30: Utilização de suprimento de fundos - Campus Luzerna.....	76
Quadro 31: Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência - Campus Luzerna.....	77
Quadro 32: Concessão de suprimento de fundos - Reitoria.....	78
Quadro 33: Utilização de suprimento de fundos - Reitoria.....	78
Quadro 34: Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência - Reitoria	78
Quadro 35: Concessão de suprimento de fundos - Campus Rio do Sul.....	79
Quadro 36: Utilização de suprimento de fundos - Campus Rio do Sul.....	80
Quadro 37: Classificação dos gastos com suprimento de fundos - Campus Rio do Sul.....	80
Quadro 38: Concessão de suprimento de fundos - Campus Videira.....	82
Quadro 39: Utilização de suprimento de fundos - Campus Videira.....	82
Quadro 40: Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência - Campus	

Videira.....	83
Quadro 41: Resultados dos Indicadores – Acórdão TCU n.º 2.267/2005.....	85
Quadro 42: Informações acadêmicas.....	92
Quadro 43: Carga horária e titulação do corpo docente.....	92
Quadro 44: Consolidação financeira da instituição.....	93
Quadro 45: Relação candidato/vaga.....	93
Quadro 46: Relação de ingressos/matrícula atendida (RIM).....	94
Quadro 47: Relação de concluintes por matrícula atendida (RCM).....	95
Quadro 48: Relação de concluintes/alunos atendidos.....	96
Quadro 49: Comparativo para o índice de eficiência acadêmica com anos anteriores.....	96
Quadro 50: Percentual de eficiência acadêmica por Campi.....	97
Quadro 51: Comparativo para o índice de retenção do fluxo escolar com anos anteriores.....	97
Quadro 52: Índice de retenção do fluxo escolar.....	98
Quadro 53: Relação de Alunos por Docentes em Tempo Integral (RAD).....	98
Quadro 54: Titulação do Corpo Docente (TCD).....	99
Quadro 55: Comparativo dos Gastos Correntes por aluno.....	99
Quadro 56: Comparativo de percentual de Gastos com Pessoal.....	99
Quadro 57: Comparativo de percentual de Gastos com Outros Custeios.....	100
Quadro 58: Comparativo de percentual de gastos com investimentos.....	101
Quadro 59: Matriculados Classificados de Acordo com a Renda Familiar per Capita (MRF).....	101
Quadro 60: Órgãos de governança e suas principais competências.....	103
Quadro 61: Ordens de Serviço emitidas pela UNAI no exercício.....	108
Quadro 62: Trabalhos de auditoria interna realizados sem previsão no Paint.....	109
Quadro 63: Trabalhos de auditoria previstos no Paint e não realizados/concluídos.....	110
Quadro 64: Documentos e valores analisados.....	111
Quadro 65: Resumo consolidado de atividades do Paint 2016.....	112
Quadro 66: Atividades de auditoria.....	112
Quadro 67: Atividades administrativas.....	112
Quadro 68: Atividades de acompanhamento.....	113
Quadro 69: Ações de fortalecimento da UNAI.....	113
Quadro 70: Ações de capacitação da UNAI.....	113
Quadro 71: Reserva técnica.....	114
Quadro 72: Índices de atendimento das recomendações referentes à OS 008/2016 (Plano de Providências Permanente).....	114
Quadro 73: Atividades de correição e de apuração de ilícitos administrativos.....	119
Quadro 74: Força de trabalho da UPC.....	126
Quadro 75: Distribuição da lotação efetiva.....	126
Quadro 76: Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC.....	126
Quadro 77: Despesas de pessoal.....	130
Quadro 78: Contratos de prestação de serviço não abrangidos pelo plano de cargos da unidade - Campus Araquari.....	132
Quadro 79: Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade - Campus Blumenau.....	134
Quadro 80: Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade - Campus Brusque.....	135
Quadro 81: Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade - Campus Camboriú.....	136
Quadro 82: Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade - Campus Concórdia.....	137
Quadro 83: Contratação de estagiários - Campus Concórdia.....	139

Quadro 84: Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade - Campus Fraiburgo.....	140
Quadro 85: Contratação de estagiários - Campus Fraiburgo.....	141
Quadro 86: Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade - Campus Ibirama.....	142
Quadro 87: Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade - Campus Luzerna.....	143
Quadro 88: Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade - Campus Rio do Sul.....	143
Quadro 89: Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade - Reitoria.....	147
Quadro 90: Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade - Campus Santa Rosa do Sul / Sombrio.....	148
Quadro 91: Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade - Campus São Bento do Sul.....	149
Quadro 92: Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade - Campus São Francisco do Sul.....	150
Quadro 93: Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade - Campus Videira.....	151
Quadro 94: Frota de veículos próprios - Campus Araquari.....	162
Quadro 95: Frota de veículos próprios - Campus Blumenau.....	165
Quadro 96: Frota de veículos próprios - Campus Brusque.....	167
Quadro 97: Frota de veículos próprios - Campus Camboriú.....	170
Quadro 98: Frota de veículos próprios - Campus Concórdia.....	172
Quadro 99: Frota de veículos próprios - Campus Fraiburgo.....	174
Quadro 100: Frota de veículos próprios - Campus Ibirama.....	176
Quadro 101: Frota de veículos próprios - Campus Luzerna.....	178
Quadro 102: Frota de veículos próprios - Reitoria.....	180
Quadro 103: Frota de veículos próprios - Campus Rio do Sul.....	182
Quadro 104: Frota de veículos próprios - Campus Santa Rosa do Sul / Sombrio.....	184
Quadro 105: Frota de veículos próprios - Campus São Bento do Sul.....	186
Quadro 106: Frota de veículos próprios - Campus São Francisco do Sul.....	188
Quadro 107: Frota de veículos próprios - Campus Videira.....	191
Quadro 108: Cessão de espaço físico - Campus Araquari.....	197
Quadro 109: Cessão de espaço físico - Campus Camboriú.....	198
Quadro 110: Cessão de espaço físico - Campus Concórdia.....	198
Quadro 111: Cessão de espaço físico - Campus Ibirama.....	199
Quadro 112: Cessão de espaço físico - Campus Rio do Sul.....	199
Quadro 113: Cessão de espaço físico - Campus Santa Rosa do Sul / Sombrio.....	200
Quadro 114: Cessão de espaço físico - Campus São Francisco do Sul.....	201
Quadro 115: Cessão de espaço físico - Campus Videira.....	202
Quadro 116: Imóveis locados de terceiros - Campus Brusque.....	203
Quadro 117: Imóveis locados de terceiros - Reitoria.....	204
Quadro 118: Aspectos sobre a gestão ambiental e licitações sustentáveis - Campus Luzerna.....	221
Quadro 119: Aspectos sobre a gestão ambiental e licitações sustentáveis - Reitoria.....	222
Quadro 120: Aspectos sobre a gestão ambiental e licitações sustentáveis - Campus São Francisco do Sul.....	226
Quadro 121: Dados gerenciais relativos aos canais de acesso ao cidadão.....	234
Quadro 122: Grau de satisfação dos cidadãos-usuários.....	236
Quadro 123: Recursos administrativos interpostos.....	236

Quadro 124: Dados de acessibilidade arquitetônica.....	238
Quadro 125: Fatores de Reavaliação e Grupos de Bens Móveis.....	245
Quadro 126: Demonstração do Cálculo do Valor Reavaliado e da Vida Útil Remanescente.....	246
Quadro 127: Vida Útil e Valor Residual por Conta Contábil.....	247
Quadro 128: Demonstração da Apuração do Preço Médio dos Itens do Acervo Bibliográfico e Audiovisual.....	251
Quadro 129: Demonstração do Impacto da Reavaliação e da Depreciação no Campus Blumenau	254
Quadro 130: Demonstração do Impacto da Reavaliação e Depreciação dos Bens Móveis do Campus Concórdia.....	256
Quadro 131: Demonstrativa do Impacto da Reavaliação e Depreciação dos Bens Móveis do Campus Fraiburgo.....	257
Quadro 132: Quadro do Impacto da Reavaliação Sobre a Vida Útil dos Bens Móveis do Campus Ibirama.....	259
Quadro 133: Quadro Demonstrativo do Impacto da Reavaliação e Depreciação dos Bens Móveis do Campus Luzerna.....	261
Quadro 134: Quadro Demonstrativo do Impacto da Depreciação Acumulado dos Bens Móveis de Luzerna.....	262
Quadro 135: Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento.....	265
Quadro 136: Visão Geral de Recomendações do OCI.....	269
Quadro 137: Apuração de responsabilidade por dano ao erário.....	280
Quadro 138: Resumo das despesas de ações de publicidade por unidade institucional.....	282
Quadro 139: Demonstrativo de atendimento ao Decreto 5.626/2005.....	284

Índice de figuras

Figura 1: Localização da Reitoria e dos campi.....	22
--	----

LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES

Anexo 01 – Relatório Anual das Coordenações de Extensão dos *Campi*

Anexo 02 – Recursos Aplicados em Pesquisa, Inovação e Extensão, Editais conjuntos PROPI/PRO-EX – 2016

Anexo 03 – Recurso dos *Campi* Aplicados em Pesquisa e Inovação - 2016

Anexo 04 – Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei nº 4.320/64 e Notas Explicativas

Sumário

1 – APRESENTAÇÃO.....	15
1.1 - ESTRUTURAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO.....	15
1.2 - PRINCIPAIS REALIZAÇÕES DA GESTÃO EM 2016.....	15
1.3 - PRINCIPAIS DIFICULDADES ENCONTRADAS PELA GESTÃO EM 2016.....	16
2 – VISÃO GERAL DA UNIDADE.....	18
2.1 - FINALIDADES E COMPETÊNCIAS.....	19
2.2 - NORMAS E REGULAMENTO DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE.....	21
2.3 - AMBIENTE DE ATUAÇÃO.....	21
2.3.1 - Contexto de atuação e dados sobre o espaço potencial de atuação.....	21
2.3.2 - Principais atores do mesmo contexto.....	22
2.3.4 – Relacionamento do IFC com a comunidade.....	23
2.3.5 – Ameaças e oportunidades quanto à atuação da UPC.....	23
2.4 – Organograma.....	24
2.5 - Macroprocessos Finalísticos.....	31
3 – PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS.....	41
3.1 – PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL.....	41
3.1.1 – Descrição sintética dos objetivos do exercício e Estágio de implementação do planejamento estratégico.....	41
3.1.2 - Estágio de implementação do planejamento estratégico.....	45
3.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos.....	51
3.2 - FORMAS E INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO E RESULTADOS DOS PLANOS.....	51
3.3 – DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO.....	52
3.3.1 – Objetivos estabelecidos no PPA responsabilidade da Unidade e Resultados Alcançados.....	52
3.3.2 – Execução física e financeira das ações da LOA de responsabilidade da unidade.....	53
3.3.3 – Fatores Intervenientes no Desempenho Orçamentário.....	60
3.3.4 - Obrigações Assumidas sem Respectivo Crédito Autorizado no Orçamento.....	60
3.3.5 – Restos a Pagar em Exercícios Anteriores.....	60
3.3.6 – Execução Descentralizada com Transferência de Recursos.....	61
3.3.6.1 - Estrutura de pessoal para análise das prestações de contas.....	65
3.3.7– Informações sobre Realização das Receitas.....	65
3.3.8 – Execução de Despesas.....	70
3.3.9 – Suprimento de Fundos, Contas Bancárias Tipo B e Cartões de Pagamento do Governo Federal.....	73
3.4 – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS INDICADORES DE DESEMPENHO.....	84
3.4.1 - INDICADORES DE GESTÃO DAS IFET NOS TERMOS DO ACÓRDÃO TCU N° 2.267/2005.....	84
3.4.1.1 – Terminologia utilizada pela SETEC para a composição dos indicadores.....	87
3.4.1.2 – Metodologia empregada para o cálculo dos indicadores.....	89
3.4.1.3 - Análise dos Resultados dos Indicadores de Gestão das IFET.....	93
3.5 – INFORMAÇÕES SOBRE PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS.....	102
4 – GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS.....	103
4.1 – Descrição das estruturas de governança.....	103
4.2 - Atuação da Unidade de Auditoria Interna.....	104
4.2.1 - Detalhamento das normas que regulam a atuação da auditoria interna.....	105

4.2.2 – Estratégia de atuação em relação à unidade central e às unidades ou subunidades descentralizadas.....	106
4.2.3 – Informações quantitativas e qualitativas (área de negócio, unidade regional, objeto, etc.) das auditorias e/ou fiscalizações realizadas no exercício de referência do relatório de gestão.....	106
4.2.4 – Demonstração da execução do plano anual de auditoria.....	107
4.2.5 - Recomendações emitidas e implementadas no exercício, bem como as vincendas e as não implementadas na data de elaboração do Raint (ART. 15, VII DA IN/SFC/CGU N° 024/2015).....	114
4.2.6 Eventuais redesenhos feitos recentemente na estrutura organizacional da unidade de auditoria, inclusive reposicionamento na estrutura da unidade jurisdicionada, demonstrando os ganhos operacionais deles decorrentes.....	119
4.3 - Atividades de correição e de apuração de ilícitos administrativos.....	119
4.4 – Gestão de riscos e controles internos.....	123
5 – ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO.....	125
5.1 – GESTÃO DE PESSOAS.....	125
5.1.1 Estrutura de pessoal da unidade.....	126
5.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal.....	130
5.1.3 – Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários.....	131
5.1.4 Contratação de pessoal de apoio e estagiários.....	131
5.1.5 – Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais.....	152
5.2 – GESTÃO DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA.....	152
5.2.1 - Gestão da frota de veículos.....	161
5.2.2 - Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso.....	194
5.2.3 – Gestão do patrimônio imobiliário da União.....	196
5.2.4 - Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos públicos e órgãos e entidades públicas ou privadas.....	197
5.2.5 - Imóveis locados de terceiros.....	203
5.2.6 - Informações sobre as principais obras e serviços de engenharia relacionados à atividade-fim.....	204
5.3 – GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	207
5.3.1 – Principais sistemas de informações.....	209
5.4 – GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE.....	211
5.4.1 – Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras.....	211
6 – RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	233
6.1 – CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO.....	233
6.1.2 Dados gerenciais.....	234
6.1.3 Dados anteriores.....	235
6.1.4 Possíveis Alterações dos procedimentos adotados pela unidade, decorrentes das informações disponibilizadas nos canais de acesso.....	235
6.2 – CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO.....	235
6.3 – AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS.....	235
6.4 – MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE.....	237
6.5 – MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES.....	237
6.5.1 – Ações e Condições de Acessibilidade.....	237
6.5.2 – Acessibilidade Arquitetônica.....	238

6.5.3 – Relatório de atividades desenvolvidas pelos NAPNEs dos campi.....	239
7 – DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	243
7.1 - Desempenho financeiro do exercício.....	243
7.2 - Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos.....	243
7.3 - Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade.....	264
7.4 - Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas.....	264
8 – CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE.....	265
8.1 – Tratamento de Determinação e Recomendações do TCU.....	265
8.1.1 - Visão geral de determinações e recomendações do TCU em acórdãos do exercício de referência.....	265
8.1.2 - Sobre a estrutura administrativa de tratamento das recomendações e determinações do TCU.....	265
8.1.3 - Sobre as determinações decorrentes do julgamento de contas anuais de exercícios anteriores pendentes de atendimento.....	265
8.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno.....	268
8.3 - Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário.....	279
8.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993.....	281
8.5 - INFORMAÇÕES SOBRE A REVISÃO DOS CONTRATOS VIGENTES FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO.....	281
8.6 – Informações sobre as ações de publicidade.....	281
8.7 – DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NO ART. 3º DO DECRETO 5.626/2005.....	284

1 – APRESENTAÇÃO

Com a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, foi criada a Rede de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFETs.

Os Institutos Federais, órgãos da administração pública indireta, possuem natureza jurídica de autarquia e autonomia administrativa, financeira, orçamentária, patrimonial, disciplinar e didático-pedagógica.

O IFC é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e *multicampi*, formada pela Reitoria, 13 *campi* e 2 *campi* Avançados, quais sejam: *Campus* Araquari, *Campus* Blumenau, *Campus* Brusque, *Campus* Camboriú, *Campus* Concórdia, *Campus* Avançado Abelardo Luz, *Campus* Fraiburgo, *Campus* Ibirama, *Campus* Luzerna, *Campus* Rio do Sul, *Campus* São Bento do Sul, *Campus* Santa Rosa do Sul, *Campus* Avançado Sombrio, *Campus* São Francisco do Sul e *Campus* Videira.

A administração geral do IFC é exercida pela Reitoria, órgão executivo amparado pelas deliberações do Consuper e assessorado pelo Colégio de Dirigentes (Codir). Cabe-lhe a administração, a coordenação, o planejamento e a supervisão de todas as atividades da autarquia, observadas as diretrizes traçadas pelo planejamento estratégico e pelo Conselho Superior da instituição, e, ainda, as hipóteses de delegação de competência.

1.1 - ESTRUTURAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO

Este relatório tem por objetivo a prestação de contas aos órgãos de controle, externo e interno, e à sociedade, por meio da declaração de conteúdos sobre a gestão do IFC ao longo do exercício de 2016, apresentando os seguintes conteúdos: Visão Geral; Planejamento Organizacional e Resultados; Governança; Gestão de Riscos e Controles Internos; Áreas Especiais da Gestão; Relacionamento com a Sociedade; Desempenho Financeiro e Informações Contábeis; Conformidade da Gestão e Demandas dos Órgãos de Controle; além de anexos e apêndices.

Para desenvolver este relatório de gestão do exercício de 2016, foi constituída comissão, composta por um representante titular e um suplente de cada unidade administrativa básica – *campi* e pró-reitorias –, indicados pelos dirigentes máximos das unidades.

A Comissão coletou os conteúdos deste relatório, em todas as unidades administrativas, por meio de seus representantes, com vistas a apresentar uma visão holística que represente a gestão do IFC.

Algumas informações apresentadas no Relatório de Gestão, podem conter informações de “não se aplicam”, sendo apresentadas as devidas justificativas. Também foram relacionados alguns anexos na parte final do sumário.

1.2 - PRINCIPAIS REALIZAÇÕES DA GESTÃO EM 2016

A cada nova gestão, principalmente no primeiro ano de mandato, é sabido que diversos desafios são traçados, e novas expectativas são esperadas pela comunidade, gerando uma responsabilidade ainda maior para Gestão.

Almejando atender e superar os anseios da comunidade IFC, essa gestão não mediu esforços, conforme demonstra-se na apresentação de algumas realizações do ano de 2016.

- a continuidade do Planejamento Estratégico¹;
- a elaboração da Regulamentação da Política de Gestão de Risco;
- a consolidação do Sistema Integrado de Gestão;

1 O Acompanhamento, monitoramento e avaliação dos Objetivos Estratégicos são publicizados no site do IFC.

- a reorganização da Política de utilização do Orçamento, articulado à definição de prioridades de investimentos em infraestrutura;
- a definição de critérios para distribuição de vagas para docentes e técnico-administrativos;
- a reorganização do organograma institucional;
- a ampliação da transparência de ações institucionais;
- a intensificação da relação/articulação Reitoria-campi;
- a implantação do SIASS (Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor) em parceria com a UFSC, IFSC, INSS, entre outros;
- a efetiva indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão com lançamento de editais conjuntos e realização de Eventos;
- a criação da Editora Universitária do IFC;
- o desenvolvimento de ações de internacionalização do IFC;
- a ampliação de Projetos de extensão, pesquisa e inovação;
- a constituição do o regimento interno do CONSEPE aprovado pelo CONSUPER;
- a oferta de capacitações aos Servidores;
- a execução de compras conjuntas;
- a criação da Corregedoria e da Coordenação de ingressos;
- a criação da Coordenação de Egressos, e o desenvolvimento da política de acompanhamento dos egressos;
- a transformação da revista de extensão em meio digital;
- a implantação do Mestrado Profissional em Produção e Sanidade Animal;
- a reformulação dos cursos de Licenciatura a luz da Resolução nº2 de 01 de Julho 2015;
- a análise e orientação de Projetos Pedagógicos para a criação de novos cursos;
- o acompanhamento dos processos de reconhecimento de cursos do IFC;
- a reavaliação institucional de bens móveis, para cumprimento do prazo de depreciação estabelecido na Portaria STN nº 548, de 24 de setembro de 2015;
- o atendimento pelo Programa de Assistência Estudantil, por meio dos editais nº32 e 114, a aproximadamente 2850 estudantes em vulnerabilidade social;
- o incentivo a participação dos alunos em eventos e visitas técnicas regionais, nacionais e internacionais;
- a organização da primeira edição dos Jogos Internos do IFC e a participação nos jogos da Rede Federal;
- a organização do 34º SEURS – Seminário de Extensão Universitária da Região Sul e do III Workshop da Rede de Pesquisa Ibero-Americana sobre Educação Profissional e Evasão Escolar;
- a realização de inventários de patrimônio móvel e imóvel, e almoxarifado;
- a institucionalização de diversos programas (monitorias, etc)
- a reformulação e criação de Regulamentos e a elaboração de manuais para padronização de fluxos de processos;
- a criação do regimento interno, entre outras.

1.3 - PRINCIPAIS DIFICULDADES ENCONTRADAS PELA GESTÃO EM 2016

Em função da realidade político-econômica nacional e da descontinuidade de algumas políticas públicas, diversas ações planejadas para 2016 foram prejudicadas.

Somados aos cortes orçamentários, em linhas gerais, há restrições da infraestrutura física e de pessoal do IFC, que impactaram significativamente para a qualidade educacional, como podem ser visualizados em diferentes contextos, dentre eles:

- a necessidade de ampliação/construção de salas de aula, ginásio de esportes, refeitórios, adequação dos prédios para promover a acessibilidade, dentre outros;
- a aquisição de equipamentos para laboratórios, livros para bibliotecas;
- a falta de recursos humanos e orçamento para instituir a Educação a Distância, Certific, PRONATEC, entre outros;

Outro ponto a se destacar nas dificuldades encontradas pela Gestão foi a implantação do Sistema de Gestão, oriundo da UFRN (Universidade Federal do Rio Grande do Norte), no qual alguns entraves/limites foram identificados, por sermos uma Instituição de Ensino (IFC) que oferta do ensino médio à Pós-graduação.

Cabe citar ainda que, considerando a especificidade do IFC, a gestão se torna mais complexa, por possuímos uma estrutura multicampi.

Vale destacar que esta Gestão valoriza a proatividade de sua equipe, e incentiva a busca por possíveis soluções as dificuldades supracitadas. Um exemplo prático desta postura é a participação em Editais de fomento externo ao Ensino, Pesquisa e Extensão.

2 – VISÃO GERAL DA UNIDADE

Apresentamos a seguir quadro de Identificação da UPC; as Finalidades e Competências; as Normas e Regulamentos de criação, alteração e funcionamento da unidade; o Ambiente de atuação; o Organograma; e os Macroprocessos finalísticos.

Para contextualizar a visão geral, informa-se que o Instituto Federal Catarinense (IFC) possui atualmente 15 campi, distribuídos nas cidades de Abelardo Luz, Araquari, Blumenau, Brusque, Camboriú, Concórdia, Fraiburgo, Ibirama, Luzerna, Rio do Sul, Santa Rosa do Sul, São Bento do Sul, São Francisco do Sul, Sombrio e Videira, além de uma Unidade Urbana em Rio do Sul e da Reitoria instalada na cidade de Blumenau.

Ofertamos educação em todos os níveis, desde a formação inicial e continuada até a pós-graduação. Preferencialmente, buscamos o atendimento das demandas regionais de localização dos campi, pois, com isso, esperamos a interferência positiva na transformação da realidade social e econômica, de forma a contribuir para o desenvolvimento dos arranjos produtivos locais e regionais.

A maioria dos campi possui infraestrutura de alojamento e refeitório para estudantes dos cursos técnicos na área de agropecuária, principalmente para os menos favorecidos, cuja oferta se constitui oportunidade única para o seu desenvolvimento e educação.

Para auxiliar na missão do IFC “Proporcionar educação profissional atuando em ensino, pesquisa e extensão comprometidos com a formação cidadã, a inclusão social e o desenvolvimento regional”, contamos com uma equipe qualificada e comprometida, que não mede esforços para atender as expectativas da comunidade que está inserida

O IFC concentra esforços na oferta de cursos visando os Eixos de Verticalização de cada Campus, a fim de constituir identidade institucional local alinhado aos arranjos produtivos, sociais e culturais locais. Neste sentido, ao longo do ano de 2016 muitos cursos novos foram criados estabelecendo uma linha verticalizada de áreas afins, otimizando a estrutura física e força de trabalho, ampliando-se, inclusive, o planejamento e oferta de cursos de pós-graduação lato sensu e stricto sensu, como culminância da indissociabilidade do ensino pesquisa e extensão.

Destacam-se também as parcerias firmadas com Universidades, Institutos e Empresas da região para desenvolvimento de pesquisas, pós-graduação, inovação e ações de extensão, convênios com incubadoras para incentivar o empreendedorismo, capacitação aos servidores, incentivo ao desenvolvimento do ensino, pesquisa, inovação e extensão voltados aos arranjos produtivos sociais e culturais locais.

Quadro 1: Identificação da UPC – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério da Educação		Código SIORG: 244
Identificação da Unidade Prestadora de Contas		
Denominação Completa: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense		
Denominação Abreviada: IFC		
Código SIORG: 100919	Código LOA: 26422	Código SIAFI: 158125
Natureza Jurídica: Autarquia Federal		CNPJ: 10.635.424/0001-86
Principal Atividade: Educação Profissional de Nível Técnico e Tecnológico		Código CNAE: 8542-2/00
Telefones/Fax de contato:	(047) 3331-7800	
Endereço Eletrônico: ifc@ifc.edu.br		
Página na Internet: www.ifc.edu.br		
Endereço Postal: Rua das Missões, 100 CEP 89.051-000 Blumenau/Santa Catarina		
Normas Relacionadas à Unidade Prestadora de Contas		
Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008, Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.		
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Prestadora de Contas		

Resolução n.º 014/2015 de 02/06/2015, publicada no DOU de 30/07/2015: dispõe sobre a aprovação da revisão do Estatuto;	
Resolução n.º 015/2015 de 02/06/2015: dispõe sobre a aprovação da revisão do Regimento Geral;	
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Prestadora de Contas	
Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI/2014/2018 – Resolução 046/2015 de 05/08/2015	
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Prestadora de Contas	
Código SIAFI	Nome
158125	Instituto Federal Catarinense – Reitoria
158459	Instituto Federal Catarinense – <i>Campus</i> Araquari
152254	Instituto Federal Catarinense – <i>Campus</i> Blumenau
154706	Instituto Federal Catarinense – <i>Campus</i> Brusque
158460	Instituto Federal Catarinense – <i>Campus</i> Camboriú
158461	Instituto Federal Catarinense – <i>Campus</i> Concórdia
152662	Instituto Federal Catarinense – <i>Campus</i> Fraiburgo
152253	Instituto Federal Catarinense – <i>Campus</i> Ibirama
152663	Instituto Federal Catarinense – <i>Campus</i> Luzerna
158458	Instituto Federal Catarinense – <i>Campus</i> Rio do Sul
152290	Instituto Federal Catarinense – <i>Campus</i> São Francisco do Sul
158462	Instituto Federal Catarinense – <i>Campus</i> Santa Rosa do Sul
158379	Instituto Federal Catarinense – <i>Campus</i> Videira
158631	Instituto Federal Catarinense – <i>Campus</i> São Bento do Sul
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
26422	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
158125	26422
158459	26422
152254	26422
154706	26422
158460	26422
158461	26422
152662	26422
152253	26422
152663	26422
158458	26422
152290	26422
158462	26422
158379	26422
158631	26422
Unidades Orçamentárias Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
26422	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense

2.1 - FINALIDADES E COMPETÊNCIAS

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu a base de princípios, objetivos, direitos e deveres que nortearam as finalidades e competências dos Institutos Federais de Educação criados a partir da Lei Infraconstitucional n.º 11.891, de 2008.

No art. 205, a CF 1988 estabelece que a educação é direito de todos e dever do Estado, que, em colaboração com a sociedade, deve promovê-la por meio do ensino público e gratuito em nível fundamental e extensiva progressão, também da obrigatoriedade, para o ensino médio (art. 208, II) em estabelecimentos oficiais (art. 206, IV), visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A CF 1988 prevê ainda a atenção especial à Educação Científica e Tecnológica. A autonomia tecnológica e o desenvolvimento socioeconômico e cultural devem ser viabilizados mediante o incentivo ao mercado interno, o qual integra o patrimônio nacional (art. 219).

Para atender o exposto, em 2008 foram criados, pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, os Institutos Federais. O IFC é uma instituição de ensino superior, básico e profissional, pluricurricular e *multicampi*, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas. Possui natureza jurídica de autarquia, com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

De acordo com o artigo 6º da referida lei, as finalidades do IFC são:

- Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia e com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- Promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e do fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
- Constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
- Qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- Desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- Realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
- Promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

As finalidades do IFC estão definidas, ainda, no Estatuto da instituição, em consonância às finalidades e características do supracitado art. 6º da Lei 11.892, de 2008. Os objetivos, também definidos no Estatuto, correspondem aos objetivos dos IFETs, expostos no art. 5º da referida lei:

- Ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;
- Ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
- Realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
- Desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

- Estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda, e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional e;
- Ministras, em nível de educação superior:
 - Cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;
 - Cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;
 - Cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;
 - Cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento e;
 - Cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas ao processo de geração e inovação tecnológica.

2.2 - NORMAS E REGULAMENTO DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE

A Rede de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFETs –, criada pela Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, constitui-se como materialidade das políticas públicas do Governo Federal para o desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis.

O Estatuto do IFC, aprovado em 2009 e revisado pela Resolução 14/2015, de 02/06/2015, e o Regimento Geral do IFC, aprovado em 2010 e revisado pela Resolução 015/2015, de 02/06/2015, são os instrumentos normativos que regem as atividades da instituição.

Os documentos supracitados estão publicizados no *site* institucional.

2.3 - AMBIENTE DE ATUAÇÃO

2.3.1 - Contexto de atuação e dados sobre o espaço potencial de atuação

O IFC teve sua estrutura inicial composta pelo agrupamento das Escolas Agrotécnicas Federais localizadas nos municípios de Concórdia, Rio do Sul e Sombrio, e das Escolas vinculadas à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), localizadas nos municípios de Camboriú e Araquari, complementada, em seguida, pelo *Campus* localizado no município de Videira. Com o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, outros *campi* foram sendo implantados, sendo que, ao final do ano de 2014, a instituição era composta de 15 *campi* distribuídos nas cidades de Abelardo Luz (02), Araquari (03), Blumenau (04), Brusque (05), Camboriú (06), Concórdia (07), Fraiburgo (08), Ibirama (09), Luzerna (10), Rio do Sul (11), Santa Rosa do Sul (12), São Bento do Sul (13), São Francisco do Sul (14), Sombrio (15) e Videira (16), uma Unidade Urbana em Rio do Sul, além da Reitoria (01) instalada na cidade de Blumenau, polo econômico do Vale do Itajaí, conforme mapa a seguir.



Figura 1: Localização da Reitoria e dos campi

O IFC oferta cursos de formação inicial e continuada, educação profissional técnica de nível médio, educação superior de graduação e pós-graduação. Nesse sentido, a ação acadêmica da instituição caracteriza-se pelos conceitos de verticalização do ensino e horizontalidade.

2.3.2 - Principais atores do mesmo contexto

Conforme previsto em lei, o IFC deve garantir o mínimo de 50% de suas vagas para educação profissional técnica de nível médio, e o mínimo de 20% das vagas para a educação superior em cursos de licenciatura.

No ano de 2016, na Educação Profissional Técnica de Nível Médio, foram ofertados 59 cursos na forma integrada, concomitante e subsequente ao ensino médio. Ofertaram-se 6 cursos do Programa de Educação de Jovens e Adultos Integrados à Educação Profissional. O nível superior conta com 36 cursos de graduação, divididos entre licenciaturas, bacharelados e tecnólogos, além de 12 cursos de pós-graduação, sendo 01 Mestrado Profissional em Produção e Sanidade Animal. Destaca-se a oferta de diversos cursos de Formação Inicial e Continuada, CERTIFIC e cursos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.

De acordo com o Censo Interno de janeiro de 2017, o IFC possuía, em dezembro de 2016, o número de 10.362 alunos regularmente matriculados e um total de 1.684 servidores entre docentes efetivos e técnicos administrativos.

Os campi estão distribuídos geograficamente de modo a abranger 9 microrregiões e 135 municípios, que totalizam aproximadamente 3 milhões de habitantes (IBGE, 2010), permitindo uma atuação em todo o território catarinense.

Vale destacar que há outras instituições públicas e privadas que atuam com ofertas similares às do IFC. De modo geral, as seguintes instituições estão presentes em muitos dos municípios onde o IFC está instalado ou em municípios vizinhos: SENAI, SENAC, UNOPAR, FURB, CEDUP, SOCIESC, UFSC, UNIASSELVI, UDESC, entre outras.

A economia industrial de Santa Catarina é caracterizada pela concentração em diversos polos, o que confere ao estado padrões de desenvolvimento equilibrado entre suas regiões: há produção de cerâmica, carvão, vestuário e descartáveis plásticos no Sul; alimentação e móveis no Oeste;

têxtil, vestuário, naval e cristal no Vale do Itajaí; metalurgia, máquinas e equipamentos, material elétrico, autopeças, plástico, confecções e mobiliário no Norte; madeirana região Serrana e aparatos tecnológicos na capital. Embora haja essa concentração por região, muitos municípios estão desenvolvendo e fortificando vocações ao mesmo tempo em que diversificam os segmentos de atividade.

O diferencial do IFC é estar, historicamente, mais próximo de demandas do interior, demandas sociais e do campo. Isso foi criando uma identidade agroindustrial e não urbana industrial. Atualmente o IFC tem ações com indígenas, com quilombolas, agricultura familiar, entre outros.

Uma peculiaridade do IFC é o sistema escola-fazenda, instalado em alguns *campi*, que é um modelo de funcionamento adotado nas antigas Escolas Agrotécnicas Federais para formação do Técnico em Agropecuária, caracterizado por uma área de terra destinada ao desenvolvimento de projetos agropecuários (UEP), uma Cooperativa Escola, salas de aula e a moradia estudantil, que fornece habitação aos alunos de alguns cursos. Sua oferta de formação está em sintonia com a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos locais, estimulando a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo e o cooperativismo, e apoiando processos educativos que conduzem à geração de trabalho e renda, especialmente a partir de processos de autogestão.

A seguir, são destacadas ações de relacionamento do IFC com a comunidade.

2.3.4 – Relacionamento do IFC com a comunidade

A relação do IFC com a comunidade é garantida já na sua organização administrativa através dos Órgão Consultivos e deliberativos, além das ações destacadas abaixo, desenvolvidas principalmente nos Campi do IFC:

a) Realização de Conselhos de Classe com a participação de alunos, docentes e membros da equipe pedagógica do Campus, onde são coletadas as impressões, dúvidas e questionamentos dos alunos e servidores visando a avaliação e aprimoramento do processo pedagógico.

b) Realização de reuniões envolvendo professores, equipe pedagógica e os pais/ responsáveis pelos alunos, no intuito de integrá-los da rotina do Campus, das questões didático-pedagógicas e do cotidiano escolar dos filhos.

c) Existência da APS – Associação de Pais e Servidores, que tem reuniões periódicas visando sempre à implementação de ações que agreguem melhorias ao ambiente escolar.

d) Ações de divulgação do IFC e que atendam outras demandas sociais, sempre em contato associações, CRAS (Centro de Referência à Assistência Social), secretarias de assistência social e educação.

e) Parcerias e convênios com instituições públicas, privadas e organizações não governamentais, possibilitando o desenvolvimento de produtos e serviços, projetos de pesquisa e extensão e a realização de estágios.

f) Realização de eventos científicos, tecnológicos e atividades culturais com a participação e visitação da comunidade.

g) Desenvolvimento de programas e projetos de ensino, pesquisa e extensão, buscando a integração com a comunidade.

2.3.5 – Ameaças e oportunidades quanto à atuação da UPC

Abaixo estão relacionados aspectos referentes à ameaças e oportunidades quanto à atuação do Instituto Federal Catarinense, com base no Planejamento Estratégico do IFC 2013-2017:

Ameaças:

- Expansão geográfica de outras instituições de ensino;
- Educação à distância de outras instituições de ensino;
- Política de expansão dos Institutos Federais;

- Política de Governo para abertura de alguns cursos;
- Recursos insuficientes;
- Frequentemente contingenciamento orçamentário;
- Vulnerabilidade às políticas do governo;
- Liberação de códigos de vaga para contratação de servidores;
- Morosidade no acesso aos recursos orçamentários.

Oportunidades:

- Crescimento e diversificação industrial;
- Arranjos produtivos locais;
- Parcerias com outras instituições públicas e privadas;
- Incentivo governamental à inovação tecnológica;
- Políticas Públicas de incentivo à Educação Profissional;
- Demanda por pós-graduação - *lato e stricto sensu*;
- Demanda por educação a distância;
- Editais de órgãos externos de fomento;
- Recursos extraorçamentários.

2.4 – ORGANOGRAMA

A estrutura organizacional básica do Instituto Federal Catarinense é composta pelas unidades administrativas que seguem:

Quadro 2: Estrutura Organizacional Básica

Reitoria				Campi
Órgãos Superiores de Administração	Órgãos Executivos	Órgãos de Administração e Natureza Geral	Órgãos de Assessoramento	
Conselho Superior (Consuper); Colégio de Dirigentes (Codir).	Gabinete; Ouvidoria; Coordenação-Geral de Comunicação (CECOM); Coordenação-Geral de Procedimentos Administrativos Disciplinares (COOPAD); Pró-Reitoria de Ensino (PRO-EN); Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PROPI); Pró-Reitoria de Extensão (PRO-EX); Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODIN); Pró-Reitoria de Administração (PROAD).	Unidade de Auditoria Interna.	Comissão de Ética; Comissão Própria de Avaliação; Comissão Permanente de Pessoal Docente; Comissão Interna de Supervisão do PCC-TAE; Comitê Gestor de Tecnologia da Informação; Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;	Direção-Geral dos <i>campi</i> ; e Direção de <i>campi</i> avançados

Obs.: a presente estrutura organizacional sofreu alterações no exercício 2016, e conforme previsto no artigo 2º da Portaria Normativa 001/2016 o Estatuto e Regimento Geral do IFC estão em processo de atualização e reformulação.

Fonte: Gabinete da Reitoria

Em 11/02/2016, a Reitoria publicou a Portaria Normativa 001/2016 que estabelece o Organograma Institucional da Reitoria do Instituto Federal Catarinense. Considerando que a Reitoria abarca a administração central do IFC, o organograma apresentado no endereço a seguir trata da estrutura funcional da Reitoria, expandida por similaridade de função com os *campi*:

<http://ifc.edu.br/wp-content/uploads/2014/05/organograma-atualizado.pdf>

Na tabela a seguir, estão apresentadas as principais competências das unidades administrativas que compõem a estrutura básica do IFC, seus respectivos gestores e o período em que estes permaneceram na gestão.

Quadro 3: Unidades Administrativas Básicas: Competências, Titular/Cargos/Período de Atuação

Áreas/ Unidades Estratégicas	Competências (descrição sucinta do papel na condução do IFC, durante a gestão de 2016)	Titular	Cargo	Período de atuação
Reitoria	<ul style="list-style-type: none"> • Admitir, demitir, aposentar, redistribuir e remover servidores, autorizar a realização de concursos e atos de progressão/alteração relacionados à vida funcional dos servidores; • Articular com órgãos governamentais a celebração de acordos, convênios, contratos e outros instrumentos jurídicos com entidades públicas e privadas; • Conferir graus, títulos e condecorações, bem como assinar os diplomas; • Coordenar, controlar e superintender as pró-reitorias, diretorias sistêmicas e direções-gerais dos <i>campi</i>; • Definir políticas, coordenar e fiscalizar as atividades da instituição; • Representar o IFC em juízo ou fora dele; • Delegar poderes, competências e atribuições; • Expedir resoluções, portarias e atos normativos, bem como constituir comissões e exercer o poder de disciplina, no âmbito do IFC; • Fazer a gestão do Consuper, do Codir, incluindo a posse e convocação dos seus membros, bem como a presidência das sessões, com direito a voto de qualidade; • Nomear e exonerar os(as) dirigentes para o exercício de cargos de direção (CD), no âmbito do IFC, bem como designar e dispensar as funções gratificadas (FG) de integrantes da Reitoria 	Sônia Regina de Souza Fernandes	Reitora	Janeiro a dezembro
Gabinete da Reitoria	<ul style="list-style-type: none"> • Assistir o(a) reitor(a) no seu relacionamento institucional e administrativo; • Supervisionar os trabalhos da secretaria da Reitoria; • Preparar a correspondência oficial da Reitoria; • Coordenar o protocolo oficial da Reitoria; • Participar de comissões designadas pelo(a) reitor(a); • Organizar a agenda do(a) reitor(a); • Organizar o conjunto normativo da Reitoria; • Supervisionar os eventos da Reitoria; • Recepcionar os(as) visitantes na Reitoria. 	Jamile Delagnelo Fagundes da Silva	Assessora da Reitora	Janeiro a dezembro

PROAD Pró-Reitoria de Administração	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar e consolidar, junto ao Ministério da Educação, a proposta orçamentária anual do IFC; • Estabelecer e supervisionar a implementação de políticas e diretrizes voltadas à economicidade e à eficácia administrativa, por meio do acompanhamento de indicadores predefinidos, no âmbito da Reitoria e dos <i>campi</i>; • Acompanhar e supervisionar a coordenação de contratos, os trabalhos da Comissão Permanente de Licitações, as ações das áreas de orçamento e finanças, material e patrimônio, o uso e a conservação dos recursos alocados aos <i>campi</i> e a manutenção das instalações da Reitoria; • Zelar pela adequação dos procedimentos administrativos às necessidades acadêmicas; • Supervisionar a execução da política de gestão de pessoas da Reitoria e dos <i>campi</i>; • Revisar, organizar, documentar e publicar os procedimentos relacionados à sua área; • Administrar os recursos financeiros e o patrimônio da Pró-Reitoria; • Executar as ações necessárias para viabilização das políticas definidas pelo Conselho Superior. 	Delides Lorensetti	Pró-reitora de Administração	Janeiro a dezembro
PROEN Pró-Reitoria de Ensino	<ul style="list-style-type: none"> • Planejar, coordenar, promover e superintender o desenvolvimento das políticas de ensino para a instituição, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo MEC; • Acompanhar, supervisionar e avaliar a execução e propor reformulação dos planos, programas e projetos educacionais da Instituição; • Coordenar os processos seletivos de ingresso dos discentes do IFC; • Promover ações que contribuam para a integração Ensino, Pesquisa e Extensão. • Contribuir com a proposição de estratégias e orientar os trâmites para a criação e implementação de novos cursos no IFC; • Supervisionar a avaliação e estabelecer ações para atualização dos projetos pedagógicos dos cursos ofertados pelo IFC; • Acompanhar as atividades que visem à capacitação do corpo docente; • Contribuir com a elaboração do Planejamento Institucional, definindo as prioridades na área de Ensino. 	Josefa Surek de Souza	Pró-reitora de Ensino	Janeiro a dezembro
PROEX Pró-Reitoria de Extensão	<ul style="list-style-type: none"> • Articular-se permanentemente com as Pró-Reitorias do IFC, visando garantir a indissociabilidade do Ensino, Extensão e Pesquisa; • Planejar e articular as políticas de extensão; • Consolidar as coordenações de extensão nos <i>campi</i> do IFC; • Apoiar a interação das áreas acadêmicas do IFC com o mundo do trabalho; • Supervisionar e avaliar atividades de extensão no IFC. 	Fernando José Garbuio	Pró-reitor de Extensão	Janeiro a dezembro
PRODIN Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a integração entre a Reitoria e os <i>campi</i>. • Planejar, implementar, coordenar e acompanhar as atividades e políticas públicas de desenvolvimento institucional, propondo estratégias para sua consecução. • Assessorar a Reitoria em ações relacionadas à gestão de pessoas, às atividades de tecno- 	Robert Lench	Pró-reitor de Desenvolvimento Institucional	Janeiro a dezembro

	<p>logia da informação e comunicação e às atividades de engenharia e planejamento.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Articular ações conjuntas com órgãos governamentais e a sociedade civil no sentido de propor soluções inovadoras para as questões relacionadas ao desenvolvimento institucional. • Sistematizar e acompanhar o desenvolvimento do Plano de Desenvolvimento Institucional. • Assessorar o planejamento estratégico do Instituto Federal Catarinense, com vistas à definição das prioridades de desenvolvimento dos <i>campi</i> e da instituição; • Assessorar a Reitoria na promoção de equidade institucional entre os <i>campi</i>, quanto aos planos de investimentos. • Propor alternativas organizacionais, visando o constante aperfeiçoamento da gestão do IFC; • Promover a articulação e o compartilhamento de experiências entre os gestores do IFC; • Disseminar as melhores práticas de gestão dos <i>campi</i>; • Supervisionar as atividades de gestão das informações, infraestrutura, planos de ação, relatórios e estatísticas da Instituição; • Representar o Instituto Federal nos foros específicos da área, quando se fizer necessário; • Coordenar os processos de sistematização de dados, informações e de procedimentos institucionais, disponibilizando-os na forma de conhecimento estratégico; • Zelar pelo cumprimento das metas definidas nos planos do Instituto Federal; • Executar outras funções que, por sua natureza, lhe estejam afetas ou lhe tenham sido atribuídas. 			
<p>PROPI Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Propor, divulgar e implantar a política de pesquisa; • Fomentar a pesquisa científica e tecnológica e estimular a criação de programas de apoio nos <i>campi</i> do IFC; • Promover e gerenciar o processo de elaboração e atualização das regulamentações da pesquisa, pós-graduação e inovação; • Propor a integração entre os <i>campi</i> do IFC para o desenvolvimento conjunto das atividades de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação e a articulação com ações de Ensino e Extensão; • Gerenciar a coleta sistemática e permanente de dados para a avaliação quantitativa e qualitativa da pesquisa; • Incentivar a articulação com organizações públicas e privadas, em cooperação técnico-científica, para o desenvolvimento da pesquisa e inovação; • Estimular e apoiar as iniciativas de inovação no âmbito do IFC; • Apoiar e promover a captação de recursos junto aos órgãos públicos e privados; • Apoiar e promover eventos para divulgar à sociedade os resultados de pesquisas desenvolvidas no IFC; 	<p>Cladecir Alberto Schenkel</p>	<p>Pró-reitor de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação</p>	<p>Janeiro a dezembro</p>

CECOM Coordenação- Geral de Comuni- cação	<ul style="list-style-type: none"> • Fixar e consolidar a imagem da instituição junto à sociedade, informando-a dos trabalhos realizados pelo IFC; • Divulgar os serviços executados pela instituição, nos âmbitos de Ensino, Pesquisa e Extensão dando eficácia à transparência dos objetivos do IFC; • Garantir a impessoalidade na definição de diretrizes de divulgação baseadas nos valores institucionais; • Integrar a informação aos diversos <i>Campus</i> do IFC, contribuindo para a construção de uma identidade baseada em saberes multidisciplinares; • Despertar, na comunidade, o interesse em ingressar e permanecer no IFC; • Criar e estimular, junto à sociedade, a consciência de que ela é beneficiária dos serviços que competem ao Instituto Federal Catarinense implementar; • Consolidar o IFC como instituição formadora de opinião e referência no mundo acadêmico. 	Rafaela Zorzetto de Camargo	Coordenadora-geral de Comunicação	Janeiro a dezembro
COOPAD	<ul style="list-style-type: none"> • Instruir e regular os procedimentos administrativos disciplinares que envolvam servidores públicos ou discentes, assegurando sempre o devido processo legal e a irrestrita busca da defesa da moralidade e eficiência pública, como também da probidade administrativa; • Criar e estabelecer métodos de monitoramento dos procedimentos administrativos disciplinares; • Elaborar treinamentos de capacitação de servidores do quadro da instituição para atuarem em Comissões de Inquérito. <p>OBS: Em 15/12/2016, através da Resolução nº 55 – CONSUPER/2016 foi instituída a Corregedoria no IFC.</p>	Rodinei Pedroso	Coordenador Geral de Processos Administrativos Disciplinares	Janeiro a dezembro
Ouvidoria	<ul style="list-style-type: none"> • Criar processos, sistemas, rotinas e procedimentos para acolher, registrar, classificar, encaminhar, controlar e dar retorno às manifestações de pessoas e organizações sobre assuntos pertinentes ao IFC; • Manter a comunicação cordial e aberta com todos os outros setores e instâncias administrativas, a fim de permitir o livre fluxo de informações e atender às demandas recebidas; • Emitir relatórios periódicos com análises dos dados e informações por ela processados, com o intuito de fornecer, aos outros níveis da Administração, os elementos que direcionem a solução dos problemas nas suas origens; • Gerenciar as demandas do SIC-Serviço de Informação ao Cidadão, com todos os seus desdobramentos; • Efetuar o levantamento e identificação de elementos para a formulação de estratégias e mecanismos para a solução de problemas que geram insatisfação do público, tanto interno como 	Vilmar Frarão Junior	Ouvidor	Janeiro a dezembro

externo, da instituição;			
--------------------------	--	--	--

Campus	<ul style="list-style-type: none"> Acompanhar, supervisionar e avaliar a execução dos planos, programas e projetos do <i>campus</i> e propor reformulações; Apresentar à Reitoria, anualmente, proposta orçamentária com a discriminação da receita e despesa prevista para o <i>campus</i>; Apresentar anualmente à Reitoria relatório consubstanciado das atividades do <i>campus</i>; Coordenar localmente a política de comunicação social, informação e divulgação da instituição, a fim de fortalecer a identidade institucional do IFC; Cumprir e fazer cumprir as disposições do Estatuto, deste Regimento Geral, regulamentos internos e decisões dos colegiados superiores e dos órgãos da administração superior do Instituto Federal Catarinense; Fazer a gestão do Conselho Escolar, incluindo a posse dos seus membros, convocação e presidência das sessões, com direito a voto de qualidade; Organizar a burocracia de legislação e normas, recursos humanos, serviços gerais, material e patrimônio, e contabilidade do <i>campus</i>; Planejar, executar, coordenar e supervisionar as políticas de ensino, pesquisa, extensão e administração do <i>campus</i>, em articulação com as pró-reitorias e diretorias sistêmicas; Na esfera da competência de diretor-geral do <i>campus</i>, articular a celebração de acordos, convênios, contratos e outros instrumentos jurídicos com entidades públicas e privadas; Submeter ao(à) reitor(a) proposta de convênios, contratos, acordos e ajustes, cuja abrangência envolva o IFC; Zelar pelo cumprimento das leis e normas, das decisões legais superiores, bem como pelo bom desempenho das atividades do <i>campus</i>. 	Jonas Cunha Espíndola	<i>Campus</i> Araquari	Janeiro a dezembro
		Marilane Maria Wolff Paim	<i>Campus</i> Blumenau	Janeiro a dezembro
		Helio Maciel Gomes	<i>Campus</i> Brusque	Janeiro a dezembro
		Rogério Luis Kerber	<i>Campus</i> Camboriú	Janeiro a dezembro
		Nelson Geraldo Gollinski	<i>Campus</i> Concórdia	Janeiro a dezembro
		Fábio José Rodrigues Pinheiro	<i>Campus</i> Fraiburgo	Janeiro a dezembro
		Fernando José Taques	<i>Campus</i> Ibirama	Janeiro a dezembro
		Eduardo Butzen	<i>Campus</i> Luzerna	Janeiro a dezembro
		Ricardo Kosoroski Veiga	<i>Campus</i> Rio do Sul	Janeiro a dezembro
		Deivi de Oliveira Scarpari	<i>Campus</i> Santa Rosa do Sul	Janeiro a dezembro
		Samuel Henrique Werlich	<i>Campus</i> São Bento do Sul	Janeiro a dezembro
		Amir Tauille	<i>Campus</i> São Francisco do Sul	Janeiro a dezembro
		Rosângela Aguiar Adam	<i>Campus</i> Videira	Janeiro a dezembro
Ricardo Scopel Velho	<i>Campus</i> Avançado Abelardo Luz	Janeiro a dezembro		
Elizete Maria Possamai Ribeiro	<i>Campus</i> Avançado Sombrio	Junho a dezembro		

Obs.: A presente estrutura organizacional sofreu alterações no exercício 2016, e conforme previsto no artigo 2º da Portaria Normativa 001/2016 o Estatuto e Regimento Geral do IFC estão em processo de atualização e reformulação.

Fonte: Gabinete da Reitoria

2.5 - Macroprocessos Finalísticos

Os Macroprocessos Finalísticos da Instituição estão essencialmente relacionados ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão. Portanto a descrição destes Macroprocessos, bem como processos relacionados, atividades, usuários e subunidades responsáveis constam no quadro a seguir.

Quadro 4: Descrição dos Macroprocessos Finalísticos

Macroprocesso	Descrição	Processos relacionados Atividades relacionadas	Serviços ofertados	Usuários (internos e externos)	Subunidades responsáveis
Ensino	<p>Oferta Educação Básica de Nível Médio, EJA, Educação Profissional e Superior de forma integrada e verticalizada, otimizando o aproveitamento de infraestrutura física, quadros de pessoal e recursos de gestão.</p> <p>Processos educativos que levam à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional.</p>	<p>Acesso Discente (Exame de Classificação/SISU);</p> <p>Regulação e normatização de diretrizes institucionais para o Ensino;</p> <p>Manuais e fluxos para organização e desenvolvimento educacional;</p> <p>Avaliação e Regulação do Ensino;</p> <p>Registro Acadêmico;</p> <p>Pesquisa Institucional;</p> <p>Projetos de Ensino e Monitoria;</p> <p>Programas PIBID, Prodocência e PET;</p> <p>Política de Atendimento Estudantil;</p> <p>*Programa de permanência e êxito;</p> <p>*Setores estratégicos: NAPNE, NUPE, CGAE;</p> <p>*Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES);</p> <p>*Ações de cultura, esporte e lazer;</p> <p>*Moradia Estudantil,</p>	<p>- Cursos de Nível Médio: Integrado, Subsequente, Concomitante e EJA.</p> <p>- Cursos de Nível Superior: Licenciaturas, Bacharelados e Tecnológicos.</p> <p>- Acesso à infraestrutura da instituição para uso da comunidade.</p> <p>- Cursos de capacitação técnica e profissional para indústria, comércio e serviços; FIC, Certific. PRONATEC, Mulheres Mil.</p> <p>- Cursos e programas de formação pedagógica de docentes de rede pública de ensino.</p> <p><i>Obs.: o detalhamento dos indicadores relativos ao ensino estão disponíveis no Capítulo 3.4 deste Relatório.</i></p>	<p>Comunidade interna: discentes e servidores docentes e técnico-administrativos.</p> <p>Comunidade externa.</p>	<p>Equipe gestora, pedagógica, estratégica e tática dos <i>Campi</i>: Abelardo Luz; Araquari; Blumenau; Brusque; Camboriú; Concórdia; Fraiburgo; Ibirama; Luzerna; Rio do Sul; Santa Rosa do Sul; São Bento do Sul; São Francisco do Sul; Sombrio; Videira.</p> <p>Coordenações de curso; NDB; NDE</p>

		<p>refeitório/cantina; *Acessibilidade pedagógica e arquitetônica;</p> <p>Biblioteca;</p> <p>Unidade de Ensino-Aprendizagem (laboratórios, escola fazenda, etc.);</p> <p>Formação continuada de servidores.</p>			
Extensão	<p>Atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos.</p>	<p>*Viabilização de Convênios com Organizações para o desenvolvimento de estágios supervisionados Obrigatórios e não-obrigatórios;</p> <p>*Viabilização de COOPERAÇÃO TÉCNICA para desenvolvimento de programas e projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão;</p> <p>*Implantação da Política de acompanhamento aos egressos</p> <p>*Lançamento de editais pela Pró-reitoria de Extensão, objetivando o desenvolvimento de Programas, Projetos e ações de extensão;</p> <p>*Ações de Extensão desenvolvidas pela PROEX e Campi:</p> <p>*Apoio as Feiras da Matemática;</p> <p>*Organização do evento SIEPE;</p>	<p><u>ESTÁGIOS E CONVÊNIOS DE ESTÁGIOS</u></p> <p>No site do IFC, link http://ifc.edu.br/extensaoestagio/coordenacao-de-estagios-e-convenios/convenios-e-parcerias/, desenvolvemos e publicamos o fluxo do processo de celebração de convênios de estágios (passo a passo), orientações a cerca da determinação pela adoção celebração de convênios de estágios. Também publicamos o modelo padrão do termo de compromisso de estágio supervisionado (TCE) do IFC por todos os <i>campi</i>. Há também o documento de solicitação de convênio de estágio, a minuta padrão do termo de convênio de estágio do IFC e os formulários para TCE obrigatório e não obrigatório.</p> <p>A emissão e arquivo do Termo de Compromisso de Estágio (TCE) é competência das Coordenações de Estágios dos <i>campi</i> do IFC.</p> <p>A previsão é para que, fevereiro (2017), seja implantado o Módulo Convênios de Estágios no SIGAA, que será utilizado pela Coordenação de Estágios e Convênios da PROEX e demais Coordenações de Estágios dos <i>campi</i> do IFC, sendo possível emissão de relatórios e acompanhamento das etapas do fluxo.</p> <p>Alguns indicadores referentes a Estágios e Convênios firmados em 2016:</p> <p>- Convênios com organizações do primeiro setor (número) Prefeitura, Governo, etc - 23 Convênios;</p>	<p>Servidores docentes e técnico-administrativos do IFC. Estudantes dos cursos de nível técnico e superior.</p> <p>Público-alvo: comunidade externa, como profissionais liberais, técnicos, empresários, prestadores de serviços, etc.</p>	<p><i>Campi</i> que compõe o IFC, com os Coordenadores de Extensão e Estágios: Abelardo Luz; Araquari; Blumenau; Brusque; Camboriú; Concórdia; Fraiburgo; Ibirama; Luzerna; Rio do Sul; Santa Rosa do Sul; São Bento do Sul; São Francisco do Sul; Sombrio; Videira.</p>

<p>*Organização o evento MICTI ;</p> <p>*Organizar o evento SEURS;</p> <p>*Apoio aos Eventos dos CAMPI;</p> <p>*Ações para incentivar Programas de Extensão (com e sem fomento) ;</p> <p>*Ações que gerem a Indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão;</p> <p>*Ações para Atendimento as APL;</p> <p>*Incentivo a publicações;</p> <p>*Ações que incentivem o desenvolvimento de projetos sociais;</p> <p>*Campanha do combate ao mosquito Aedes Aegypti;</p>	<p>- Convênios com organizações do segundo setor(número) Empresas Privadas - 209 Convênios;</p> <p>- Convênios com organizações do terceiro setor(número) Empresas sem fins lucrativos - 10 Convênios.</p> <p>Número de alunos envolvidos em Estágio - em 2016 (informações Relatório de Gestão do Campi):</p> <p>número de alunos em estágio; 1250;</p> <p>número de alunos que se efetivaram na empresa estagiada; 82;</p> <p>número de oferta anual de estágios; 1024;</p> <p>número de empresas cadastradas com oferta anual de estágio; 0;</p> <p>número de empresas cadastradas com oferta anual de emprego; 0;</p> <p>número de oferta anual de empregos; 247.</p> <p><u>COOPERAÇÃO TÉCNICA</u></p> <p>No site do IFC, link http://ifc.edu.br/extensaoestagio/coordenacao-de-estagios-e-convenios/convenios-e-parcerias/, desenvolvemos e publicamos o fluxo do processo de celebração de acordo de cooperação (passo a passo). Também está disponível o formulário de solicitação de cooperação e a minuta padrão do IFC de acordo de cooperação técnica. Indicadores referentes a Cooperções técnicas firmados em 2016 Cooperções técnicas (número) - 20</p>
<p>OBS: o detalhamento das atividades (projetos com e sem fomento, projetos voluntários, cursos de qualificação, prestação de serviço entre outros) dos Campi está disponível no Anexo 01.</p>	<p><u>POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO AOS EGRESSOS</u></p> <p>Esta Coordenação foi implantada em março/2016, com o intuito de criar e a acompanhar a política de egressos nos <i>campi</i> do IFC, sistematizando dados, desenvolvendo fluxos, além de fomentar a política de acompanhamento de egressos nos Campi. A Política criada pela Resolução nº 059-CONSUPER/2016 em dezembro de 2016, disponível no site do IFC.</p> <p>Algumas ações de acompanhamento dos egressos já foram desenvolvidas em 2016:</p>

a) desenvolvimento de um questionário para o acompanhamento de egressos para coleta de dados, disponibilizado no Portal de Egressos em: <http://egressos.ifc.edu.br/>. Os dados coletados através do questionário serão tabulados e enviados digitalmente as Coordenações de Extensão, Diretores de Desenvolvimento Educacional e da Comissão Própria de Avaliação. Com base nos relatórios apresentados, os Campi poderão desenvolver ações de aperfeiçoamento dos Cursos.

b) Outra ação planejada para o acompanhamento dos egressos foi criar uma página no facebook com o intuito de estabelecer contato com alunos e egressos, disponibilizando informações de cursos, eventos entre outras.

c) Foi concluída e aprovada pela Procuradoria a minuta de convênio/parcerias para descontos/benefícios para servidores, alunos e egressos. Iniciou-se a busca por parceiras para descontos/benefícios.

Em paralelo a essas atividades, ocorre a Implantação do sistema SIGAA que possibilitará a consulta dos dados de todos os alunos e egressos do IFC, bem como proporcionará a vinculação do acesso ao sistema a resposta ao questionário de perguntas para levantamento de dados.

PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES desenvolvidos na Reitoria

Todos os Programas e Projetos desenvolvidos nos Campi estão publicizados nos sites, bem como os Programas e Projetos submetidos e aprovados por editais desenvolvidos pela PROEX.

No ano de 2016 a PROEX lançou:

Nº Edital	57-2016	58-2016 (modalidade A – Extensão)	79-2016 (recursos somente Propi)	92-2016 Modalidade B SEURS	111-2016 (modalidade A)	162-2016	169-2016	183-2016
Nº projetos submetidos	16	6	11	27	4	58	48	14
nº projetos aprovados	14	5	4	22*	4	31	47	14
nº bolsas	***	***		***	***	63	***	28
Valores	RS 24.620,40	RS 5.878,72	***	RS 6.614,38	RS 26.280,00	RS 248.651,70	RS 7.650,00	RS 58.300,00

ACÇÕES DE EXTENSÃO DESENVOLVIDAS PELA PROEX E CAMPI

Apoio as Feiras da Matemática - A PROEX acompanha e dar suporte a Comissão composta pela Portaria 3249/2015. Em 2016 participamos de reuniões sobre as feiras (Reitoria e Timbó), além de incentivar a participação dos membros da comissão em atividades relacionadas as Feiras da Matemática. Foram lançados editais que atendiam entre outros eventos, as feiras da matemática. (Número de editais lançados: 2 (nº57; nº92)); Número de projetos submetidos:(nº57 - 16 submetidos) (nº 92 - 27 submetidos) ; Número de projetos aprovados: (Nº57 – relacionados a Feira da Matemática não Tivemos); (nº 92 - relacionado a feira da matemática tivemos 1 aprovado)

Organização do evento SIEPE - PROEX/PROPI/PROEN desenvolveram projeto para realização do Evento SIEPE e fomos contemplados pelo edital externo Edital 06/2015 - Fase I - FAPESC, com o valor de R\$ 21.920,00.

Para organização do evento tivemos: número de servidores envolvidos na organização do evento - 80; número de projetos submetidos - 18; Número de participantes - 187 (80 da comissão + 85 ouvintes + 9 palestrantes + 13 apresentadores); Número de publicações - 13; Número de certificados - 200; Número de bolsistas - 0; Número de reuniões - 9.

Para incentivar a participação no evento lançamos o edital nº92 - Número de projetos submetidos: (nº 92 - 27 submetidos) ; Número de projetos aprovados: (nº 92 - 5 aprovado SIEPE e 17 aprovados SEURS).

Organização o evento MICTI - PROEX desenvolveu projeto para captação de recursos externos, mas não foi contemplada. Participação de Edital CNPq (não aprovado).

Alguns indicadores do evento: número de alunos: 833; número de servidores: 149 ; número de projetos submetidos: 362 ; número de publicações: 283; número de visitantes: 982; número de atendimentos a comunidade: 8 municípios; número de certificados: 1406; número de bolsistas: 430; número de estudantes voluntários: 355.

Para incentivar a participação no evento lançamos edital nº169 - Número de projetos submetidos: (48 submetidos) ; Número de projetos aprovados: (47 aprovados)

Organizar o evento SEURS - PROEX e Campus Camboriú organizaram o 34º SEURS - O Seminário de Extensão Universitária da Região Sul - SEURS é o principal evento de extensão universitária do sul do país. Promove o intercâmbio entre as Instituições de Ensino, estimula discussões e trocas de experiências sobre as ações de Extensão que permeiam as relações entre as Instituições e a comunidade externa.

Alguns indicadores do evento - número do público no evento: 1500 (estimativa); número de projetos submetidos: 436 trabalhos submetidos (380 apresentações Orais sendo 352 aprovadas; 23 minicursos sendo 20 aprovados; 20 oficinas sendo 15 aprovadas; 13 apresentações culturais sendo 9 aprovadas; 04 Escolas Municipais envolvidas; número de publicações: 396 trabalhos publicados nos anais do evento; número de visitantes; número de certificados; número de bolsistas; Visitas ao Campus: 185 e alunos envolvidos: 44;

Para incentivar a participação no evento lançamos edital nº92)); Número de projetos submetidos: (nº 92 - 27 submetidos) ; Número de projetos aprovados: (nº 92 - 5 aprovado SIEPE e 17 aprovados SEURS)

Apoio aos Eventos dos CAMPI - Lançamento do edital nº57; Número de projetos submetidos 16; Número de projetos aprovados 14. Valores envolvidos R\$ 49.240,80 (valores divididos entre Proex e Propi)

Ações para incentivar Programas de Extensão (com e sem fomento) - Número de editais lançados: 01 (162/2016) Número de projetos submetidos: 58; Número de projetos aprovados: 31; número de programas e projetos registrados: 31; Custeio: R\$ 214.103,40 ---- Bolsas: R\$ 283.200,00 (valores divididos entre Proex e Propi)

Ações que gerem a Indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão - Elaboração de editais conjuntos - Número de editais lançados- 5 (57; 58; 79; 92 e 111); Número de projetos submetidos - 85 ; Número de projetos aprovados - 62; número de programas e projetos registrados – 4; Organização de Eventos como: SIEPE e MICTI;

Ações para Atendimento as APL - Lançamos o edital nº162; Número de projetos submetidos: 58; aprovados: 31; número de projetos registrados: 31; Custeio: R\$ 214.103,40 ---- Bolsas: R\$ 283.200,00 (valores divididos entre Proex e Propi)

Incentivo a publicações - Número de editais lançados (1) nº 111 – Modalidade A Livros/Proex – Modalidade B artigos/PROPI ; Nº de projetos submetidos: A4/B6; Nº de projetos aprovados: A4/B5; Nº de publicações de revistas, artigos e livros. Publicação de 4 livros (A) e 5 (B) artigos em periódicos. R\$ 31.810,00 Modalidade A (Proex) R\$ 26.280,00 Modalidade B (Propi) R\$ 5.530,00. Ainda Nossa Revista de Extensão Tecnológica, transformamos a Revista em digital de fluxo contínuo.

Ações que incentivem o desenvolvimento de projetos sociais - Número de editais lançados: 57 e 162; Número de projetos submetidos: 74; Número de projetos aprovados: 45; Total: R\$ 543.544,20 Edital 57: R\$ 46.240,80 Edital 162: R\$ 497.303,40 (valores divididos entre PROPI e PROEX)

			Campanha do combate ao mosquito Aedes Aegypti - Diversas atividades foram desenvolvidas na Reitoria e nos Campi, como: palestras, entrega de panfletos, atividades em sala, etc.		
Pesquisa	Oferta de cursos de pós-graduação em nível <i>lato e stricto sensu</i> , visando a qualificação profissional e contribuir com a promoção da ciência e tecnologia, com a inovação tecnológica e com o desenvolvimento regional e nacional.	-Estímulo, orientação, acompanhamento e emissão de pareceres sobre a oferta de cursos de pós-graduação; - Apoio à implantação do curso de Mestrado Profissional em Produção e Sanidade Animal; - Cadastramento dos cursos de pós-graduação nas plataformas oficiais dos órgãos de supervisão e controle; - Acompanhamento das atividades dos Professores Visitantes Nacionais Sênior (bolsistas da Capes); - Monitoramento e orientação dos grupos de pesquisa; - Cooperação com a organização e realização de eventos técnico-científicos institucionais, com o objetivo de favorecer a troca de experiências entre professores e grupos de pesquisa e o fortalecimento dos mesmos.	- Orientação e emissão de pareceres sobre a criação ou oferta de novas turmas de cursos de pós-graduação lato sensu; - Acompanhamento e orientação no planejamento de cursos de pós-graduação stricto sensu; - Acompanhamento das plataformas oficiais dos cursos de pós-graduação; - Apoio para a implantação do curso de Mestrado Profissional em Produção e Sanidade Animal; - Identificação de áreas com potencial para a criação de propostas mestrado, a partir da avaliação da estrutura física e de pessoal disponível, dos grupos de pesquisa e da produção dos docentes da área.	Comunidade, alunos, técnico-administrativos em educação e docentes.	Coordenações de cursos de pós-graduação.
	Apoiar a realização de pesquisas aplicadas nas diversas áreas de conhecimento, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e	- Editais contemplando bolsas de Iniciação Científica para alunos do ensino médio e superior, bem como recursos financeiros para aquisição de material de custeio necessário ao desenvolvimento dos projetos;	- Publicação e gerenciamento dos editais de apoio à pesquisa, concessão de bolsas, apresentação/publicação de trabalhos/artigos e realização de eventos técnico-científicos nos <i>campi</i> (Anexo 02 contém uma síntese dos editais); - Acompanhamento dos editais publicados pelos <i>campi</i> para o desenvolvimento de projetos de pesquisa e inovação (Anexo 03 contém uma síntese dos editais);	Alunos, servidores técnico-administrativos e docentes.	Coordenações de Pesquisa e Inovação dos <i>campi</i> .

tecnológicas e a extensão de seus benefícios À comunidade;	<ul style="list-style-type: none"> - Editais para apoiar a apresentação de trabalhos em eventos, publicação de artigos em periódicos e publicação de livros; - Edital para apoiar a realização de eventos técnico-científicos nos <i>campi</i>; - Realização de Eventos técnico-científicos institucionais para divulgação dos resultados das pesquisas; - Criação e implantação da Editora universitária do IFC; - Estímulo à captação de recursos financeiros em órgãos de fomento externo; 	<ul style="list-style-type: none"> - Realização, em parceria com as demais pró-reitorias, dos eventos institucionais de divulgação científica e tecnológica: SIEPE e MICTI; - Oferta de um mecanismo institucional para a publicação de livros técnicos, científicos e didáticos e periódicos em plataforma eletrônica; - Divulgação dos editais de apoio à pesquisa publicados pelas agências de fomento. 		
Inovação Tecnológica	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar a gestão da propriedade intelectual e do registro de patentes do IFC; - Desenvolver a política institucional de incentivo à inovação (objetivo nº 14 do Planejamento Estratégico). - Propor processos transferência de tecnologia. 	<ul style="list-style-type: none"> - Monitorar os projetos de pesquisa desenvolvidos no IFC com potencial de inovação e de registro de propriedade intelectual, dando a orientação necessária quando pertinente; - Proposição de uma política institucional de incentivo à inovação e gerir editais de inovação; - Articular a relação entre os pesquisadores do IFC e a sociedade em geral, tendo vista a inovação e a transferência de tecnologia; - Orientar/coordenar os processos Transferência de Tecnologia. 	Comunidade Acadêmica (alunos e servidores) e Comunidade Externa (Empresas, associações e entidades parceiras).	NIT e Coordenações de Pesquisa e Inovação dos <i>campi</i> .

3 – PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

3.1 – PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL

O planejamento organizacional do IFC é norteado por documentos como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), para o período 2014-2018, o Plano de Diretor de Desenvolvimento de Tecnologia (PDTI), para o período 2016-2017, o Planejamento Estratégico do IFC (PE), para o período de 2013-2017, e o Termo de Metas e Compromissos (TAM), firmado entre o IFC e MEC/SETEC – todos estes documentos estão publicados no site <http://ifc.edu.br/documentos/>. O Planejamento Estratégico do IFC está em fase de conclusão no primeiro semestre de 2017, e seu acompanhamento pode ser realizado em <http://ifc.edu.br/andamento-objetivos-estrategicos/>.

O PDI engloba as propostas oriundas da comunidade sobre a identidade da instituição, quanto à sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas, à estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e/ou pretende desenvolver. Os dispositivos legais de orientação à sua elaboração são os seguintes: Lei nº 9394/96 e nº 10861/2004, Decreto nº 5773/2006, Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e Plano Nacional de Educação (PNE).

O PDTI é o instrumento de gestão adotado no Instituto Federal Catarinense para orientar a execução das ações da TI organizacional, possibilitando justificar os recursos aplicados nessa área, com o objetivo de minimizar os desperdícios, garantir o controle, aplicar recursos naquilo que é considerado mais relevante e, por fim, melhorar o gasto público e o serviço prestado à comunidade do IFC. O conteúdo do PDTI segue a metodologia estabelecida no Guia de Elaboração de PDTI do SISP-versão 1.0, disponibilizado no Portal Web do Sistema de Administração de Recursos de Tecnologia da Informação – SISP. Todos os procedimentos e todas as soluções apontadas neste documento foram definidas considerando-se necessidades levantadas junto aos *campi* e à Reitoria do IFC e em acordo com os instrumentos legais e estratégicos da instituição. O processo de elaboração segue uma forma colaborativa, a partir da qual se pretende atender as expectativas das áreas finalísticas, considerando-se um período de vigência de dois anos, com previsão de revisão a cada semestre.

O PE objetiva direcionar os rumos do IFC e dar sustentabilidade às ações, apontando para respostas a questões fundamentais acerca de como posicionar a instituição no futuro.

O TAM estabelece as metas que a instituição deve alcançar. Os alcances estão publicados no site <http://dadosabertos.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/32/2017/01/Publicidade-das-METAS-ALCAN%C3%87ADAS-TAM.pdf>.

3.1.1 – Descrição sintética dos objetivos do exercício e Estágio de implementação do planejamento estratégico

Respeitando o princípio da continuidade, a Gestão do IFC, no ano de 2016, analisou e estabeleceu ações para alcançar os objetivos estratégicos definidos no planejamento estratégico do IFC (2013-2017). O Planejamento Estratégico é monitorado pela alta gestão, através de reuniões, alinhamentos e alimentação constante do atingimento das ações definidas, bem como o acompanhamento dos indicadores de desempenho. O atendimento dos objetivos estratégicos é publicizado no site institucional <http://ifc.edu.br/andamento-objetivos-estrategicos/>.

Considerando o desenvolvimento do IFC, a Gestão entendeu ser necessário o estabelecimento de algumas outras ações além dos Objetivos Estratégicos. Destacamos:

Novo organograma da reitoria e dos campi.

Com o objetivo de atender as constatações apontadas por diversos relatórios como SINAES, CPA (Comissão Própria de Avaliação) e auditoria interna foi estabelecido um novo organograma para a reitoria e para os campi. A publicação do organograma está no site institucional em <http://ifc.edu.br/wp-content/uploads/2014/05/organograma-atualizado.pdf>

Novo regimento interno da reitoria e dos campi.

A modificação do organograma teve por consequência a construção de um novo regimento interno da reitoria do IFC (em processo de construção). O regimento do IFC em vigor está publicado em http://ifc.edu.br/wp-content/uploads/2015/11/Regimento_interno_IFC.pdf.

Projetos de engenharia padronizados para o IFC

Com o objetivo de agilizar as soluções, minimizar custos operacionais e otimizar as obras públicas a Diretoria de Engenharia e Planejamento do IFC, tem diversos projetos a disposição dos campi. Sendo eles: Auditório do projeto Brasil Profissionalizado;

- Refeitório do projeto Brasil Profissionalizado
- Ginásio do projeto Brasil Profissionalizado
- Ginásio do Campus Blumenau
- Bloco de salas de aula do Campus Araquari
- Alojamentos do Campus Santa Rosa do Sul

Editora Universitária do IFC

A editora foi criada para atender duas demandas identificadas pela criação dos programas de pós-graduações e dos resultados dos editais de publicação de livros patrocinadas pelas PROPI e PROEX. A editora visa atender as demandas técnicas e científicas, bem como didáticas peculiares aos Institutos Federais.

Gestão de Risco no IFC

Na gestão de riscos e controles internos foram estabelecidos diversos fluxos de processos e a criação de vários manuais de rotina administrativa. Buscou-se realizar capacitação dos gestores para a implantação do Mapa de Risco do IFC. Sua política e implantação serão concluídas no decorrer do ano vindouro.

Reorganização da Política de utilização do Orçamento, articulado à definição de prioridades de investimentos em infraestrutura

É uma estratégia definida pela Gestão, na qual os campi elencam suas prioridades, em um prazo determinado. Em caso de não execução do orçamento disponibilizado, o mesmo é recolhido pela Reitoria e realocado para outro campus. Esta estratégia visa o aprimoramento da Gestão Orçamentária, bem como a efetiva utilização dos recursos disponibilizados ao IFC, buscando seu melhor aproveitamento e contemplando as prioridades institucionais. No exercício de 2016, esta estratégia trouxe resultados satisfatórios em relação à gestão orçamentária, sendo realizado um aproveitamento de cerca de 98% do orçamento liberado ao Instituto.

Distribuição de vagas para docentes e técnicos-administrativos com critérios definidos

A distribuição de vagas docentes foi articulada pela PROEN, em discussão com os Diretores de Desenvolvimento Educacional – DDEs. Foi realizada a análise da carga horária dos docentes de cada área solicitada a partir do Plano de Trabalho Docente – PTDs/2016, e colocados para análise da Reitoria, demais Pró-Reitores e DGP para definição dos critérios.

A apreciação dos pedidos, com transparência na condução do processo, visou atender a integralização dos cursos já existentes, garantir o atendimento educacional especializado de forma regularizada e a abertura de novos cursos que otimizassem a força de trabalho docente e infraestrutura

do campus, que estivessem previstos no PDI, além de garantir condições mínimas para os campi em implantação. Para tanto, tomou-se como referência os seguintes critérios: a) Considerar a carga horária de aulas dos docentes apenas para os componentes curriculares presentes nos cursos com oferta regular (cursos técnicos, graduação e stricto sensu); b) Atender a carga horária média de 10 horas na área; c) Reservar seis vagas para o Atendimento Educacional Especializado, para atender minimamente os processos de inclusão, garantindo ao menos uma vaga para cada região.

Lembra-se que, no final do ano 2016, como resultado da ação conjunta das Pró-Reitorias de Ensino, Pesquisa e Extensão foi sistematizado e conduzido para a aprovação, junto ao Consuper, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE, que passa a instituir os critérios para distribuição de vagas para docentes e técnicos administrativos para o IFC.

Institucionalização das ações de Ensino

A Pró-Reitoria de Ensino conduz a institucionalização de ações que acontecem no âmbito dos Campi do IFC, consolidando políticas e programas que imprimem qualidade social educacional, a democratização do acesso e a assistência ao estudante. Dentre estes, para além das ações específicas, citamos a elaboração das seguintes normas e regulamentos: Regulamento da Atividade Docente para adequação da Resolução 11/2015, que visa orientar, padronizar e esclarecer pontos referentes ao Regulamento da Atividade Docente, de forma complementar à respectiva Resolução (efetivamente, foi aprovada em 03/02/2017 a Nota Técnica Conjunta PROEN/PROPI/PROEX-IFC 001/2017); Resolução que institui diretrizes para as Licenciaturas para adequação dos cursos do IFC à Resolução CNE 02/2015; Portaria que institui o Calendário Acadêmico do IFC para consolidar as etapas posteriores, junto aos campi, como a publicidade do calendário, horário acadêmico, matriz curricular, e quadro docente; Resolução que institui e regulamenta o Comitê de Ensino Resolução que institui e regulamenta a Monitoria; Resolução que institui e regulamenta a Qualificação Profissional; Resolução que institui e regulamenta os Projetos de Ensino; Resolução que institui e regulamenta a conduta Discente; Resolução que institui e regulamenta o Programa de Recepção ao Servidor, para atendimento à Lei 12.772/2012; Ofício Circular 14/2016/DDR.

Desenvolvimento de ações de internacionalização do IFC

Ao longo do ano de 2016 a Gestão vem desenhando uma política de ações de internacionalização com Portugal e Finlândia. A proposta para Portugal está voltada para a área de ensino com a possibilidade de cotutela do mestrado profissional em ciências. A proposta de parceria com a Finlândia está voltada para a graduação, especialmente em engenharia elétrica e de automação.

Iniciou-se as tratativas de fomento, a partir de uma missão da SETEC/CONIF às instituições alemãs organizada pela GIZ, para implantação de energias renováveis para os Institutos Federais e possibilidade de oferta de cursos para profissionais vinculados ao setor.

Com Moçambique, está em curso o processo de parceria para o desenvolvimento de programa de formação de professores moçambicanos, com ênfase inicial em ciências agrárias.

Ressalta-se que já existem ações isoladas de professores desenvolvendo seus mestrados e/ou doutorados em outras instituições, contudo não reverteram estas ações em programas institucionais.

Transparência de ações institucionais

Como política de gestão, todas as ações institucionais são tratadas com transparência pública e divulgadas na página da instituição na internet, primando pelos princípios da Administração Pública previstos na Constituição Federal – Legalidade, Impessoalidade, Publicidade, Moralidade e Eficiência.

Intensificação da relação/articulação das ações da Reitoria junto aos campi

A gestão realizou diversas visitas aos campi, discutindo o planejamento e resultados do exercício, junto à comunidade escolar. Foram realizadas ainda reuniões com a gestão de cada campus, para atender as demandas específicas.

Criação da Corregedoria e da Coordenação de Ingressos

A gestão implantou a Corregedoria com o intuito de aperfeiçoar o sistema de correção no âmbito institucional. Criou-se também a Coordenação de Ingressos, com vistas ao aprimoramento do processo de ingresso de servidores e estudantes.

SIASS – Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor

Através de parceria entre diversos órgãos federais do Estado de Santa Catarina, a gestão implantou, no âmbito da Reitoria, o SIASS, atendendo à política de saúde do servidor.

Os Objetivos estratégicos são:

1.	Implantar sistema de gestão
2.	Criar mecanismos que evitem a evasão e retenção escolar
3.	Criar mecanismos de incentivo ao ensino, pesquisa e extensão
4.	Desenvolver projetos para captação de recursos extraordinários; visando a melhoria do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão
5.	Implementar Programas de Melhoria da Qualidade da Educação Básica
6.	Criar políticas e programas de formação e aperfeiçoamento contínuo de servidores docentes e técnico-administrativos em todos os níveis
7.	Definir a Estrutura Organizacional da instituição com padronização mínima
8.	Criar uma política de identidade institucional
9.	Criar um programa para melhorar a eficiência da Gestão de Compras
10.	Criar manuais e fluxos de trabalho no IFC
11.	Criar uma política para a implantação gradativa de novos cursos
12.	Fazer o mapeamento de competências de cargos e funções
13.	Estabelecer plano de reposição docente com critérios claros, visando agilizar as contratações
14.	Criar uma política de incentivo a inovação tecnológica
15.	Criar comissão para avaliação constante da infraestrutura mínima necessária ao bom funcionamento dos campi
16.	Padronizar no mínimo 75% das matrizes curriculares dos cursos do IFC
17.	Criar critérios de gestão a fim de agilizar a execução orçamentária e financeira
18.	Desenvolver mecanismos para melhorar a distribuição da carga horária de professores entre ensino, pesquisa e extensão
19.	Criar um programa de incentivo e fortalecimento de grupos de pesquisa de acordo com as áreas de atuação do campus
20.	Criar um programa de ações de extensão e pesquisa dos APLS nos campi
21.	Promover educação à distância para a qualificação interna dos servidores técnico-administrativos, servidores docentes e gestores
22.	Criar programas de Assistência Estudantil
23.	Criar uma política de Gestão Ambiental
24.	Fomentar a pesquisa aplicada e a participação em eventos
25.	Criar comissão de estudo para analisar a viabilidade de Fundação de Apoio para o IFC.
26.	Criar programa de formação continuada para gestores na modalidade presencial e/ou a distância
27.	Criar programa para diagnosticar, avaliar e otimizar a distribuição de aulas, disciplinas e atividades por área de conhecimento
28.	Instituir políticas de comunicação
29.	Criar programa para definir Eixo Tecnológico por campus
30.	Criar a política de acompanhamento dos egressos
31.	Promover a publicação dos trabalhos em periódicos indexados
32.	Criar política de apoio à produção cultural
33.	Criar um programa para estudar a viabilidade de implantação de incubadoras nos campi
34.	Estabelecer programa de parcerias nacionais e internacionais
35.	Implantar e consolidar as coordenações de comunicação, normatizando e formando equipes com profissionais da área.
36.	Implantar projetos de ação social
37.	Desenvolver um programa de execução da política de acessibilidade

3.1.2 - Estágio de implementação do planejamento estratégico

O planejamento estratégico do IFC para o período 2013-2017 vem sendo sistematicamente acompanhado pela alta gestão e seus alcances disponibilizados à comunidade. Esclarece-se que os percentuais de atingimento dos objetivos estratégicos foram definidos com base nas ações traçadas para 2016, pois quando houve a elaboração do Planejamento Estratégico (2013) não se traçou metas ou indicadores quantificáveis para o período de 2013-2017. Os alcances dos objetivos do exercício 2016 e as ações que originaram a mensuração foram:

- **Implantar sistema de gestão, com 70% do sistema implantado e em operação.**
 - Implantar o Sistema Integrado de Gestão conforme cronograma definido;
 - <www.dti.ifc.edu.br/sig/cronograma-de-execucao-sigaa/>;
 - <www.dti.ifc.edu.br/sig/cronograma-de-execucao-sipac/> e
 - <www.dti.ifc.edu.br/sig/cronograma-de-execucao-sigrh/>;
 - Utilizar o SIG Eventos nos eventos propostos pelo IFC, e o SIG Admin para envio de comunicados;
 - Alimentar o Sistema com dados que não importados do SIAPE;
 - Propor ações para o pleno, coordenado e qualificado uso do SIPAC nos campi e Reitoria;
 - Dar publicidade aos relatórios gerenciais disponibilizados pelos sistemas;
 - Adequação das Orientações Didáticas;
 - Customização e desenvolvimento de módulos;
- **Criar mecanismos que evitem a evasão e retenção escolar, com 70% das ações concluídas.**
 - Propor campanha institucional de valorização do servidor/aluno;
 - Realizar pesquisa para verificar a eficiência de ações desenvolvidas para a permanência dos estudantes;
 - Criar ações e grupo de estudo sobre permanência e êxito com profissionais internos e externos ao IFC;
 - Reavaliar finalidade e atuação do Setor de Atendimento Estudantil;
 - Implementar políticas de apoio ao esporte;
 - Organizar e desenvolver ações esportivas;
 - Buscar recursos externos para esporte;
 - Institucionalizar o “Dia D” de saúde e qualidade de vida aos estudantes nos campi.
- **Criar mecanismos de incentivo ao ensino, pesquisa e extensão, com 80% das ações concluídas.**
 - Incentivar as Cooperações técnicas;
 - Apoiar e organizar eventos no IFC, tais como SIEPE, MICTI, SEURS, feiras de matemática, entre outros;
 - Propor Ações de produção artística, cultural, histórica, institucional;
 - Propor e incentivar programas, projetos e ações de Extensão;
 - Criar mecanismos para promover a Indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão, tais como a curricularização da pesquisa e extensão;
 - Divulgar atividades de ensino, pesquisa e extensão realizadas pelo IFC;

- Publicar editais para desenvolvimento de projetos;
 - Promover a pós-graduação *lato e strictu sensu*.
- **Desenvolver projetos para captação de recursos extraordinários; visando a melhoria do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão, com 90% das ações concluídas.**
 - Propor ações para Viabilização de Eventos;
 - Incentivar a Prestação de Serviços;
 - Incentivar o desenvolvimento de Produtos e processos tecnológicos;
 - Criação do Escritório de Projetos.
 - **Implementar Programas de Melhoria da Qualidade da Educação Básica, com 90% das ações concluídas.**
 - Manutenção dos Programas do PIBID, PET e Prodocência;
 - Aprovar e instituir o Programa de Monitoria nos Campi;
 - Articular com as Redes de Educação das esferas Estaduais e Municipais, e/ou unidades escolares públicas no entorno dos Campi, a formação continuada de docentes da educação básica.
 - **Criar políticas e programas de formação e aperfeiçoamento contínuo de servidores docentes e técnico-administrativos em todos os níveis, com 80% das ações concluídas.**
 - Capacitar os servidores, por meio de cursos de aperfeiçoamento, qualificação e desenvolvimento profissional, para desempenharem com destreza e ética as atribuições de seus cargos e funções;
 - Revisão da Resolução da Política de Capacitação;
 - Elaboração e execução do Plano Anual de Capacitação;
 - Aprovar e instituir o Programa de Recepção do Servidor, Formação Continuada de Docentes e Formação Pedagógica de Docentes.
 - **Definir a Estrutura Organizacional da instituição com padronização mínima, com 100% das ações concluídas.**

Foi instituído Grupo de Trabalho constituído pela Portaria nº 2.089/2015 de 01 de setembro de 2015 e retificado pela Portaria nº 746/2016 de 01 de março de 2016 que fez estudo sobre o dimensionamento da força de trabalho dos servidores Técnicos Administrativos da Educação (TAEs) no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense, seu trabalho foi concluído em maio/2016.

- **Criar uma política de identidade institucional, com 100% das ações concluídas.**

A Cecom tem consolidado a identidade institucional do IFC por meio de diversas ações que se materializam em: Manual de Identidade Visual do IFC, Manual de Padronização da Comunicação do IFC, Manual de Identidade Visual dos Cursos do IFC, Manual para Uso de Mídias Sociais pelas Cecom do IFC e Instrução Normativa 003/2014, que dispõe sobre a normatização da sigla do Instituto Federal Catarinense e incentiva o uso do nome e da logomarca simplificada em todas as atividades institucionais. Além disso, as campanhas de ingresso e suas respectivas ações de divulgação representam os esforços do setor, para tornar conhecidos os serviços ofertados à

comunidade e, por conseguinte, o processo de consolidação da identidade institucional. As iniciativas e diretrizes citadas, em conjunto, constituem ações significativas para o posicionamento social da marca da instituição.

Todos os documentos mencionados foram publicizados e estão disponíveis em: <http://cecom.ifc.edu.br/manuais-e-guias/>, <http://cecom.ifc.edu.br/documentos-cecom/> e <http://cecom.ifc.edu.br/logotipos-do-ifc/>.

- **Criar um programa para melhorar a eficiência da Gestão de Compras, com 80% das ações concluídas.**
 - Desenvolver a cultura do planejamento das compras nos campi e Reitoria;
 - Propor ações para programar e otimizar a manutenção e conservação da estrutura dos prédios e zelar pelos bens da Reitoria;
 - Propor ações para otimizar a logística e garantir a confiabilidade das informações do processo de aquisições no SIPAC.

- **Criar manuais e fluxos de trabalho no IFC, com 70% das ações concluídas.**
 - Sistematizar, padronizar e acompanhar os processos;
 - Desenvolver Fluxos de Processos e fluxos de trabalho;
 - Manualizar Processos;
 - Monitorar mensalmente a execução das ações, por meio da análise dos indicadores e fazer os redirecionamentos necessários.

- **Criar uma política para a implantação gradativa de novos cursos, com 30% das ações concluídas.**
 - Estabelecer critérios e prioridades para abertura de novos cursos no âmbito do CONSEPE;
 - Mapear a Força de trabalho docente;
 - Mapear a abertura dos cursos superiores, técnicos de nível médio, FIC e dos programas CERTIFIC e PROEJA.

- **Fazer o mapeamento de competências de cargos e funções, com 50% das ações concluídas.**
 - Definir as habilidades e conhecimentos necessários ao desempenho das atribuições de cargos e funções;
 - Implantação da Gestão por Competências.

- **Estabelecer plano de reposição docente com critérios claros, visando agilizar as contratações, com 100% das ações concluídas.**

Foi criada Comissão para alteração da Resolução CONSUPER nº 048/2014 – Professor Substituto (Portaria nº 3.015 de 23/08/2016), a fim de melhorar a forma de contratação de Professor Substituto no âmbito do IFC, bem como, propor critérios de contratação de Professor Visitante (Nacional e Estrangeiro). Busca-se melhorar os procedimentos de contratação docente para rápida

reposição, a fim de que as atividades didático-pedagógicas não sejam prejudicadas. As regras para contratação de professores substitutos já estão definidas pelo Grupo de Trabalho. Atualmente os esforços do GT estão direcionados às contratações de professores visitantes (nacional/estrangeiro), considerando a existência de uma série de peculiaridades envolvidas neste tipo de contratação. Está pré agendada visita à UFSC (Florianópolis), dia 25/10/2016, para tratar de situações específicas envolvendo essa contratação e subsidiar os trabalhos do GT/IFC.

- **Criar uma política de incentivo a inovação tecnológica, com 40% das ações concluídas.**
 - Promover a Cultura voltada para inovação;
 - Incentivar e fomentar projetos e ações voltadas a inovação;
 - Estruturar o Núcleo de Inovação Tecnológica – NIT.
- **Criar comissão para avaliação constante da infraestrutura mínima necessária ao bom funcionamento dos campi, com 90% das ações concluídas.**
 - Otimizar o planejamento dos Campi, implementando planos diretores.
- **Padronizar no mínimo 75% das matrizes curriculares dos cursos do IFC, com 70% das ações concluídas.**
 - Elaborar de diretrizes institucionais: prática como componente curricular, estágio, 20% EAD e matriz curricular;
 - Harmonizar institucionalmente as matrizes dos cursos;
 - Criar documento orientador para normatizar as práticas profissionais dos cursos do IFC.
- **Criar critérios de gestão a fim de agilizar a execução orçamentária e financeira, com 80% das ações concluídas.**
 - Propor Ações para o dimensionamento da disponibilidade de orçamento e para a qualidade da execução orçamentária do IFC nos campi e Reitoria;
 - Propor ações para equalizar, em âmbito institucional, a infraestrutura dos campi e Reitoria;
 - Propor ações para garantir a conformidade e a qualidade dos Registros Contábeis nos Campi e Reitoria.
- **Desenvolver mecanismos para melhorar a distribuição da carga horária de professores entre ensino, pesquisa e extensão, com 70% das ações concluídas.**
 - Monitoramento e mapeamento da implantação da Resolução nº 11/2015;
 - Revisão da Resolução 11/2015, considerando a Portaria nº 17, de maio 2016 SETEC/MEC.
- **Criar um programa de incentivo e fortalecimento de grupos de pesquisa de acordo com as áreas de atuação do campus, com 100% das ações concluídas.**

Desenvolveu-se um programa de apoio à produção e publicação científica e tecnológica, que condiciona os pesquisadores interessados a integrar grupos de pesquisa para pleitear apoio do programa. Foi criado também regulamento específico para avaliação dos grupos de pesquisa, de acordo com sua produção.

- **Criar um programa de ações de extensão e pesquisa dos Arranjos Produtivos, Culturais e Sociais Locais - APLS nos campus, com 90% das ações concluídas.**
 - Propor ações para Atendimento às APL.
- **Promover educação à distância para a qualificação interna dos servidores técnico-administrativos, servidores docentes e gestores, com 90% das ações concluídas.**
 - Busca por ferramentas que possibilitem a disponibilização de conteúdos para capacitação à distância;
 - Criar e implantar diretrizes EAD.

- **Criar programas de Assistência Estudantil, com 100% das ações concluídas.**

Desde 2011 o IFC tem investido em um conjunto de ações implementadas pela Coordenação-Geral de Políticas e Programas Estudantis, a atuação desta coordenação está em consonância com a Política Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. As políticas e projetos desenvolvidos têm como principal finalidade garantir a permanência de todos os estudantes, com atenção especial àqueles provenientes de famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica, por meio da redução das taxas de evasão e reprovação. A Coordenação possui equipes multiprofissionais nos campi e Reitoria preparadas para atendimento dos estudantes, sendo: assistentes sociais, psicólogos, nutricionistas, pedagogos, técnico em assuntos educacionais, assistentes de alunos, entre outros.

- **Criar uma política de Gestão Ambiental, com 70% das ações concluídas.**
 - Optar por materiais sustentáveis e utilizá-los com vistas à preservação dos recursos naturais;
 - Promover campanha de conscientização: “A importância da separação e destinação adequada dos resíduos produzidos no IFC”;
 - Promover campanha de economia na impressão e reprodução de papéis;
 - Fornecer textos, artigos ou pesquisas para apresentação no boletim informativo do IFC, com informações de relevância com a temática ambiental e de sustentabilidade.
- **Fomentar a pesquisa aplicada e a participação em eventos, com 100% das ações concluídas.**

Aprovação da Resolução nº20/2015 (Programa de Apoio à Produção e Publicação Científica e Tecnológica – PAPCT do IFC) e publicação, com periodicidade anual de editais de apoio a projetos de pesquisa (bolsas e custeio), publicação e apresentação de trabalhos.

- **Criar comissão de estudo para analisar a viabilidade de Fundação de Apoio para o IFC, com 100% das ações concluídas.**

O estudo sobre convênios com fundações de apoio foi finalizado e a comissão entendeu que não seria viável criar uma Fundação própria. Propôs a adesão a uma Fundação existente. Assim, buscou-se o credenciamento à FAPEU - Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária, sendo aprovado pelo CONSUPER/IFC e Conselho Universitário/UFSC. A partir dessa aprovação, iniciaram as tratativas para a autorização da FAPEU como Fundação de Apoio do IFC junto ao GAT - Grupo de Apoio Técnico, composto por membros do MEC e MCTI, processo em andamento.

- **Criar programa de formação continuada para gestores na modalidade presencial e/ou a distância, com 50% das ações concluídas.**
 - Investir em formação continuada para gestores na modalidade presencial e/ou a distância.
- **Criar programa para diagnosticar, avaliar e otimizar a distribuição de aulas, disciplinas e atividades por área de conhecimento, com 70% das ações concluídas.**
 - Sistema para gerenciamento das atividades docentes.
- **Instituir políticas de comunicação, com 10% das ações concluídas.**
 - Viabilizar a contratação de um profissional de assessoria de comunicação para dar suporte ao estudo;
 - Elaborar a Política de Comunicação.
- **Criar programa para definir Eixo Tecnológico por campus, com 90% das ações concluídas.**
 - Mapear os eixos tecnológicos.
- **Criar a política de acompanhamento dos egressos, com 80% das ações concluídas.**
 - Criar Políticas de Egressos;
 - Criar mecanismos para acompanhamento – Egressos nos CAMPI;
 - Monitorar e mapear a inserção dos egressos no mercado de trabalho;
 - Criar ações para Parcerias para os Egressos;
 - Propor Ações de integração IFC e Egressos.
- **Promover a publicação dos trabalhos em periódicos indexados, com 100% das ações concluídas.**

Aprovação da Resolução nº20/2015 (Programa de Apoio à Produção e Publicação Científica e Tecnológica – PAPCT do IFC) e publicação anual de edital de apoio à publicação de artigos em periódicos indexados.
- **Criar política de apoio à produção cultural, com 70% das ações concluídas.**
 - Implementar políticas de apoio à cultura;
 - Organizar e desenvolver ações culturais;
 - Buscar recursos externos para cultura;
- **Criar um programa para estudar a viabilidade de implantação de incubadoras nos campi, com 100% das ações concluídas.**

Considerando a existência de Incubadoras nas regiões em que os Campi do IFC se encontram, neste momento, busca-se a consolidação de parcerias com essas incubadoras, através de Termos de Cooperação.
- **Estabelecer programa de parcerias nacionais e internacionais, com 50% das ações concluídas.**

- Articular e estabelecer Convênios/Parcerias Nacionais e Internacionais.
- **Implantar e consolidar as coordenações de comunicação, normatizando e formando equipes com profissionais da área, com 70% das ações concluídas.**
 - Consolidar as Coordenações de Comunicação nos campi.
- **Implantar projetos de ação social, com 90% das ações concluídas.**
 - Propor ações que incentivem o desenvolvimento de projetos sociais.
- **Desenvolver um programa de execução da política de acessibilidade, com 50% das ações concluídas.**
 - Mapear e realizar as adaptações necessárias para a acessibilidade;
 - Consolidar o NAPNE para o atendimento às pessoas com deficiência e necessidades específicas;
 - Implementar a Política de Atendimento Educacional Especializado;
 - Implementar a certificação por terminalidade específica;
 - Contribuir para a capacitação dos servidores e o desenvolvimento de uma cultura inclusiva.
- **Implantar programa de apoio a estudantes com elevado desempenho, com 50% das ações concluídas.**
 - Criar estratégias de participação do estudante em eventos específicos;
 - Implementar a Política de Atendimento Educacional Especializado.

3.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

Atendendo aos dispositivos legais, entre eles a Lei nº 9394/96, a Lei nº 10861/2004, o Decreto nº 5773/2006, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e o Plano Nacional de Educação (PNE), o IFC adotou, desde a sua criação em 2009, a descentralização de atividades, por meio de portaria de delegação de competências aos diretores-gerais dos *campi* e aos coordenadores de Gestão de Pessoas, para maior autonomia dos gestores, assim como valorização das competências destes.

3.2 - FORMAS E INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO E RESULTADOS DOS PLANOS

Em 2015 o IFC iniciou a implantação do Sistema Integrado de Gestão (SIG), este sistema provê as ferramentas e funcionalidades necessárias para a realização da gestão administrativa, financeira, patrimonial e acadêmica da instituição. Por possuir diversos módulos, estratificados de acordo com sua área de atuação, cada um destes possui um responsável da área de negócio e um responsável da área técnica.

SIGRH (Sistema Integrado de Gestão e Recursos Humanos): informatiza os procedimentos de recursos humanos, tais como: marcação/alteração de férias, cálculos de

aposentadoria, avaliação funcional, dimensionamento de força de trabalho, controle de frequência, concursos, capacitações, atendimentos *online*, serviços e requerimentos, registros funcionais, relatórios de RH, dentre outros. A maioria das operações possui algum nível de interação com o sistema SIAPE (sistema de âmbito nacional), enquanto outras são somente de âmbito interno;

SIPAC (Sistema Integrado de Gestão de Patrimônio, Administração e Contratos): oferece operações fundamentais para a gestão das unidades responsáveis pelas finanças, pelo patrimônio e pelos contratos, sendo, portanto, atuante nas atividades-meio dessa instituição. O sistema SIPAC integra totalmente a área administrativa desde a requisição (material, prestação de serviço, suprimento de fundos, diárias, passagens, hospedagem, material informacional, manutenção de infraestrutura) até o controle do orçamento distribuído internamente;

SIGAA (Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas): informatiza os procedimentos da área acadêmica através dos módulos de graduação, pós-graduação (*stricto e lato sensu*), ensino técnico, ensino médio e infantil, submissão e controle de projetos e bolsistas de pesquisa, submissão e controle de ações de extensão, submissão e controle dos projetos de ensino (monitoria e inovações), registro e relatórios da produção acadêmica dos docentes, atividades de ensino a distância e um ambiente virtual de aprendizado denominado Turma Virtual;

SIGAdmin: é a área de administração e gestão dos 3 sistemas integrados. Este sistema gerencia entidades comuns entre os sistemas informatizados, tais como: usuários, permissões, unidades, mensagens, notícias, gerência de *sites* e portais, dentre outras funcionalidades. Apenas gestores e administradores do sistema têm acesso ao SIGAdmin.

O sistema **Siga-EPCT (SIGA EDU)** é o Sistema Integrado de Gestão Acadêmica da Educação que gerencia os processos acadêmicos das instituições de EPCT - Educação Profissional, Científica e Tecnológica. O módulo de Ensino engloba informações referentes à Infraestrutura; Planejamento, Acompanhamento e Fechamento do Período Letivo; Admissão de Alunos; Formação de Turma de Alunos; e Diários de Classe. Cabe lembrar que as atividades do sistema SIGA EDU serão incorporadas às atividades do sistema SIGAA, à medida que este seja implantado no IFC. O SIGA EDU será descontinuado tão logo a implantação do SIG esteja concluída, permanecendo para acesso de consultas por um período de tempo ainda a ser estabelecido.

O sistema Pergamum contempla as principais funções de uma Biblioteca, funcionando de forma integrada, com o objetivo de facilitar a gestão das bibliotecas dos *campi* da instituição, melhorando a rotina diária com os seus usuários (alunos, professores e servidores das bibliotecas).

Dentre os documentos norteadores para a gestão, pode-se citar o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), mediante o qual o IFC planeja suas ações em médio prazo e avalia suas ações para adequá-las à conjuntura vigente em cada ano. O PDI, referente ao período de 2014-2018, descreve a missão a que se propõe o Instituto, a filosofia de trabalho adotada, as diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, a estrutura organizacional e as atividades acadêmicas que pretende desenvolver no período supracitado com vistas às diretrizes emanadas pelo Ministério da Educação – MEC – por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC.

Outros documentos que auxiliam a gestão são o Planejamento Estratégico, o Censo Interno, a Comissão Própria de Avaliação e os relatórios de avaliação dos cursos.

3.3 – DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO

3.3.1 – Objetivos estabelecidos no PPA responsabilidade da Unidade e Resultados Alcançados

Não se aplica ao IFC.

Responsabilidade da UPC do MEC.

3.3.2 – Execução física e financeira das ações da LOA de responsabilidade da unidade

Ações relacionadas a PROGRAMA TEMÁTICO do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS:

Quadro 5: Ação OFSS - 20RG

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X) Integral () Parcial					
Código	20RG Tipo: Projeto					
Título	EXPANSÃO E REESTRUTURACAO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO					
*Iniciativa						
Objetivo	Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão. Código: 1009					
Programa	Educação de qualidade para todos Código: 2080					
Unidade Orçamentária	26422 – INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
4.408.537	4.408.537	2.578.551,81	445.799,78	346.204,33	99.595,45	2.132.752,03
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Construção, modernização, ampliação e reforma de bens imóveis; aquisição e locação de imóveis, veículos, máquinas e equipamentos, mobiliárias, laboratórios para as Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; Modernização tecnológica de laboratórios por meio aquisição de máquinas, equipamentos e mobiliários visando à implementação da pesquisa aplicada, desenvolvimento tecnológico e inovação.		Projeto viabilizado	6	3	3	
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

No ano de 2016, houve um contingenciamento de cerca de 58% no orçamento de investimentos, no qual impossibilitou a execução das metas inicialmente previstas, sendo realizado apenas parcialmente alguns dos projetos. Os projetos que foram iniciados em 2016, não foram realizados em sua totalidade neste exercício. Destaca-se o PRONATEC, onde foram empenhados apenas 49,98% do montante de dotação. Os outros dois projetos se referem a duas emendas parlamentares, no qual foram empenhados em sua totalidade, sendo um deles para a construção do refeitório do campus Blumenau, e a outra para construção da guarita do campus Luzerna, ambas ainda em construção.

Quadro 6: Ação OFSS - 20RL

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X) Integral () Parcial					
Código	20RL Tipo: Atividade					
Título	FUNCIONAMENTO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL					
*Iniciativa						
Objetivo	Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão. Código: 1009					
Programa	Educação de qualidade para todos Código: 2080					
Unidade Orçamentária	26422 – INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
53.887.426	53.716.007	47.977.407,59	32.797.010,25	31.161.450,36	1.635.559,89	15.180.397,34
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Gestão administrativa, financeira e técnica e desenvolvimento de ações visando ao funcionamento dos cursos de Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e das escolas técnicas vinculadas às universidades federais: manutenção de serviços terceirizados; pagamento de serviços públicos; pagamentos de contribuições e anuidades a organismos nacionais e internacionais; manutenção de infraestrutura física por meio de obras de pequeno vulto que envolvam ampliação, reforma ou adaptação e aquisição ou reposição de materiais, inclusive aquelas inerentes às pequenas		Estudante matriculado	12.296	9.280	11.132	

obras, observados os limites da legislação vigente; aquisição e ou reposição de acervo bibliográfico e veículos; capacitação de recursos humanos; prestação de serviços à comunidade; promoção de subsídios para estudos, análises, diagnósticos, pesquisas e publicações científicas; bem como demais contratações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades.					
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada

Na publicação da LOA 2016, foram previstos 12.296 alunos inscritos, sendo reprogramados para um quantitativo menor, devido às evasões e procuras por outras instituições, todavia, alguns fatores contribuíram para a manutenção dos mesmos, fazendo com que a meta realizada superasse a meta reprogramada, como os investimentos em infraestrutura para trazer mais comodidades aos alunos, bem como a ampliação de alguns cursos com maior divulgação dos mesmos.

Quadro 7: Ação OFSS - 2994

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(<input checked="" type="checkbox"/>) Integral (<input type="checkbox"/>) Parcial					
Código	2994 Tipo: Atividade					
Título	ASSISTÊNCIA AOS ESTUDANTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO					
*Iniciativa						
Objetivo	Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão. Código: 1009					
Programa	Educação de qualidade para todos Código: 2080					
Unidade Orçamentária	26422 – INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE					
Ação Prioritária	(<input type="checkbox"/>) Sim (<input checked="" type="checkbox"/>) Não Caso positivo: (<input type="checkbox"/>) PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria (<input type="checkbox"/>) Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
10.651.184	10.651.184	10.527.559,79	8.917.215	8.849.791,54	67.423,46	1.610.344,79
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada

Fornecimento de alimentação, atendimento médico-odontológico, alojamento e transporte, dentre outras iniciativas típicas de assistência estudantil, cuja concessão seta pertinente sob o aspecto legal e contribua para o acesso, permanência e bom desempenho do estudante.			Benefício concedido	3.000	7.265	4.107
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Ações não previstas na LOA do exercício – Restos a Pagar – OFSS:

Quadro 8: Ação não prevista na LOA 2016 - Restos a Pagar OFFS - 20RG

Identificação da Ação					
Código	20RG Tipo: Projeto				
Título	EXPANSÃO E REESTRUTURACAO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCACÃO				
*Iniciativa					
Objetivo	Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência. Código: 0582				
Programa	Educação Profissional e Tecnológica Código: 2031				
Unidade Orçamentária	26422 – INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
10.472.668,08	7.223.353,33	99.491,24	Construção, modernização, ampliação e reforma de bens imóveis; aquisição e locação de imóveis, veículos, máquinas e equipamentos, mobiliárias, laboratórios para as Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; Modernização tecnológica de laboratórios por meio aquisição de máquinas, equipamentos e	Projeto viabilizado	3

			mobiliários visando à implementação da pesquisa aplicada, desenvolvimento tecnológico e inovação.		
--	--	--	---	--	--

Tratam-se de dois projetos de PRONATEC que ainda estão em execução, relativos a exercícios anteriores e uma emenda parlamentar.

Quadro 9: Ação não prevista na LOA 2016 - Restos a Pagar OFFS - 20RL

Identificação da Ação					
Código	20RL Tipo: Atividade				
Título	FUNCIONAMENTO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL				
*Iniciativa					
Objetivo	Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência Código: 0582				
Programa	Educação Profissional e Tecnológica Código: 2031				
Unidade Orçamentária	26422 – INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
14.679.644,04	10.939.063,43	1.723.928,96	Gestão administrativa, financeira e técnica e desenvolvimento de ações visando ao funcionamento dos cursos de Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e das escolas técnicas vinculadas às universidades federais: manutenção de serviços terceirizados; pagamento de serviços públicos; pagamentos de contribuições e anuidades a organismos nacionais e internacionais; manutenção de infraestrutura física por meio de obras de pequeno vulto que envolvam ampliação, reforma ou adaptação e aquisição ou reposição de materiais,	Estudante matriculado	8.877

			inclusive aquelas inerentes às pequenas obras, observados os limites da legislação vigente; aquisição e ou reposição de acervo bibliográfico e veículos; capacitação de recursos humanos; prestação de serviços à comunidade; promoção de subsídios para estudos, análises, diagnósticos, pesquisas e publicações científicas; bem como demais contratações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades.		
--	--	--	--	--	--

Quadro 10: Ação não prevista na LOA 2016 - Restos a Pagar OFFS - 2994

Identificação da Ação					
Código	2994 Tipo: Atividade				
Título	ASSISTÊNCIA AOS ESTUDANTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO				
*Iniciativa					
Objetivo	Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência Código: 0582				
Programa	Educação Profissional e Tecnológica Código: 2031				
Unidade Orçamentária	26422 – INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
1.107.410,42	738.572,25	169.346,66	Fornecimento de alimentação, atendimento médico-odontológico, alojamento e transporte, dentre outras iniciativas típicas de assistência estudantil, cuja concessão seta pertinente sob o aspecto legal e contribua para o acesso, permanência e bom desempenho do estudante.	Benefício concedido	7.429

Quadro 11: Ação não prevista na LOA 2016 - Restos a Pagar OFFS - 6380

Identificação da Ação					
Código	6380 Tipo: Atividade				
Título	FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA				
*Iniciativa					
Objetivo	Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência Código: 0582				
Programa	Educação Profissional e Tecnológica Código: 2031				
Unidade Orçamentária	26422 – INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
15.096,57	9.998,62	2.852,80	-	-	-

Quadro 12: Ação não prevista na LOA 2016 - Restos a Pagar OFFS - 2992

Identificação da Ação					
Código	2992 Tipo: Atividade				
Título	FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL				
*Iniciativa					
Objetivo	Código:				
Programa	Desenvolvimento da educação profissional e tecnológica Código: 1062				
Unidade Orçamentária	26422 – INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
14.380,28	14.380,28	-	-	-	-

3.3.3 – Fatores Intervenientes no Desempenho Orçamentário

Ao longo de 2016, o IFC teve um contingenciamento orçamentário de cerca de 57% em investimentos, o que ocasionou o atraso de execução de obras e de aquisição de equipamentos. Com esta situação, foram realizados remanejamentos para viabilizar alguns investimentos, como investimentos através de TED's e emendas parlamentares, pois o que havia de investimento liberado foi utilizado para a ampliação do campus avançado de Abelardo Luz. No custeio não houve bloqueio de valores, todavia houve a liberação de parte do orçamento apenas ao final do ano, o que gera riscos ao pleno aproveitamento dos recursos dentro do exercício e acaba gerando muitas inscrições em restos a pagar. Destacamos também que os repasses financeiros ocorriam de forma parcelada, com base no montante de despesas liquidadas e que embora em 2016 a situação se estabilizou mais do que em anos anteriores, o não repasse total dos recursos financeiros ocasionou alguns atrasos de pagamentos, que geraram pagamentos com multas ou até paralisações de obras e serviços essenciais.

3.3.4 - Obrigações Assumidas sem Respectivo Crédito Autorizado no Orçamento

Não houve obrigações assumidas sem o respectivo crédito autorizado no orçamento.

3.3.5 – Restos a Pagar em Exercícios Anteriores

Quadro 13: Restos a pagar em exercícios anteriores

Valores em R\$

Restos a Pagar Processados					
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano 2016 (a)	Pagos (b)	Cancelados (c)	Saldo a pagar 31/12 do ano 2016 (d) = (a-b-c)	
2009	180,00	-	-	180,00	
2011	10.751,48	-	-	10.751,48	
2012	16.033,96	11.327,95	-	4.706,01	
2013	45.401,12	44.652,27	-	748,85	
2014	1.081.320,94	1.062.434,89	1.518,50	17.367,55	
2015	9.018.122,90	8.937.530,56	37.724,35	42.867,99	
Restos a Pagar Não Processados					
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano 2016 (e)	Liquidados (f)	Pagos (g)	Cancelados (h)	Saldo a pagar 31/12 do ano 2016 (i) = (e-g-h)
2011	30.036,05	14.380,28	14.380,28	15.655,77	-
2012	1.076.802,48	-	-	29.068,51	1.047.733,97
2013	174.592,98	14.121,67	14.121,67	130.359,98	30.111,33
2014	5.643.260,31	3.993.345,87	3.993.345,87	648.019,98	1.001.894,46
2015	22.293.380,56	16.134.436,94	15.924.059,37	1.490.133,23	4.879.787,96

Análise Crítica

Ao longo dos anos anteriores, observou-se que parte do orçamento era bloqueado, porém ao final do ano, o mesmo era liberado em parte ou em todo, o que possibilitava o empenho de algumas despesas. As mesmas não eram totalmente liquidadas e permaneciam em restos a pagar. Observa-se que em 2015, foram inscritos R\$ 31.311.503,46 em RAP, restando apenas R\$ 4.922.655,95 ao final de 2016. Outra característica, é o fato de que algumas obras de expansão, que são despesas de investimento, foram suspensas, em alguns casos por falta de pagamento a fornecedores ou por problemas na execução das obras. Ao longo de 2016, foi feito um gerenciamento mais criterioso sobre a permanência de despesas em RAP, o que culminou no cancelamento de R\$ 2.352.480,32, um valor bem acima do que foi cancelado em 2015. As demais despesas que ainda se encontram inscritos em restos a pagar estão sendo acompanhadas, para que o objeto contratado seja entregue nas condições estipuladas.

3.3.6 – Execução Descentralizada com Transferência de Recursos

Os campi Araquari, Blumenau, Brusque, Camboriú, Fraiburgo, Ibirama, Rio do Sul, São Bento do Sul, São Francisco do Sul e Videira declararam não ter havido execução descentralizada com transferência de recursos.

CAMPUS BRUSQUE

Não se aplica. O Campus Brusque não realiza transferências voluntárias de seus recursos para execução descentralizada por outros Órgãos ou Entidades de ações sua responsabilidade, através de convênios ou instrumentos congêneres, uma vez que este já é uma Unidade Gestora de Execução descentralizada do IFC, executando seus recursos através de modalidades de aplicação direta 90 ou 91, realizando transferências internas apenas com tramitação pela Reitoria.

CAMPUS LUZERNA

Quadro 14: Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios - Campus Luzerna

Unidade concedente ou contratante						
Nome:	Instituto Federal Catarinense – Campus Luzerna					
CNPJ	10.635.424/0008-52					
UG/GESTÃO:	152663/26422					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Convênio						
Contrato de repasse	38	04		R\$ 29.786,84		
Termo de Cooperação						
Totais						

Fonte: Siafi Operacional

OBS: Os valores de Transferência de recursos foram pesquisados no SIAFI, >CONGRU, o qual demonstra todas as transferências (pagamentos) Intra.

Descrição dos valores informados:

O IFC Campus Luzerna repassou através de transferência de recursos para pagamento de

inscrições em capacitações os seguintes valores em 2016:

- **R\$ 400,00** - Código 28976-0 – Repasse para o INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN (158155 / 26435).
- **R\$ 200,00** – Código 70013-4 – Repasse para a ESCOLA DE ADMINISTRACAO FAZENDARIA (170009/0001).
- **R\$ 254,01** – Código 70013-4 – Repasse para a ESCOLA DE ADMINISTRACAO FAZENDARIA (170009/0001).

O IFC Campus Luzerna também repassou através de transferência de recursos para pagamento de faturas de serviços de publicações os seguintes valores em 2016:

- **14 transferências de recurso no valor total de R\$ 9.040,48** - Código 90050-8 – Repasse para a EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A (115406/20415), sendo que 01 transferência no valor de R\$ 608,50 refere-se a pagto de fatura(publicação) do ano de 2015, e as outras 13 transferências no valor de R\$ 8.431,98 refere-se a pagamento de fatura(publicação) do ano 2016.
- **25 transferências de recurso no valor total de R\$ 19.892,35-** Código 70198-0 – Repasse para o FUNDO DE IMPRENSA NACIONAL/EXEC.ORC.F (11245/0001); sendo que 03 transferências no valor total de R\$ 2.702,93 referem-se a pagamentos de fatura (publicação) do ano de 2015, e as outras 22 transferências no valor de R\$ 17.189,42 referem-se a pagamentos de fatura (publicação) do ano 2016.

REITORIA / CAMPUS AVANÇADO ABELARDO LUZ

Quadro 15: Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios - Reitoria

Unidade concedente ou contratante						
Nome:	Instituto Federal Catarinense - Reitoria					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Convênio						
Contrato de repasse						
Termo de Execução Descentralizada	1		1	486.538,68	480.297,00	480.297,00
Totais	1		1	486.538,68	480.297,00	480.297,00

Fonte: SIAFI

Ocorreram ao longo dos últimos 3 anos, 2 termos de execução descentralizada, no qual o de 2014, se refere ao termo de cooperação técnica nº 01/2014, firmado com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), através do processo nº 23348.000221/2014-66, com vigência até

abril de 2017, o qual tem por objetivo a transferência do sistema SIG, imprescindível para o cumprimento das obrigações legais impostas a este órgão como o controle de patrimônio e almoxarifado, dentre inúmeros outros, importantes à gerência da instituição. Este termo gerou descentralizações de recursos em três parcelas, nos exercícios de 2014, 2015 e 2016.

Ainda, no exercício de 2016, houve um Termo de Execução Descentralizada firmado com o Centro Regional de Treinamento ESAF/PR, que tem vigência de 17/08/2016 a 31/12/2016, através do processo 23348.002677/2016-22 o qual tem por objetivo a execução de curso na área de compras e contabilidade relacionado à planilha de custos e repactuações, ofertado para servidores de diversos campus do IFC.

Quadro 16: Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ nas modalidades de convênio, contratos de repasse e instrumentos congêneres - Reitoria

Unidade Concedente					
Nome: Instituto Federal Catarinense - Reitoria					
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Contratos de repasse	Termo de Execução Descentralizada
Exercício do relatório de gestão	Contas Prestadas	Quantidade			1
		Montante Repassado			5.359,45
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			1
		Montante Repassado			1.440.891,00
Fonte: SIAFI					

Segundo cláusula oitava do termo de cooperação técnica nº 01/2014, a prestação de contas deverá ser apresentado ao final da execução do objeto, com relatório descritivo detalhado das ações executadas. Já o termo de execução descentralizada nº 06/2016 teve sua prestação de contas apresentada em 14/12/2016, onde os valores não utilizados foram devolvidos a esta UG.

Quadro 17: Visão gerencial da análise das contas prestadas - Reitoria

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Instituto Federal Catarinense - Reitoria					
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão			Instrumentos		
			Convênios	Contratos de repasse	Termo de Execução Descentralizada
Contas analisadas	Quantidade aprovada				1
	Quantidade reprovada				

	Quantidade de TCE instauradas			
	Montante repassado (R\$)			5.359,45
Contas analisadas NÃO	Quantidade			
	Montante repassado (R\$)			
Fonte:				

As contas foram devidamente prestadas e aprovadas.

Análise Crítica

O termo de descentralização nº 01/2014, teve sua forma de repasse subdividido em 3 anos, sendo que o encerramento de vigência do mesmo ocorrerá em 2017. Desta forma, com a apresentação das prestações de contas, como previsto no processo, será possível realizar uma análise mais crítica em relação aos resultados esperados e obtidos através desta descentralização. Este parcelamento do repasse orçamentário foi realizado para evitar prejuízos às demais despesas que necessitavam ser executadas ao longo deste período, minimizando os efeitos de uma aquisição deste volume. Não possuímos um volume grande de descentralizações orçamentárias, fazendo com que não hajam problemas com os prazos para prestação de contas, oscilações no quantitativo de recursos transferidos ao longo dos anos e nem de recursos humanos e materiais para o acompanhamento da execução e posterior prestação de contas, uma vez que estas operações são restritas às demandas criadas neste órgão.

CAMPUS SANTA ROSA DO SUL / CAMPUS AVANÇADO SOMBRIO

Quadro 18: Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios - Campus Santa Rosa do Sul

Unidade concedente ou contratante- IFC						
Nome:	Campus Santa Rosa do Sul					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Convênio	0	0	0	0	0	0
Contrato de repasse	0	0	0	0	0	0
TED	1	0	0	5.877,25	0	0
Termo Compromisso	0	0	0	0	0	0
Totais	1	0	0	5.877,25	0	0

Quadro 19: Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ nas modalidades de convênio, contratos de repasse e instrumentos congêneres - Campus Santa Rosa do Sul

Unidade Concedente: IFC					
Nome: Campus Santa Rosa do Sul					
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Contratos de repasse	TED
Exercício do relatório de gestão	Contas Prestadas	Quantidade	0	0	1
		Montante Repassado	0	0	5.877,25
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0	0	0
Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0	0	0
Fonte:					

Análise Crítica

Repasse TED referente a Curso “in company” de Fiscalização e gestão de Contratos, pago para CENTRESAF/PR- CNPJ 00.394.460/0267-01.

3.3.6.1 - Estrutura de pessoal para análise das prestações de contas

Este órgão não possuiu estrutura de pessoal específica para análise das prestações de contas. A análise é realizada pela Coordenação-geral de Administração Financeira em conjunto com o setor responsável/demandante do convênio, contrato ou termo firmado.

3.3.7– Informações sobre Realização das Receitas

ANÁLISE CRÍTICA – CAMPUS ARAQUARI

Houve uma redução na arrecadação em função da não concretização de convênios previstos para 2016.

ANÁLISE CRÍTICA – CAMPUS BLUMENAU

As receitas próprias do campus Blumenau estão alocadas na Fonte SOF 0250 e são resultantes dos recolhimentos atinentes a multas de biblioteca, devolução de saldo não utilizado de cartão pesquisador e pagamento de água e energia elétrica referente a construção do refeitório que está em andamento.

ANÁLISE CRÍTICA – CAMPUS BRUSQUE

Tratam-se de pequenos valores arrecadados referente à multas de biblioteca, por atraso na devolução de materiais. O pequeno aumento na arrecadação deve-se ao caráter de implantação do Campus Brusque, aumentando sua demanda gradualmente, bem como o acervo bibliográfico, oferta de cursos, etc. Os demais valores de código início 6 tratam-se apenas de devolução de montantes do orçamento no próprio exercício, como diárias e suprimento de fundos, não caracterizando como receita própria.

ANÁLISE CRÍTICA – CAMPUS CAMBORIÚ

A composição das receitas de fontes próprias do IFC Campus Camboriú é basicamente formada por recolhimentos de multas da biblioteca, ticket's refeição para utilização do refeitório do campus por parte daqueles que não possuem direito a alimentação gratuita, cessão de espaço físico para cantina e recursos provenientes da venda dos excedentes das unidades produtivas didáticas dos cursos técnicos das áreas agrícolas da instituição. A redução de 2015 para 2016 reflete a readequação das unidades produtivas didáticas com base nas restrições orçamentárias e o melhor aproveitamento dos excedentes no setor de cozinha da instituição.

ANÁLISE CRÍTICA – CAMPUS FRAIBURGO

A receita própria ao longo do exercício e em comparação ao exercício anterior apresenta comportamento de elevação praticamente constante. Analisando os quadros acima, pode-se identificar um considerável acréscimo nas receitas próprias de 2016 em comparação com o total da receita arrecadada em 2015, tanto nos Serviços Educacionais, código: 28832-2, decorrentes de multas de biblioteca, que no exercício de 2016 foi de R\$ 323,00, superior ao arrecadado no exercício de 2015 que foi de R\$ 232,00, quanto nos Serviços Administrativos, código:28830-6, decorrentes dos serviços de reprografia, que no exercício de 2016 foi de R\$ 3.935,00, superior ao arrecadado no exercício de 2015 que foi de R\$ 69,90. Esta variação decorre, em parte, devido ao crescente aumento do número de alunos e da disponibilidade a partir de novembro de 2015 dos serviços de reprografia ao público interno do IFC – Campus Fraiburgo.

ANÁLISE CRÍTICA – CAMPUS IBIRAMA

Não se aplica ao campus.

ANÁLISE CRÍTICA – CAMPUS LUZERNA

Não temos conhecimento de qual valor foi previsto para o IFC Campus Luzerna no Ano de 2016.

Houve um aumento significativo, mais de 100% do valor arrecadado se compararmos com o ano de 2015. Isto ocorreu devido ao fato de existirem parcerias com empresas da região, que solicitam serviços, e os mesmos pagam através de GRU, estas parcerias se intensificaram a partir de 2016. Houve um aumento também devido a entrada de novos alunos, os quais geram mais valores de cópias, bem como multas na biblioteca.

Tivemos também um valor não previsto como Outros Serviços, isto ocorreu devido ao fato que na metade de 2016 foi assinado um contrato com uma empresa para realização de um projeto, que não tínhamos como prever em 2015, a qual disponibiliza o pagamento dos estagiários através

de depósito para o IFC.

ANÁLISE CRÍTICA – CAMPUS RIO DO SUL

O Campus Rio do Sul arrecadou em 2016 o total de R\$ 96.512,50 de receitas próprias.

A composição da arrecadação se divide basicamente em Receita de Serviços Administrativos (79,7 % da arrecadação) e Receita de produção animal e vegetal.

A Receita de Serviços baseia se principalmente na venda de tickets alimentação do refeitório escolar e da venda de fotocópias nas unidades educativas. Já a receita de Produção animal e vegetal decorre da venda dos excedentes de produção que não são consumidos não próprio refeitório escolar, tais como venda de hortaliças, ovos, carnes, etc.

No ano de 2016 havíamos previsto uma arrecadação de R\$ 110.000,00, porém devido a grave crise financeira que o país atravessa, impactou negativamente na venda de serviços e produção, frustrando receita.

ANÁLISE CRÍTICA – CAMPUS SÃO BENTO DO SUL

O Campus São Bento do Sul gerou, em 2016, R\$ 57,00 em receitas em fontes próprias. Proveniente de arrecadação através de Guia de Recolhimento da União das multas por atraso de entrega de livros na Biblioteca do Campus. Natureza da Receita: Custeio. Fonte: 0250000000. Não há como estabelecer o comportamento da receita ao longo do exercício e nem estabelecer principais fatores que impactaram a variação das receitas, devido a ser este o primeiro fato gerador de receitas próprias do Campus, e nem compará-la com exercícios anteriores devido ao mesmo motivo. Em virtude de o Campus São Bento do Sul não possuir UG própria e estar vinculado, financeiramente, a UG do Campus Araquari, este valor está vinculado ao Campus Araquari, e será transferido ao Campus São Bento do Sul assim que o mesmo estiver sua UG disponível no SIAFI.

ANÁLISE CRÍTICA – CAMPUS SANTA ROSA DO SUL

O incremento de despesas em 2016 em relação ao ano de 2015, principalmente em aluguéis se deveu ao fato de ter havido nova concorrência para as cantinas aumentando o valor do aluguel, em relação aos serviços administrativos, também houve um maior controle e cobrança dos valores oriundos das casas funcionais. Em relação aos serviços de hospedagem e alimentação não há uma análise mais profunda sobre esta diminuição, que não é tão significativa.

ANÁLISE CRÍTICA – CAMPUS SÃO FRANCISCO DO SUL

Receita com a concessão onerosa do espaço do refeitório total arrecadado no ano de 2016 foi de R\$ **16.080,00** por GRU código **28802-0**, recolhedor 08.742.760/0001-86, Receita com aluguel do espaço do Campus São Francisco do Sul para aplicação do exame nacional ENEM 2016 recolhido por GRU Recolhedor 421.636.179-04 responsável pela instituição aplicação do exame, valor recebido **R\$ 600,0** (seiscentos reais).

Receita recebida **código 28837-0** referente ao recebimento de 50% do valor das refeições dos alunos do ensino médio integrado do campus São Francisco do Sul, valor total recebido no ano **R\$ 111.774,00** (centro e onze mil setecentos e setenta e quatro reais).

Receita **código 28832-2** referente a multas da biblioteca paga pelos alunos do Campus São Francisco do Sul valor total de **R\$ 2.251,00** (dois mil duzentos e cinquenta e um reais) no de 2016.

Receita código **28830-6** valor recebido **R\$ 12,00** (doze reais) no ano de 2016.

Valor Total Previsto para ano 2016 **R\$ 144.000,00** (centro e quarenta e quatro mil reais).

Valor Total Recebido de Receitas Próprias no ano de 2016 foi de **R\$ 130.717,00** (centro e trinta mil setecentos e dezessete reais).

O campus tem como regra, não receber valores em espécie, somente via GRU para garantir que os recursos entrem na conta da instituição, para ter um controle mais efetivo sobre os recursos financeiros da instituição.

A média do mês de fevereiro a novembro é de aproximadamente R\$ 13.000,00 (treze mil reais) devido ser o período letivo no qual os alunos estão pegando livros na biblioteca, e pagando o almoço, nos meses de janeiro, Julho e dezembro esse valor cai devido ser o período de férias dos alunos.

ANÁLISE CRÍTICA – CAMPUS VIDEIRA

As principais fontes de receita própria são derivadas de multas geradas pela devolução de livros em atraso na biblioteca, pelos serviços de reprografia (cópias de materiais de estudo e documentos para o público interno do IFC - Campus Videira), e pelas receitas derivadas do aluguel da concessão da cantina.

No ano de 2015, foi registrado um montante de R\$ 84.547,67, já em 2016, foi registrado um total de R\$ 67.693,78 de receitas arrecadadas. Tal diminuição, se deu devido ao fato do ano anterior, alguns prestadores de serviços terceirizados terem restituído valores ref. a dias que os postos de trabalho não foram atendidos suficientemente, e também valores de vale-transporte, que os mesmos não comprovaram pagamento aos funcionários na folha de pagamento. Salienta-se, que estas devoluções foram orientadas pela procuradoria e auditoria do IFC, e instruídas em processo administrativo próprio.

ANÁLISE CRÍTICA – REITORIA E CAMPUS AVANÇADO ABELARDO LUZ

As receitas mantiveram suas projeções estipuladas no orçamento, exceto no que se refere às receitas de inscrições em concursos e processos seletivos, onde houve uma arrecadação significativamente maior do que o previsto, pois foi realizado concurso público para preenchimento de vagas de docentes e de técnicos em administração. Outra receita que teve maior arrecadação do que a previsão foi a receita com serviços administrativos. Houve arrecadações inferiores às previsões nas transferências municipais e de instituições privadas. Em relação a exercícios anteriores, não foi identificado alterações significativas nas receitas, exceto no que se refere às inscrições em concurso, pelo fato excepcional ocorrido em 2016.

Quadro 20: Totalizador de receitas do órgão

NATUREZA DE RECEITA		2016		2015	
		ARRECADADO	PREVISTO	ARRECADADO	PREVISTO
13100111	Aluguéis e Arrendamentos – Principal	154.611,73	105.361,00	120.642,08	74.876,00
13100112	Aluguéis e Arrendamentos – Multas e Juros	155,21		719,23	
13100211	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos – Principal	4.600,00			
14000011	Receita Agropecuária – Principal	220.779,90	273.849,00	248.747,85	596.236,00
16100111	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais – Principal	813.207,95	660.191,00	665.261,30	627.345,00
16100112	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais – Multas e Juros	29,57			
16100211	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos – Principal	332.168,70	5.215,00	5.490,00	390.776,00
16909911	Outros Serviços – Principal	3.600,00			
19100111	Multas Previstas em Legislação Específica – Principal	5.489,00			
19100911	Multas e Juros Previstos em Contratos – Principal	21.633,90	23.795,00	17.157,30	
19210111	Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público – Principal	6.992,00			
19210311	Indenização por Sinistro – Principal	20,00	2.098,00	1.993,81	926,00
19229911	Outras Restituições – Principal	4.430,46		793,55	
19909911	Outras Receitas – Primárias – Principal	4.618,10		17.803,64	47.383,00
19909912	Outras Receitas – Primárias – Multas e Juros	3.333,95		3.023,14	
TOTAL		1.575.670,47	1.070.509,00	1.081.631,90	1.737.542,00

3.3.8 – Execução de Despesas

Quadro 21: Despesas por modalidade de contratação

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	48.407.631,38	16,34	52.208.661,50	20,02	26.054.738,54	9,64	24.72.176,34	10,75
b) Tomada de Preços	3.300.181,76	1,11	3.157.342,65	1,21	220.133,31	0,08	156.623,14	0,07
c) Concorrência	4.265.628,81	1,44	13.053.580,71	5,01	351.435,30	0,13	4.281.366,80	1,87
d) Pregão	40.841.820,81	13,78	35.997.738,14	13,81	25.483.169,93	9,42	20.234.186,40	8,82
2. Contratações Diretas (h+i)	6.454.355,97	2,18	7.094.451,22	2,72	4.699.788,96	1,74	4.784.382,47	2,09
h) Dispensa	5.253.785,49	1,77	6.013.856,44	2,31	3.757.289,51	1,39	4.052.811,39	1,77
i) Inexigibilidade	1.200.570,48	0,41	1.080.594,78	0,41	942.499,45	0,35	731.571,08	0,32
3. Regime de Execução Especial	89.590,02	0,03	81.707,15	0,03	88.646,58	0,03	78.984,74	0,03
j) Suprimento de Fundos	89.590,02	0,03	81.707,15	0,03	88.646,58	0,03	78.984,74	0,03
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	215.593.815,18	72,76	181.908.190,89	69,76	215.477.939,34	79,69	181.907.503,58	79,28
k) Pagamento em Folha	214.364.184,69	72,34	180.875.385,74	69,37	214.250.630,15	79,23	180.875.385,74	78,83
l) Diárias	1.229.630,49	0,41	1.032.805,15	0,40	1.227.309,19	0,45	1.032.117,84	0,45
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	270.545.392,55	91,27	241.293.010,76	92,51	246.321.113,42	91,06	211.443.047,13	92,12
6. Total das Despesas da UPC	296.326.571,16	100	260.751.037,10	100	270.407.095,69	100	229.439.533,64	100

Quadro 22: Despesas por grupo e elemento de despesa

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
1. Despesas de Pessoal	214.364.184,69	180.875.385,74	214.364.184,69	180.875.385,74	-	-	214.250.630,15	180.875.385,74
Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	162.163.161,98	134.990.086,27	162.163.161,98	134.990.086,27	-	-	162.085.575,71	134.990.086,27
Obrigações patronais – op. intra-orçamentárias	33.153.932,88	27.907.153,03	33.153.932,88	27.907.153,03	-	-	33.153.932,88	27.907.153,03
Demais elementos do grupo	19.047.089,83	17.978.146,44	19.047.089,83	17.978.146,44	-	-	19.011.121,56	17.978.146,44
3. Outras Despesas Correntes	68.617.818,14	58.153.344,15	54.108.433,44	48.438.233,89	14.509.384,70	9.715.110,26	52.885.771,77	43.415.929,01
Locação de mão-de-obra	17.444.542,84	16.395.369,14	13.242.388,07	13.411.150,97	4.202.154,77	2.984.218,17	12.688.999,51	11.345.478,35
Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	12.734.668,09	12.216.690,17	8.599.110,55	8.940.159,82	4.135.557,54	3.276.530,35	8.347.039,48	7.666.144,08
Material de consumo	10.440.673,79	7.491.131,74	6.176.836,84	5.715.938,22	4.263.836,95	1.775.193,52	5.902.887,45	4.574.124,84
Auxílio-alimentação	8.836.770,96	6.305.164,26	8.836.770,96	6.305.164,26			8.836.770,96	6.305.164,26
Auxílio financeiro a estudantes	7.441.298,50	6.332.863,09	6.573.377,98	5.780.766,33	867.920,52	552.096,376	6.532.917,98	5.504.739,31
Demais elementos do grupo	11.719.863,96	9.412.125,75	10.679.949,04	8.285.054,29	1.039.914,92	1.127.071,46	10.577.156,39	8.020.278,17
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
4. Investimentos	13.344.568,33	21.722.307,21	4.001.499,55	9.144.036,91	9.343.068,78	12.578.270,30	3.270.693,77	5.148.218,89
Obras e instalações	6.530.921,97	15.681.600,11	491.774,57	6.254.446,00	6.039.147,40	9.427.154,11	220.133,31	4.248.795,61
Equipamentos e material permanente	6.522.763,96	5.716.062,97	3.432.709,52	2.741.518,74	3.090.054,44	2.974.544,23	2.973.545,00	751.351,11
Demais elementos do grupo	290.882,40	324.644,13	77.015,46	148.072,17	213.866,94	176.571,96	77.015,46	148.072,17

ANÁLISE CRÍTICA DA REALIZAÇÃO DA DESPESA

Alterações significativas ocorridas no exercício

No ano de 2016, houve um aumento de 12,01% das despesas executadas e de 15,15% das despesas pagas, em comparativo com 2015. Este aumento se deve principalmente devido as despesas com a folha de pagamento, que aumentaram 15,62%. Isto ocorre principalmente ao fato de ter ocorrido reajuste salarial e pela nomeação de novos servidores. Dentre as modalidades de licitação, o pregão possuiu a maior representatividade. Dentre estas, houve uma diminuição das demais modalidades de licitação, principalmente a concorrência, que é utilizada especialmente para a contratação de investimentos, onde ocorreu uma queda de 3,57 comparado à 2015, justificado ao fato do contingenciamento orçamentário de investimentos. Observa-se ainda que 91,25% das despesas executadas em 2016 foram pagas, sendo o índice superior aos 87,99% em relação à 2015. As demais despesas apresentaram aumento devido ao aumento geral dos preços de bens e serviços, mantendo sua proporção dentro do total executado e pago de despesas. Ao analisar despesas por grupos, observa-se que dentre as despesas correntes, a mais significativa é com locação de mão de obra, representando 25,42% do total empenhado de outras despesas correntes. Nos investimentos, nota-se uma queda brusca nos valores empenhados, liquidados e pagos, justificado ao fato de ter sido bloqueado cerca de 57% do orçamento de investimentos.

Concentração de contratações realizadas via dispensa e inexigibilidade

As contratações diretas, dispensas e inexigibilidades mantiveram um mesmo patamar de gastos em relação à 2015, inclusive com uma redução de 0,54% dos volumes de dispensas, denotando uma maior eficiência dos gastos em 2016.

Contingenciamento no exercício

Houve contingenciamento nos recursos de investimentos o que acarretou em dificuldades na administração dos projetos já encaminhados para ampliação da estrutura do órgão, bem como do melhoramento do objetivo fim da instituição. Os investimentos são de fundamental importância para o órgão, pois eles são responsáveis em grande parte pela manutenção dos alunos na instituição, como por exemplo a construção de alojamentos e refeitórios, que fazem com que o aluno permaneça em sala de aula, levando em consideração que vários de nossos campus são recém-criados e não possuem uma estrutura completa, tanto em imóveis como em equipamentos que auxiliam no desenvolvimento das atividades. Para as despesas correntes, buscou-se priorizar as necessárias e obrigatórias ao funcionamento do órgão, tendo em vista que houveram dificuldades orçamentárias em anos anteriores.

Eventos negativos ou positivos sobre a execução orçamentária

Destacamos como positivos, um uso mais racional da elaboração do orçamento do exercício de 2016, para que houvesse mais cautela nos gastos, uma vez que em anos anteriores o orçamento era bloqueado ao longo do ano e não havia muito o que se fazer para reestruturar as despesas. Em 2016 também houve contingenciamento no meio do exercício, o que dificultou a programação orçamentária, mas os impactos foram menores, pois se buscou alternativas para manter certos investimentos fundamentais ao funcionamento da instituição. Há de se destacar ainda que existem dificuldades com o quantitativo de servidores, que em vários setores há uma demanda muito alta para poucos recursos humanos. Por outro lado, há também um limitador do espaço físico, como é o caso da reitoria, onde o prédio já não comporta mais o volume de serviços e servidores lotadas na mesma.

3.3.9 – Suprimento de Fundos, Contas Bancárias Tipo B e Cartões de Pagamento do Governo Federal

Os *campi* Araquari, Blumenau, Fraiburgo, Ibirama, São Bento do Sul, São Francisco do Sul, Santa Rosa do Sul e Campus Avançado Sombrio não possuem suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B ou cartões de pagamento do Governo Federal.

CAMPUS BRUSQUE

Quadro 23: Concessão de suprimento de fundos - Campus Brusque

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2016	154706	CAMPUS BRUSQUE	0	0	06	R\$ 8.000,00	R\$ 2.000,00
2015	154706	CAMPUS BRUSQUE	0	0	06	R\$ 4.018,00	R\$ 1.000,00

Fonte: INFORMAÇÕES FORNECIDAS POR CADA UG RESPONSÁVEL ATRAVÉS DE CONSULTA AO SIAFI

Quadro 24: Utilização do cartão de suprimento de fundos - Campus Brusque

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
					Saque		Fatura	Total (a+b)
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2016	154706	CAMPUS BRUSQUE	0	0	0	0,00	R\$ 1.808,15	R\$ 1.808,15
2015	154706	CAMPUS BRUSQUE	0	0	0	0,00	R\$ 517,36	R\$ 517,36

Fonte: INFORMAÇÕES FORNECIDAS POR CADA UG RESPONSÁVEL ATRAVÉS DE CONSULTA AO SIAFI

Quadro 25: Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência - Campus Brusque

Unidade Gestora (UG) do SIAFI			Classificação do Objeto Gasto		
Exercício	Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
2016	154706	CAMPUS BRUSQUE	339030 / MATERIAL DE CONSUMO	21 – MATERIAL DE COPA E COZINHA	R\$ 21,90
				24 – MAT. P/MANUTENÇÃO DE BENS IMOVEIS	R\$ 569,90
				25 – MAT. P/ MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS	R\$ 15,90
				26 – MATERIAL ELÉTRICO	R\$ 373,90
				42 – FERRAMENTAS	R\$ 46,50

				44 – MATERIAL DE SINALIZAÇÃO VISUAL E OUTROS	R\$ 37,50
			339039 / OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	16 – MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	R\$ 380,00
				17 – MANUT. E CONSERV. DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	R\$ 165,00
				83 – SERVIÇOS DE CÓPIAS E REPRODUÇÃO DE DOCUMENTOS	R\$ 197,55

Análise Crítica

As despesas por Suprimento de Fundos no Campus Brusque ocorrem através de Cartão de Pagamentos do Governo Federal, para despesas eventuais de pequeno vulto, as quais muitas vezes é inviável contratação por meio de licitação, por imprevisão dos fatos e inviabilidade de constituir estoque ou até mesmo registro de preços em Ata devido à urgência e baixo valor dos procedimentos. Maior parte de sua utilização concentra-se em pequenos reparos e manutenções corretivas esporádicas.

Como métodos de controle, é realizada prestação de contas pelos próprios supridos diretamente no Sistema SCP – Comprasnet, através do detalhamento dos itens de nota fiscal fatura. Após o final de cada período de aplicação é realizada prestação de contas e apreciada pelo Ordenador de Despesas, através de apresentação de planilha com o detalhamento dos gastos, conforme os dados já inseridos no Sistema SCP. No exercício 2016 todas as prestações de contas apreciadas foram aprovadas sem ressalvas, restando os gastos comprovados, aplicados dentro dos limites concedidos, períodos de concessão e em conformidade com a legislação aplicável.

Com relação ao exercício 2015 houve um aumento de R\$ 3.982,00 no valor total das concessões, sendo R\$ 4.000,00 ao total para Despesas com Materiais de Consumo e R\$ 4.000,00 para Despesas com Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica. Apesar do expressivo aumento com relação ao exercício 2015, verifica-se que os valores para cada categoria de gasto representam apenas metade do montante previsto no Art. 24 inc. II da Lei 8.666/93, muito inferiores a um processo de Dispensa de Licitação, o qual por si próprio ainda gera custos processuais adicionais à Instituição, motivando a adoção do Suprimento de Fundos para estas operações de pequeno vulto.

Quanto à realização efetiva (pagamentos de faturas) dos montantes concedidos, verifica-se também um aumento na ordem de R\$ 1.290,79 no exercício de 2016, devido ao caráter de implantação do Campus Brusque e a crescente oferta de serviços de sua atividade-fim ano a ano, por consequência o aumento da demanda para atender as suas necessidades.

CAMPUS CAMBORIÚ

Quadro 26: Concessão de suprimentos de fundos - Campus Camboriú

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2016	158460	Ifc campus camboriu			12	9015,60	14.708,62
	26422	Ifc campus camboriu			12	5693,02	

2015	158460	Ifc campus camboriu			11	5.000,00	10.000,00
	26422	Ifc campus camboriu			11	5.000,00	
Fonte:0112000000							

Quadro 27: Utilização de suprimento de fundos - Campus Camboriú

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Saque		Fatura	Total (a+b)
					Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2016	158460	Ifc campus camboriu					14.708,62	
	26422	Ifc campus camboriu						
2015	158460	Ifc campus camboriu					10.000,00	
	26422	Ifc campus camboriu						
Fonte:0112000000								

Quadro 28: Classificação dos gastos com suprimento de fundos - Campus Camboriú

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
158460 2016	IFC CAMPUS CAMBORIU	339030	96	9015,60
158460 2015	IFC CAMPUS CAMBORIU	339030	96	5693,02
158460 2015	IFC CAMPUS CAMBORIU	339030		5.000,00
158460 2015	IFC CAMPUS CAMBORIU	339030	96	5.000,00

Análise Crítica

O IFC Campus Camboriú possui apenas um cartão de compras governamentais em nome do Diretor de Administração e Planejamento. Esta medida visa um melhor controle a respeito das compras realizadas por este meio, garantindo que as mesas sejam feitas dentro dos padrões exigidos por lei. São abertos processos de aquisição de maneira distinta para serviços e itens de consumo a cada três meses de execução orçamentária. A prestação de contas é realizada após este período para cada um dos processos envolvidos tanto em meio físico como através do www.comprasnet.gov.br

na funcionalidade relacionada.

CAMPUS LUZERNA

Quadro 29: Concessão de suprimento de fundos - Campus Luzerna

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2015	152663	Campus Luzerna	0	0	0	0	0

Fonte: INFORMAÇÕES CONSULTA AO SIAFI

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2016	152663	IFC/Campus Luzerna	0	0	02	R\$ 4.000,00	R\$ 3.000,00

Fonte: INFORMAÇÕES CONSULTA AO SIAFI

Em 2015 não houve utilização do Cartão de Suprimentos de Fundos. Começamos a utilizá-lo em Novembro de 2016.

Em Novembro de 2016 foi concedido valor de suprimento de fundos para dois servidores, sendo da forma que segue:

- Servidor 01: Valor total R\$ 3.000,00, sendo R\$ 2.000,00 como material e R\$ 1.000,00 como serviço. Deste valor foi anulado até o dia 31/12/2016 o empenho total de serviços no valor de R\$ 1.000,00 e do empenho de materiais o valor R\$ 454,00, por ser valores não utilizados, e conforme a legislação o valor concedido não pode ultrapassar o exercício financeiro.

- Servidor 02: Valor Total R\$ 1.000,00, sendo apenas material. Deste valor foi anulado até o dia 31/12/2016 o empenho total de materiais no valor de R\$ 1.000,00 por ser valor não utilizado, e conforme a legislação o valor concedido não pode ultrapassar o exercício financeiro.

Quadro 30: Utilização de suprimento de fundos - Campus Luzerna

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			Total (a+b)
					Saque		Fatura	
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2015	152663	IFC/Campus Luzerna	0	0	0	0	0	0

Fonte: INFORMAÇÕES DE CONSULTA AO SIAFI

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			Total (a+b)
					Saque		Fatura	
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2016	152663	IFC/Campus	0	0	02	0	1.546,00	1546,00

		Luzerna						
Fonte: INFORMAÇÕES DE CONSULTA AO SIAFI								

Em 2015 não houve utilização do Cartão de Suprimentos de Fundos. Começamos à utilizá-lo em Novembro de 2016.

Quadro 31: Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência - Campus Luzerna

Unidade Gestora (UG) do SIAFI			Classificação do Objeto Gasto		
Exer-cício	Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
2015	152663	IFC-Campus Luzerna	0	0	0
				0	0

Unidade Gestora (UG) do SIAFI			Classificação do Objeto Gasto		
Exer-cício	Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
2016	152663	IFC-Campus Luzerna	339030 / MATERIAL DE CONSUMO	22 – MAT. LIMPEZA E PROD. HIGIENIZAÇÃO	756,00
				15 – MATERIAL P/ FESTIVIDADES E HOMENAGENS	790,00

Em 2015 não houve utilização do Cartão de Suprimentos de Fundos. Começamos à utilizá-lo em Novembro de 2016.

O Pagamento das faturas foi efetuado da seguinte forma: o valor de R\$ 756,00 veio para pagamento no mês de Dezembro/2016 e o valor de R\$ 790,00 veio para pagamento no mês de Janeiro/2017

Informamos ainda que por ser o primeiro ano de uso não tínhamos conhecimento de que deveria ser reclassificada as despesas no CPR dentro do exercício financeiro, e desta forma tentamos fazer a reclassificação na data de 10/01/17 mas não conseguimos conforme é explicado na Macrofunção 021121 - SUPRIMENTO DE FUNDOS , no item 11.2.3 : “11.2.3 - No mês de dezembro prevalecerão os prazos para prestação de contas contidos nas Normas de Encerramento de Exercício, editadas anualmente. Assim, somente será possível reclassificar despesas no sistema do exercício em que foi feita a concessão do suprimento, observados os prazos de fechamento para UG ou, se for o caso, para setoriais contábeis, constantes na Norma de Encerramento (02.03.18). Não é possível reclassificar Suprimentos no sistema do exercício seguinte e, nesses casos, a despesa permanecerá executada no subitem 96.”

Análise Crítica

O Campus Luzerna não teve concessões de Suprimentos de Fundos nos exercícios anteriores à 2016, sendo este o primeiro exercício de sua aplicação para despesas excepcionais de pequeno vulto.

As compras através do CPGF são feitas exclusivamente para despesas eventuais, as quais não estavam previstas e são urgentes para manter o funcionamento da Instituição, ou se torna inviável a compra ou contratação por licitação, por ser gasto relativamente baixo, ou por imprevisão

dos fatos e inviabilidade de constituir estoque.

Por ser o primeiro ano de utilização, estamos procurando aprimorar a forma de utilizá-lo e aprendendo como encerrar a prestação de contas.

Desta forma a prestação de contas foi apresentada através de documentos para o ordenador aprovar da utilização do Cartão de pagamento, mas somente em 2017. Também só foi efetuada em 2017 no SCP – Cartão de Pagamento a prestação de contas pelo Suprido por desconhecimento da forma que deveria ser feito.

REITORIA / CAMPUS AVANÇADO ABELARDO LUZ

Quadro 32: Concessão de suprimento de fundos - Reitoria

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2016	158125	Reitoria			5	15.000,00	3.000,00
2015	158125	Reitoria			3	9.000,00	3.000,00

Fonte: SIAFI

Quadro 33: Utilização de suprimento de fundos - Reitoria

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
					Saque		Fatura	Total (a+b)
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2016	158125	Reitoria			5		8.977,50	8.977,50
2015	158125	Reitoria			3		4.941,24	4.941,24

Fonte: SIAFI

Quadro 34: Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência - Reitoria

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
158125	Reitoria	33.90.30	01 – Combustíveis e Lubrificantes	135,13
			07 – Gêneros de Alimentação	560,20
			16 – Material de expediente	509,65
			17 – Material de processamento de dados	236,05

			19 – Material de condicionamento e embalagem	399,90
			21 – Material de Copa e Cozinha	402,79
			22 – Material de limpeza e produtos de higienização	1.791,30
			23 – Uniformes, tecidos e aviamentos	403,80
			24 – Material para manutenção de bens imóveis/instalações	1.541,21
			25 – material para manutenção de bens móveis	66,35
			26 – Material elétrico e eletrônico	1.126,37
			28 – Material de proteção e segurança	514,31
			42 – Ferramentas	49,90
		33.90.39	12 – Locação de máquinas e equipamentos	158,50
			16 – Manutenção e conservação de bens imóveis	624,00
			17 – Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos	142,00
			20 – Manutenção e conservação de bens móveis de outras naturezas	40,00
			63 – Serviços gráficos e editoriais	276,04

Análise Crítica

Na reitoria, houve um aumento no número de concessões de suprimento de fundos tendo em vista a inclusão do campus avançado de Abelardo Luz como de responsabilidade da reitoria pela gestão administrativa e financeira. Desta forma foi concedido um suprimento de fundo a cada trimestre na reitoria e um suprimento de fundos ao campus avançado de Abelardo Luz. Os gastos com suprimento de fundos tem em sua principal função as compras emergenciais e de pequeno vulto.

Em 2016, as principais despesas ocorreram em virtude do não cumprimento integral do contrato de limpeza, no qual foram adquiridos materiais para manter o consumo mínimo destes, uma vez que a empresa contratada não fornecia, na sua totalidade, os materiais necessários. Foram adquiridos ainda materiais para manutenções da estrutura dos prédios e dos bens móveis da reitoria e do campus avançado de Abelardo Luz, este último em virtude do início dos trabalhos no qual foram necessárias realizar algumas manutenções imprescindíveis para o funcionamento da unidade. Até o momento não foram utilizadas as modalidades de saque com o cartão de suprimento de fundos e também não houve a extrapolação dos limites de saque. As prestações de contas são realizadas dentro do período e respeitam a legislação vigente.

CAMPUS RIO DO SUL

Quadro 35: Concessão de suprimento de fundos - Campus Rio do Sul

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2016	158458	IFC/Campus Rio do Sul	0	0	12	41.960,90	7.853,64
2015	158458	IFC/Campus Rio	0	0	05	37.271,12	6.761,63

		do Sul					
Fonte:							

Quadro 36: Utilização de suprimento de fundos - Campus Rio do Sul

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Saque		Fatura	Total (a+b)
					Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2016	158458	IFC/Campus Rio do Sul	0	0	3	886,60	41.035,90	41.960,90
2015	158458	IFC/Campus Rio do Sul	0	0	05	1.967,94	35.303,18	37.271,12
Fonte:								

Quadro 37: Classificação dos gastos com suprimento de fundos - Campus Rio do Sul

Unidade Gestora (UG) do SIAFI			Classificação do Objeto Gasto		
Exercício	Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
2016	158458	IFC/RSUL		03- COMBUSTÍVEIS E LUBR. P/ OUTROS	7,99
				06 – ALIMENTO PARA ANIMAIS	257,92
				07- GENEROS DE ALIMENTAÇÃO	1.526,77
				11 – MATERIAL QUÍMICO	591,40
				12 – MATERIAL DE CAUDELARIA E PROD ZOO	106,30
				13 – MATERIAL DE CAÇA E PESCA	9,50
				14 – MATERIAL ESPORTIVO	829,40
				15 – MATERIAL P/ FESTIVIDADES	150,00
				16 - MATERIAL DE EXPEDIENTE	3.534,19
				17 - MAT.PROCESSAM. DADOS	986,70
				18 - MATERIAIS E MEDIC. P/ USO VETERIN.	575,08
				19 – MATERIAL ACONDICIONAMENTO/EMB.	505,88
				20 – MATERIAL CAMA MESA E BANHO	104,94
				21 – MATERIAL DE COPA E COZINHA	453,48
22 – MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE	1.105,53				
23 – UNIFORMES, TECIDOS, AV.	237,82				
24 – MAT. P/MANUTENÇÃO DE BENS IMOVEIS	15.657,59				

			25 – MAT. P/ MANUTENÇÃO DE BENS MOVEIS	1.331,77
			26 – MATERIAL ELÉTRICO	4.945,33
			27 – MATERIAL DE MANOBRA E PATR.	45,00
			28 – MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA	382,26
			29 – MATERIAL PARA AUDIO, VÍDEO E FOTO	112,75
			31 – SEMENTES E MUDAS DE PLANTAS	1.691,55
			39 – MATERIAL P/ MANUTENÇÃO VEÍCULOS	36,30
			41 – MATERIAL P/ UTILIZAÇÃO EM GRÁFICA	150,00
			42 - FERRAMENTAS	1.289,31
			16 – MANUTENÇÃO E CONSERV. BENS IMÓV.	164,90
			17 – MANUT. E CONSERV. MAQUINAS E EQUIP.	155,00
			19 – MANUTENÇÃO DE VEICULOS	1.850,17
			25 – TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	75,00
			37 – JUROS	28,07
			63 – SERVIÇOS GRAFICOS E EDITORIAIS	3.063,00
		33.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ		
2015	158458	IFC/RSUL	01- COMBUSTIVEL	146,00
			06 – ALIMENTO PARA ANIMAIS	1.046,46
			07- GENEROS DE ALIMENTAÇÃO	313,13
			08 – ANIMAIS DE PESQUISA CORTE E ABATE	17,98
			09 – MATERIAL FARMACOLÓGICO	22,50
			12 – MATERIAL DE CAUDELARIA E PROD ZOO	51,90
			14 – MATERIAL ESPORTIVO	251,20
			16 - MATERIAL DE EXPEDIENTE	1.885,65
			17 - MAT.PROCESSAM. DADOS	165,00
			18 - MATERIAIS E MEDIC. P/ USO VETERIN.	1.158,39
			21 – MATERIAL DE COPA E COZINHA	776,62
			22 – MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE	1.131,03
			23 – UNIFORMES, TECIDOS, AV.	150,00
			24 – MAT. P/MANUTENÇÃO DE BENS IMOVEIS	16.298,36
			25 – MAT. P/ MANUTENÇÃO DE BENS MOVEIS	844,02
			26 – MATERIAL ELÉTRICO	4.247,34
			28 – MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA	1.007,07
			30 – MATERIAL DE COMUNICAÇÕES	60,00
			31 – SEMENTES E MUDAS DE PLANTAS	995,44
			42 - FERRAMENTAS	1.391,67
		3390.33- PASSAGENS	01 – PASSAGEM PARA O PAIS	172,00
		33.90.39 - OUTROS	17 – MANUT. E CONSERV. MAQUINAS E EQUIP.	1.292,46
			19 – MANUTENÇÃO DE VEICULOS	909,00

				51 – SERVIÇOS ANÁLISE PESQ. CIENTÍFICA	1.162,00
			SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	63 – SERVIÇOS GRAFICOS E EDITORIAIS	881,70
				90 – SERVIÇOS DE PUBLICIDADE LEGAL	894,20

Análise Crítica

Rio do Sul utiliza-se do Suprimento de fundos em consonância com a Legislação que regulamenta a matéria. Ano após anos a utilização do mesmo tem sido aprimorada e controlada pelos atores envolvidos. O número de agentes supridos em relação ao exercício de 2015 aumentou de 05 para 12, porém, apesar dos índices inflacionários elevados no ano de 2016 houve um mínimo de acréscimo na utilização em valores nominais, corroborando com a diretriz de utilizar estritamente para o preconizado em Lei. Deixamos sempre bem claro que a utilização do mesmo é para o modo “pronto pagamento” e despesas de “pequeno vulto”. As demais despesas sempre seguem prioritariamente a prevista na Lei 8666/93. Os valores mais significativos são os utilizados para manutenção de bens imóveis, isto porque contamos com três unidades, sendo a sede com mais de 20 anos de existência. Realizamos licitações de manutenção constantemente mais torna-se difícil prever todos os materiais que serão necessários durante o ano. As prestações de contas são apresentadas conforme preconiza a legislação e analisadas pelos órgãos de controle (Contabilidade e auditoria por amostragem) posteriormente ratificadas pelos ordenadores de despesa.

CAMPUS VIDEIRA

Quadro 38: Concessão de suprimento de fundos - Campus Videira

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2016	158379	IFC – Campus Videira	---	---	06	R\$ 6.101,65	R\$ 2.000,00
2015	158379	IFC – Campus Videira	---	---	07	R\$ 4.630,55	R\$ 1.500,00

Fonte: SIAFI

Quadro 39: Utilização de suprimento de fundos - Campus Videira

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			Total (a+b)
					Saque		Fatura	
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2016	158379	IFC – Campus Videira	---	---	06	R\$ 290,00	R\$ 5.811,65	R\$ 6.101,65
2015	158379	IFC – Campus Videira	---	---	07	R\$ 210,00	R\$ 4.420,55	R\$ 4.630,55

Fonte: SIAFI

Quadro 40: Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência - Campus Videira

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
158379	IFC Campus Videira		04	707,00
			07	35,93
			09	319,40
			16	32,34
			17	122,44
			21	143,52
			22	475,60
			24	2.079,25
			25	235,31
			26	118,20
			31	188,90
			36	182,16
			42	45,00
			05	381,60
	33.90.30			
	33.9039		17	1.035,00

Análise Crítica

O uso do cartão corporativo no IFC Campus Videira durante o ano de 2016, não teve um aumento de grande relevância em comparação a 2015. Geralmente o uso se deu para cobrir despesas eventuais e de pequeno vulto, principalmente para aquisição de peças ou contratação de serviços para manutenção de bens móveis, necessários as atividades do campus. E que pela urgência, não poderiam aguardar processo licitatório ou instrução de processo de dispensa. Não houve uso da Conta tipo “B”, e os saques foram efetuados, quando da necessidade de aquisição de material ou prestação de serviço em fornecedor não detentor de máquina de cartão, necessitando que o pagamento fosse em espécie. Quanto as prestações de contas dos processos, as mesmas foram apresentadas pelos supridos até 30 dias, após o encerramento do seu uso, e juntados aos referidos processos administrativos.

3.4 – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS INDICADORES DE DESEMPENHO

3.4.1 - INDICADORES DE GESTÃO DAS IFET NOS TERMOS DO ACÓRDÃO TCU Nº 2.267/2005

Em conformidade com as determinações do Tribunal de Contas da União, através dos Acórdãos nº 2.267/2005–TCU/Plenário, com alterações do Acórdão nº 600/2006–TCU/Plenário, apresenta-se a seguir os resultados dos indicadores de desempenho para aferição da atuação do IFC, obtidos no exercício de 2015.

Os dados para elaboração dos indicadores foram extraídos, calculados e posteriormente disponibilizados pela própria SETEC, a partir de consultas no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC, Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI e Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos do Governo Federal – SIAPE.

Relativo ao indicador socioeconômico, a SETEC orientou que os próprios Institutos realizassem a coleta dos dados. Em virtude do IFC estar em fase inicial de implantação de um sistema integrado de informatização de seus processos de trabalho, bem como do mapeamento e padronização dos subprocessos, o referido indicador foi composto a partir de uma pesquisa por amostragem nos *campi*. Com a implantação total do sistema de gerenciamento acadêmico, o indicador socioeconômico poderá representar integralmente os discentes matriculados no IFC, tornando-se mais efetivo para a tomada de decisões.

A análise dos indicadores seguiu as orientações da Diretoria de Desenvolvimento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, através do Manual para Produção e Análise dos Indicadores da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – EPCT.

As informações anteriores ao ano de 2011 não serão contempladas para a composição e análise da série histórica dos indicadores neste documento. Relatórios de Gestão anteriores já apontavam a impossibilidade de comparação, em função da ausência de informações consolidadas para a extração dos indicadores deste período.

Quadro 41: Resultados dos Indicadores – Acórdão TCU n.º 2.267/2005

Indicadores		Fórmula de Cálculo	Exercícios				
			2016	2015	2014	2013	2012
Acadêmicos	Relação Candidato/Vaga (RCV)	$RCV = \frac{\text{Inscritos}}{\text{Vagas para ingresso}}$	3,06	3,22	3,77	3,80	3,61
	Relação Ingressos/Aluno (RIM)	$RIM = \frac{\text{Ingressantes}}{\text{Matrículas Atendidas}} \times 100$	39,68%	35,25%	35,47%	36,58%	43,0%
	Relação Concluintes/Aluno (RCM)	$RCM = \frac{\text{Concluintes}}{\text{Matrículas Atendidas}} \times 100$	12,56%	13,08%	15,87%	18,99%	22,0%
	Índice de Eficiência Acadêmica– Concluintes(EAC)	$EAC = \frac{\text{Concluintes}}{\text{Finalizados}} \times 100$	34,89%	48,42%	53,98%	54,99,0%	58,0%
	Índice de Retenção do Fluxo Escolar (REF)	$REF = \frac{\text{Retidos}}{\text{Matrículas Atendidas}} \times 100$	28,50%	23,05%	22,19%	23,94%	20,8%
	Relação de Alunos/Docente em Tempo Integral (RAD)	$RAD = \frac{\text{Matrículas Atendidas}}{\text{Docentes}}$	18,76	16,7	15,17	14,97	15,80
	Relação Alunos por Professor (Utilizando-se o conceito Aluno-Equivalente)	$(\text{Aluno-Equivalente}/((20h*0,5)+40h+DE))*100$	18,63	18,65	-	-	-
Administrativos	Gastos Correntes por Aluno(GCA)	$GCA = \frac{\text{Total de Gastos Correntes}}{\text{Matrículas Atendidas}}$	16.325,86	R\$ 19.481,26	R\$ 18.021,80	R\$ 15.382,47	R\$ 12.192,20
	Percentual de Gastos com Pessoal (GCP)	$GCP = \frac{\text{Gastos com Pessoal}}{\text{Total de Gastos da Instituição}} \times 100$	71,30%	66,59%	64,20%	60,69%	61,49%
	Percentual de Gastos com outros Custeios (GOC)	$GOC = \frac{\text{Gastos com Outros Custeios}}{\text{Total de Gastos da Instituição}} \times 100$	17,09%	17,15%	17,67%	18,96%	19,69%
	Percentual de Gastos com	$GCI = \frac{\text{Gastos com Investimentos}}{\text{Total de Gastos da Instituição}} \times 100$	6,60%	12,33%	14,05%	15,99%	14,61%

	Investimentos (GCI)						
Socioeconômico	Número de Alunos Matriculados por Renda per Capita Familiar (MRF)	$GCI = \frac{\text{Faixa SM}}{\text{Matrículas Atendidas}} \times 100$ <p>Faixa SM: número de alunos matriculados por faixa de renda familiar per capita em salários mínimos (SM). Matrículas atendidas refere-se ao total de alunos da amostra pesquisada.</p>	-	-	-	-	-
Gestão de Pessoas	Índice de Titulação do Corpo Docente (TCD)	$TCD = \frac{G \times 1 + A \times 2 + E \times 3 + M \times 4 + D \times 5}{\sum \text{dos Docentes Independente de Titulação}}$ <p>Docente com Graduação (G): Peso 1; Docente com Aperfeiçoamento (A): Peso 2 Docente com Especialização (E): Peso 3 Docente com Mestrado (M): Peso 4 Docente com Doutorado (D): Peso 5</p>	4,16	4,01	3,77	3,87	3,84

Fonte: Relatório consolidado do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC. Data de referência: 01/01/2016 a 31/12/2016.

3.4.1.1 – Terminologia utilizada pela SETEC para a composição dos indicadores

Vagas Ofertadas: Número de vagas ofertadas, por curso e campus dentro do período em análise, em Editais de Oferta de Vagas por meio do Sisu, Enem, vestibular, processos seletivos, sorteios e/ou outras formas de ingresso.

Inscrições (Inscritos): Número de inscrições para as vagas ofertadas, por quaisquer formas de ingresso (Sisu, Enem, vestibular, processos seletivos, sorteios, ...) por curso e campus.

Número de Ingressos (Ingressos): Refere-se ao total de ingressos por meio de vestibular, processos seletivos ou outras formas de ingresso que tenham sido incluídas no SISTEC, por curso e campus.

Matrículas Atendidas: Corresponde ao número total de matrículas na Instituição dentro de um determinado período de tempo, independentemente da situação atual da matrícula. Para efeito de cálculo dos indicadores utilizando o SISTEC, equivale a todas as matrículas que estão com status EM CURSO ou que tiveram alteração de status com mês de referência no intervalo desejado. Em síntese corresponde ao total de matrículas que estiveram “em curso” por pelo menos um dia, dentro de período de análise.

Número de concluintes (Concluintes): Concluinte é o aluno que integralizou os créditos e está apto a colar grau. No caso de cursos que exigem a conclusão de um estágio curricular, existe no sistema o status do aluno que “integralizou a fase escolar”, que não é ainda concluinte, por dever a aprovação no estágio obrigatório. O termo concluinte será utilizado como o somatório do número de concluintes e do número de integralizados.

Integralizado Fase Escolar (Integralizado): É o aluno que concluiu os créditos, mas que por dever a aprovação no estágio obrigatório ainda não está apto a colar grau.

Evadido: aluno que possui mais de 25% de falta.

Desligado: É o aluno que solicita o cancelamento de sua matrícula junto à secretaria da unidade escolar.

Transferido Externo: O aluno é transferido de uma unidade de ensino técnico para outra unidade de ensino (tanto para o ensino regular ou técnico).

Matrículas Finalizadas (Finalizados): Refere-se as matrículas que foram finalizadas, independentemente do êxito ou não do aluno. Ou seja, o aluno pode ter concluído, integralizado fase escolar, evadido, desligado ou transferido.

Número de alunos retidos (Retidos): O número de alunos retidos representa o total de alunos de um dado ciclo de matrícula que estejam em situação ativo, concluinte ou integralizado fase escolar, que tenham mês de ocorrência posterior a data final prevista para o ciclo de matrícula, e que pertençam a um mesmo ciclo de matrícula. Retenção Escolar refere-se à subdivisão acadêmica de reprovação ou trancamento.

Número de docentes: O Docente em tempo integral (seja efetivo ou contrato temporário) presta atividades exclusivamente acadêmicas, considerando-se o regime de trabalho de 40 horas semanais. A quantidade de professores em regime de trabalho de 20h será

multiplicada por 0,5 e a quantidade de professores em regime de 40h ou de Dedicção Exclusiva será multiplicada por 1. Este dado é atualmente conseguido através do sistema SIAPE e será utilizado para o cálculo do indicador “relação de alunos/docentes em tempo integral”, também conhecido como RAP.

Total de gastos correntes: Consideram-se todos os gastos, exceto investimento, capital, precatórios, inativos, pensionistas e ação 20RW Apoio à Formação Profissional e Tecnológica. Os dados financeiros são obtidos através do sistema SIAFI e utilizados para cálculo dos indicadores de gastos.

Investimentos: Despesas destinadas ao planejamento e execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização de obras, bem como a programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente, e constituição ou aumento de capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro.

Inversões financeiras: Despesas com aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização e também a aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital e com a constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros.

Gastos totais: Gastos totais de todas as fontes e todos os grupos de despesa.

Total de gastos com Pessoal: Gastos com servidores (ativos, inativos, pensionistas, sentenças judiciais e precatórios);

Gastos com outros custos: Gastos totais de OCC menos (-) benefícios e PASEP, investimentos e inversões financeiras.

A partir da Portaria nº 818, de 13 de Agosto de 2015, ficou regulamentado o conceito de Aluno-Equivalente e de Relação Aluno por Professor, no âmbito da Rede Federal da Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Dessa forma. Segue-se os conceitos estabelecidos na referida Portaria:

Aluno-Equivalente: é o aluno matriculado em um determinado curso, ponderado pelo Fator de Equiparação da Carga Horária e pelo Fator de Esforço de Curso.

Fator de Equiparação de Carga Horária do Curso: permite a equiparação de cursos com durações distintas, sendo calculado pela divisão da carga horária anual do curso por oitocentas horas. A carga horária anual do curso deve considerar a carga horária mínima regulamentada e a duração do ciclo do curso, em anos, definido no Projeto Pedagógico.

Fator de Esforço de Curso: ajusta a carga horária do curso em função da quantidade de aulas práticas que tecnicamente demandem menor Relação Aluno por Professor.

Fator de Equiparação de Nível de Curso: permite a equiparação de cursos de níveis diferentes quando as respectivas metas para a Relação Aluno por Professor são díspares.

Regime de Tempo Integral: pondera a carga horária dos professores que possuem regime de trabalho de vinte horas semanais, quarenta horas semanais ou dedicação exclusiva.

Relação Aluno por Professor: razão entre o total de Alunos-Equivalentes corrigido pelo

Fator de Equiparação de Nível de Curso e o número de professores corrigidos para Regime de Tempo Integral.

3.4.1.2 – Metodologia empregada para o cálculo dos indicadores

1. Relação de Candidatos por Vaga (RCV)

Este indicador mede a demanda do público pelas vagas ofertadas no IFC, através da divisão do número de inscrições efetivadas nos processos seletivos pelo número de vagas ofertadas em editais em todas as formas de ingresso.

$$RCV = \frac{\text{Inscritos}}{\text{Vagas para Ingresso}}$$

2. Relação de Ingressos por Matrícula Atendida (RIM)

O objetivo deste indicador é avaliar a capacidade de renovação do quadro discente, através da relação entre o número de alunos que ingressaram no exercício de referência em relação ao total de alunos que em algum momento de 2015 foram atendidos na Instituição, independente de sua situação final.

$$RIM = \frac{\text{Ingressantes}}{\text{Matrículas Atendidas}} \times 100$$

3. Relação de Concluintes por Matrícula Atendida (RCM)

O indicador mede a capacidade de alcance de êxito escolar, através da determinação do quantitativo de alunos que concluíram os cursos ou integralizaram a carga horária no exercício de referência em relação ao total de matrículas atendidas no IFC.

$$RCM = \frac{\text{Concluintes}}{\text{Matrículas Atendidas}} \times 100$$

4. Eficiência Acadêmica de Concluintes (EAC)

O indicador, obtido pela divisão do número de concluintes pelo total de matrículas que tiveram alteração de status para *Concluído*, *Integralizado*, *Evadido*, *Desligado* ou *Transferido Externo* no intervalo de análise, determina a capacidade de alcançar êxito entre os alunos que finalizam seu percurso acadêmico no IFC.

Esta metodologia de cálculo seguiu a orientação da SETEC, adequada à sistemática adotada pelo SISTEC, baseada no conceito de ciclo de matrícula. Sendo assim, este indicador passa a ser a relação entre todos os alunos que concluíram exitosamente seu curso no período (concluído ou integralizado), independentemente da época de seu ingresso; e, todos os que, de alguma forma, finalizaram seu curso, independentemente do êxito ou não.

$$EAC = \frac{\text{Concluintes}}{\text{Finalizados}} \times 100$$

5. Retenção do Fluxo Escolar (RFE)

Este indicador mede a relação de alunos que não concluíram seus cursos no período previsto. É obtido pela relação entre o total de alunos que estejam com situação *Em Curso*, *Concluinte* ou *Integralizado em Fase Escolar*, após o término previsto para encerramento do ciclo de matrícula, pertencentes a um mesmo ciclo, pelo total de matrículas atendidas.

$$RFE = \frac{\text{Retidos}}{\text{Matrículas Atendidas}} \times 100$$

6. Relação de Alunos por Docentes em Tempo Integral (RAD)

O objetivo deste indicador é medir a capacidade de atendimento de alunos pela força de trabalho docente. Considera que professores efetivos ou temporários com contratado em regime de 40 horas ou de Dedicção Exclusiva equivalem a 1,0 (um) e com contratado em regime de 20 horas equivalem a 0,5 (meio).

$$RAD = \frac{\text{Matrículas Atendidas}}{\text{Docentes}}$$

7. Relação Aluno por Professor (RAP)

A Portaria nº 818, de 13 de agosto de 2015, do Ministério da Educação, regulamentou o conceito de *Aluno-Equivalente* e de *Relação Aluno por Professor*. De acordo com essa regulamentação, nova fórmula é utilizada, sendo calculada a partir da razão entre o total de *Aluno-Equivalente* corrigido pelo *Fator de Equiparação de Nível de Curso* e a somatória de *Professor Tempo Integral*

$$RAP = \frac{\sum \text{Alunos - Equivalentes} \times \text{FENC}}{\sum \text{Professor Tempo Integral}}$$

8. Titulação do Corpo Docente (TCD)

Este indicador demonstra o índice de atualização do corpo docente. Seu numerador é composto pela soma de todos os docentes efetivos ou temporários, ponderados pela sua titulação, conforme a seguinte relação: graduação (G) - Peso 1, aperfeiçoamento (A) - Peso 2, especialização (E) - Peso 3, mestrado (M) - Peso 4, doutorado (D) - Peso 5.

O denominador do indicador é representado pelo somatório dos docentes, independentemente da sua titulação e regime de trabalho.

$$TCD = \frac{G \times 1 + A \times 2 + E \times 3 + M \times 4 + D \times 5}{\sum \text{dos Docentes Independente de Titulação}}$$

9. Gasto Corrente por Aluno (GCA)

Este indicador mede o custo médio de cada aluno da Instituição. Para o cômputo dos gastos correntes, é considerado o gasto total do IFC, deduzindo pessoal inativo e pensionistas, precatórios, gastos com investimentos e ação 20RW de Apoio à Formação Profissional e Tecnológica.

$$GCA = \frac{\text{Total de Gastos Correntes}}{\text{Matrículas Atendidas}}$$

10. Gastos com Pessoal (GCP)

O indicador possibilita quantificar o montante de gastos com pessoal em relação aos gastos totais da Instituição.

$$GCP = \frac{\text{Gastos com Pessoal}}{\text{Total de Gastos da Instituição}} \times 100$$

11. Gastos com Outros Custeios excluído Benefícios e PASEP (GOC)

Quantifica o total de gastos com outros custeios, deduzindo despesas com benefícios e PASEP, em relação aos gastos totais do IFC.

$$GOC = \frac{\text{Gastos com Outros Custeios}}{\text{Total de Gastos da Instituição}} \times 100$$

12. Gastos com Investimentos (GCI)

Este indicador mede os gastos com investimentos em relação aos gastos totais da Instituição.

$$GCI = \frac{\text{Gastos com Investimentos}}{\text{Total de Gastos da Instituição}} \times 100$$

13. Matriculados Classificados de Acordo com a Renda Familiar per Capita (MRF)

Este indicador mede a capacidade de inclusão social do IFC, a partir da contagem dos alunos matriculados em cursos regulares, aos quais tenham sido aplicados questionários socioeconômicos, para identificar em qual faixa de renda familiar per capita (RFPC) - em salários mínimos (SM) - cada aluno se enquadra, segundo a seguinte classificação:

FAIXA1: $0 < RFPC \leq 0,5 \text{ SM}$

FAIXA2: $0,5 < RFPC \leq 1 \text{ SM}$

FAIXA3: $1 < RFPC \leq 1,5 \text{ SM}$

FAIXA4: $1,5 < RFPC \leq 2,5 \text{ SM}$

FAIXA5: $2,5 < RFPC \leq 3 \text{ SM}$

FAIXA6: $3 \text{ RFPC} > \text{SM}$

Para composição destes dados, os Pesquisadores Institucionais dos *Campi* realizaram um levantamento por amostragem.

$$GCI = \frac{\text{Faixa SM}}{\text{Matrículas Atendidas}} \times 100$$

Quantitativos referentes ao exercício de 2016 utilizados na elaboração dos indicadores

Quadro 42: Informações acadêmicas

<i>Campi</i>	Vagas	Inscritos	Ingressantes	Matrículas Atendidas	Concluídos	Integralizados	Evadidos	Desligados e transferidos externos	Retidos
Araquari	543	2.862	530	1.567	158	3	51	178	246
Avançado Abelardo Luz	35	36	34	74	19	0	2	16	21
Avançado Sombrio	265	1.111	272	782	57	0	50	30	133
Blumenau	675	1.158	637	992	172	0	0	208	237
Brusque	903	521	531	666	274	16	0	273	307
Camboriú	865	3.092	877	3.045	277	3	7	664	1.059
Concórdia	410	2.694	398	1.899	191	8	2	633	713
Fraiburgo	545	623	473	725	174	16	24	228	205
Ibirama	235	580	215	555	135	0	1	178	109
Luzerna	255	1.227	248	697	48	10	109	34	122
Rio do Sul	785	3.039	762	1.923	142	99	107	328	557
Santa Rosa do Sul	252	896	239	851	119	22	18	50	219
São Bento do Sul	505	516	506	506	0	0	0	172	207
São Francisco do Sul	195	916	210	639	24	0	1	138	275
Videira	640	2.461	599	1.540	246	27	0	336	282
Total	7.108	21.732	6.531	16.461	2.067	219	372	3.476	4.692

Fonte: Relatório consolidado do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC. Data de referência: 01/01/2016 a 31/12/2016.

Quadro 43: Carga horária e titulação do corpo docente

<i>Campi</i>	Total Docentes	Docentes 20 horas	Docentes 40 horas	Docentes DE	Docentes Graduados	Docentes Aperfeiçoados	Docentes Especialistas	Docentes Mestres	Docentes Doutores
Araquari	112	4	0	108	1	0	7	53	51
Avançado Abelardo Luz	17	1	0	16	0	0	2	4	11
Avançado Sombrio	44	5	2	37	4	0	6	26	8
Blumenau	52	2	0	50	1	0	6	29	16
Brusque	28	0	0	28	1	0	2	11	14
Camboriú	126	6	1	119	2	0	15	62	47
Concórdia	100	1	1	98	2	0	5	41	52
Fraiburgo	25	4	1	20	2	0	7	15	1
Ibirama	36	9	0	27	2	0	7	17	10
Luzerna	47	4	0	43	2	0	7	30	8
Rio do Sul	104	0	2	102	1	1	7	51	44
Santa Rosa do Sul	60	1	1	58	0	0	3	35	22
São Bento do	32	5	0	27	3	0	5	16	8

Sul									
São Francisco do Sul	45	3	1	41	2	0	5	22	16
Videira	77	10	0	67	3	1	11	50	12
Total	905	55	9	841	26	2	95	462	320

Fonte: Relatório consolidado do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC. Data de referência: 01/01/2016 a 31/12/2016.

Quadro 44: Consolidação financeira da instituição

Dados Financeiros	R\$
Gastos Correntes (sem Bolsa Formação e e-Tec)	268.739.986,10
Gastos com Pessoal	214.941.590,16
Gastos com outros Custeios (sem Benefícios)	51.499.220,56
Investimentos e Inversões Financeiras	19.907.242,56
Benefícios	15.098.833,27
Bolsa Formação e e-Tec	-
PIS/Pasep	11.038,37
Inativos e Pensionistas	12.810.696,29
Gastos Totais (sem Bolsa Formação e e-Tec)	301.457.924,42
Gastos Totais	301.457.924,42

Fonte: Relatório consolidado do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC. Data de referência: 01/01/2016 a 31/12/2016.

3.4.1.3 - Análise dos Resultados dos Indicadores de Gestão das IFET

1. Relação de Candidatos por Vaga (RCV)

Comparativo da Relação de Candidato/Vaga com anos anteriores								
Relação de candidato/vaga	2012	2013	2014	2015	2016	De 2013 para 2014 (%)	De 2014 para 2015 (%)	De 2015 para 2016 (%)
Indicador	3,61	3,80	3,77	3,22	3,06	-0,78	-14,59	- 4,97
Inscritos	14.721	14.368	14.083	13.690	21.732	-1,98	-2,79	58,75
Vagas	4.078	3.782	3.739	4.256	7.108	-1,14	13,82	67,01

Fonte: Relatórios de Gestão do IFC de 2011(retificado) a 2013 e relatório consolidado do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC. Data de referência: 01/01/2016 a 31/12/2016.

A relação candidato por vaga ofertada no IFC apresentou um decréscimo em relação ao ano anterior de -4,97%, causando uma variação no índice, possivelmente em função do aumento do número de vagas e do aumento da oferta de ensino nas regiões onde se encontram os *Campi* do IFC.

Quadro 45: Relação candidato/vaga

<i>Campi</i>	Vagas	Inscritos	Indicador
--------------	-------	-----------	-----------

	2015	2016	2015	2016	2015	2016
Araquari	419	543	2.282	2.862	5,45	5,27
Avançado Abelardo Luz	35	35	19	36	0,54	1,03
Avançado Sombrio	250	265	1.294	1.111	5,18	4,19
Blumenau	196	675	196	1.158	1,00	1,72
Brusque	225	903	201	521	0,89	0,58
Camboriú	645	865	3.064	3.092	4,75	3,57
Concórdia	410	410	789	2.694	1,92	6,57
Fraiburgo	200	545	331	623	1,66	1,14
Ibirama	120	235	235	580	1,96	2,47
Luzerna	230	255	883	1.227	3,84	4,81
Rio do Sul	533	785	1.262	3.039	2,37	3,87
Santa Rosa do Sul	240	252	749	896	3,12	3,56
São Bento do Sul	0	505	0	516	-	1,02
São Francisco do Sul	190	195	965	916	5,08	4,70
Videira	563	640	1.420	2.461	2,52	3,85
Total	3.739	7.108	14.083	21.732	3,22	3,06

Fonte: Relatório consolidado do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC e Relatório de Gestão 2016.

Data de referência: 01/01/2015 a 31/12/2015 e 01/01/2016 a 31/12/2016.

Na tabela acima, alguns *campi* apresentaram uma diminuição na relação candidato/vaga em comparação ao ano de 2015, sendo que nas unidades Camboriú e Avançado Sombrio este índice foi mais significativo (de 4,75 para 3,57 e 5,18 para 4,19, respectivamente). Os *campi* Araquari, Avançado Abelardo Luz, Blumenau, Ibirama, Luzerna, Rio do Sul, Santa Rosa do Sul e Videira apresentaram um pequeno aumento no ano de 2016. Percebe-se um aumento significativo na procura pelos cursos do Campus Concórdia.

2. Relação de Ingressos por Matrícula Atendida (RIM)

Comparativo da Relação de ingressos/alunos com anos anteriores								
Relação de ingressos/aluno	2012	2013	2014	2015	2016	De 2013 para 2014 (%)	De 2014 para 2015 (%)	De 2015 para 2016 (%)
Indicador	43,00%	36,58%	35,47%	35,25%	39,68%	-3,03	-0,62	12,57
Ingressantes	3.939	3.617	3.661	4.117	6.531	1,21	11,07	58,63
Matrículas Atendidas	9.152	9.889	10.322	11.680	16.461	4,38	11,62	40,93

Fonte: Relatórios de Gestão do IFC de 2011(retificado) a 2013 e relatório consolidado do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC. Data de referência: 01/01/2016 a 31/12/2016.

Este indicador apresentou um aumento bastante significativo no ano de 2016. O número de ingressantes e de matrículas atendidas, em 2016, apresenta considerável aumento, devido a abertura de novos Campi, de novos cursos e da campanha de divulgação junto as comunidades da oferta educacional da Instituição.

Quadro 46: Relação de ingressos/matrícula atendida (RIM)

<i>Campi</i>	Ingressantes	Matrículas Atendidas	Indicador (%)
Araquari	530	1.567	33,82

Avançado Abelardo Luz	34	74	45,95
Avançado Sombrio	272	782	34,78
Blumenau	637	992	64,21
Brusque	531	666	79,73
Camboriú	877	3.045	28,80
Concórdia	398	1.899	20,96
Fraiburgo	473	725	65,24
Ibirama	215	555	38,74
Luzerna	248	697	35,58
Rio do Sul	762	1.923	39,63
Santa Rosa do Sul	239	851	28,08
São Bento do Sul	506	506	100,00
São Francisco do Sul	210	639	32,86
Videira	599	1.540	38,90
Total	6.531	16.461	39,68

Fonte: Relatório consolidado do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC. Data de referência: 01/01/2016 a 31/12/2016.

3. Relação de Concluintes por Matrícula Atendida (RCM)

Quadro 47: Relação de concluintes por matrícula atendida (RCM)

Comparativo da Relação de concluintes/alunos								
Relação de concluintes/aluno	2012	2013	2014	2015	2016	De 2013 para 2014 (%)	De 2014 para 2015 (%)	De 2015 para 2016 (%)
Indicador	22,00%	18,99%	15,87%	13,08%	12,56%	-16,42	-21,33	- 3,98
Concluintes (Concluídos + Integralizados)	2.010	1.607	1.617	1.660	2.286	0,62	2,59	37,71
Matrículas Atendidas	9.152	9.889	10.322	11.680	16.461	4,38	11,63	40,93

Fonte: Relatórios de Gestão do IFC de 2011(retificado) a 2013 e relatório consolidado do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC. Data de referência: 01/01/2016 a 31/12/2016.

Observa-se que este indicador esteve em decréscimo ao longo do período analisado, apresentando seu menor percentual em 2016. Percebe-se que o componente Matrículas Atendidas foi determinante para a redução do indicador, pois este número aumentou enquanto que o somatório de concluintes manteve-se praticamente estável.

Em 2013 a extração de matriculados considerou a soma de matrículas ativas mais os ingressantes do ano, acrescidos das matrículas que foram reativadas. A partir de 2014 considerou-se para a elaboração do componente Matrículas Atendidas o número total de alunos que estiveram pelo menos um dia com a situação em curso na Instituição, ou seja, foram considerados também os concluídos, evadidos, desligados e transferidos externos do ano, resultando em um quantitativo maior.

Em 2016 houve um aumento do número de concluintes (Concluídos + integralizados), e, por sua vez, um aumento das matrículas atendidas, ocasionando a significativa variação nos índices em comparação aos anos anteriores.

Quadro 48: Relação de concluintes/alunos atendidos

<i>Campi</i>	Concluintes	Matrículas Atendidas	Indicador (%)
Araquari	158	1.567	10,08
Avançado Abelardo Luz	19	74	25,68
Avançado Sombrio	57	782	7,29
Blumenau	172	992	17,34
Brusque	274	666	41,14
Camboriú	277	3.045	9,10
Concórdia	191	1.899	10,06
Fraiburgo	174	725	24,00
Ibirama	135	555	24,32
Luzerna	48	697	6,89
Rio do Sul	142	1.923	7,38
Santa Rosa do Sul	119	851	13,98
São Bento do Sul	0	506	0,00
São Francisco do Sul	24	639	3,76
Videira	246	1.540	15,97
Total	2.067	16.461	12,56

Fonte: Relatório consolidado do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC. Data de referência: 01/01/2016 a 31/12/2016.

4. Eficiência Acadêmica de Concluintes (EAC)

Quadro 49: Comparativo para o índice de eficiência acadêmica com anos anteriores

Comparativo para o índice de eficiência acadêmica com anos anteriores								
Índice de eficiência acadêmica	2012	2013	2014	2015	2016	De 2013 para 2014 (%)	De 2014 para 2015 (%)	De 2015 para 2016 (%)
Indicador	58,0%	54,99%	53,98%	48,42%	34,89%	-1,83	-11,42	- 27,94
Concluintes	2.010	1.878	1.617	1.660	2.067	-13,89	2,59	24,52
Finalizados (concluídos + integralizados + evadidos + desligados + transferidos externos)	3.468	3.415	2.995	3.251	6.134	-12,29	7,87	86,69

Fonte: Relatório consolidado do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC. Data de referência: 01/01/2016 a 31/12/2016.

O indicador da eficiência acadêmica teve uma descontinuidade na sua metodologia de elaboração. Em 2011 o método de cálculo utilizado verificou, entre os alunos que ingressaram no início do curso, quais concluíram com êxito. A partir de 2012 o cálculo passou a considerar os alunos que concluíram com sucesso ou integralizaram os créditos, em relação a todos os estudantes que deixaram de estar em curso no ano analisado.

A análise do indicador, no biênio 2015-2016, mostra um aumento do número de alunos Concluintes e de alunos Finalizados. Apesar destes aumentos, no ano de 2016 houve uma queda no indicador Eficiência Acadêmica, uma vez que o número de Matrículas Atendidas aumentou consideravelmente.

Quadro 50: Percentual de eficiência acadêmica por Campi

Campus	Concluintes	Finalizados (concluídos + integralizados + evadidos + desligados + transferidos externos)	Indicador (%)
Araquari	158	390	40,83
Avançado Abelardo Luz	19	37	51,35
Avançado Sombrio	57	137	41,61
Blumenau	172	380	45,26
Brusque	274	563	50,09
Camboriú	277	951	29,22
Concórdia	191	834	23,12
Fraiburgo	174	442	40,85
Ibirama	135	314	42,99
Luzerna	48	201	25,13
Rio do Sul	142	676	24,53
Santa Rosa do Sul	119	209	63,64
São Bento do Sul	0	172	0,00
São Francisco do Sul	24	163	14,04
Videira	246	609	42,27
Total	2.067	6.134	34,89

Fonte: Relatório consolidado do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC. Data de referência: 01/01/2016 a 31/12/2016.

5. Retenção do Fluxo Escolar (RFE)

Quadro 51: Comparativo para o índice de retenção do fluxo escolar com anos anteriores

Índice de retenção do fluxo escolar	2012	2013	2014	2015	2016	De 2013 para 2014 (%)	De 2014 para 2015 (%)	De 2015 para 2016 (%)
Indicador	20,80%	23,94%	22,19%	23,05%	28,50%	-7,31	3,73	23,64
Retidos	1.901	2.367	2.290	2.692	4.692	-3,25	14,93	74,29
Matrículas Atendidas	9.152	9.889	10.322	11.680	16.461	4,38	11,63	40,93

Fonte: Relatórios de Gestão do IFC de 2011(retificado) a 2013 e relatório consolidado do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC. Data de referência: 01/01/2016 a 31/12/2016.

O índice de retenção do fluxo escolar apresentou um aumento de 23,64% no biênio 2015-2016, ou seja, menos alunos concluíram seus cursos no período previsto. Percebe-se que houve um aumento de 74,29% de retidos e um aumento de 40,93% de matrículas atendidas.

Um comparativo do indicador em cada campus, demonstra que dos quinze *campi* que tiveram este índice calculado em 2015, oito apresentaram diminuição no percentual do indicador em 2016. Percebe-se que este índice tem influência direta dos Campi que iniciaram suas atividades em 2016, ou que estão em consolidação nas suas comunidades, como por exemplo o Campus São Bento do Sul.

Quadro 52: Índice de retenção do fluxo escolar

Campi	Retidos	Matrículas Atendidas	Indicador (%)	
			2015	2016
Araquari	246	1.567	17,31	15,70
Avançado Abelardo Luz	21	74	41,18	28,38
Avançado Sombrio	133	782	20,06	17,01
Blumenau	237	992	6,49	23,89
Brusque	307	666	49,58	46,10
Camboriú	1.059	3.045	23,17	34,78
Concórdia	713	1.899	20,37	37,55
Fraiburgo	205	725	13,08	28,28
Ibirama	109	555	9,43	19,64
Luzerna	122	697	22,0	17,50
Rio do Sul	557	1.923	25,71	28,97
Santa Rosa do Sul	219	851	32,48	25,73
São Bento do Sul	0	506	-	40,91
São Francisco do Sul	275	639	43,69	43,04
Videira	282	1.540	22,58	18,31
Total	4.692	16.461	23,05	28,50

Fonte: Relatório consolidado do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC. Data de referência: 01/01/2016 a 31/12/2016.

6. Relação de Alunos por Docentes em Tempo Integral (RAD)

Total de Docentes	Docentes 20 horas	Docentes 40 horas	Docentes DE	Total Geral
Total de Docentes (pessoas)	55	9	841	905
Total de Docentes considerando a relação 20h como 0,5 e 40h/DE como 1	27,5	9	841	877,5

Fonte: Relatório consolidado do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC. Data de referência: 01/01/2016 a 31/12/2016.

Quadro 53: Relação de Alunos por Docentes em Tempo Integral (RAD)

Relação de alunos/docentes em tempo integral	2012	2013	2014	2015	2016	De 2013 para 2014 (%)	De 2014 para 2015 (%)	De 2015 para 2016 (%)
Indicador	15,80	14,97	15,17	16,70	18,76	1,33	9,16	12,33
Matrículas Atendidas	9.152	9.889	10.322	11.680	16.461	4,38	11,63	40,93
Docentes	581	660,5	680,5	699,5	877,5	3,02	2,72	25,45

Fonte: Relatórios de Gestão do IFC de 2011(retificado) a 2013 e relatório consolidado do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC. Data de referência: 01/01/2016 a 31/12/2016.

A partir de 2015, será utilizado o Termo Aluno-Equivalente, que é o aluno matriculado em um determinado curso, ponderado pelo Fator de Equiparação da Carga Horária e pelo Fator de Esforço de Curso.

Analisando os dados acima, verifica-se que houve um aumento gradual das matrículas atendidas e de docentes, aumentando significativamente o indicador em 12,33% de 2015 para 2016, pois estão proporcionalmente interligados.

7. Titulação do Corpo Docente (TCD)

Quadro 54: Titulação do Corpo Docente (TCD)

Índice de titulação do Corpo Docente								
Índice de titulação dos Docentes	2012	2013	2014	2015	2016	De 2013 para 2014 (%)	De 2014 para 2015 (%)	De 2015 para 2016 (%)
Indicador	3,84	3,87	3,77	4,01	4,16	-2,58	6,37	3,74
Graduados	48	53	92	51	26	73,58	-44,56	- 49,02
Aperfeiçoados	0	0	2	1	2	200	-50,0	50,0
Especialistas	73	82	62	61	95	-24,39	-1,61	55,74
Mestres	339	407	378	392	462	-7,12	3,70	17,86
Doutores	124	148	181	221	320	22,30	22,10	44,80
Total	584	690	715	726	905			

Fonte: Relatório consolidado do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC. Data de referência: 01/01/2016 a 31/12/2016.

Ao longo dos últimos anos o número de docentes vem acompanhando o crescimento do quantitativo de estudantes matriculados no IFC.

Em 2016 houve um aumento do número de doutores, mestres e especialistas, aumentando o indicador em 3,74% no biênio 2015-2016. O indicador de mestres aumentou em 17,86%, enquanto de doutores em 44,80%, sendo este último uma mudança significativa na titulação dos docentes.

8. Gasto Corrente por Aluno (GCA)

Quadro 55: Comparativo dos Gastos Correntes por aluno

Gastos Correntes por Aluno	2012	2013	2014	2015	2016	De 2013 para 2014 (%)	De 2014 para 2015 (%)	De 2015 para 2016 (%)
Indicador	12.192,20	15.382,47	18.021,80	19.481,26	16.325,86	17,15	7,49	-16,20
Total de Gastos Correntes (R\$)	111.582.985,75	152.117.236,00	186.021.007,40	227.541.123,48	268.739.986,10	22,28	22,04	18,11
Matrículas Atendidas	9.152	9.889	10.322	11.680	16.461	4,38	11,63	40,93

Fonte: Relatórios de Gestão do IFC de 2011 (retificado) a 2013 e relatório consolidado do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC. Data de referência: 01/01/2016 a 31/12/2016.

No ano de 2016 houve uma diminuição do gastos correntes por aluno em 16,20%. O percentual de gastos correntes diminuiu em relação a 2015 (de 22,04 para 18,11) e as matrículas atendidas aumentaram significativamente em relação ao mesmo ano (40,93%).

9. Gastos com Pessoal (GCP)

Quadro 56: Comparativo de percentual de Gastos com Pessoal

Percentual de Gastos com Pessoal	2012	2013	2014	2015	2016	De 2013 para 2014 (%)	De 2014 para 2015 (%)	De 2015 para 2016 (%)
Indicador	61,49%	60,69%	64,20%	66,59%	71,30%	5,78	3,72	7,07
Gastos com Pessoal (R\$)	83.857.671,22	109.893.328,00	145.109.740,99	180.875.385,74	214.941.590,16	32,04	24,65	18,83
Total de Gastos (R\$)	136.369.606,45	181.075.865,00	230.747.701,07	272.310.119,36	301.457.924,42	27,43	18,01	10,70

Fonte: Relatórios de Gestão do IFC de 2011 (retificado) a 2013 e relatório consolidado do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC. Data de referência: 01/01/2016 a 31/12/2016.

O indicador de gastos com pessoal apresentou um aumento de 3,72% para 7,07% em relação a 2015. Apesar do aumento dos Gastos com Pessoal, deve-se levar em consideração que houve aumento do número de servidores docentes e técnico-administrativos na Instituição, devido ao aumento do número de vagas e matrículas atendidas no período de 2016, mesmo assim o total representa percentualmente uma diminuição considerável em relação ao período anterior.

10. Gastos com Outros Custeios excluído Benefícios e Pasep (GOC)

Quadro 57: Comparativo de percentual de Gastos com Outros Custeios

Percentual de Gastos com Outros Custeios	2012	2013	2014	2015	2016	De 2013 para 2014 (%)	De 2014 para 2015 (%)	De 2015 para 2016 (%)
Indicador	19,69%	18,96%	17,67%	17,15%	17,09%	-6,80	-2,94	-0,35
Gastos com outros custeios (R\$)	26.852.637,45	34.334.985,00	39.944.090,03	46.573.046,99	51.499.220,56	16,34	16,60	10,58
Total de Gastos (R\$)	136.369.606,45	181.075.865,00	230.747.701,07	272.310.119,36	301.457.924,42	27,43	18,01	10,70

Fonte: Relatórios de Gestão do IFC de 2011 (retificado) a 2013 e relatório consolidado do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC. Data de referência: 01/01/2016 a 31/12/2016.

Análise Crítica

O IF Catarinense em 2016 teve um desembolso de R\$ 51.499.220,56 em despesas com outros custeios exceto pagamento de benefícios. Em relação a análise específica, houve um acréscimo de 10,58% de 2015 para 2016, evidenciando uma queda na evolução da despesa, se comparado às séries históricas anteriores. Já se a comparação for com os indicadores x tempo, verifica-se que a evolução da despesa manteve-se decrescente, o que caracteriza que o IFC está conseguindo racionalizar e otimizar o uso dos recursos públicos, de acordo com a realidade atual do orçamento da união.

11. Gastos com Investimentos (GCI)

Quadro 58: Comparativo de percentual de gastos com investimentos

Percentual de Gastos com Investimentos	2012	2013	2014	2015	2016	De 2013 para 2014 (%)	De 2014 para 2015 (%)	De 2015 para 2016 (%)
Indicador	14,61%	15,99%	13,77%	12,33%	6,60%	-13,88	- 10,45	-46,47
Gastos com Investimentos (R\$)	19.920.105,44	28.958.629,00	31.765.224,57	33.480.351,09	19.907.242,56	9,69	5,40	-40,54
Total de Gastos (R\$)	136.369.606,45	181.075.865,00	230.747.701,07	272.310.119,36	301.457.924,42	27,43	18,01	10,70

Fonte: Relatórios de Gestão do IFC de 2011(retificado) a 2013 e relatório consolidado do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC. Data de referência: 01/01/2016 a 31/12/2016.

Análise Crítica

Houve uma queda acentuada nos gastos com investimentos principalmente em função do contingenciamento orçamentário promovido pelo Governo Federal durante o exercício de 2016, muito em função da queda, também acentuada, no volume da arrecadação; o que reflete diretamente na conta de investimentos. Mesmo assim os projetos iniciados durante a série cronológica estão sendo finalizados; mas novos projetos de expansão, aquisição de equipamentos, dentre outros, estão aguardando as definições dos órgãos competentes.

12. Matriculados Classificados de Acordo com a Renda Familiar per Capita (MRF)

Quadro 59: Matriculados Classificados de Acordo com a Renda Familiar per Capita (MRF)

Câmpus	$0 < \text{RFPC} \leq 0,50$ SM	$0,5 < \text{RFPC} \leq 1$ SM	$1 < \text{RFPC} \leq 1,5$ SM	$1,5 < \text{RFPC} \leq 2,5$ SM	$2,5 < \text{RFPC} \leq 3$ SM	$\text{RFPC} \geq 3$ SM	Não Declarou
Araquari	28	108	139	115	40	95	07
Avançado Abelardo Luz	24	08	01	01	0	0	0
Avançado Sombrio	16	47	72	30	23	37	0
Blumenau	21	44	67	56	15	17	0
Brusque	1	11	11	17	7	4	0
Camboriú	278	189	230	95	12	18	0
Concórdia	0	0	72	116	97	103	0
Fraiburgo	26	52	59	42	13	10	0
Ibirama	09	58	67	32	03	13	0
Luzerna	15	74	73	39	11	14	0
Rio do Sul	61	65	22	13	3	8	347
Santa Rosa do Sul	1	34	26	60	2	76	0
São Bento do Sul	33	47	74	32	4	10	0
São Francisco do Sul	12	37	57	50	20	25	0
Videira	46	95	154	72	28	28	0
Total	571	869	1.124	770	278	458	354

Fonte: Dados coletados pelos Pesquisadores Institucionais dos *Campi*.

Para esse indicador foram coletados dados de **4.070 alunos novos** matriculados no ano letivo de 2016, de um total de 16.461 **matrículas atendidas** pelo IFC. Não foram computados nessa análise os alunos dos cursos FIC. Alguns alunos optaram por não declarar a renda familiar, visto que esta informação não é obrigatória para a matrícula (somente para alunos que inscreveram-se nas cotas para baixa renda e/ou que solicitaram algum tipo de assistência estudantil). A fórmula utilizada para os cálculos é:

$$GCI = \frac{\text{Faixa SM}}{\text{Matrículas Atendidas}} \times 100$$

Pode-se perceber que na faixa **0 < RFPC ≤ 0,5 SM** encontra-se **571** alunos, que representam **14,03%** dos alunos matriculados em 2016. Já na faixa **0,5 < RFPC ≤ 1 SM** tem-se **869** alunos, representando **21,35%** das matrículas. Na faixa **1 < RFPC ≤ 1,5 SM**, foram matriculados **1.124** discentes, um percentual de **27,62%**. A faixa **1,5 < RFPC ≤ 2,5 SM** conta com **770** alunos, um percentual de **18,92%**. No que se refere a faixa **2,5 < RFPC ≤ 3 SM**, foram matriculados **278** alunos, um percentual de **6,83 %**. Já na faixa **RFPC ≥ 3 SM**, percebe-se um quantitativo de **458** alunos, perfazendo **11,25%**. Os alunos que optaram por não declarar renda perfazem **8,70% (354 alunos)** dos matriculados.

Através dessa observação, é possível concluir que o IFC atende, principalmente, discentes oriundos de famílias que possuem Renda Familiar Per Capita (RFPC) entre **0 a 1,5 salários-mínimos**, onde a amostragem demonstra que **2.564** dos alunos analisados (**63%**) estão nessa faixa salarial, de um total de **4.070** alunos pesquisados, mantendo o mesmo padrão socioeconômico do ano anterior.

3.5 – INFORMAÇÕES SOBRE PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS

O IFC não contratou recursos externos junto a organismos multilaterais de crédito e agências governamentais estrangeiras.

4 – GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

4.1 – DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA

A estrutura de governança é constituída por conselhos, comitês, unidade interna de auditoria, sistema de correição, dentre outras.

As competências das instâncias de controle orgânico da gestão, ora declaradas, não esgotam aquelas apresentadas no Estatuto e no Regimento Geral do IFC.

A estrutura de governança do IFC compõem-se de:

- CONSUPER – Conselho Superior
- CODIR – Colégio de Dirigentes
- PROJUR – Procuradoria Federal
- UNAI – Unidade de Auditoria Interna
- CPA – Comissão Própria de Avaliação
- CIS – Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE
- CPPD – Comissão Permanente de Pessoal Docente
- CE – Comissão de Ética
- CGCTI – Comitê Gestor de Tecnologia da Informação

Quadro 60: Órgãos de governança e suas principais competências

Órgãos de Governança e suas Principais Competências
CONSUPER – Conselho Superior
<ul style="list-style-type: none"> • Aprovar as diretrizes para atuação do IFC e zelar pela execução de sua política educacional; • Deflagrar, aprovar as normas e coordenar o processo de consulta à comunidade escolar para escolha do(a) reitor(a) e dos diretores-gerais de cada <i>campus</i>; • Discutir junto à comunidade acadêmica e aprovar o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); • Apreciar a proposta orçamentária anual do Instituto e de cada <i>campus</i>, • Aprovar o Projeto Político Institucional (PPI), bem como os regulamentos internos, com a abrangência de todos os <i>campi</i>; • Apreciar as contas do exercício financeiro e o relatório de gestão anual, emitindo parecer conclusivo sobre a propriedade e regularidade dos registros; • Autorizar a criação, alteração curricular e extinção de cursos no âmbito do IFC, bem como o registro de diplomas; • Aprovar a estrutura administrativa e o Regimento Geral do IFC, observados os parâmetros definidos pelo Governo Federal e a legislação específica; • Deliberar sobre a criação, o desdobramento, a incorporação, a fusão e a extinção de unidades, e sobre a agregação de estabelecimentos de ensino, bem como a sua criação, transformação de regime jurídico ou extinção de órgãos suplementares, na forma da legislação.
CODIR – Colégio de Dirigentes
<ul style="list-style-type: none"> • Apreciar e recomendar a distribuição interna de recursos, após sua discussão pela comunidade acadêmica nos <i>campi</i>; • Apreciar e recomendar as normas para celebração de acordos, convênios e contratos; • Propor ao Conselho Superior a criação e/ou alteração de funções e órgãos administrativos da estrutura organizacional do IFC; • Apreciar e recomendar normas de aperfeiçoamento da gestão; • Acompanhar a execução e recomendar alterações no Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI) e no Projeto Pedagógico Institucional (PPI).
Procuradoria Federal junto ao IFC
<ul style="list-style-type: none"> • A Procuradoria Federal é o órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal que possui as competências de:

<ul style="list-style-type: none"> Assistir o(a) reitor(a) em questões referentes à legalidade dos atos a serem por ele praticados no exercício de suas funções; Elaborar e apresentar manifestações e pareceres em processos de licitação, contratos e convênios, e outros que forem submetidos ao exame da legalidade.
UNAI – Unidade de Auditoria Interna
<ul style="list-style-type: none"> A UNAI é um órgão de Controle e Auditoria Interna responsável por: Fortalecer e assessorar a gestão; Prestar apoio aos órgãos de controle interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, órgão de controle externo.
COOPAD – Coordenação-Geral de Procedimentos Administrativos Disciplinares
<ul style="list-style-type: none"> Instruir e regular os procedimentos administrativos disciplinares; Criar e estabelecer métodos de monitoramento dos procedimentos administrativos disciplinares.
CPA – Comissão Própria de Avaliação
<ul style="list-style-type: none"> Planejar, coordenar e articular o processo interno de avaliação, bem como sistematizar e disponibilizar informações e dados referentes ao processo avaliativo.
CIS – Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação
<ul style="list-style-type: none"> Acompanhar, fiscalizar e avaliar a implementação do plano de carreira em todas as suas etapas; Propor à Comissão Nacional de Supervisão as alterações necessárias para o aprimoramento do plano; Apresentar propostas e fiscalizar a elaboração e a execução do plano de desenvolvimento de pessoal do IFC e seus programas de capacitação, de avaliação e de dimensionamento das necessidades de pessoal e modelo de alocação de vagas; Avaliar, anualmente, as propostas de lotação do IFC; Acompanhar o processo de identificação dos ambientes organizacionais do IFC proposto pela área de pessoal, bem como os cargos que os integram.
CPPD – Comissão Permanente de Pessoal Docente
<ul style="list-style-type: none"> Prestar assessoramento ao Conselho Superior ou ao(a) reitor, para formulação e acompanhamento da execução da política de pessoal docente, no que diz respeito a: dimensionamento da alocação de vagas docentes nas unidades acadêmicas; contratação e admissão de professores efetivos e substitutos; alteração do regime de trabalho docente; avaliação do desempenho para fins de progressão e promoção funcional; solicitação de afastamento de docentes para aperfeiçoamento, especialização, mestrado, doutorado ou pós-doutorado; e liberação de professores para programas de cooperação com outras instituições, universitárias ou não.
Comissão de Ética
<ul style="list-style-type: none"> Orientar e aconselhar sobre a ética do servidor público.
CGCTI – Comitê Gestor Central de Tecnologia da Informação
<ul style="list-style-type: none"> De caráter consultivo e subordinado à magnífica reitora, é responsável por acompanhar e promover o alinhamento dos investimentos e ações em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) com os objetivos estratégicos do IFC, de modo que as compras e contratações de recursos/materiais, ou, ainda, de qualquer item inserido na categoria do que se denomina bens de interesse da Tecnologia da Informação, sejam submetidas previamente à deliberação do CGCTI.

Fonte: Regimento Geral e Estatuto do IFC.

4.2 - ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

A Unidade de Auditoria Interna (Unai) do Instituto Federal Catarinense é um órgão administrativo pertencente à estrutura organizacional do IFC, que se vincula, conforme Decreto nº 3.591/2000, diretamente ao Conselho Superior da Instituição – Consuper. A estrutura da Unai é composta de uma unidade central, localizada na Reitoria, e de unidades descentralizadas, instituídas nos respectivos *campi* que compõem o IFC. A Unai é coordenada por um auditor chefe, nomeado de acordo com as normativas vigentes.

As atribuições gerais da Unai estão elencadas no artigo 112 do Regimento Geral do IFC e detalhadas no Regimento Interno da Unidade de Auditoria Interna do IFC, aprovado pela Resolução nº 041/2012-Consuper.

A Auditoria Interna tem por finalidade fortalecer a gestão, através de avaliações periódicas nos procedimentos administrativos, tendo por parâmetros os normativos, os fluxos consolidados, as decisões superiores (Consuper), as orientações jurídicas (AGU) e técnicas dos órgãos de controle (CGU/TCU), além dos princípios e boas práticas voltadas à gestão pública. Dessa maneira, deve funcionar como um instrumento gerencial e de assessoramento, primando por ações que visem à efetividade e ao fortalecimento das ações de controle, de modo a mitigar riscos e inspirar *compliance*².

As Unidades de Auditoria Interna das entidades da Administração Pública Federal Indireta, vinculadas aos Ministérios e aos órgãos da Presidência da República, ficam sujeitas à orientação normativa e supervisão técnica do Órgão Central e dos órgãos setoriais do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal em suas respectivas áreas de jurisdição.

4.2.1 - Detalhamento das normas que regulam a atuação da auditoria interna

Seguem abaixo os documentos que regulam a atuação da Unidade de Auditoria Interna do IFC:

a) Regimento Interno

O Regimento Interno estabelece as diretrizes aos trabalhos da Unidade de Auditoria Interna. Segue o link para acesso ao documento na íntegra: http://ifc.edu.br/wp-content/uploads/2014/05/Regimento-Interno_-UNAI-Res.-041-2012_Consuper.pdf.

Obs.: Foi revogado o inciso III, do art. 9º, pela Resolução nº 001-CONSUPER/2017, de 13 de janeiro de 2017: <http://ifc.edu.br/wp-content/uploads/2014/05/RESOLU%C3%87%C3%83O-ad-ref.-001-2017-Aprova-altera%C3%A7%C3%A3o-Reg.-Interno-Unai.pdf>

b) Manual de Auditoria Interna

O Manual de Auditoria do IFC tem por objetivo sistematizar e padronizar as ações de auditoria, a fim de estabelecer procedimentos comuns relacionados ao planejamento, ao exame, à avaliação e à proposição de melhorias que conduzam ao fortalecimento dos controles internos nas diversas áreas organizacionais do IFC. Os controles internos, quando fortalecidos, produzem clareza, objetividade, segurança e transparência dos atos administrativos. Segue o link para acesso ao documento: <http://ifc.edu.br/wp-content/uploads/2014/05/Manual-de-Auditoria-Interna-vers%C3%A3o-final-.pdf>.

c) Código de Ética

Segundo a INTOSAI (*International Organization of Supreme Audit Institutions* - Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores), da qual o Brasil é participante, a independência, as faculdades e as responsabilidades do auditor, no setor público, implicam elevadas exigências éticas, a fim de suscitar credibilidade e confiança.

Dessa forma, o Código de Ética visa estabelecer os valores e princípios que envolvem o trabalho dos auditores, levando em conta tanto as exigências éticas dos funcionários públicos em

² *Compliance* se refere ao conjunto de disciplinas para fazer cumprir as normas legais e regulamentares, as políticas e as diretrizes estabelecidas para o negócio e para as atividades da instituição ou *empresa*, bem como evitar, detectar e tratar qualquer desvio ou inconformidade que possa ocorrer (Wikipédia, 2015).

geral quanto as exigências específicas dos auditores em particular, incluindo suas obrigações profissionais. Essas exigências éticas envolvem adoção e aplicação das noções subjacentes aos seguintes conceitos-chave: integridade, independência, objetividade e imparcialidade, sigilo profissional e competência profissional. Segue o link para acesso ao documento: <http://ifc.edu.br/wp-content/uploads/2014/05/c%C3%B3digo-de-%C3%A9tica-vers%C3%A3o-final-03.02.16-formatada.pdf>

4.2.2 – Estratégia de atuação em relação à unidade central e às unidades ou subunidades descentralizadas

A Unai do IFC iniciou o exercício de 2016 com uma equipe composta de 14 (quatorze) servidores em efetivo desempenho nas atividades relacionadas à auditoria. Sendo que a partir de julho/2016, passou ao número de 12 (doze) servidores, visto afastamento de 02 (dois) auditores, um para assumir cargo de chefia, outra para conclusão de mestrado. Dos 12 (doze) que permaneceram na equipe, 09 (nove) são auditores de carreira, 01 (um) nomeado por portaria e 02 (dois) servidores para apoio às suas atividades.

A Unai possui auditores lotados nos *campus* Araquari, Blumenau, Camboriú, Concórdia (acumula Abelardo Luz), Fraiburgo, Ibirama, Luzerna, Rio do Sul (Sede, Unidade Urbana e Unidade Tecnológica), Santa Rosa do Sul (acumula Avançado de Sombrio), São Francisco do Sul, Videira e Reitoria (acumula Brusque e São Bento do Sul). Estando subordinados hierarquicamente ao auditor chefe, que, por sua vez, está vinculado ao Conselho Superior.

A Unai, para desenvolver suas atividades na Reitoria e nos *campi*, conta com salas próprias (algumas faltam privacidade em função de reformas em andamento), estruturadas com microcomputador e acesso à internet, impressora, acesso às informações dos sistemas gerenciais do governo federal e contábil, e demais recursos materiais necessários para execução dos trabalhos.

O cargo de Auditor Chefe da Unidade de Auditoria Interna é exercido por servidor de carreira na área de Auditoria, devidamente concursado para o cargo de auditor, do quadro da Instituição, cuja nomeação ou exoneração será submetida pelo Reitor à aprovação do Conselho Superior do IFC com posterior aprovação da Controladoria-Geral da União no Estado de Santa Catarina, nos termos do §5º, art. 15, do Decreto n.º 3.591/2000.

As atividades de auditoria são despachadas por meio de Ordens de Serviço aos auditores, que realizam nos *campi* os mesmos trabalhos durante o mesmo período, sendo consolidados ao final. Salvo solicitações que surjam de maneira isolada.

A alta gerência toma conhecimento das recomendações da auditoria a partir do Relatório de Auditoria e reunião de encerramento dos trabalhos de cada Ordem de serviço, ocasião em que é entregue o plano de providências para que o gestor faça o seu posicionamento em relação às recomendações, elenque as providências a serem realizadas no atendimento às recomendações e fixe o prazo limite para implementação da ação. Outrossim, os riscos pela não implementação das recomendações são evidenciados pela UNAI em tais momentos.

4.2.3 – Informações quantitativas e qualitativas (área de negócio, unidade regional, objeto, etc.) das auditorias e/ou fiscalizações realizadas no exercício de referência do relatório de gestão

No exercício de 2016, as atividades desenvolvidas objetivaram principalmente o cumprimento do PAINT/2016, na busca constante de uma conscientização, padronização e melhoria dos trabalhos desenvolvidos pela nossa equipe de auditores e gestores, e também no acompanhamento do atendimento das demandas oriundas do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Controladoria Geral da União (CGU).

Prestamos também consultoria preventiva aos gestores através de consultas formais e informais, auxílio em várias ações de gestão, emissão de pareceres, entre outras ações.

Durante o exercício de 2016, a UNAI/IFC emitiu 15³ (quinze) Ordens de Serviço sob a coordenação do auditor chefe, para que fossem desenvolvidos os trabalhos conforme item 4.2.4, letras “a” e “b”.

4.2.4 – Demonstração da execução do plano anual de auditoria

A execução dos trabalhos de auditoria realizados durante o ano de 2016 resultou no percentual de execução das horas planejadas no Paint/2016 em aproximadamente 93%, considerando as participações em cursos e reuniões de trabalho, conforme tabela-resumo item “3.e” deste relatório.

Evidenciamos que todos os Relatórios de Auditoria Interna foram enviados à magnífica reitora, ao presidente do Conselho Superior, bem como à Controladoria Geral da União, via e-mail institucional, em atendimento ao disposto na IN/CGU n° 24, de 17 de novembro de 2015. Os gestores assumem total responsabilidade pelo não cumprimento das recomendações efetuadas.

Os trabalhos de auditoria interna, realizados no exercício de 2016, seguiram o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – Paint/2016 –, analisado, previamente, pela CGU- Regional/SC e devidamente aprovado pelo Consuper através da Resolução n° 011/2016. O presente Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – Raint 2016 – está subdividido conforme art. 15 da Instrução Normativa SFC/CGU n° 24/2015, e tratará, em linhas gerais, dos seguintes tópicos:

- Descrição dos trabalhos de auditoria interna realizados de acordo com o Paint (art. 15, I);
- Descrição dos trabalhos de auditoria interna realizados sem previsão no Paint (art. 15, III);
- Relação dos trabalhos de auditoria previstos no Paint não realizados ou não concluídos (art. 15, IV);
- Recomendações emitidas e implementadas no exercício, bem como as vincendas e as não implementadas na data de elaboração do Raint (art. 15, VII);
- Análise consolidada acerca do nível de maturação dos controles internos, com base nos trabalhos realizados em 2016 e exercícios anteriores (art. 15, II);
- Fatos relevantes que impactaram positiva ou negativamente os recursos e a organização da unidade de auditoria interna, e a realização das auditorias (art. 15, V);
- Ações de capacitação da Auditoria Interna (art. 15, VI);
- Descrição dos benefícios decorrentes da atuação da unidade de auditoria interna ao longo do exercício (art. 15, VIII).

a) Descrição dos trabalhos de auditoria interna realizados de acordo com o Paint (art. 15, I da IN/SFC/CGU n° 024/2015);

No exercício de 2016, as atividades desenvolvidas pela Unai objetivaram principalmente o cumprimento do Paint/2016, na busca constante de uma conscientização, padronização e melhoria

³ No total, foram emitidas 15 (quinze) Ordens de Serviço (07 de acordo com o P e 08 que trataram de assuntos externos ao Paint, conforme consta no item “b”).

nos trabalhos desenvolvidos pela nossa equipe de auditores e gestores, e também o acompanhamento do atendimento das demandas oriundas do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Controladoria Geral da União (CGU).

As atividades de auditoria são iniciadas por meio de Ordens de Serviço emitidas pelo auditor chefe aos auditores, que realizam, na Reitoria e nos *campi*, os mesmos trabalhos durante o mesmo período, salvo solicitações que surjam de maneira isolada.

Prestamos também assessoria preventiva aos gestores através de consultas formais e informais, auxílio em várias ações de gestão, emissão de pareceres, entre outros.

Durante o exercício de 2016, a Unai/IFC emitiu 15⁴ (quinze) Ordens de Serviço sob a coordenação do auditor chefe, para que fossem desenvolvidos os trabalhos conforme especificado abaixo:

Quadro 61: Ordens de Serviço emitidas pela UNAI no exercício

Ordem de Serviço (OS)	Data Emissão	Área	Subárea	Assunto	Escopo
001/2016	05/01/2016	01 – Controles da Gestão	04 – Controles Internos	06 – Atuação da Auditoria Interna	Demonstrar, por meio do Raint, todos os trabalhos que foram realizados pela Unai/IFC, no ano de 2015.
004/2016	16/02/2016	01 – Controles da Gestão	04 - Controles Internos	09 – Gerenciamento eletrônico de informações	Verificar, utilizando uma amostragem de 100% dos módulos de cada sistema, já implantados pelo IFC do SIG, segundo o Cronograma de Execução disponibilizado na página da DTI/IFC http://dti.ifc.edu.br/ , se os <i>campi</i> e a Reitoria estão utilizando os módulos do sistema, segundo orientações da TI do IFC.
006/2016	01/04/2016	04 – Gestão patrimonial 06 – Gestão de suprimento, bens e serviços	(01) - Inventários Físicos e Financeiros (04) - Gerenciamento Estoques	(01) - Registros Oficiais e Financeiros; (02) - Existências Físicas; (03) - Sistema de Controle Patrimonial (02) - Administração e Controle de Materiais	Os exames referentes à área patrimonial e de almoxarifado serão realizados buscando verificar os aspectos do gerenciamento, da legalidade e confiabilidade dos controles utilizados no IFC.
007/2016	09/05/2016	05- Gestão de Recursos Humanos	06 – Regime Disciplinar	01 – Processos de Sindicância 02 – Processos Disciplinares 03 – Infringência ao Regime Disciplinar	Verificar em 100% dos Processos Administrativos Disciplinares (PADs e Sindicâncias) e TCAs concluídos, o cumprimento das recomendações estabelecidas por meio dos pareceres jurídicos e relatórios finais das comissões, bem como lançamento dos processos no sistema CGU/PAD.
008/2016	11/05/2016	01 – Controles da Gestão	03 – Unidades Gestoras	06 - Atuação das Unidades Executoras	Verificar 100% das recomendações contidas no Plano de Providências Permanente emitido pela Unai/Reitoria, no tocante ao

⁴No total, foram emitidas 15 (quinze) Ordens de Serviço (07 de acordo com o Paint e 08 que trataram de assuntos externos ao Paint, conforme consta no item “b”).

					cumprimento das providências a serem implementadas pelos gestores.
009/2016	11/05/2016	05 - Gestão de Recursos Humanos	Subárea: 01 – Movimentação Subárea: 03 – Indenizações Subárea: 05 – Seguridade Social	Assunto: 06 – Recrutamento, Seleção e Admissão (professores substitutos) Assunto 07 - Aux Transporte Assunto: 01 – Aposentadoria por invalidez	Analisar a legalidade e a efetividade dos controles da área de gestão de pessoas do IFC, no tocante à aposentadoria por invalidez, contratação de professores substitutos, acúmulo irregular de cargos para os docentes com dedicação exclusiva (DE) e controle de frequência. Os exames serão realizados por amostragem, sendo: 100% dos servidores aposentados por Invalidez Permanente. Os demais processos (DE e Substitutos) serão avaliados 20% do quantitativo de servidores e contratados.
013/2016	30/09/2016	01 – Controles da Gestão	04- Controles Internos	06 - Atuação da Auditoria Interna	Preencher planilha de Matriz de Risco da Unai, para viabilizar a elaboração do Paint/2017, nos moldes da IN/CGU nº 24 de 17/11/2015.

Fonte: Arquivos da Unai/Reitoria/IFC (janeiro/2017).

b) Descrição dos trabalhos de auditoria interna realizados sem previsão no Paint (art. 15, III da IN/SFC/CGU nº 024/2015);

Quadro 62: Trabalhos de auditoria interna realizados sem previsão no Paint

Tipo do Trabalho	Data de Realização	Motivação (o que levou a fazer o trabalho)	Resultado	Obs.:
OS 002/2016 (Análise Processo Contratação Correios)	06/01/2016	Despacho nº 486/2014/IFC/PFSC/PG F/AGU da Procuradoria Federal.	Nota Técnica de Auditoria nº 01/2016, contendo duas recomendações relativas à instauração de procedimentos apuratórios.	
OS 003/2016 (Análise Processo Contratação Estagiários)	27/01/2016	Despacho nº 00571/2015/IFC/PFSC/P GF/AGU da Procuradoria Federal.	Parecer Técnico de Auditoria nº 002/2016, com emissão de recomendação.	
OS 005/2016 (Análise do Processo nº 23353.000537/2014-89 - Rio do Sul)	15/01/2016	Parecer nº 00075/2016/IFC/PFSC/P GFIFC/AGU da Procuradoria Federal	Parecer Técnico de Auditoria nº 003/2016, com emissão de recomendação.	
OS 010/2016 (Ouvidoria - Auxílio Transporte/Araquari)	12/05/2016	Denúncia recebida via Ouvidoria do IFC.	Relatório Final, somente com informação.	
OS 011/2016 (Ouvidoria - Pronatec Concórdia)	14/07/2016	Denúncia recebida via Ouvidoria do IFC.	Relatório Preliminar com emissão de recomendações e plano de providências para manifestação do gestor.	
OS 012/2016 –	04/08/2016	Acórdão 1006/2016 -	Relatório Consolidado com emissão de	

(Pronatec Acórdão/TCU nº 1.006/2016-Plenário)		TCU	recomendações.	
OS 014/2016 – (Ouvidoria - Auxílio Transporte x Licença Saúde-DGP)	05/12/2016	Denúncia recebida via Ouvidoria do IFC.	Relatório Consolidado com emissão de recomendações.	
OS 015/2016 – (Atendimento ao Ofício 278-213/2016-TCU/SEFIP/Diaup)	08/12/2016	Ofício 278-213/2016-TCU/SEFIP/Diaup	Relatório Preliminar e Ofício nº 007/2017 – Unai/Reitoria em resposta ao TCU.	

Fonte: Arquivos da Unai/Reitoria/IFC (janeiro/2017).

c) Relação dos trabalhos de auditoria previstos no Paint não realizados ou não concluídos (art. 15, IV da IN/SFC/CGU nº 024/2015)

Justifica-se a não execução dos itens pelo atraso no envio das respostas de alguns gestores e análises a serem feitas por alguns auditores, a determinação de inclusão de trabalho conforme Acórdão/TCU nº 1.006/2016-Plenário, além do recebimento de algumas denúncias via Ouvidoria, com necessidade de apuração por esta Unidade. Ressalta-se ainda, solicitações de aferimento de processos pela Procuradoria Federal junto ao IFC, ficando os itens não realizados ou não concluídos reprogramados para serem realizados em 2017.

Quadro 63: Trabalhos de auditoria previstos no Paint e não realizados/concluídos

Descrição	Justificativa para não execução	Previsão de Conclusão
Item 17 - Gestão Operacional e Finalística (PROEN) Pró-Reitoria de Ensino	Justificativa acima.	Será dado outro enfoque devido à matriz de riscos, conforme itens 02 e 03 - Paint 2017.
Item 29 – Gestão Orçamentária Acompanhamento da Execução do Orçamento da Entidade	Justificativa acima.	Foram substituídos por outras atividades, tendo em vista a matriz de riscos. Sem previsão para realização.
Item 30 – Controles de Gestão Acompanhamento do Planejamento Estratégico	Justificativa acima.	Foram substituídos por outras atividades, tendo em vista a matriz de riscos. Sem previsão para realização

Fonte: Arquivos da Unai/Reitoria/IFC (janeiro/2017).

d) Documentação e valores analisados

Na execução de todas as Ordens de Serviço realizadas pela Unai durante o exercício de 2016 foram analisados 46.034 documentos e em termos de valores auditados o montante de R\$ 2.687.142,91, representando 100% dos valores selecionados nas amostras, conforme quadro a seguir:

Quadro 64: Documentos e valores analisados

Ordem de Serviço	Documentos Analisados	Valor total	Valor analisado	% valor analisado
OS 001/2016 Raint/2015	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
OS 002/2016 Processo Correios	119	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
OS 003/2016 Processo Contratação Estagiários	97	R\$ 5.400,00	R\$ 5.400,00	100%
OS 004/2016 Sistema Integrado de Gestão (SIG) - DTI	527	R\$ 1.440.891,00 Termo de Execução Contratual	R\$ 1.440.891,00 Termo de Execução Contratual	100%
OS 005/2016 Processo Repactuação Contrato 01/2015 – campus Rio do Sul	1.079	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
OS 006/2016 Almoxarifado e Patrimônio	12.870	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
OS 007/2016 PAD, Sindicância e TCA	3.956	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
OS 008/2016 Plano de Providências Permanente (PPP)	16.166	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
OS 009/2016 Docentes c/DE Aposentadoria por Invalidez (DGP)	3.377	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
OS 010/2016 Ouvidoria-Campus Araquari	130	R\$ 34.378,00	R\$ 34.378,00	100%
OS 011/2016 Ouvidoria – Pronatec Campus Concórdia	300	R\$ 572.011,00	R\$ 572.011,00	100%
Os 012/2016 Pronatec - Acórdão/TCU nº 1.006/2016-Plenário	6.778	R\$ 427.681,46	R\$ 427.681,46	100%
OS 013/2016 Paint/2017	147	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
OS 014/2016 Ouvidoria - Licença Saúde x Auxílio Transporte (DGP)	478	R\$ 206.781,45	R\$ 206.781,45	100%
OS 015/2016 Ofício	10	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL	46.034	R\$ 2.687.142,91	R\$ 2.687.142,91	100%

Fonte: Raint's individuais dos auditores Unai/IFC (janeiro/2017).

e) Quadro Consolidado de Atividades do Paint/2016 (RESUMO)

Agrupamos nos quadros, abaixo, de maneira simplificada as ações que foram realizadas no transcorrer do exercício 2016. Estas atividades estão desmembradas por mês de execução no Anexo 1 do Paint/2016. Nos quadros foram retirados os trabalhos planejados e não executados, e incluídos os trabalhos realizados e não constantes no planejamento.

Quadro 65: Resumo consolidado de atividades do Paint 2016

Atividades Planejadas	H/H	H/H Realizada	%
Atividades de Auditoria	8.064	8.064	100
Atividades Administrativas	7.584	7.064	93
Atividades de Acompanhamento	4.488	3.088	69
Ações de fortalecimento da Unai	312	312	100
Capacitação	1.184	1.476	124
Reserva Técnica	2.496	2.496	100
Sub Total	24.128	22.500	93

Quadro 66: Atividades de auditoria

Item do PAINT/2016	Descrição Sumária	H/H	H/H Realizada	%	Ordem de Serviço
04	Auditoria na área de TI – Sistema Integrado de Gestão (SIG).	2.176	2.176	100	OS 004
09	Auditoria nos controles de bens móveis e patrimoniais (RMA e RMB).	880	880	100	OS 006
13	Auditoria na área de Gestão de Pessoas.	2.520	2.520	100	OS 009
17	Auditoria na PROEN - Área Pedagógica – Atividade-Fim. (Cursos a definir).	2.488	0	0	-
Sub Total H/H		8.064	5.576	69	-
Atividades não planejadas (item 3,b)		-	2.488		OS 010,011, 012, 014/2016
Total H/H		8.064	8.064	100	

Quadro 67: Atividades administrativas

Item do PAINT/2016	Descrição Sumária	H/H	H/H Realizada	%
1	Elaboração do Raint/2015.	1.032	1.032	100
2, 7, 11, 15, 19, 23, 27 e	Desenvolvimento de atividades administrativas, planejamento, relatoria, emissão de relatórios, e outros.	6.240	4.680	75

31				
22	Elaboração do Paint/2017.	312	312	100
Sub Total H/H		7.584	6.024	79
Atividades não planejadas (item 3,b)		-	1.040	-
Total		7.584	7.064	93

Quadro 68: Atividades de acompanhamento

Item do PAINT/ 2016	Descrição Sumária	H/H	H/H Realizada	%
10	Acompanhamento das recomendações contidas nos relatórios da CGU/TCU.	312	312	100
21	Acompanhamento dos Planos de Providências Permanentes (PPPs) do TCU/CGU/UNAI.	2.072	2.072	100%
25	Acompanhamento dos Processos Disciplinares (PADs, Sindicâncias e TCAs)	704	704	100%
29	Acompanhamento da Execução do Orçamento/2016.	208	0	0
30	Acompanhamento do Planejamento Estratégico do IFC.	1.192	0	0
Total H/H		4.488	3.088	69

Quadro 69: Ações de fortalecimento da UNAI

Item do Paint/20 16	Descrição Sumária	H/H	H/H Realizada	%
6	Ações de fortalecimento da Unai.	312	312	100
Total H/H		312	312	100

Quadro 70: Ações de capacitação da UNAI

Item do Paint/ 2016	Descrição Sumária	H/H	H/H Realizada	%
5, 14, 18 e 26	Atualizar e capacitar os servidores que desenvolvem atividades na Unai, por meio da participação em Fóruns (Fonai), cursos ou reuniões de trabalho.	1.184	1.476	124
Total H/H		1.184	1.476	124

--	--	--	--

Quadro 71: Reserva técnica

Item do Paint/2016	Descrição Sumária	H/H	H/H Realizada	%
3, 8, 12, 16, 20, 24, 28 e 32	Reserva técnica. (estão incluídas aqui as ações de capacitação)	2.496	2.496	100
Total H/H		2.496	2.496	100

4.2.5 - Recomendações emitidas e implementadas no exercício, bem como as vincendas e as não implementadas na data de elaboração do Raint (ART. 15, VII DA IN/SFC/CGU N° 024/2015)

Anualmente, a Unai faz o monitoramento das recomendações constantes em seu PPP – Plano de Providências Permanente (item 21 do Paint) –, em qual foi feito, em 2016, por meio da OS 008/2016 (acompanhamento do PPP da Unai). Com a conclusão dos trabalhos, observa-se, conforme quadro abaixo, que o IFC, como instituição, apresenta um índice de 69,64% de atendimento às recomendações desta Unai, apresentando um declínio de (-14,34%) no índice de resolubilidade comparado ao quadro do Raint/2015.

Nota-se que o *Campus* Rio do Sul teve uma redução de 47,5% (média Unidade Sede e Urbana) no índice de atendimento, ficando como o que mais regrediu na média de atendimento das recomendações; na outra ponta, o *Campus* São Francisco do Sul foi o que, em termos percentuais de atendimento, evoluiu, aumentando em 51%. Cabe destacar que o *Campus* Luzerna atingiu 100% de atendimento nas recomendações efetuadas pela Unai.

De acordo com outra análise realizada, a Reitoria apresenta o maior número de recomendações. O *campus* que mais atendeu as recomendações foi Fraiburgo; o que mais teve reiterada pelo não atendimento foi Araquari; e o que mais teve recomendações arquivadas pelo não atendimento foi Santa Rosa do Sul, que são as que foram analisadas pela terceira vez pela UNAI, sem uma ação efetiva e resolutiva por parte do gestor. Esses itens serão retirados do Plano de Providências Permanente, passando a ter tratamento diferenciado desta Unai, junto aos gestores, na busca de soluções.

Quadro 72: Índices de atendimento das recomendações referentes à OS 008/2016 (Plano de Providências Permanente)

<i>Campus</i>	Recomendações	Atendidas	Reiteradas Pelo Não Atendimento Pleno	Arquivadas Pelo Não Atendimento	Índice de Atendimento (%)2016	Índice de Atendimento (%) 2015
Reitoria	301	191	104	6	63,45	71,15
Araquari	300	106	172	22	35,33	77,48
Blumenau	235	178	47	10	75,74	43,82
Brusque	47	45	2	0	95,74	79,16
Camboriú	277	214	32	31	77,25	90,03
Concórdia	148	65	77	06	43,91	84,80

Fraiburgo	252	235	17	0	93,25	100
Ibirama	124	94	29	1	75,80	99
Luzerna	36	36	0	0	100	86
Rio do Sul (Sede)	41	12	10	19	29,26	95,68
Rio do Sul (Unidade Urbana)	62	34	27	01	54,83	83,33
Santa Rosa do Sul	288	234	7	47	81,25	45,35
São Francisco do Sul	8	7	0	1	87,5	44,44
Sombrio (Avançado)	232	161	69	2	69,39	55,26
Videira	186	155	19	12	83,33	75,18
Totais	2.537	1.767	612	158	69,64	81,3

Fonte: relatórios recebidos dos auditores da Unai para composição do Plano de Providências Permanentes (2016) atualizados na presente data (fevereiro/2017).

Os trabalhos realizados nas OSs emitidas em 2016, propiciaram emitir recomendações estruturantes de caráter geral ao IFC (as OSs sequenciais que foram excluídas tratam-se de itens sem recomendações), que abaixo relacionamos, não dispensando as constantes nos relatórios individuais emitidos para cada *campus*.

1) Recomendações gerais contidas no Relatório Consolidado OS 004/2016:

- a) Consignar, no processo de cooperação, o novo cronograma devidamente aprovado e assinado pela instância superior, encaminhando cópia a esta Unai.
- b) Determinar pelo gabinete a obrigatoriedade de implantação e uso dos módulos do sistema SIG em todo o IFC;
- c) Emitir expediente determinando, para que, em acordo com a DTI, cada Pró-Reitoria e setores (áreas de negócio), definam cronograma de prazos para apresentar as regras de negócio (manuais, fluxogramas, processos) de forma padronizada em nível de IFC, realizando estudos, oficinas, permitindo simulações de acesso e utilização aos módulos, bem como o prévio levantamento de alterações necessárias, antes do período disponibilizado pela DTI para ajuste do sistema;
- d) Emitir portarias que definam grupos para desenvolvimento, simulação e implantação dos módulos do SIG, com prazo para término dos trabalhos, coerente com o cronograma apresentado no Termo de Execução Descentralizada;
- e) Emitir expediente, para que sejam definidos, pelas áreas de negócio e DTI, prazos finais para migração de dados preexistentes necessários para utilização dos módulos disponibilizados e implantação plena do SIG em todo IFC;
- f) Criar uma rotina de acompanhamento e capacitação da DTI junto à área de negócios e seus executores, com cronogramas com prazos previamente estabelecidos e identificação dos atores responsáveis por cada atividade, até a efetiva implantação e uso regular dos módulos pela área de negócio, a fim de possibilitar melhor acompanhamento das etapas do processo pelos pares, pelos gestores e pelo controle interno;

- g) Criar mecanismos que garantam o repasse das informações e orientações recebidas pelos multiplicadores aos servidores dos *campi*, até o efetivo uso dos módulos;
- h) Criar um instrumento formal que possa comprovar as capacitações dos servidores, realizadas pela Contratada UFRN e também pelo IFC;
- i) Criar manuais (passo a passo a cargo da contratada e/ou da DTI/Reitoria e/ou áreas de negócios), que facilite a inserção das informações no sistema/módulos, para que não ocorra a descontinuidade das atividades, decorrente de movimentações internas de servidores envolvidos com a implantação, considerando que a movimentação de servidores é um processo natural dentro das Instituições Públicas, e que nem sempre os servidores que saem das “funções” repassam o conhecimento adquirido;
- j) Dar plena publicidade das fases de implantação e necessidade de uso do sistema (módulos) e suas funcionalidades em todo IFC, em especial nos *campi*, contribuindo para que os servidores possam assimilar o processo de implantação dos módulos.
- k) Definir, no cronograma de implantação dos módulos, terminologias diferentes para cada fase de implantação do sistema, que permitam entender, de forma clara e objetiva, em qual real fase de implantação se encontra o módulo, dando-se plena publicidade a isso.

2) Recomendações gerais contidas no Relatório Consolidado OS 006/2016:

- a) Providenciar a implantação do sistema Sipac relativo aos setores de almoxarifado e patrimônio, para que, em 60 (sessenta) dias, esteja em uso efetivo em todo o IFC;
- b) Revisar, adequar e criar manuais, rotinas, normativas e sistemáticas de controle em todo o IFC, de maneira que os procedimentos dos setores de Almoxarifado e Patrimônio fiquem claros e unificados no IFC, buscando atender, em especial, a Lei nº 4.320/1964 e a Instrução Normativa nº 205/1988;
- c) Providenciar e viabilizar pelos gestores a capacitação constante dos servidores que desempenham suas atividades nas áreas de Almoxarifado e Patrimônio;
- d) Efetuar levantamento do quantitativo de pessoal que desempenha suas atividades nas áreas de Almoxarifado e Patrimônio, adequando-o à necessidade da Reitoria e de cada *campus*;
- e) Instituir rotinas de penalizações contra fornecedores inadimplentes, monitorando até a conclusão dos processos e efetiva aplicação das penas;
- f) Criar uma rotina de verificação periódica, nos setores de almoxarifado e patrimônio, a partir da qual produtos e bens, em quantidade a não ser utilizada pelo *campus* em prazo razoável, sejam colocados em disponibilidade aos demais *campi*;
- g) Criar rotina de verificação periódica nos setores de patrimônio, para que, em relação aos bens permanentes solicitados e não utilizados em até 3 (três) meses, seja aberto procedimento apuratório das responsabilidades de quem deu causa;

- h) Providenciar e/ou adequar os locais destinados a armazenamento das mercadorias adquiridas para consumo imediato e permanente para distribuição, de forma que tenham estrutura adequada para guarda e armazenamento, evitando ocasionar a perda por má conservação e destinação;
- i) Providenciar a atualização e o emplaquetamento de todo permanente institucional, incluindo doações recebidas, no prazo de 60 (sessenta) dias, alocando-os nos locais definitivos com seus respectivos termos de responsabilidade.

3) Recomendações gerais contidas no Relatório Consolidado OS 007/2016:

- a) Disponibilizar à COOPAD – Coordenação-geral de Procedimentos Administrativos Disciplinares – quantitativo de pessoal de apoio suficiente para realização de suas atividades (Gabinete);
- b) Disponibilizar à COOPAD estrutura física adequada e preferencial para a realização de audiências (Gabinete);
- c) Providenciar pela COOPAD a capacitação de servidores para atuarem na realização de Processos Administrativos Disciplinares, para que seja, na realização dos procedimentos, mantida a forma da lei (COOPAD);
- d) Realizar pela COOPAD e pelo Gabinete, estudo quanto à possibilidade de destinarem servidores exclusivamente para a realização de Processos Administrativos Disciplinares (COOPAD e Gabinete);
- e) Proceder a uma sistemática de acompanhamento, devidamente formalizada, pela COOPAD, de modo que o lançamento dos processos administrativos disciplinares, no âmbito do IFC, no sistema CGU/PAD, atendam os prazos constantes na Portaria CGU nº 1043/2007 (COOPAD);
- f) Criar, pela COOPAD, manuais e fluxos processuais, de modo tornar padrão, em todo o IFC, a condução dos procedimentos administrativos disciplinares (COOPAD).

4) Recomendações gerais contidas no Relatório Consolidado OS 008/2016:

- a) Revisar, adequar e criar manuais, rotinas, fluxos, normativas e sistemáticas de controle interno primário em todos os *campi* do IFC, de maneira que os procedimentos de cada área de competência fiquem claros, unificados e padronizados;
- b) Elaborar um planejamento mais consistente de suas ações e aquisições, de modo a direcioná-las para a busca do atingimento das metas previstas no Planejamento Estratégico e Termo de Acordo de Metas;
- c) Providenciar e viabilizar a capacitação (cursos, seminários, encontros de áreas, etc.) constante dos servidores que desempenham suas atividades nas áreas auditadas, em especial de gestão de pessoas, planejamento, licitações, execução financeira e orçamentária, gestão e fiscalização de contratos;

- d) Efetuar levantamento do quantitativo de pessoal que desempenha suas atividades nas áreas de gestão de pessoas, planejamento, licitações, execução financeira e orçamentária, gestão e fiscalização de contratos, adequando-o à necessidade de cada *campus* e da Reitoria;
- e) Formalizar os macroprocessos, processos e subprocessos do IFC;
- f) Constituir os comitês de risco e/ou controles internos, em atendimento à IN/Conjunta MP/CGU nº 01/2016;
- g) Elaborar a matriz de risco do IFC.

5) Recomendações gerais contidas no Relatório Consolidado OS 009/2016:

- a) Revisar, adequar e criar, os fluxos, manuais, rotinas, normativas e principalmente sistemáticas de controle em todo o IFC, de maneira que os procedimentos de movimentação de servidores fiquem claros e unificados, e que possibilitem um acompanhamento efetivo e tempestivo das movimentações dos servidores;
- b) Aprimorar o fluxo processual existente entre a DGP e as CGPs dos *campi*, deixando claras e unificadas as responsabilidades e atribuições de cada um nas movimentações dos servidores;
- c) Criar uma rotina de verificação periódica quanto ao acúmulo irregular de cargos por parte dos servidores com dedicação exclusiva.

6) Recomendações gerais contidas no Relatório Consolidado OS 011 e 012/2016:

- a) Publicar e manter atualizado, no sítio da instituição, bem como no mural de entrada do prédio, o quadro de horários de todos os servidores que são bolsistas do Pronatec, atendendo ao art. 15, § 3º da Resolução nº 04 do CD/FNDE, e ao artigo 9º da Resolução CONSUPER nº 062/2012;
- b) Formalizar, junto às coordenações adjuntas e geral do programa e chefias imediatas, a necessidade de acompanhamento efetivo quanto ao cumprimento da jornada de trabalho e sobreposição de horários dos servidores que recebem bolsa do Pronatec, observando-se, no cumprimento da jornada de trabalho dos servidores que prestam serviço ao Pronatec, os ditames previstos no Decreto nº 1.590/1995, Resolução nº 062/2012 do CONSUPER, Resolução nº 04 do CD/FNDE, de 16 de março de 2012, e orientações emitidas pela DGP Reitoria aos *campi*;
- c) Promover a substituição dos coordenadores adjuntos do programa dos *campi* de Rio do Sul, Blumenau, Concórdia e Reitoria, visto as reincidências apresentadas;
- d) Informar no relatório de gestão anual os resultados aqui apurados e as providências adotadas pela gestão, em atendimento à determinação contida no Acórdão/TCU nº 1.006/2016-Plenário.

7) Recomendações Gerais contidas no Relatório Consolidado OS 014/2016:

- a) Aprimorar a sistemática de controle, no tocante ao acompanhamento dos valores recebidos a título de auxílio-transporte e respectivos descontos a serem feitos dos servidores. Entende-se, como

forma de otimizar e proporcionar uma distribuição de competências, que deva ser destinada às CGPs dos *campi* esta responsabilidade, estabelecendo-a formalmente nos fluxos processuais do setor.

4.2.6 Eventuais redesenhos feitos recentemente na estrutura organizacional da unidade de auditoria, inclusive reposicionamento na estrutura da unidade jurisdicionada, demonstrando os ganhos operacionais deles decorrentes

Não houve redesenho na estrutura organizacional da UNAI durante o exercício de 2016.

4.3 - ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E DE APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS

No IFC, durante o exercício de 2016, os processos de Sindicâncias eram conduzidos pelas respectivas unidades, em relação aos eventos que tiveram origem em cada um dos 15 (quinze) *campi* do IFC, bem como, pela Reitoria, como instância máxima (instauradora) dos processos de Sindicância e Administrativos Disciplinares (PADs), sendo conduzidos e orientados pela Coordenação-Geral de Procedimentos Administrativos Disciplinares (COOPAD).

Os processos apurados e as providências adotadas, no que concerne a irregularidades ocorridas no âmbito dos macroprocessos finalísticos, que sejam capazes de impactar o desempenho no âmbito do IFC, encontram-se destacados no **Quadro 73**.

Em relação ao registro das informações relativas a procedimentos disciplinares aos preceitos estabelecidos na Portaria CGU n.º 1.043, de 24 de julho de 2007, notadamente no que se refere ao prazo de 30 dias para sua inserção no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares – CGU/PAD –, a contar da ocorrência do fato ou ato de que tratam, informamos que o IFC está em conformidade com o prescrito na referida portaria, em relação aos processos originários da Reitoria, uma vez que a responsabilidade pelo cadastramento no sistema dos processos conduzidos pelos *campi* eram de responsabilidades destes. Em 08/02/2017, foi instalada a Corregedoria do IFC, sendo que uma de suas responsabilidades é a centralização dos processos disciplinares de toda a instituição.

Em relação ao quantitativo de eventos apurados e providências adotadas, destacamos que, no ano de 2016, trabalhou-se em 47 eventos, sendo 22 (vinte e duas) Sindicâncias e 25 (vinte e cinco) Processos Administrativos Disciplinares (PAD); destes, 17 (dezesete) foram considerados como impactantes no desempenho, afetando os macroprocessos finalísticos da instituição.

Quadro 73: Atividades de correção e de apuração de ilícitos administrativos

ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E DE APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS						
Nº Processo	Tipo de procedimento	Assunto	Local do fato	Fases do processo	Resultado final	Macroprocessos finalísticos afetados
23353.065026/ 2014-11	PAD	Falta de urbanidade; conduta escandalosa; incontinência pública; manifestação de apreço ou despreço	<i>Campus</i> Rio do Sul/IFC	Decisão Reconsideração / Recurso hierárquico: 04/05/2016	Apenado – Penalidade de Advertência. Penalização Aplicada através da Portaria nº 1848, de 16/05/2016, DOU de	Ensino

					17/05/2016 (do Reitor Substituto em Exercício, Robert Lenoch)	
23348.001265/2014-11	PAD	Desaparecimento ou perecimento de bens públicos	<i>Campus</i> Santa Rosa do Sul/IFC	Processo julgado: 20/06/2016	Portaria Determinando o Arquivamento nº 2530 de 05/07/2016, Boletim de Serviço (do reitor substituto em exercício, Robert Lenoch)	Ensino e Pesquisa
23353.001001/2015-61	PAD	Assédio moral; conflito de interesse entre a função pública e os atos da vida privada; desrespeito ao sigilo de informações; falta de urbanidade; conduta escandalosa; incontinência pública; manifestação de apreço ou despreço	<i>Campus</i> Rio do Sul/IFC	Processo julgado: 28/06/2016	Portaria determinando o arquivamento nº 2531, de 05/07/2016, Boletim de Serviços (do reitor substituto em exercício, Robert Lenoch)	Ensino, Pesquisa e Extensão
23473.000047/2016-88	PAD	Concessão irregular de benefícios, licenças ou autorizações	<i>Campus</i> Blumenau/IFC	Processo julgado: 04/08/2016	Portaria nº 2864, de 08/08/2016, do reitor substituto em exercício, Robert Lenoch, determina Instauração de Procedimento Administrativo Disciplinar, conforme artigo 145, inciso III, da Lei nº 8112/90.	Ensino, Pesquisa e Extensão
23348.000451/2016-97	PAD	Falta de urbanidade; conduta escandalosa; incontinência pública; manifestação de apreço ou despreço	<i>Campus</i> Blumenau/IFC	Processo julgado: 30/09/2016	Portaria determinando o arquivamento nº 3427, de 04/10/2016, Boletim de Serviços (da reitora, Sônia Regina de Souza Fernandes)	Ensino, Pesquisa e Extensão
23348.000697/2015-88	PAD	Conflito de interesse entre a	<i>Campus</i> Santa Rosa do	Em análise na Corregedoria	Processo em andamento	Ensino, Pesquisa e Extensão

		função pública e os atos da vida privada; desrespeito ao sigilo de informações; favorecimento próprio ou de terceiros; irregularidades ou fraudes em convênios ou outros acordos; representação de interesse particular junto à Administração	Sul/IFC <i>Campus</i> Sombrio/IFC <i>Campus</i> Videira/IFC <i>Campus</i> Luzerna/IFC <i>Campus</i> Fraiburgo/IFC <i>Campus</i> Camboriú/IFC <i>Campus</i> Araquari/IFC			
23475.000472/ 2016-57	PAD	Assédio moral; falta de urbanidade; conduta escandalosa; incontinência pública; manifestação de apreço ou despreço.	<i>Campus</i> Luzerna/IFC	Encaminhado para julgamento: 29/12/2016	Processo em andamento	Ensino, Pesquisa e Extensão
23353.064944/ 2014-14	PAD	Assédio moral; falta de urbanidade; conduta escandalosa; incontinência pública; manifestação de apreço ou despreço	<i>Campus</i> Rio do Sul/IFC	Instauração/Instauração*: 24/03/2015	Processo em andamento	Ensino, Pesquisa e Extensão
23352.001130/2 015-60	PAD	Ausência de presteza nas atividades ou na prestação de informações; erros procedimentais ou descumprimento de normas ou regulamentos; falta de urbanidade; conduta escandalosa; incontinência pública; manifestação de apreço ou despreço.	<i>Campus</i> Videira/IFC	Instauração/Instauração*: 08/07/2015	Processo em andamento	Ensino, Pesquisa e Extensão
23348.003060/	PAD	Conflito de	<i>Campus</i>	Instauração/Ins	Processo em	Ensino

2015-43		interesse entre a função pública e os atos da vida privada; erros procedimentais ou descumprimento de normas ou regulamentos; favorecimento próprio ou de terceiros; nepotismo	Brusque/IFC	Instauração*: 09/10/2015	andamento	
23348.000061/ 2016-17	PAD	Conflito de interesse entre a função pública e os atos da vida privada; erros procedimentais ou descumprimento de normas ou regulamentos; favorecimento próprio ou de terceiros; nepotismo	<i>Campus</i> Brusque/IFC	Instauração/Instauração*: 24/02/2016	Processo em andamento	Ensino
23348.003277/ 2015-53	PAD	Ausência de prestação nas atividades ou na prestação de informações	<i>Campus</i> Blumenau/IFC	Instauração/Instauração: 07/03/2016	Processo em andamento	Ensino, Pesquisa e Extensão
23348.002195/ 2016-72	PAD	Assédio moral; falta de urbanidade; conduta escandalosa; incontinência pública; manifestação de apreço ou despreço; favorecimento próprio ou de terceiros; nepotismo	<i>Campus</i> Videira/IFC	Instauração/Instauração: 10/08/2016	Processo em andamento	Ensino, Pesquisa e Extensão
23348.003609/ 2016-81	Sindicância	Erros procedimentais ou descumprimento de normas ou regulamentos	<i>Campus</i> Avançado Abelardo Luz/IFC	Instauração/Instauração: 17/10/2016	Processo em andamento	Ensino, Pesquisa e Extensão
23354.001423/ 2015-27	Sindicância	Erros procedimentais ou	<i>Campus</i> Santa Rosa do Sul/IFC	Indiciamento/Citação/Defesa Escrita/Relatório	Processo em andamento	Ensino, Pesquisa e Extensão

		descumprimento de normas ou regulamentos; irregularidades ou fraudes em licitações ou contratos		o Final: 25/08/2016		
23473.000753/ 2016-20	Sindicância	Erros procedimentais ou descumprimento de normas ou regulamentos	<i>Campus</i> Blumenau/IFC	Processo julgado: 18/11/2017	Arquivamento	Ensino, Pesquisa e Extensão
23353.001373/ 2015-98	Sindicância	Falta de urbanidade; conduta escandalosa; incontinência pública; manifestação de apreço ou desapreço	<i>Campus</i> Rio do Sul/IFC	Processo julgado: 10/05/2016	Arquivamento	Ensino

4.4 – GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Na gestão de riscos e controles internos, foram estabelecidos diversos fluxos de processos e criados vários manuais de rotina administrativa. Todas as pró-reitorias e diretorias têm seus fluxos de processos publicados no *site* institucional. Também foi realizada capacitação dos gestores para a implantação do Mapa de Risco do IFC. Sua política e implantação serão concluídas no decorrer do ano vindouro.

Dentre os organismos de controles internos, a Auditoria Interna tem como objetivo exercer a orientação, o acompanhamento, o controle e a fiscalização dos atos e fatos administrativos do IFC. Sua atuação é orientada de forma a contribuir para o alcance dos resultados quanto à economicidade, eficiência e eficácia da gestão. Assim, a atuação da Auditoria traduz-se em informações que contemplam os seguintes itens: a) estratégia de atuação em relação à unidade central e às unidades ou subunidades descentralizadas; b) informações quantitativas e qualitativas (área de negócio, unidade regional, objeto etc.) das auditorias e/ou fiscalizações realizadas no exercício de referência do relatório de gestão; c) demonstração da execução do plano anual de auditoria, contemplando avaliação comparativa entre as atividades planejadas e realizadas, destacando os trabalhos mais relevantes, as principais constatações e as providências adotadas pela gestão da unidade jurisdicionada; d) eventuais redesenhos feitos recentemente na estrutura organizacional da unidade de auditoria, inclusive reposicionamento na estrutura da unidade jurisdicionada, demonstrando os ganhos operacionais deles decorrentes; e e) Opinião do auditor interno sobre a qualidade dos controles internos relacionados à apuração dos resultados dos indicadores utilizados para monitorar e avaliar a governança e o desempenho operacional da unidade jurisdicionada.

Os controles internos administrativos estão sendo aprimorados no decorrer dos exercícios que buscam internamente padronizar os procedimentos através da implantação do Sistema Integrado de Gestão (SIG).

Em relação aos órgãos de apoio à gestão, convém ressaltar a importância do Conselho Superior (CONSUPER), o qual, dentre outras competências, em sua decisão colegiada, aprova as normas da Instituição.

O IFC possui uma unidade organizacional responsável pelos processos de correição, denominada Comissão Permanente de Processos Administrativos e Disciplinares (COOPAD), que tem a normatização sobre o acompanhamento dos processos disciplinares. Neste ano, tal comissão foi extinta, sendo criada a Corregedoria do IFC, que vai tratar com maior eficiência e celeridade o sistema de correição do IFC.

5 – ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

5.1 – GESTÃO DE PESSOAS

A força de trabalho do IFC é composta por duas carreiras: Docentes da Educação Básica, Técnica e Tecnológica (EBTT); e Técnicos Administrativos em Educação (TAE). A carreira docente é regida pela Lei nº 12.772, de 28/12/2012, e abrange todos os professores que atuam na instituição, no ensino básico, técnico e superior; e a carreira TAE é regida pela Lei nº 11.091, de 12/01/2005, e é composta por diversos cargos distribuídos por nível de escolaridade, sendo classificados como: A, B, C, D e E, nos níveis fundamental incompleto, fundamental completo, ensino médio e superior, respectivamente.

No final do exercício de 2016, a força de trabalho da instituição estava distribuída da seguinte maneira: 917 Docentes EBTT efetivos; 91 Docentes EBTT Substitutos (contrato temporário); 19 TAEs nível A; 35 TAEs nível B; 132 TAEs nível C; 317 TAEs nível D; e 275 TAEs nível E. A relação entre servidores docentes efetivos e temporários foi de 9,92%. Conforme legislação, o número total de professores temporários pode atingir 20% (vinte por cento) do total de docentes efetivos em exercício na instituição. Esses servidores estão distribuídos nos 15 *campi* e na Reitoria da instituição.

Em 2015, foi constituído um Grupo de Trabalho, pela Portaria nº 2.089/2015 (Portaria nº 746/2016 – Retificação), que fez estudo sobre o dimensionamento da força de trabalho dos servidores TAEs no âmbito do IFC, cujo trabalho foi concluído em maio/2016.

Em relação ao número de servidores lotados e em exercício na instituição, os quantitativos estão aquém do ideal para as necessidades institucionais, visto que frequentemente recebemos solicitação, tanto dos *campi* quanto da Reitoria, para novos provimentos, especialmente para cargos técnico-administrativos.

No exercício, foi aprovada a Política de Capacitação dos Servidores do IFC, Resolução 015/2016, que define as diretrizes da capacitação institucional e determina que no mínimo 1% do orçamento institucional deva ser investido na capacitação dos servidores. As principais ações apresentadas no documento são: curso de Introdução ao Serviço Público – para integração de novos servidores; Formação Geral do servidor – formação para o trabalho, comum a todos os servidores; Formação Específica – formação para o trabalho de acordo com cargo e ambiente organizacional; e Educação Formal – apoio ao aperfeiçoamento do servidor. Estas ações podem ocorrer de forma presencial ou a distância.

Outros incentivos à capacitação do servidor são: o Programa Institucional de Qualificação dos Servidores (PIQIFC) e o Programa de Bolsa de Incentivo à Qualificação dos Servidores (PROBIQ), o qual oferta apoio financeiro ao servidor que cursa pós-graduação *stricto sensu*. Além disso, são ofertadas vagas para afastamento integral para pós-graduação *stricto sensu* e há a possibilidade da licença capacitação de até três meses (aos que tenham completado 5 anos de efetivo exercício como servidor público). Em 2016, estiveram afastados integralmente, para pós-graduação *stricto sensu*, 73 TAEs e 76 docentes; e 121 servidores (TAEs e docentes) por licença capacitação.

Em relação a ações adotadas para identificar eventual irregularidade relacionada à acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos, a Diretoria de Gestão de Pessoas vinha adotando, de forma manual com o auxílio de planilha, o recadastramento anual de todos os servidores do quadro de Pessoal do IFC, porém, com a aquisição do Sistema Integrado de Gestão – SIG –, este recadastramento será efetuado, a partir do ano de 2017, via sistema.

Além disso, é solicitada declaração de acumulação de cargos no ato de ingresso no serviço público e nas nomeações de cargos em comissão e funções gratificadas.

No ano de 2016, foi identificado apenas um servidor com indícios de acumulação ilícita de cargos, o qual foi notificado para regularização da situação.

5.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

A força de trabalho da instituição pode ser observada nos quadros a seguir, em que é demonstrada a lotação e as situações que influenciam o quantitativo de servidores.

Quadro 74: Força de trabalho da UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	1862	1695	258	55
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0.0	0.0	0.0	0.0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4+1.2.5)	1862	1695	258	55
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1850	1683	253	53
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	01	01	0.0	0.0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	02	02	01	01
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	02	02	01	0.0
1.2.5. Servidores em Colaboração Técnica	07	07	03	01
2. Servidores com Contratos Temporários	182	91	78	76
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0.0	0.0	0.0	0.0
4. Total de Servidores (1+2+3)	2044	1786	336	131

Fonte: SIAPE/DGP-IFC

Quadro 75: Distribuição da lotação efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	778	917
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	778	917
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	772	911
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	01	0.0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	01	01
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	01	01
1.1.6. Servidores em Colaboração Técnica	03	04
2. Servidores com Contratos Temporários	0.0	91
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0.0	0.0
4. Total de Servidores (1+2+3)	778	1008

Fonte: SIAPE/DGP-IFC

Quadro 76: Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	94	94	63	72
1.1. Cargos Natureza Especial	0.0	0.0	0.0	0.0

1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	94	94	63	72
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	91	91	62	72
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	01	01	0.0	0.0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	02	02	01	0.0
1.2.4. Sem Vínculo	0.0	0.0	0.0	0.0
1.2.5. Aposentados	0.0	0.0	0.0	0.0
2. Funções Gratificadas	268	251	161	219
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	268	251	161	219
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0.0	0.0	0.0	0.0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0.0	0.0	0.0	0.0
3. Funções de Coordenação de Curso - FCC	98	83	55	47
3.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	98	83	55	47
4. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2+3)	460	445	417	409

Fonte: SIAPE/DGP-IFC

O Quadro 75 mostra que, no final do exercício de 2016, o IFC contava com 1786 servidores, sendo 778 da área-meio, 43,60% servidores técnico-administrativos em educação, e 1008 da área-fim, 56,40% docentes do ensino básico, técnico e tecnológico. Ingressaram na instituição 336 servidores, sendo 246 por nomeação, 6 por redistribuição de outros órgãos, 6 por cooperação técnica, e 78 docentes em contratos temporários. Os egressos de 2016 somaram 131 servidores, sendo 11 por redistribuição para outros órgãos, 14 servidores por exoneração, 13 por vacância, 15 por aposentadoria, 01 em cooperação técnica em outros órgãos; 01 servidor em exercício descentralizado e 76 contratos temporários. Para suprir os cargos vagos na instituição, são realizados concursos públicos e edital de remoção interna e redistribuição. Alguns *campi* têm dificuldade de preencher vagas por serem muito afastados dos centros urbanos.

Cargos em Comissão (CD), Funções Gratificadas (FG) e Funções de Coordenação de Curso (FCC) totalizaram 445, sendo 94 (CD), 268 (FG) e 83 (FCC). Entretanto, vale ressaltar que, das 268 Fgs, apenas 180 são de FG-1 e FG-2, o restante do quantitativo está distribuído entre FG-3, FG-4 e FG-5. Estas últimas serão extintas, diminuindo significativamente a quantidade de funções.

Outro fato importante é o de servidores de cargos em extinção que estão se aposentando. A carreira dos técnicos administrativos em educação é composta por diversos cargos distribuídos por nível de escolaridade, sendo classificados como: A, B, C, D e E, nos níveis fundamental incompleto, fundamental completo, ensino médio e superior, respectivamente. Conforme a legislação, os cargos classificados como A e B foram extintos, ou seja, não há mais previsão de vagas para estes cargos. Desta forma, à medida que os servidores ocupantes destes cargos vão se aposentando, estas vagas vão desaparecendo. Em 2016, das 15 aposentadorias efetivadas, 8 (53,30%) foram de servidores de cargos de níveis A e B. Atualmente a instituição conta com 258 servidores entre 50 e 60 anos, que estarão aptos a se aposentar nos próximos anos.

Neste sentido, é necessário ainda considerar o “Modelo” de cargos, definido pelo MEC, com o quantitativo de vagas por cargo para cada instituição. Este modelo está aquém das necessidades institucionais e não contempla os cargos de maior demanda.

Os cargos com maior demanda e em quantidade insuficiente são:

Nível de Classificação	Cargo
C	Assistente de Alunos
	Auxiliar de Biblioteca
	Auxiliar em Administração
D	Assistente em Administração
	Técnico em Agropecuária

	Técnico em Tecnologia da Informação
E	Administrador
	Bibliotecário
	Analista de Tecnologia da Informação
	Pedagogo/Área
	Psicólogo/Área
	Técnico em Assuntos Educacionais
	Tecnólogo/Formação

Em relação ao quantitativo de docentes, ainda estava vigente, no ano de 2016, o Decreto nº 7.312/2010, com alterações dadas pelo Decreto nº 8.259/2014, que, por sua vez, dispõe sobre o banco de professor equivalente de Educação Básica, Técnica e Tecnológica, dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia vinculados ao Ministério da Educação, constituído pela soma dos professores do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e dos Professores Titulares Livres do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico de que trata a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, efetivos, substitutos e visitantes, expressa na unidade professor equivalente, computados multiplicando-se o quantitativo de professores pelo fator correspondente, observados os seguintes parâmetros:

Cargo	Vínculo	Regime de Trabalho	Fator
Professores do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico	Efetivo	40 horas	1
		Dedicação Exclusiva	1,59
		20 horas	0,67
Professores Titulares Livres	Efetivo	40 horas	1,96
		Dedicação Exclusiva	4,43
		20 horas	1,20
Professores Substitutos e Visitantes	Temporário	40 horas	1
		20 horas	0,67

No exercício de 2016, o limite Banco de Professor equivalente do Instituto Federal Catarinense era 1.843,93, conforme Anexo do Decreto nº 7.312/2010, com redação dada pelo Anexo II do Decreto nº 8.259/2014.

Com relação à titulação, os docentes estão distribuídos da seguinte forma: 40 graduados, 92 especialistas, 471 mestres e 311 doutores. Na carreira TAE, os servidores estão distribuídos com as seguintes escolaridades/titulações: 15 em nível de ensino fundamental, 122 de ensino médio, 187 de ensino superior, 328 especialistas *lato sensu*, 121 mestres e 5 doutores.

No que se refere a possíveis impactos decorrentes de afastamentos de servidores sobre a força de trabalho disponível, verifica-se que esses impactos são mais frequentes em relação ao quadro de servidores técnico-administrativos, visto que, para esta categoria, não há contratação de substituto decorrente de afastamentos. Em 2016, estiveram afastados, para pós-graduação *stricto sensu*, 73 TAEs, cerca de 9,4% da força de trabalho de atividade-meio. Além disto, 25 servidoras TAEs estiveram afastadas em licença maternidade. Para os docentes, existe a possibilidade de

contratação de professores substitutos em virtude de vacância do cargo, afastamento ou licença, na forma do regulamento, ou nomeação para ocupar cargo de direção de reitor, pró-reitor e diretor de *campus*.

Ainda, em relação à carreira de TAE, há elevada rotatividade nos cargos de níveis C e D em função da baixa remuneração e pouca perspectiva na carreira. Diante disto, é difícil para a instituição reter pessoas com competências para desempenhar as tarefas necessárias com vistas ao alcance dos objetivos institucionais.

5.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal

Quadro 77: Despesas de pessoal

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	R\$ 0,00
	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	R\$ 0,00
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercícios	2016	135011338,60	6156791,60	12670618,06	5956919,46	13962483,91	3507797,83	486075,49	1162159,99	418064,40	R\$ 179.332.249,34
	2015	111742102,83	5875759,95	10707318,53	4616561,64	9091316,24	2804480,20	410162,64	118926,76	452539,11	R\$ 145.819.167,90
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade											
Exercícios	2016	0,00	147373,40	13847,87	5595,92	52839,05	3720,53	0,00	0,00	0,00	R\$ 223.376,77
	2015	0,00	90631,44	7552,62	2517,53	33772,40	3292,20	0,00	0,00	0,00	R\$ 137.766,19
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	R\$ 0,00
	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	R\$ 0,00
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2016	1551656,01	0,00	142937,02	55763,57	72010,00	26112,43	0,00	419,50	2322,45	R\$ 1.851.220,98
	2015	888712,83	0,00	75999,67	38100,67	31332,00	3318,48	0,00	399,96	1490,52	R\$ 1.039.354,13
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2016	3087624,90	0,00	247445,42	263548,34	447837,54	0,00	0,00	0,00	0,00	R\$ 4.046.456,20
	2015	5049217,00	0,00	434073,19	538655,97	542618,49	0,00	0,00	0,00	0,00	R\$ 6.564.564,65

Fonte: SIAFI/SIAPE/DGP-IFC

5.1.3 – Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

O principal risco para a Gestão de Pessoas atualmente é o sistema de informações, pois há mais de um sistema sendo utilizado, e estes não se comunicam, ou seja, não é possível extrair os dados de um sistema para outro. Por isso, a Gestão de Pessoas mantém muitos controles manualmente. Para solucionar este risco, foi adquirido um sistema de informação gerencial com início de implantação em 2014 pela Diretoria de Tecnologia da Informação. O sistema é dividido em módulos e deverá proporcionar mais segurança às informações.

Outro ponto que podemos considerar como risco é a alta demanda judicial, em matéria de pessoal, em virtude de legislação precária e falta de normas e procedimentos apropriados. Ainda, vale citar que o sistema disponível para processamento de rotinas de pessoal não atende às necessidades de controle e gerenciamento.

5.1.4 Contratação de pessoal de apoio e estagiários

A contratação de estagiários da instituição segue a Orientação Normativa nº 2, de 24/06/2016, da Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho no Serviço Público (SEGRT). Neste sentido, a concessão de estágio no IFC deve observar os critérios a seguir:

I) os alunos devem estar matriculados e ter frequência regular em curso superior, profissional, de ensino médio, de educação especial ou anos finais de ensino fundamental (modalidade educação de jovens e adultos);

II) deve ser celebrado Termo de Compromisso de Estágio (TCE) entre estudante, órgão e instituição de ensino;

III) deve haver compatibilidade entre as atividades desenvolvidas e as previstas no TCE.

A quantidade de vagas de estágio corresponde a 20% da força de trabalho do órgão – quantitativo de cargos. Dentre esse quantitativo, 50% das vagas são para estagiários de ensino superior, 25% de ensino médio e 25% para estudantes de educação profissional e anos finais, reservando-se em todos modalidades 10% das vagas para estudantes com deficiência.

A duração do estágio é de no máximo quatro semestres, exceto para estagiários com deficiência, em que a vigência do estágio poderá transcorrer até o final do curso.

Em 2016 a instituição contava com 1683 servidores efetivos, tendo cerca de 314 vagas de estágio, entretanto foram contratados. Em média, apenas 80 estagiários. Há grande dificuldade no preenchimento dessas vagas em decorrência dos baixos valores da bolsa estágio definidos pela SEGRT, que são os seguintes:

- I) Estágio nível médio 4h – R\$ 203,00;
- II) Estágio nível médio 6h – R\$ 290,00;
- III) Estágio nível superior 4h – R\$ 364,00;
- IV) Estágio nível superior 4h – 520,00; e
- V) Auxílio-transporte – R\$ 6,00 por dia.

A maior parte das contratações de estágio ocorrem na área meio, ou seja, nas atividades administrativas. A operacionalização da concessão do estágio é conduzida pela Diretoria de Gestão de Pessoas, que trabalha em parceria com agentes de integração.

Cada setor define o perfil dos estagiários, a área de atuação e de curso de acordo com suas especificidades, além de indicar supervisor com formação ou experiência profissional na área do conhecimento desenvolvida no curso do estagiário.

CAMPUS ARAQUARI**a) Contratação de Pessoal de Apoio****Quadro 78: Contratos de prestação de serviço não abrangidos pelo plano de cargos da unidade - Campus Araquari**

Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade						
Unidade Contratante						
Nome:	IFC – CAMPUS ARAQUARI					
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Execução Das Atividades Contrata-		Nível de escolaridade mínimo Exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2010	Prestação de Serviços de Auxiliar Rural	79.283.065/0001-41	07/06/10	10/05/15	Sem Exigência	E
2011	Serviços de Trabalhadores Rurais Polivalentes	79.283.065/0001-41	19/12/2011	10/05/2015	Ensino Fundamental Incompleto	E
2012	Prestação de Serviços Elétricos	04.849.486/0001-98	02/04/2012	01/04/2016	Ensino Fundamental Incompleto	E
2012	Prestação de Serviços Hidráulicos	04.849.486/0001-98	02/04/2012	01/04/2016	Ensino Fundamental Incompleto	E
2012	Prestação de Serviços de Vigilância	83.719.963/0001-77	15/05/2012	14/05/2015	Sem Exigência	E
2012	Prestação de Serviços de Trabalhadores Polivalentes	04.849.486/0001-98	10/09/2012	31/03/2015	Ensino Fundamental Incompleto	E
2012	Contratação de Serviços de Pedreiro	04.849.486/0001-98	27/05/2013	26/05/2015	Ensino Fundamental Incompleto	E
2013	Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Pintura	04.849.486/0001-98	23/10/2013	23/10/2015	Ensino Fundamental Incompleto	E
2014	Serviço Continuado de Telefonista	04.457.561/0001-75	17/02/2014	16/02/2015	Ensino Fundamental Completo	E
2015	Serviço Continuado de Telefonista	04.457.561/0001-75	18/02/2015	19/03/2015	Ensino Fundamental Completo	E
2011	Serviços de limpeza e conservação Araquari	07.261.678/0001-77	01/07/2011	31/01/2016	Ensino Fundamental Completo	E
2011	Preparo de refeições e serviços de cozinha	02.531.343/0001-08	01/06/2011	31/05/2016	Sem Exigência	E
2012	Prestação de Serviços de Vigilância	83.719.963/0001-77	1º/01/2013	31/12/2016	Sem Exigência	E
2015	Serviço Continuado de Telefonista	03.360.551/0001-54	20/04/2015	21/04/2017	Ensino Fundamental Completo	P
2015	Serviço Continuado de Trabalhadores Rurais	03.360.551/0001-53	11/05/2015	10/05/2017	Ensino Fundamental Completo	P
2015	Prestação de Serviços de Manutenção Predial	00.482.840/0001-38	02/11/15	01/11/17	Ensino Fundamental Completo	P
2015	Prestação de Serviço de Limpeza	03.149.832/0001-62	01/02/16	31/01/18	Ensino Fundamental Completo	P
2015	Prestação de Serviços de Vigilância – São Bento do Sul	10.364.152/0001-27	01/02/2016	31/01/2018	Ensino Fundamental Incompleto	P
2015	Prestação de Serviços de Limpeza – São Bento do Sul	03.149.832/0001-62	01/02/2016	31/01/2018	Ensino Fundamental Completo	P
2016	Serviços de cozinheira	10.439.655/0001-14	01/06/2016	31/05/2017	Sem Exigência	A
2016	Prestação de Serviço de Jardinagem	02531343/0001-08	07/11/2016	06/11/2017	Ensino Fundamental Completo	A
2016	Prestação de Serviço de Vigilância	03.360.551/0001-53	01/01/2017	31/12/2017	Ensino Fundamental Incompleto	A

b) Contratação de Estagiários**Agente de Integração**

A empresa CIEE – Centro de Integração Empresa-Escola é o Agente de Integração entre o Instituto Federal Catarinense (IFC), as instituições de ensino e os estudantes participantes do programa de estágio. Sua principal atribuição é a elaboração do Termo de Compromisso de estágio.

Duração do Estágio

O estágio pode ter duração de 02 anos, renovável anualmente, mediante apresentação da Declaração de Escolaridade de sua Instituição de Ensino onde conste o nome do estudante, o semestre a ser cursado, o curso e o turno.

Escolaridade

Dependendo da atividade-fim de cada setor é autorizada a contratação de estagiários de nível médio ou superior. Porém é necessário que o curso frequentado pelo estagiário tenha correlação com as atividades exercidas no estágio.

Bolsa Auxílio e Vale-transporte

Os valores integrais da bolsa de estágio no IFC são:

- Nível superior – R\$532,00 (quinhentos e trinta e dois reais);
- Nível médio – R\$203,00 (duzentos e três reais).

Além do valor da bolsa, o estagiário recebe R\$132(centro e trinta e dois reais) de auxílio-transporte por mês.

O crédito da bolsa é efetuado até o 2º dia útil do mês seguinte ao mês trabalhado.

O recebimento da bolsa de estágio não caracteriza remuneração e não acarreta vínculo empregatício e o estagiário não tem direito à auxílio-alimentação ou qualquer outro benefício.

Recrutamento e Seleção

É de responsabilidade de cada setor realizar o processo de recrutamento e seleção do estagiário, incluindo a divulgação da vaga, entrevistas, análise de currículos e escolha do candidato.

Rescisão

A rescisão do termo de estágio ocorre ao término do período previsto ou, a qualquer momento, nos seguintes casos:

- Por iniciativa do IFC;
- Por iniciativa do estudante;
- Situação irregular do estudante;
- Término do contrato.

QUADRO DE CONTRATAÇÕES OCORRIDAS EM 2016

NÍVEL SUPERIOR	
AREÁ FIM	3
AREÁ MEIO	6

NÍVEL MÉDIO	
AREÁ FIM	4
AREÁ MEIO	2

CAMPUS BLUMENAU**a) Contratação de Pessoal de Apoio***Quadro 79: Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade - Campus Blumenau*

Unidade Contratante						
Nome: Instituto Federal Catarinense – Campus Blumenau						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2012	Contratação de empresa prestadora de serviços de vigilância patrimonial ostensiva armada e desarmada	81.611.022/0001-90	28/12/2012	31/12/2017	Instrução correspondente à quarta série do primeiro grau	P
2015	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de serviços de copeiragem ao Instituto Federal Catarinense – Campus Blumenau.	03.360.551/0001-54	07/04/2015	06/04/2017	Fundamental Incompleto	P
2015	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de serviços de jardinagem	03.116.865/0001-06	05/08/2015	04/08/2016	Fundamental Incompleto	E
2015	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de serviços de manutenção predial ao Instituto Federal Catarinense – Campus Blumenau.	03.360.551/0001-54	10/08/2015	09/08/2017	Fundamental Completo	P
2015	Limpeza e conservação com fornecimento de materiais e equipamentos, conforme Termo de Referência e encarte A.	03.149.832/0001-62	03/11/2015	02/11/2017	Fundamental Incompleto	P
2016	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de serviços de jardinagem	10.635.424/0010-77	03/11/2016	02/11/2017	Fundamental Completo	A
2016	Contratação de serviços de agente de integração para operacionalização do programa de estágio remunerado	04.310.564/0001-81	29/01/2016	28/01/2017	Médio e Superior (cursando)	E

Fonte: Coordenação de Licitações e Contratos

b) Contratação de Estagiários

O contrato referente a prestação de serviços de agente de integração para operacionalização do programa de estágio remunerado vigente durante o exercício 2016 compreendeu a contratação de 4 estagiários: 2 de nível médio e 2 de nível superior. O quantitativo foi definido considerando a limitação em relação ao número de servidores, os recursos orçamentários disponíveis, além das necessidades da instituição.

Não existe uma política de seleção formalmente instituída. Atualmente foi designada uma comissão responsável pela análise dos candidatos e seleção de quais serão efetivamente contratados. Em geral, procura-se por pessoas interessadas no trabalho desenvolvido pela instituição, proativas e que queiram contribuir para o desenvolvimento do campus. No caso de nível superior, busca-se pessoas que estejam cursando cursos na área Administrativa, haja vista, que as atividades a serem desenvolvidas estão diretamente relacionadas com a área, que compreendem as atividades meio da instituição.

CAMPUS BRUSQUE

a) Contratação de Pessoal de Apoio

Sobre a contratação de pessoal e serviços terceirizados com dedicação de mão de obra, utilizados no campus são limitados somente ao necessário, sendo que o serviço de recepcionista que tem vigência até 16/06/2017 não será renovado.

Quadro 80: Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade - Campus Brusque

Unidade Contratante						
Nome: Instituto Federal Catarinense Campus Brusque						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2016	Serviços de Limpeza e Higienização	ANDRADE SERVICOS GERAIS LTDA – ME CNPJ: 04.231.640/0001-63	17/10/2016	16/10/2017	-	A
2016	Contratação de serviço de recepcionista.	ORBENK Administração e Serviços Ltda CNPJ: 79.283.065/0001-41	17/06/2016	16/06/2017	-	P
2016	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de vigilância desarmada, diurna e noturna, com ronda eletrônica monitorada, para o IFC – Campus Brusque	ADSERVIG – Vigilância Ltda CNPJ:	03/08/2016	02/08/2017	Ensino Fundamental	A

b) Contratação de Estagiários

Visão Gerencial na quantidade de Estagiários e valores gastos para com os mesmos no ano de 2016:

No ano 2016 o Instituto Federal Catarinense/Campus Brusque tinha disponíveis 04 Vagas para Estágios, sendo 02 para Estudantes do Ensino Médio e 02 para estudantes de Ensino Superior;

O Instituto Federal Catarinense/Campus Brusque gastou R\$357,30 (trezentos e cinquenta e sete reais e trinta centavos) no ano de 2016, tendo em vista que houve somente 1 (um) interessado de nível médio nas vagas e o mesmo estagiou no Campus Brusque no período 14/11/2016 a 15/12/2016, contando tempo de 01 mês e 02 dias. A empresa sem fins lucrativos contratada para seleção foi o Instituto Evaldo Lodi de Santa Catarina IEL/SC CNPJ: 83.843.912/0001-52, com custo anual R\$ 1.200,00.

CAMPUS CAMBORIÚ

a) Contratação de Pessoal de Apoio

Quadro 81: Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade - Campus Camboriú

Unidade Contratante						
Nome: Instituto Federal Catarinense – Campus Concórdia						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2011	Pedreiro	79.283.065/00 01-41	01/11/2011	31/10/2016	Não Exigido	E
2011	Aux. de Serviços Gerais	02.531.343/00 01-08	01/12/2011	30/11/2016	Não Exigido	E
2011	Lavadeira	79.283.065/00 01-41	25/04/2011	24/04/2016	Não Exigido	E
2011	Cozinheira	02.531.343/00 01-08	01/10/2011	30/09/2016	Não Exigido	E
2012	Limpeza e Conservação	07.261.678/00 01-77	01/01/2012	29/09/2016	Não Exigido	E
2013	Telefonista	02.531.343/00 01-08	01/03/2013	28/02/2017	Ensino médio	P
2014	Eletricista	79.283.065/00 01-41	10/02/2014	09/02/2018	Não Exigido	P
2014	Aux Manutenção Predial	03.814.774/00 01-44	10/02/2014	09/02/2018	Não Exigido	P
2014	Açougueiro	79.283.065/00 01-41	01/02/2014	31/07/2017	Não Exigido	P
2014	Vigilância	10.364.152/00 01-27	30/09/2014	29/09/2017	Não Exigido	P
2014	Aux. Cozinha	08.190.855/00 01-34	15/07/2014	31/10/2016	Não Exigido	E
2014	Aux serviços Gerais	08.190.855/00 01-34	15/07/2014	14/07/2017	Não Exigido	P
2015	Trabalhadores Rurais	04.970.088/00 01-25	01/10/2015	30/09/2017	Não Exigido	P

	Polivalentes					
2016	Padeiro	07.271.878/00 01-00	26/01/2016	25/01/201 7	Não Exigido	E
2016	Almoxarife	03.360.551/00 01-54	13/05/2016	12/05/201 7	Não Exigido	A
2016	Lavadeira	09.308.755/00 01-22	13/07/2016	12/07/201 7	Não Exigido	A
2016	Limpeza e Conservação	03.116.865/00 01-06	30/09/2016	29/09/201 6	Não Exigido	A
2016	Cozinheira	02.531.343/00 01-08	01/10/2016	30/09/201 7	Não Exigido	A
2016	Pedreiro e Aux. Pedreiro	79.283.065/00 01-41	01/11/2016	31/10/201 7	Não Exigido	A

Fonte:

b) Contratação de Estagiários

A contratação dos estagiários no nosso campus se dá por meio de editais internos. A contratação se dá por intermédio do CIEE (Centro de Integração empresa escola). No exercício de 2017, há 8 vagas de estágio, sendo 5 do curso superior e 3 do Ensino médio.

Há normas internas, como a resolução 17 - CONSUPER 2013 DO IFC. Exige-se para cada setor a especificidade que lhe cabe. Por exemplo, para trabalhar na Coordenação de atendimento ao educando (CGAE), exige-se formação de Pedagogia, curso que temos no campus. Tentamos aproveitar todas as formações dos cursos superiores do campus para que sejam estagiários aqui. Temos cursos de Licenciatura em Matemática e Pedagogia. Bacharelado em sistema de Informação, Tecnólogo em Sistema de Internet e Tecnólogo de Negócios imobiliários. Tais cursos fornecem formações que podemos aproveitar no nosso campus, de forma que muitos acadêmicos torna-se estagiários aqui.

Foram contratados 06 estagiários na área meio e 12 na área-fim.

Em relação aos valores, eles são retidos pela Reitoria

CAMPUS CONCÓRDIA

a) Contratação de Pessoal de Apoio

Quadro 82: Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade - Campus Concórdia

Unidade Contratante: Instituto Federal Catarinense – Campus Concórdia						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados.	Sit
			Início	Fim		
002/2015	Serviços Terceirizados de portaria	ORBENK LTDA	14/01/15	13/01/18	Fundamental	Ativo

03/2013	Contratação De Empresa Prestadora De Serviços Terceirizados De Padeiro	ADSERVI LTDA	01/07/13	31/12/17	Fundamental	Ativo
06/2013	Contratação De Empresa Prestadora De Serviços Terceirizados De Mão De Obra Rural	CARAPÉ SERVIÇOS DE DESIGN LTDA – ME	01/07/13	31/12/17	Fundamental	Ativo
08/2013	Contratação De Empresa Prestadora De Serviços Terceirizados De Servente De Limpeza	THAURUS SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA - ME	01/07/13	31/12/17	Fundamental	Ativo
10/2013	Contratação De Empresa Prestadora De Serviços Terceirizados De Portaria	ADSERVI LTDA	18/07/13	31/12/17	Fundamental	Ativo
11/2014	Contratação de empresa para prestação de serviços terceirizados de telefonista	ADS SERVIÇOS ESPECIAIS LTDA	01/07/14	30/06/17	Fundamental	Ativo
12/2013	Contratação De Empresa Prestadora De Serviços Terceirizados De Portaria (noturno)	SELME SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA – EPP	19/07/13	31/12/17	Fundamental	Ativo
21/2016	Contratação De Empresa Prestadora De Serviços Terceirizados De Cozinha	ADSERVI ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA	01/10/16	30/09/17	Fundamental	Ativo
23/2016	Contratação De Empresa Prestadora De Serviços Terceirizados De Portaria	MARIZETE RODRIGUES MACHADO HIPPLER EPP – CONTRATEC	03/10/16	02/10/17	Fundamental	Ativo
25/2016	Contratação De Empresa Prestadora De Serviços Terceirizados De Manutenção Predial	CARAPÉ SERVIÇOS DE DESIGN LTDA – ME	07/11/16	06/11/17	Fundamental	Ativo
26/2016	Contratação De Empresa Prestadora De Serviços Terceirizados De Eletricista	CARAPÉ SERVIÇOS DE DESIGN LTDA – ME	07/11/16	06/11/17	Fundamental	Ativo
30/2016	Contratação De Empresa Prestadora De Serviços Terceirizados De Lavadeira	CARAPÉ SERVIÇOS DE DESIGN LTDA – ME	02/01/17	01/01/18	Fundamental	Ativo

b) Contratação de Estagiários

A contratação dos estagiários é realizada levando-se em conta a demanda e necessidade do Campus e especificamente dos setores e/ou coordenações. Os quantitativos máximos disponíveis para contratação são de 5 (cinco) vagas para nível médio e 12 (doze) vagas para nível superior. O processo de seleção era realizado conjuntamente com o coordenador que solicitou a vaga e a coordenação de gestão de pessoas por meio de análise curricular e entrevista. Os documentos utilizados para registro deste processo eram a ATA nos anos de 2014 e 2015. Já em 2016, implementou-se o edital, cuja seleção ocorreu por meio de análise curricular e entrevista, também realizados pelos coordenadores solicitantes e devido registro em ATA.

Os estagiários são contratados de acordo com a área correlata ou afim do setor onde serão alocados e também tendo está mesma relação com o seu curso de graduação, quando superior, conforme legislação vigente. Quando nível médio, observa-se o grau de dificuldade/complexidade das atividades que serão realizadas no setor.

Quadro 83: Contratação de estagiários - Campus Concórdia

Ano	Objeto	Empresa Contratada	Período Contratual	Situação	Quantidade	Atividade Meio ou Fim	Nível de Escolaridade	Valor anual Bolsa	Valor total
2016	Contratação de serviços de agente de integração para operacionalização do programa de estágio remunerado de estudantes, conforme Lei 11.788/08	83.843.912/0001-52 INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA - IEL SC	10/02/2016 À 31/12/2016	Encerrado	12	MEIO	SUPERIOR	R\$ 54.854,00	R\$ 65.652,00
					5	MEIO	MÉDIO	R\$ 19.577,00	
Ano	Objeto	Empresa Contratada	Período Contratual	Situação	Quantidade	Atividade Meio ou Fim	Nível de Escolaridade	Valor anual Bolsa	Valor total
2015	Contratação de serviços de agente de integração para operacionalização do programa de estágio remunerado de estudantes, conforme Lei 11.788/08	03.233.240/0001-24 - CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES - ESTÁGIOS CIN	03/02/2015 À 31/12/2015	Encerrado	9	MEIO	SUPERIOR	R\$ 40.960,00	R\$ 63.073,00
					5	MEIO	MÉDIO	R\$ 22.113,00	
Ano	Objeto	Empresa Contratada	Período Contratual	Situação	Quantidade	Atividade Meio ou Fim	Nível de Escolaridade	Valor anual Bolsa	Valor total

2014	Contratação de serviços de agente de integração para operacionalização do programa de estágio remunerado de estudantes, conforme Lei 11.788/08	83.843.912/0001-52 INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA - IEL SC	01/01/2014 À 31/12/2014	Encerrado	9	MEIO	SUPERIOR	R\$ 38.847,80	R\$ 53.394,6
					5	MEIO	MÉDIO	R\$ 14.546,80	

CAMPUS FRAIBURGO

a) Contratação de Pessoal de Apoio

Quadro 84: Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade - Campus Fraiburgo

Unidade Contratante						
Nome: Instituto Federal Catarinense – Campus Fraiburgo.						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados.	Sit.
			Início	Fim		
13/2014	Serviço de Telefonista	Orbenk Administração e Serviços Ltda. CNPJ nº 79.283.065/0001-41	15/08/2014	14/08/2016	Ensino Médio Completo.	E
06/2015	Serviço de Limpeza	Aironserv Serviços Integrados Ltda-EPP, CNPJ/MF nº 07.809.721/0001-96	16/07/2015	15/07/2017	Ensino Fundamental Completo.	P
07/2015	Manutenção Predial	Guarda Real Serviços e Conservação Ltda- ME, CNPJ/MF nº 08.952.743/0001-73	05/08/2015	04/08/2016	Ensino Fundamental Completo.	E
08/2015	Serviço de Operador de Impressão	Brasilrecruta Mão de Obra Eirelli – EPP, CNPJ nº 07.593.524/0001-82	01/09/2015	30/08/2017	Ensino Médio Completo.	P
02/2016	Serviço de Vigilância Desarmada	Adservig Vigilância Ltda., CNPJ/MF nº 05.497.780/0001-40	01/02/2016	31/01/2018	Ensino Médio Completo.	P
09/2016	Serviço de Recepcionista	Gtx Service Prestacao de Servico Ltda – ME, CNPJ nº 06.048.884/0001-30	15/08/2016	14/08/2017	Ensino Médio Completo.	A
11/2016	Manutenção Predial	LINKDATA LTDA, CNPJ/MF nº 09.274.298/0001-00	10/10/2016	09/10/2017	Ensino Fundamental Completo.	A

Fonte: Gestor de Contratos Campus Fraiburgo.

b) Contratação de Estagiários

O Instituto Federal Catarinense – Campus Fraiburgo, começou com sua política de contratação de estagiários a partir de maio de 2016, até então a instituição não tinha estagiários. Em 10 de maio de 2016 assinou o contrato 05/2016 com o CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA – CIEE-SC, o qual ficou responsável por selecionar e contratar os estagiários ao custo de R\$ 27,50 por estagiário/mês. No exercício de 2016 a referida instituição contou com 5 estagiários, sendo que um destes se desligou em outubro, e a instituição continuou até o fim do ano com apenas 4 estagiários. Vale ressaltar que o Campus Fraiburgo, até o momento, não conta com norma interna formalizada sobre contratação de estagiários.

Na tabela abaixo, segue breve exposição da quantidade, valores, e atividades que os estagiários desenvolvem:

Quadro 85: Contratação de estagiários - Campus Fraiburgo

Nome	Mês da Contratação	Mês do Desligamento	Especialização	Área Fim	Despesas por estagiário
Evelin Cristine Dalazem Domingues dos Santos	Agosto	Ativo	Pedagogia	Auxiliar no departamento Pedagógico	R\$ 496,00
Gabriele Scapinele	Agosto	Ativo	Psicologia	Monitoramento de alunos	R\$ 496,00
Maristela Marcondes	Agosto	Dezembro	Pedagogia	Auxiliar no departamento Pedagógico	R\$ 496,00
Tayana de Oliveira Jombra	Agosto	Ativo	Psicologia	Monitoramento de Alunos	R\$ 496,00
Gabriel Caciano de Souza	Julho	Outubro	Ensino Médio	Monitor Laboratório de Informática.	R\$ 496,00
TOTAL					R\$ 2.480,00

Fonte: Gestor de Contratos do IFC – Campus Fraiburgo.

CAMPUS IBIRAMA**a) Contratação de Pessoal de Apoio**

Quadro 86: Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade - Campus Ibirama

Unidade Contratante: Instituto Federal Catarinense – Campus Concórdia						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados.	Sit
			Início	Fim		
2015	Serviços continuados de vigilância desarmada, diurna e noturna, com ronda eletrônica monitorada	05.497.780/0001-40	23/12/2015	22/12/2016	Fundamental Completo	P
2016	Serviços continuados de limpeza, higienização e conservação de bens móveis e imóveis com fornecimento de materiais	07.809.721/0001-96	09/05/2016	08/05/2017	Fundamental Incompleto	A
2014	Serviços de copeiragem	79.283.065/0001-41	01/12/2014	01/12/2015	Fundamental Completo	

b) Contratação de Estagiários

O Campus de Ibirama não possui estagiários, no exercício 2016

CAMPUS LUZERNA**a) Contratação de Pessoal de Apoio**

Quadro 87: Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade - Campus Luzerna

Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade – Campus Luzerna

Unidade Contratante						
Nome:		Instituto Federal Catarinense – Campus Luzerna				
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Escolaridade Mais Alto Exigido dos Trabalhadores Contratados	Situação
			Início	Fim		
2015	Serviços terceirizados de Operador de Máquina Copiadora	08.190.855/0001-34	03/08/2015	02/08/2017	Ensino Fundamental	Ativo Prorrogado (P)
2015	Serviços terceirizados de Manutenção Predial	00.482.840/0001-38	01/08/2015	31/07/2017	Ensino Fundamental	Ativo Prorrogado (P)
2013	Serviço terceirizado de Telefonista	11.967.535/0001-52	01/09/2013	31/08/2017	Ensino Médio	Ativo Prorrogado (P)
2014	Serviços terceirizados de de Vigilância Orgânica Armada	82.949.652/0001-31	01/10/2014	30/09/2017	Ensino Médio	Ativo Prorrogado (P)
2015	Serviços terceirizados de Limpeza e Higienização	03.149.832/0001-62	03/08/2015	02/08/2017	Ensino Fundamental	Ativo Prorrogado (P)

Fonte: Coordenação de Licitações e Contratos – IFC Campus Luzerna

b) Contratação de Estagiários

O IFC Campus Luzerna não contratou estagiários em 2016. A previsão é de fazer a primeira contratação em 2017.

CAMPUS RIO DO SUL

a) Contratação de Pessoal de Apoio

Quadro 88: Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade - Campus Rio do Sul

Unidade Contratante: 158458						
Nome:		IFC - CAMPUS RIO DO SUL				
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Situação
			Início	Fim		
2012	Contratação de empresa prestadora de serviços de monitoramento de vigilância	81.611.022/0001-90	01/09/2012	06/08/2017	ENSINO FUNDAMENTAL	A

	orgânica, visando atender às necessidades do Instituto.					
2013	Operador de Fotocopiadora	79.283.065/0001-41	01/08/2013	06/07/2018	ENSINO FUNDAMENTAL	A
2014	Contratação de empresa prestadora de serviços terceirizados de telefonista	83.892.174/0001-33	19/05/2014	23/04/2019	ENSINO FUNDAMENTAL	A
2014	Contratação de Empresa prestadora de serviços terceirizados de servente de limpeza e conservação o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – Campus Rio do Sul	83.953.331/0001-73	01/05/2015	04/04/2020	ENSINO FUNDAMENTAL	A
2015	Contratação de Empresa prestadora de serviços terceirizados de cozinheiro para o Instituto Federal Catarinense – Campus Rio do Sul	07.592.889/0001-92	02/01/2015	02/03/2016	ENSINO FUNDAMENTAL	E
2015	Contratação de Empresa prestadora de serviços terceirizados de açougueiro para o Instituto Federal Catarinense – Campus Rio do Sul	07.592.889/0001-92	02/01/2015	02/03/2016	ENSINO FUNDAMENTAL	E
2015	Contratação de Empresa prestadora de serviços terceirizados de marceneiro para o Instituto Federal Catarinense – Campus Rio do Sul	07.592.889/0001-93	02/01/2015	02/03/2016	ENSINO FUNDAMENTAL	E
2015	Contratação de Empresa prestadora de serviços terceirizados de Auxiliar de Serviços Gerais para o Instituto Federal Catarinense – Campus Rio do Sul	07.592.889/0001-94	02/01/2015	02/03/2016	ENSINO FUNDAMENTAL	E
2015	Contratação de Empresa prestadora de serviços terceirizados de Pintor para o Instituto Federal Catarinense – Campus Rio do Sul	07.592.889/0001-95	02/01/2015	02/03/2016	ENSINO FUNDAMENTAL	E
2015	Contratação de Empresa prestadora de serviços terceirizados de Encanador para o Instituto Federal Catarinense – Campus Rio do Sul	07.592.889/0001-96	02/01/2015	02/03/2016	ENSINO FUNDAMENTAL	E
2015	Contratação de Empresa prestadora de serviços terceirizados de trabalhador rural polivalente para o Instituto Federal de Educação, Catarinense – Campus Rio do Sul	02.531.343/0001-08	02/01/2015	07/12/2019	ENSINO FUNDAMENTAL	A
2015	Contratação de Empresa prestadora de serviços terceirizados de auxiliar de agroindústria para o Instituto Federal Catarinense – Campus Rio do Sul	02.531.343/0001-08	02/01/2015	07/12/2019	ENSINO FUNDAMENTAL	A

2015	Contratação de Empresa prestadora de serviços terceirizados de Pedreiro para o Instituto Federal Catarinense – Câmpus Rio do Sul	02.531.343/0001-08	02/01/2015	07/12/2019	ENSINO FUNDAMENTAL	A
2016	Contratação de serviços de agente de integração para operacionalização do programa de estágio remunerado para o ano de 2016, sendo 5 (cinco) vagas para nível Médio e 11 (onze) vagas para nível Superior.	04.310.564/0001-81	14/01/2016	18/12/2020	ENSINO FUNDAMENTAL	A
2016	Contratação de Empresa prestadora de serviços terceirizados de cozinheiro (a) o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – <i>Campus</i> Rio do Sul, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência e no Edital e seus Anexos.	02.531.343/0001-08	11/03/2016	13/02/2021	ENSINO FUNDAMENTAL	A
2016	Contratação de Empresa prestadora de serviços terceirizados de TRATORISTA para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – Câmpus Rio do Sul, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência e no Edital e seus Anexos.	02.531.343/0001-08	14/03/2016	16/02/2021	ENSINO FUNDAMENTAL	A
2016	Contratação de Empresa prestadora de serviços terceirizados de auxiliar de serviços gerais o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – Campus Rio do Sul, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência e no Edital e seus Anexos.	02.531.343/0001-08	01/04/2016	06/03/2021	ENSINO FUNDAMENTAL	A
2016	Contratação de Empresa prestadora de serviços terceirizados de marceneiro para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – Câmpus Rio do Sul, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência e no Edital e seus Anexos.	00.482.840/0001-35	06/04/2016	11/03/2021	ENSINO FUNDAMENTAL	A
2016	Contratação de Empresa prestadora de serviços terceirizados de açougueiro para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – Campus Rio do Sul, conforme especificações e quantitativos	02.531.343/0001-08	01/04/2016	06/03/2021	ENSINO FUNDAMENTAL	A

	estabelecidos no Termo de Referência e no Edital e seus Anexos.					
2016	Empresa prestadora de serviços terceirizados de Eletricista para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – Campus Rio do Sul, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência e no Edital e seus Anexos.	02.531.343/0001-08	02/05/2016	06/04/2021	ENSINO FUNDAMENTAL	A
2016	Contratação de Empresa prestadora de serviços terceirizados de Pintor o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – Campus Rio do Sul, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência e no Edital e seus Anexos.	79.283.065/0001-41	01/04/2016	18/10/2016	ENSINO FUNDAMENTAL	E
2016	Contratação de Empresa prestadora de serviços terceirizados de ENCANADOR para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – Campus Rio do Sul, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência e no Edital e seus Anexos.	02.531.343/0001-08	02/05/2016	30/08/2016	ENSINO FUNDAMENTAL	E

b) Contratação de Estagiários

O Câmpus Rio do Sul contrata estagiários com o intuito de oportunizar um primeiro emprego aos jovens. É uma maneira de buscar conciliar a teoria recebida no ambiente escolar com a prática de uma organização e, pela necessidade da organização também atendemos uma demanda dos setores. Atualmente possuímos 16 estagiários, sendo 04 do nível médio e 12 do nível superior.

Não uma norma interna do Campus para a contratação dos estagiários, seguimos literalmente o que prevê a legislação sobre a matéria. O limite quantitativo que possuímos são as 16 vagas autorizadas pela Reitoria, sendo necessário mencionar que também procuramos seguir todas as normativas que obrigam a oferta de estágios voltadas à área de formação.

As quantidades são as autorizadas pela Reitoria, sendo 12 de nível superior e 04 de nível médio. Quanto aos valores não temos acesso, pois o pagamento é feito via SIAPE e executado pela Reitoria.

REITORIA/ CAMPUS AVANÇADO ABELARDO LUZ

a) Contratação de Pessoal de Apoio

Quadro 89: Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade - Reitoria

Unidade Contratante						
Nome: Instituto Federal Catarinense - Reitoria						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2016	Serviço de telefonista	03.360.551/0001-54	04/04/2016	04/04/2017	Ensino médio	A
2016	Serviço de limpeza e conservação	03.149.832/0001-62	04/04/2016	04/04/2011	Ensino médio	A
2016	Serviço de manutenção predial	10.439.655/0001-14	05/05/2016	05/05/2017	Ensino médio	A
2016	Serviço de limpeza e conservação	03.149.832/0001-62	16/05/2016	16/05/2017	Ensino médio	A
2015	Serviço de copeiragem	08.330.354/0001-06	23/06/2015	23/06/2017	Ensino médio	P
2016	Serviço de cozinheira	06.066.493/0001-49	08/08/2016	08/08/2017	Ensino médio	A
2015	Serviço de recepcionista	07.593.524/0001-82	05/10/2015	04/10/2017	Ensino médio	P
2012	Serviço de vigilância desarmada	05.449.286/0001-00	01/01/2012	31/12/2017	Ensino médio	P

Fonte: PROAD - Coordenação Geral de Compras e Licitações/Contratos

b) Contratação de Estagiários

Unidade Contratante						
Nome: Instituto Federal Catarinense - Reitoria						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2016 – Contrato nº 002/2016 - Reitoria	Contratação de serviços de agente de integração de vagas para estagio remunerado do IFC – Reitoria e Campus Avançado Abelardo Luz	Instituto Euvaldo Lodi – CNPJ:83.843.912/0005-86	20/01/2016	19/01/2017	Estagiários de nível superior e, Estagiários de nível médio	Encerrado
2016 – Contrato nº 002/2016 – Campus Avançado Abelardo Luz	Contratação de serviços de agente de integração de vagas para estágio remunerado do IFC – Reitoria e Campus Avançado Abelardo Luz	Instituto Euvaldo Lodi – CNPJ:83.843.912/0005-86	20/01/2016	19/01/2017	Estagiários de nível superior e, Estagiários de nível médio	Encerrado

Fonte: PROAD - Coordenação Geral de Compras e Licitações/Contratos

CAMPUS SANTA ROSA DO SUL / CAMPUS AVANÇADO SOMBRIO

a) Contratação de Pessoal de Apoio

Quadro 90: Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade - Campus Santa Rosa do Sul / Sombrio

Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade

Unidade Contratante						
Nome:						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	SERVIÇO TERCEIRIZADO DE VIGILÂNCIA ARMADA PARA O IFC CAMPUS AVANÇADO SOMBRIO	10.392.048/0001-46	01/06/15	31/05/17	Ensino fundamental Completo	P
2016	SERVIÇO TERCEIRIZADO DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO PARA O CAMPUS AVANÇADO SOMBRIO	11.027.483/0001-34	01/03/16	28/02/17	Ensino fundamental Completo	A
2013	SERVIÇO TERCEIRIZADO DE VIGILÂNCIA ARMADA PARA O IFC CAMPUS SANTA ROSA DO SUL	05.497.780/0001-40	01/04/13	31/03/17	Ensino Fundamental Incompleto	P
2013	SERVIÇO TERCEIRIZADO DE RECEPÇÃO	11.967.535/0001-52	01/04/13	31/03/17	Ensino Médio Completo	P
2016	SERVIÇO TERCEIRIZADO DE MÃO DE OBRA DE COZINHA	02.531.343/0001-08	01/04/16	31/03/17	Ensino Fundamental Incompleto	A
2016	SERVIÇO TERCEIRIZADO DE MANUTENÇÃO PREDIAL	79.283.065/0001-41	16/05/16	15/05/17	Ensino Fundamental Incompleto	A
2016	SERVIÇO TERCEIRIZADO DE MÃO DE OBRA RURAL	00.482.840/0001-38	01/06/16	31/05/17	Ensino Fundamental Incompleto	A
2013	SERVIÇO TERCEIRIZADO DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO PARA O IFC CAMPUS SANTA ROSA DO SUL	13.026.997/0001-09	14/01/13	13/01/17	Ensino Fundamental Incompleto	E
2013	SERVIÇO TERCEIRIZADO DE MÃO DE OBRA DE COZINHA	04.849.486/0001-98	01/04/13	31/03/16	Ensino Fundamental Incompleto	E
2014	SERVIÇO TERCEIRIZADO DE MANUTENÇÃO PREDIAL	04.849.486/0001-98	07/04/14	06/04/16	Ensino Fundamental Incompleto	E
2013	SERVIÇO TERCEIRIZADO DE MÃO DE OBRA RURAL	04.849.486/0001-98	01/05/13	30/04/16	Ensino Fundamental Incompleto	E
2012	SERVIÇO TERCEIRIZADO DE MÃO DE OBRA DE TRATORISTA	04.849.486/0001-98	31/03/12	30/03/16	Ensino Fundamental Incompleto	E

Fonte: Setor de Contratos e página do IFC Campus Santa Rosa do Sul <http://licitacoes.santarosa.ifc.edu.br/>

b) Contratação de Estagiários

Não há política de contratação de estagiários (não há plano de trabalho em relação a esta demanda). Quando o departamento ou setor necessita de um estagiário, ele solicita através de memorando para o fiscal do contrato, para aprovação do mesmo.

Como não foi repassado nenhuma informação para este DAP sobre o relatório de gestão, posso responder que sei de só uma contratação de estagiário no ano de 2016 e temos 9 (nove) estagiários no total no Campus.

Não há política de contratação de estagiários, não há norma interna nem regras de contratação, nem exigências de especialização, somente verificamos a correlação da área de conhecimento (estudo) do estagiário com o efetivo trabalho na Instituição.

O valor gasto com o contrato de estagiários em 2016 foi de R\$ 2068,00, não há informação repassada a este DAP dos anos anteriores.

CAMPUS SÃO BENTO DO SUL

a) Contratação de Pessoal de Apoio

O Campus São Bento do Sul efetuou, em 2016, a contratação de 06 (seis) postos de trabalho de mão de obra terceirizada.

Quadro 91: Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade - Campus São Bento do Sul

Unidade Contratante						
Nome: Instituto Federal Catarinense – Campus São Bento do Sul						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2016	Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de JARDINAGEM com fornecimento de equipamentos e materiais necessários a execução do serviço.	02.531.343/0001-08	07/11/2016	06/11/2017	Ensino fundamental completo.	Ativo Normal
2015	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços terceirizados de limpeza, higienização e conservação de bens móveis e imóveis com fornecimento de materiais.	03.149.832/0001-62	01/02/2017	31/01/2018	Ensino fundamental incompleto.	Ativo Prorrogado.
2015	Contratação dos serviços de segurança e vigilância desarmada.	10.364.152/0001-27	01/02/2017	31/01/2018	Ensino fundamental incompleto.	Ativo Prorrogado.

b) Contratação de Estagiários

No exercício de 2016, o Campus São Bento do Sul não efetuou a contratação de estagiários.

CAMPUS SÃO FRANCISCO DO SUL**a) Contratação de Pessoal de Apoio**

Quadro 92: Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade - Campus São Francisco do Sul

Unidade Contratante						
Nome: Instituto Federal Catarinense – <i>Campus</i> São Francisco do Sul						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2014	Serviço de limpeza e conservação	14.084.079/0001-90	02/10/2014	30/09/2016	Conforme legislação para a CBO 5143-20, ensino fundamental completo ou prática profissional no posto de trabalho	E
2015	Prestação de serviço de vigilância	10.634.152/0001-27	02/01/2015	01/01/2018	Conforme Lei 7.102/83, art. 16, III - ter instrução correspondente à quarta série do primeiro grau;	P
2015	Serviço de limpeza e conservação	14.084.079/0001-90	16/03/2015	15/03/2017	Conforme legislação para a CBO 5143-20, ensino fundamental completo ou prática profissional no posto de trabalho	P
2016	Serviços de auxiliar de manutenção predial	00.482.840/0001-38	02/09/2015	31/08/2017	Ensino fundamental completo com experiência comprovada na área	P

Fonte: Departamento de Administração e Planejamento – *Campus* São Francisco do Sul

b) Contratação de Estagiários

Não se aplica.

CAMPUS VIDEIRA**a) Contratação de Pessoal de Apoio**

Quadro 93: Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade - Campus Videira

Unidade Contratante						
Nome: Instituto Federal Catarinense – Campus Videira						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados.	Sit.
			Início	Fim		
2013	Serviços de vigilância orgânica armada diurna e noturna	Inviolável Segurança 24 Horas Ltda (95.832.986/0001-72)	01/10/2013	30/09/2017	Ensino Médio Completo	P
2015	Serviços de limpeza	Claudio Antonio Moraes - ME (06.094.697/0001-93)	01/08/2015	31/07/2016	Ensino Fundamental Completo	E
2015	Serviços de manutenção predial	Liderança Limpeza e Conservação Ltda (00.482.840/0001-38)	01/08/2015	31/07/2017	Ensino Fundamental Completo	P
2015	Serviços de operador de máquina copiadora	ADS Serviços Ltda EPP (08.190.855/0001-34)	01/08/2015	31/07/2017	Ensino Fundamental Completo	P
2015	Serviços de telefonista	LIMTEC Serviços Especializados Ltda ME (05.792.339/0001-91)	14/12/2015	13/12/2017	Ensino Fundamental Completo	P
2016	Serviços de recepcionista	LIMTEC Serviços Especializados Ltda ME (05.792.339/0001-91)	16/03/2016	15/03/2017	Ensino Médio Completo	A
2015	Copeiragem	Liderança Limpeza e Conservação Ltda (00.482.840/0001-38)	01/12/2015	30/11/2016	Ensino Fundamental Incompleto	E
2016	Serviços de jardinagem	ADSERVI Administradora de Serviços Ltda (02.531.343/0001-08)	23/05/2016	22/05/2017	Ensino Fundamental Completo	A
2016	Serviços de limpeza	Eficiência Serviços Terceirizados Ltda (12.589.220/0001-81)	01/08/2016	31/07/2017	Ensino Fundamental Completo	A

Fonte: Gestor de Contratos Campus Videira.

b) Contratação de estagiários

O Instituto Federal Catarinense – Campus Videira, começou com sua política de contratação de estagiários a partir de maio de 2016, até então a instituição não tinha estagiários. Em 10 de maio de 2016 assinou o contrato 05/2016 com o CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA – CIEE-SC, o qual ficou responsável por selecionar e contratar os estagiários ao custo de R\$ 27,50 por estagiário/mês. No exercício de 2016 a referida instituição contou com 5 estagiários, sendo que um destes se desligou em outubro, e a instituição continuou até o fim do ano com apenas 4 estagiários. Vale ressaltar que o Campus Fraiburgo, até o momento, não conta com norma interna formalizada sobre contratação de estagiários.

Na tabela abaixo, segue breve exposição da quantidade, valores, e atividades que os estagiários desenvolvem:

Nome	Mês da Contratação	Mês do Desligamento	Especialização (Curso)	Área Fim	Despesas por estagiário
Denize Queiroz Colombo	Maio/2016	-	Pedagogia	NUPE	R\$ 520,00 (bolsa) + R\$ 132,00 (Aux.transporte) mensais
Sabrina Secco de Souza Jaques	Maio/2016	-	Pedagogia	NUPE	R\$520,00 (bolsa) + R\$ 132,00 (Aux.transporte) mensais
				TOTAL	R\$ 9.978,00

Fonte: CGP – Campus Videira.

5.1.5 – Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

O IFC não trabalha com a contratação de consultores para projetos de cooperação técnica com organismos internacionais. As ações de internacionalização são feitas pela Assessoria de Relações Internacionais.

Informamos que o IFC está em tratativas com instituições estrangeiras, mas ainda não tem convênios firmados. *(Fonte: Carlos Schenkel, Pró-reitor de pesquisa e inovação, 06/03/17)*

5.2 – GESTÃO DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA

A gestão patrimonial no IFC é realizada de forma descentralizada, por campus, cabendo à Reitoria expedir as normas gerais e disponibilizar os meios de controle e gestão. A seguir, cada campus faz um breve relato sobre a situação deste item, de acordo com suas realidades e especificidades.

CAMPUS ARAQUARI

O departamento de patrimônio é responsável pela entrada, tombamento, distribuição e controle dos bens patrimoniais da instituição. Anualmente são realizados vários trabalhos de levantamento de carga patrimonial e atualização através de transferências e inventário realizado.

Os controles patrimoniais de bens moveis atualmente realizados pelo departamento de patrimônio foi realizado até julho de 2016 através do sistema SIGA-Adm. Em agosto os migraram para o Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos, adquirido da Universidade Federal do Rio Grande do Norte o SIG (Sistema Integrado de Gestão).

Quanto a gestão de infraestrutura, o Campus possui contratos com empresas especializadas para os serviços de vigilância, limpeza, manutenção predial, trabalhadores polivalentes e manutenção de bens móveis e equipamentos.

CAMPUS BLUMENAU

O Campus Blumenau utiliza o SIAFI e o SPIUnet para a gestão dos bens imóveis e o SIG

(Sistema Integrado de Gestão) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, módulo SIPAC Patrimônio para os bens móveis.

No caso dos bens imóveis, em 2016, foi instituída portaria para realização de inventário, com o intuito de confrontar as informações dos sistemas (SIAFI e SPIUnet) com os bens existentes no campus, e identificar possíveis inconsistências e atender o disposto no Manual de Inventário de Bens Imóveis – versão 1.0.

O campus Blumenau possui atualmente cadastrado no SPIUnet o valor de R\$ 14.745.432,26 (quatorze milhões, setecentos e quarenta e cinco mil, quatrocentos e trinta e dois reais de vinte seis centavos), para o RIP de Imóvel 8047.00033.500-2, dividido entre os RIPs de Utilização: 8047.00057.500-3 (cercamento), no valor de R\$ 323.096,67 (trezentos e vinte três mil e noventa e seis reais e sessenta e sete centavos); 8047.00058.500-9 (reforma), no valor de R\$ 3.878.697,35 (três milhões, oitocentos e setenta e oito mil, seiscentos e noventa e sete reais e trinta e cinco centavos); 8047.00059.500-4 (ginásio), no valor de R\$ 1.506.146,05 (um milhão, quinhentos e seis mil, cento e quarenta e seis reais e cinco centavos); 8047.00034.500-8 (prédio), no valor de R\$ 9.037.492,19 (nove milhões, trinta e sete mil, quatrocentos e noventa e dois reais e dezenove centavos). Está em andamento a obra de construção do refeitório do campus, registrada no SIAFI com o valor de R\$ 206.788,96, valor correspondente as apropriações realizadas em 2016. Esta obra possui previsão de entrega no mês de maio de 2017.

Quanto a gestão dos bens móveis, a implantação e operacionalização dos módulos Almoxarifado e Patrimônio do Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC) foi determinante para as atividades em 2016. Para que houvesse precisão nas informações lançadas, foi instituída uma comissão para realização do inventário, de modo a identificar e localizar todos os bens existentes no campus. Posteriormente, foi instituída comissão responsável pela reavaliação dos bens existentes para que a situação dos bens fosse atualizada no sistema e possibilitasse o início da depreciação. Ademais, foram confeccionados os termos de responsabilidade dos bens existentes no campus. Atualmente o campus Blumenau possui 7862 itens em seu patrimônio.

Quanto a estrutura existente e disponibilizada para alunos e servidores, esta foi aumentada e melhorada em 2016 por meio da aquisição de: bancadas e cadeiras para os laboratórios de física e multiciências; materiais permanentes para os laboratórios de Mecânica e Elétrica; materiais de permanentes para o laboratório de Pedagogia; materiais permanentes para o laboratório de Informática; eletrodomésticos (geladeiras); mobiliário em geral (mesas, cadeiras, armários, gaveteiros); mobiliário para a biblioteca (bibliocantos, estantes, expositores e mesas de estudo individual); R\$ 50.000,00 em livros para a biblioteca; persianas e cortinas blecaute nas salas de aula, laboratórios, salas dos professores, secretaria e biblioteca; extintores para atendimento da Norma Regulamentadora, nº 23 (Proteção Contra Incêndios) e Instruções Normativas do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina; bem como da reestruturação de ambientes, como a sala de videoconferências e instalação do sistema antifurto na Biblioteca (adquirido em 2015).

Considerando as demandas existentes, a estrutura do campus atende parcialmente as necessidades. Para completo atendimento da missão institucional, é necessária a aquisição de mais equipamentos para comporem os laboratórios existentes. Sabe-se desta necessidade, porém, dadas as restrições orçamentárias a montagem dos laboratórios está sendo gradativa.

Quanto aos serviços de manutenção da estrutura existente, este é realizado de forma terceirizada, conforme exposto:

- Manutenção predial – Existe 1 (um) posto contratado para prestação deste tipo de serviço, que é responsável por realizar pequenos reparos na estrutura, como, por exemplo: a instalação de refletores no estacionamento externo, troca de lâmpadas, reparos nas portas, entre outros.
- Manutenção periódica da plataforma elevatória – Contratação de empresa especializada na inspeção, manutenção corretiva e preventiva da plataforma elevatória, conforme

informações contidas no Anexo D da ABNT NBR ISO 9386-1:2013, com fornecimento de materiais;

- Manutenção corretiva e preventiva dos aparelhos condicionadores de ar - Contratação de empresa especializada, para manutenção corretiva e preventiva dos aparelhos condicionadores de ar instalados, com fornecimento de materiais.
- Desinsetização dos ambientes e limpeza da caixa d'água – Contratação de empresa especializada, que realiza acompanhamento mensal para a desinsetização e que semestralmente realiza a limpeza da caixa d'água existente no campus.
- Manutenção preventiva e corretiva dos extintores e hidrômetros existentes no campus.
- Vigilância Patrimonial – contratação de empresa responsável pela proteção e guarda do patrimônio do campus, possuindo 01 (um) posto diurno de 12x36 horas e 02 (dois) postos noturnos de 12x36horas.

CAMPUS BRUSQUE

O IFC Campus Brusque possui apenas o terreno localizado na Av. Hugo Schlosser S/N, bairro: Maluche, CEP: 88.354-300, matrícula: 69.639, código do spiunet (RIP) 8055 00006.500-6, onde está sendo executada a obra de construção de seu campus definitivo.

Despesas de manutenção e a qualidade e completude dos registros contábeis relativamente aos imóveis

No momento o Campus Brusque está em obras os gastos com a mesma são registrados no site SIMEC OBRAS e os registros contábeis estão sendo atualizados pelo setor contábil do campus no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) periodicamente.

Descrever sucintamente a estrutura de controle e de gestão do patrimônio no âmbito da unidade jurisdicionada.

O Campus Brusque está em implantação, e o controle do patrimônio é realizado por meio do Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC), do qual registra-se todo tipo de movimentação dos bens patrimoniais, e ainda, o mesmo sistema é responsável pela depreciação constante dos bens, cujos valores encontram-se em consonância com os lançados no SIAFI.

Apontar os riscos relacionados à gestão dos imóveis e os controles para mitigá-los.

O campus Brusque não possui sede própria ainda, por isso faz manutenções quando necessário através de dispensas ou pelo uso do cartão institucional para os reparos, troca de materiais, etc. Para o ano de 2017 foi previsto no plano anual uma licitação para este fim, também para execução de serviços sob demanda.

CAMPUS CAMBORIÚ

A estrutura de controle e gestão do patrimônio no IFC Campus Camboriú e sua qualidade comportam quatro fases: Cadastro no SPIUnet, Gestão pelo SIG/SIPAC, Avaliação, Inventários, Desfazimentos, Contabilização e Depreciação. A Coordenação de Patrimônio está subordinada ao Departamento de Administração e Planejamento. Atualmente possui 1(hum) servidor lotado neste

setor que possui a função de Coordenador de Patrimônio. O setor de Contabilidade do Campus dá suporte a esta coordenação.

A gestão dos bens imóveis é registrada no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (Spiunet), no sistema de gerenciamento SIG. Os setores contábeis dos Câmpus e da Reitoria foram responsáveis pela inclusão dos dados no SPIUnet em 2015.

O setor de patrimônio alimenta o sistema de gerenciamento SIG, através do módulo SIPAC/Patrimônio. Realiza todos os processos de inclusão, baixas e transferências de bens através deste sistema.

Durante o ano de 2016, a instituição realizou uma série de ações visando regularizar a sua situação patrimonial, como o processo de inventário seguido pela reavaliação e reclassificação de bens, culminando no processo de desfazimento que ainda está ocorrendo devido ao ano ser eleitoral. Ao final de 2016 o campus fez a inclusão no sistema SIPAC de todos os valores atualizados para fins de depreciação.

Em relação aos imóveis, o SPIUNET apresenta apenas os dados dos imóveis construídos a partir de 2010. Em relação à área antiga do Instituto e todos os imóveis anteriores a 2010 constam apenas a informação da área com benfeitorias (gleba/fazenda), período que essa área era pertencente a UFSC. Os registros contábeis dos imóveis estão de acordo com as informações do SPIUNET, e o processo de depreciação está em fase de implementação.

O campus possui 220 escrituras e 14 números de matrículas (antigas). Estamos procedendo à unificação de todas as áreas e a regularização dos prédios antigos, pois os mesmos não possuem os projetos das edificações. No sentido de se regularizar essas situações, pertinentes a regularização dos imóveis do campus, o IFC formou uma equipe interdisciplinar de engenharia que possibilitará a realização de trabalhos conjuntos que visam a regularização dos imóveis.

O campus já recebeu o Termo de Referência formulado pelo setor de engenharia da Reitoria e está providenciando a atualização dos orçamentos e verificando a disponibilidade orçamentária para a realização do processo licitatório que vise contratar as empresas prestadoras dos serviços de regularização das áreas.

CAMPUS CONCÓRDIA

O controle e gestão do Patrimônio foi realizada em 2016 por meio de sistema patrimonial do SIG, denominado SIPAC, que está em implantação no IFC. Os valores são confrontados com SIAFI com emissão de balancete de verificação mensal. Os bens imóveis são registrados no SPIUnet e são atualizados quando há incorporação ou construção de obra nova. Os dados do SPIUnet também são confrontados com SIAFI. Para fins de controle e cumprimento das obrigações legais, são realizados anualmente inventários dos bens móveis e imóveis, realizados por Comissões legalmente constituídas.

A infraestrutura atual do Campus é antiga e demanda de reformas e ampliações para atender com qualidade os alunos e servidores nos próximos anos. Também demandará de novas estruturas de laboratórios e salas administrativas e pedagógicas devido a implantação de novos cursos. Para manutenção da Infraestrutura do Campus, há uma coordenação responsável pela verificação e realização de serviços de manutenção de bens e equipamentos.

CAMPUS FRAIBURGO

O IFC - Campus Fraiburgo possui 01 (um) imóvel de uso especial de propriedade da União, localizado na Rua Cruz e Souza nº 100, Centro, CEP 89580-000, cidade de Fraiburgo, Oeste de Santa Catarina. O imóvel foi doado pela Fundação Educacional e Assistencial de Fraiburgo (FEAF) para o Fundo de Desenvolvimento da Educação (FNDE), conforme escritura pública de doação. O mesmo foi cedido pelo FNDE para o Instituto Federal Catarinense - IFC, por tempo indeterminado,

conforme Termo de Cessão de Uso assinado em 16 de abril de 2012.

O imóvel está cadastrado no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIU-net, sendo o campus responsável pela atualização de dados.

Neste sistema é realizado cadastro informando que o campus possui um terreno com área de 5.350,45 m², sob o RIP n° 8107.00003.500-6 e 01 (uma) construção com área de 2.800,00 m², sob o n° RIP 8107.00004.500-1. Tratando-se de 02 (dois) prédios, sendo um deles com 03 pavimentos e outro com apenas 01 (um) pavimento.

Devido a obra de ampliação e adequação das estruturas do IFC – Campus Fraiburgo ter sido finalizada de forma definitiva em **20/11/2016**, estão sendo providenciadas as regularizações legais do imóvel junto aos órgãos competentes e a devida atualização do imóvel no sistema SPIU-net, conforme recomendações repassadas através do Inventário Anual de Bens Imóveis de 2016 do Campus Fraiburgo.

Tivemos gastos de manutenção com o imóvel no exercício de 2016 no valor de R\$ 2.913,00 (dois mil novecentos e treze reais), que referem-se aos materiais de consumo (339030-24) utilizados para manutenção no exercício de 2016.

CAMPUS IBIRAMA

O Campus Ibirama possui uma estrutura no valor R\$ 6.276.121,92 de bens imóveis registrados na conta Imóveis de Uso Educacional e no SPIUNET. Este valor é composto por terreno avaliado em R\$ 1.500.047,87 e benfeitorias de R\$ 4.776.074,05 constituídas por um prédio de 2 pavimentos utilizado para salas de aula, departamento administrativo, biblioteca e auditório e outra construção pré-moldada com a finalidade de ginásio de esportes.

Além deste, o campus teve a estrutura aumentada e melhorada com a construção da nova biblioteca e reformas. A obra foi licitada através da Tomada de Preços n° 001/2014 teve como objetivo a *reforma e ampliação de local a ser implantada a biblioteca, cantina, vestiários e banheiros anexo ao ginásio de esportes, com área total de 1.380,33m²*. Esta totalizou R\$ 791.766,15 de área nova até 31/12/2016, registrada na conta Obras em Andamento e as reformas totalizaram R\$ 341.146,69 em 2016.

Os bens imóveis são registrados e controlados através do sistema SPIUNET (imóveis da União) e SIAFI (contabilidade).

Em relação aos bens móveis, o campus Ibirama possuía o valor de R\$ 2.175.350,08, em 31/12/2016, considerando reavaliação e depreciação, distribuído em itens de mobiliário em geral, equipamento de processamento de dados (computadores e outros), máquinas e equipamentos diversos (incluindo aqui máquinas de costura para curso técnico e superior), veículos, materiais bibliográficos (livros), aparelhos e utensílios, equipamentos de laboratório, aparelhos e equipamentos para esportes, equipamentos para áudio, vídeo e foto, dentre outros.

Para melhor atender a demanda, durante o ano 2016 foram adquiridas máquinas de costura para o curso de moda, mesas para modelagem, armários, conjunto de carteira e cadeira reguláveis para as salas de aula, dentre outros. Também foram adquiridos móveis para a nova biblioteca como as estantes para os livros, balcão de atendimento e estações de trabalho.

Os bens móveis são controlados através do sistema SIPAC módulo Patrimônio, implantado em 2016, e registrados contabilmente através do SIAFI.

Quanto às despesas de manutenção das instalações, em 2016 foi efetuado:

- Pintura da fachada do campus, através da contratação de empresa especializada para prestação de serviços de pintura predial, incluindo lavação, recuperação, conservação e

correção de trincas e demais imperfeições, por meio de manutenção e reparo das fachadas com nova pintura da área de 1.826,51m².

- Instalação de cubas para o laboratório
- Instalação da placa na fachada com a logo do IFC
- Manutenção corretiva e preventiva dos aparelhos condicionadores de ar
- Manutenção e reparo na balança de precisão do laboratório
- Recarga dos extintores de incêndio
- Reforma de cadeiras

Também teve início em dezembro outra reforma. Esta não teve valores apropriados em 2016. Trata-se da readequação do espaço do Departamento de Administração e Planejamento, auditório, banheiros e hall de entrada, totalizando a área de 529,00m².

Em relação a vigilância patrimonial há a contratação de uma empresa terceirizada com 1 posto diurno e 1 posto noturno e jornada 12x36h. Quanto à limpeza também é efetuada por empresa terceirizada contratada para prestação de serviços gerais, conservação e higienização com fornecimento de materiais e equipamentos.

A infraestrutura patrimonial atual do campus atende as necessidades e é suficiente para garantir a missão institucional.

CAMPUS LUZERNA

Patrimônio: Em 2016, com a implantação do SIPAC, do Módulo Patrimônio, o controle e gestão de todos os bens patrimoniados do IFC Campus Luzerna é feito por este sistema, com a verificação do RMB sendo que todo fim de mês é feita a confrontação com o SIAFI. Também através do SIPAC realizamos o cadastro, controle e movimentação de todos os bens móveis da instituição. Ainda em 2016 foi realizada a reavaliação de todos os bens móveis, e 31/12/2016 iniciou a depreciação no sistema. Além das normativas específicas para gestão dos bens, é realizado anualmente inventário de todos os bens móveis, para verificação do estado de conservação e local correto dos mesmos, tendo como responsáveis os servidores aos quais os bens são destinados. O Campus Luzerna prioriza a manutenção das atividades no Campus, direcionando o orçamento, pois pelo fato deste valor ser reduzido, somente após vermos constatado o atendimento das atividades essenciais é que destinamos recursos para aquisição de bens móveis. Em 2016 conseguimos bens móveis através de doação, e constantemente tentamos adquirir desta forma. Quanto aos bens imóveis, é feito o inventário, para verificação se todos os bens imóveis estão cadastrados no SPIuNet, comparando os dados do SpiuNet e do SIAFI e da sua localização.

Infraestrutura: O Campus Luzerna teve início com a doação de terreno e prédio para o governo federal, sendo que de imediato, no início de 2010, foram iniciadas as aulas, sem ter uma infraestrutura mínima (ginásio, auditório, prédio administrativo, cercamento, guarita, refeitório), e desde então, a cada ano, foi buscado recurso para poder disponibilizar esta estrutura mínima. O Campus Luzerna possui dentro da sua infraestrutura física, bloco administrativo, e 02 blocos de ensino, os quais são suficientes para atender os alunos matriculados. No entanto os outros equipamento necessários para as atividades complementares (também de suma importância na formação dos estudantes), não existem. Está em andamento a construção de uma guarita, finalizando o processo de fechamento do perímetro do campus. O terreno possui área suficiente pra recebermos a construção de auditório, ginásio e refeitório, bem como, mais blocos para atender a expansão do campus Em 2016 não foi possível darmos andamento ao processo de implantação

devido à não disponibilização de verbas. Sabemos que a infraestrutura mínima para atendimento da missão institucional é fundamental. Contudo, os recursos orçamentários para isso, até agora, foram insuficientes para implantarmos todas as obras que atendam tal condição mínima.

CAMPUS RIO DO SUL

O campus Rio do Sul possui uma boa infraestrutura para atendimento da missão institucional. Possui três Unidades, a saber:

- **Unidade Sede:** ligada aos cursos do setor primário com uma extensa fazenda e aproximadamente 35.000 m² de área construída. Possui prédios com mais de 30 anos de construção bem como prédios novos. Na questão dos prédios antigos há uma grande preocupação em reformas e recuperação dos ambientes, já os novos demandam adaptações para atender satisfatoriamente o público-alvo.
- **Unidade Urbana:** Localizada no centro da cidade, atende cursos do setor terciário e as licenciaturas. Possui dois prédios em bom estado com cerca de 4.500 m² de área construída.
- **Unidade Tecnológica:** localizada próximo ao centro da cidade com cerca de 5.000 m² de área construída. O prédio pertence ao Governo do Estado e encontra-se em processo de doação definitiva. Possui uma construção recente.

Quanto aos equipamentos, o Campus possui uma estrutura acima da média das escolas brasileiras, no entanto nunca é demais lembrar que por ser uma escola de referência na educação profissional, necessitamos cada vez mais de novos equipamentos e atualizações.

Possuímos uma equipe terceirizada de manutenção (pedreiro, carpinteiro, encanador, eletricista, etc) para manutenções de pequeno porte e várias empresas contratadas para manutenções de equipamentos e reparos de imóveis que envolvem uma qualificação maior.

Não houve movimentação de ativos e passivos decorrentes da reestruturação de órgãos.

REITORIA

Em 2016, na reitoria administrativa, foi realizada a reavaliação dos bens e também o desfazimento de bens da TI, além alguns bens móveis.

Hoje, pela estrutura que possuímos e com a vinda de novos servidores, há uma certa deficiência de bens móveis para suprir a necessidade, visto que alguns móveis e bens de informática foram adquiridos há alguns anos e os mesmos não se encontram em bom estado.

Foram alocados os bens móveis em seus setores da reitoria para que haja um controle dos bens e um controle melhor no patrimônio para que cada setor se responsabilize pelos seus bens com a emissão do termo de responsabilidade e a assinatura do responsável pelo setor.

Em 2017 foi criada uma comissão para realização do inventário de bens da Reitoria.

CAMPUS SANTA ROSA DO SUL

Em relação a este item de informação, a infraestrutura do campus se mantém adequada, porém não há margem para expansão do campus devido muito principalmente a falta de orçamento para investimentos.

Não houve movimentação de ativos e passivos decorrentes de reestruturação de órgãos no exercício.

CAMPUS SÃO BENTO DO SUL

O Campus São Bento do Sul utiliza o SPIUnet para a gestão dos bens imóveis e o SIG (Sistema Integrado de Gestão) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, módulo SIPAC Patrimônio para a gestão dos bens móveis. Com relação a gestão dos bens imóveis, a obra construída do Campus São Bento do Sul ainda está vinculada, no SIAFI, a Reitoria. Desta forma, há previsão de que em fevereiro de 2017 o Campus São Bento do Sul possua UG própria e este bem patrimonial seja transferido a UG do Campus.

No caso dos bens imóveis, em 2016, não foi realizado inventário devido a obra construída do Campus São Bento do Sul ainda estar vinculada, no SIAFI, a Reitoria.

Quanto a gestão dos bens móveis, a implantação e operacionalização do módulo Patrimônio do SIPAC foi determinante para as atividades em 2016. Para que houvesse precisão nas informações lançadas, foi instituída uma comissão para realização do inventário, de modo a identificar e localizar todos os bens existentes no Campus. Posteriormente, foi instituída comissão responsável pela reavaliação dos bens existentes para que a situação dos bens fosse atualizada no sistema e possibilitasse o início da depreciação.

A infraestrutura patrimonial do Campus conta com um terreno de 42.547,18 m², e uma área total construída de 5.814,63 m², contendo um Bloco Administrativo com 07 Salas Administrativas e um Bloco Pedagógico com 09 Salas de Aula, 01 Refeitório, 01 Auditório, 01 Biblioteca, 01 Ginásio de Esportes, 03 Salas de Professores, 06 Laboratórios Básicos e 05 Laboratórios Especiais, destacando as suas principais áreas.

Com relação aos bens móveis, segundo o inventário realizado em dezembro de 2016, possui um total de R\$ 1.042.617,41 em bens móveis, divididos em móveis, eletrodomésticos, equipamentos didáticos e para laboratório, veículos oficiais, equipamentos de tecnologia da informação, entre outros. Devido ao Campus São Bento do Sul não possuir UG própria, todos os bens patrimoniais estão vinculados, tanto no sistema SIPAC Módulo Patrimônio Móvel quanto no SIAFI ao Campus Araquari.

A estrutura de bens móveis e imóveis do Campus São Bento do Sul supre, com certas limitações, as necessidades para cumprir a missão institucional. O Campus inicia o exercício de 2017 com 03 turmas de Cursos Técnicos Subsequentes (Defesa Civil, Técnico em Qualidade e Técnico em Logística), 03 turmas de Ensino Médio Integrado (Segurança do Trabalho, Automação Industrial e Informática) e 01 Turma de Ensino Superior (Engenharia da Computação). Inicia o segundo semestre com mais 01 Turma de Ensino Superior (Engenharia de Controle e Automação). Ainda existem muitas necessidades não supridas principalmente na estruturação (aquisição de equipamentos) dos laboratórios das áreas técnicas para oferta dos cursos, tanto superiores quanto os técnicos e ensino médio. Quanto a estrutura física (imóvel), este supre a necessidade atual do Campus, porém, não permite expansão, principalmente das ofertas de matrículas nas três modalidades de ensino existentes na instituição.

Por se tratar de uma estrutura nova, ainda em prazo de garantia, o Campus ainda não demanda de serviços de manutenção da estrutura existente.

A segurança dos bens móveis e imóveis do Campus é feita através de um contrato de Vigilância Física Patrimonial – contratação de empresa responsável pela proteção e guarda do patrimônio do Campus, possuindo postos de trabalho 24 horas.

CAMPUS SÃO FRANCISCO DO SUL

O IFC- Instituto Federal Catarinense, *campus* São Francisco do Sul possui um patrimônio imóvel avaliado, hoje, em R\$ 13.326.476,57, sendo que desse valor R\$4.898.665,73 referem-se ao terreno o qual possui uma área de 40.128 m² e R\$ 8.427.810,84 referem-se às benfeitorias, que perfazem um total de 5.557,39 m². A estrutura atual conta com 10 (dez) salas de aula, para até 40

alunos, laboratórios de idiomas, matemática/física, biologia, química, infraestrutura, redes, computação e mais três laboratórios especiais, ginásio com quadra poliesportiva, banheiros coletivos, academia, área administrativa, biblioteca, auditório e salas de professores.

Contamos atualmente com, aproximadamente 2.800 itens de patrimônio móvel, excluídos o acervo bibliográfico, que representam um valor de R\$2.669.824,67.

Esta estrutura atende de forma satisfatória as demandas do *campus* e garantindo o cumprimento pleno da missão da instituição, o que não significa que não temos espaço para melhorias.

No ano de 2016 implementamos o sistema de gerenciamento patrimonial, SIPAC, o que significou a migração de todo controle patrimonial para o mesmo. Esse processo incluiu a reavaliação de todos os bens móveis da instituição, visando garantir, de forma mais precisa e acurada, a depreciação destes bens, a qual é calculada pelo novo sistema.

CAMPUS VIDEIRA

Segue a relação dos bens imóveis sob a responsabilidade do Instituto Federal Catarinense – Campus Videira, os mesmos se encontram cadastrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (Spiunet):

RIP	Valor Avaliação Spiunet	Valor SIAFI
8379.00017.500-2	R\$ 16.947.484,36	R\$ 16.947.484,36

A última avaliação inserida no SPIUNET está datada de 26/11/2015, e tem validade até 26/11/2017, portanto, a mesma ainda está válida. A referida avaliação está registrada no Processo nº 23352.000969/2015-81, e os valores foram apurados em consonância com os valores imobiliários de mercado, sendo que os cálculos foram realizados pelo setor de engenharia do IFC.

Abaixo, segue a relação de bens imóveis cadastrados no SPIUNET, e inseridos no balancete do SIAFI do campus:

- Terreno de 235.989,51 metros quadrados, área urbana;
- Prédio biblioteca com 1.296,38 metros quadrados;
- Prédio ginásio com 2.077,11 metros quadrados;
- Prédio laboratório com 983,17 metros quadrados;
- Prédio salas de aula com 1.675,00 metros quadrados;
- Prédio centro administrativo com 514,37 metros quadrados;
- Prédio auditório com 520,00 metros quadrados;
- Prédio centro de convivência com 298,84 metros quadrados;
- Barracão pré-moldado de 280,80 metros quadrados para abrigo de máquinas;
- Pavimentação de área externa sem cobertura com 14.611,79 metros quadrados.

Observação essa metragem foi alterada conforme equivalência de acordo com a NBR 12721;

- Cerca de Alambrados com 2.430,77 metros lineares;

O terreno sob a matrícula nº 2287 está registrado no Cartório de Registros de Imóveis, em nome da EMBRAPA, com comodato para o Instituto Federal Catarinense – Campus Videira, porém as edificações existentes não estão averbadas. A Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional – PRODIN, tem como uma das prioridades a regularização das edificações do campus Videira, no que tange à unidade gestora em questão, foi encaminhada a documentação que comprova a situação atual do imóvel para auxiliar na resolução desse problema.

Em consulta ao SIAFI, na data de 31/12/2016, há um valor de R\$ 3.579.421,15 já liquidado em obras, ref. as obras em andamento da construção do bloco de sala de aulas e refeitório, ambos com entrega prevista para o primeiro semestre de 2017, sendo, que somente após o aceite

definitivo da obra serão incorporados no SPIUNET e SIAFI.

No exercício de 2016, as principais despesas de manutenção dos bens imóveis, consistiram basicamente nos valores pagos a título de serviços terceirizados para locação de mão-de-obra para serviços de manutenção predial no valor de R\$ 8.585,18 mensais. Foi licitado o serviço de pintura geral de uma área de 23.500 m² através do Pregão nº12/2016, no valor total de R\$ 162.620,00, sendo que o serviço será iniciado em Janeiro/2017 e finalizado ainda no primeiro semestre de 2017.

Os bens imóveis são gerenciados pela Coordenação Geral de Infraestrutura do Campus Videira. O referido gerenciamento é realizado, sem o uso de sistema gerencial específico, já que, o SPIUNET consiste apenas em um sistema de cadastro e atualização, não possuindo ferramentas suficientes para auxiliar no gerenciamento total dos imóveis, e é alimentado pelo setor de Patrimônio.

O setor de patrimônio do campus faz o gerenciamento dos bens móveis com o uso do sistema SIPAC – Módulo Patrimônio, o qual foi implantado em Julho/2016.

Na data de 31/12/2016, os bens móveis do campus totalizavam R\$ 5.360.286,11, sendo que no referido ano, os mesmos bens começaram a ter sua depreciação calculada e também seus valores foram reavaliados.

Fonte: Setor de Patrimônio do Campus Videira

5.2.1 - Gestão da frota de veículos

CAMPUS ARAQUARI

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;

A Direção-Geral do Câmpus instituiu através da Portaria nº 207/IFC-Câmpus Araquari/2010 publicada em 03/12/10 o Regulamento dos Procedimentos Gerais para Utilização de veículos oficiais do IFC – Câmpus Araquari.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da Instituição;

A frota de veículos utilizados para o transporte de servidores no exercício de suas atribuições são utilizados nos serviços administrativos.

Os veículos de trabalho (3 tratores, 1 caminhão, 1 camionete utilitária e 1 utilitário (retroescavadeira)) são utilizadas nas tarefas de aulas práticas, plantio, manutenção das atividades da escola fazenda e serviços de manutenção do campus.

Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UG, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;

Quadro 94: Frota de veículos próprios - Campus Araquari

Quadro - Tabela de Veículos Próprios: classificação, quantidade, quilometragem, idade média e custos

Esta tabela contém campos para preenchimento dos conteúdos quantificáveis das letras “c”, “d”, “e” e “f” do subitem 5.2.1 – Frota de Veículos Próprios, solicitado pelo TCU e descritos na página 220 do Anexo II do Manual de Elaboração do RGIFC 2014.

(Fonte: Baseado nas normas do Decreto nº.6403, de 17/03/2008 e IN nº 3, de 15/05/2008 – SLTI/MPOG)

Grupo	Utilização	Características	Usuário	Qtde. (ATENÇÃO: Em uso ou sob a responsabili- dade da unida- de)	Média Anual Km Rodados	Idade Média	Custos				
							Manutenção Conservação	Combustíveis e Lubrificantes	Reparos	Seguros obrigatórios	Pessoal Respon- sável pela frota
Veículos de transporte institucional	No transporte de autoridades em serviço	Automóvel - capacidade e motorização compatíveis com o serviço	Dirigentes de autarquias e fundações; ocupantes de cargo de grupo-direção e assessoramento superiores (DAS)	8	10155	5	12.906,00	21.451,38	-	1.272,42	Rogério Cogo
Veículos de serviços comuns	No transporte de pessoal a serviço	Transporte de pessoal	Servidor em serviço externo	0	-	-	-	-	-	-	Rogério Cogo
		Transporte coletivo	Servidores por necessidade do serviço	0	-	-	-	-	-	-	Rogério Cogo
	No transporte de carga e realização de atividades específicas	Transporte de carga leve	Servidor no transporte de carga em serviço	1	2936	8	817,00	1.687,20	-	-	Rogério Cogo
		Transporte de carga pesada	Servidor na execução de atividades específicas	1	2461	41	840,00	1.213,98	-	-	Rogério Cogo
		Atividades específicas		4		10	5.747,00	3.948,71	-	-	Rogério Cogo
Fonte dos Dados Coletados		Data e Hora da Coleta	TOTAIS	14	15552	64	20.310,00	28.301,27	-	1.272,42	Rogério Cogo

f) Plano de substituição da frota;

Está previsto no Planejamento Plurianual do *Campus* a substituição gradativa dos veículos cuja manutenção se torna onerosa demais. O *campus* fez aquisição de 04 veículos de transporte de servidores no último quadriênio o que torna a frota com idade nova.

g) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação;

Ainda não temos estudo pelo setor competente da viabilidade desta opção.

h) Estrutura de controles de que a Instituição dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

O Câmpus não tem em seu quadro servidor Motorista, assim os servidores são autorizados a dirigir os veículos após a leitura da “Regulamentação dos procedimentos gerais para utilização de veículos oficiais do IFC-Campus Araquari” e a emissão de “Autorização para dirigir os veículos oficiais”. A requisição dos veículos se faz através do Sistema SIGA-ADM, setor requisição de veículos, que será autorizada no sistema pela sua chefia imediata com antecedência mínima de 48 h. O setor de transporte faz o controle de quilometragem e horários através de ficha mensal que é preenchida pelos usuários. Mensalmente a Coordenação de Transporte e Controle de Veículos emite relatório de cada veículo da frota.

CAMPUS BLUMENAU**a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos:**

Instrução Normativa da Secretaria de Logística da Informação do MPOG, Nº 3, de 15 de maio de 2008 e a Resolução 03/2011 do Conselho Superior;

Resolução Ad Referendum Nº 003/2011/Conselho Superior/14/02/2011 – Regulamento Para Uso de Veículos Oficiais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UPC:

A frota de veículos é imprescindível para a execução das atividades do Campus, tanto para a área do Ensino como da Administração. No decorrer de 2016, os automóveis da frota foram utilizados para:

- Deslocamento para participação de Diretores e Membros de Comissões em reuniões itinerantes em diversos campus;
- Descolamento de docentes a empresas parceiras do Campus;
- Reuniões na Reitoria e em diferentes Campus do IFC;
- Visitas de docentes da área de Pesquisa e Extensão a empresas e a outras instituições de ensino;
- Entrega de ordens bancárias no Banco do Brasil;
- Deslocamento de técnicos administrativos em participações em cursos, capacitação e cadastramentos de acesso a sistemas (ex. Token, SERPRO)
- Transporte de pequenos materiais entre o Campus Blumenau, Reitoria e outros Campus;
- Deslocamento de docentes e técnicos da educação para divulgação dos cursos oferecidos pelo Campus em empresas e outras instituições de ensino;
- Deslocamento de docentes para participação em seminários e capacitação em cidades próximas;

- Deslocamento de docentes para participação de reuniões do NGA/PROEN na Reitoria;
- Deslocamento para participação em eventos oficiais em outros campus;
- Deslocamento comissão sindicância Hotel – Campus – Hotel;
- Deslocamento participação Diretor-Geral em Reuniões CONSUPER;
- Deslocamento participação Diretor-Geral em Reuniões CODIR;
- Deslocamento comissão PAD;
- Entrega e coleta de malotes na Reitoria;
- Deslocamento para serviços diversos do campus como abastecimento dos veículos, consertos, buscar coffee-break patrocinado por empresas parceiras para eventos específicos, etc.

g) Plano de substituição da frota:

O campus Blumenau não possui plano de substituição da frota.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação:

O Campus Blumenau não possui nenhuma política para aquisição de veículos em detrimento a locação. Contudo, não há previsão para uma nova aquisição, bem como, para a locação de veículos.

i) Estrutura de controles de que a UPC dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte:

A requisição de veículo é feita mediante preenchimento do Formulário de Solicitação de Veículo Oficial, que deve ser apresentado com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da utilização. O formulário deverá apresentar autorização expressa da chefia imediata para que, caso haja disponibilidade, a reserva seja efetuada. Caso identifique-se que existem várias solicitações para locais e períodos concomitantes, as solicitações são agrupadas, de modo a otimizar a utilização dos veículos oficiais.

No momento da utilização, o servidor deverá preencher a Caderneta de Controle de Veículos, disponibilizada dentro de cada veículo, informando nome, destino/afazeres, quilometragem de saída e chegada, horário de saída e de chegada e observações pertinentes.

CAMPUS BRUSQUE

O campus Brusque possui apenas 2 (dois) veículos de transporte pessoal, doados pela Reitoria.

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos:

As regulamentações previstas nesta utilização são: Estatuto do IFC, agosto/2009, Título VI – Do Patrimônio. Resolução nº 001, de 02 de maio de 2011, Conselho Superior do IFC. Resolução Ad Referendum nº 003, de 14 de fevereiro de 2011, do Conselho Superior – Regulamento Para Uso de Veículos Oficiais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense. Resolução Ad Referendum nº 012, de 22 de junho de 2010, do Conselho Superior, Título IV – Da Comunidade Escolar, Capítulo IV – Dos Recursos Materiais.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UG:

A frota é importante a medida que auxilia no deslocamento de servidores com Cargo de Direção a reuniões de DAPs, Colegiado, Consuper entre outras. Além disso auxilia no transporte de servidores que participem de reuniões, eventos, treinamentos, capacitações em outras unidades do IFC. Também o deslocamento de professores em atividades externas em instituições parceiras. Transporte de alunos e objetos quando necessário com o objetivo de atendimento das finalidades precípuas da instituição.

g) Plano de substituição da frota:

Não possuímos planos de substituição de frota para o ano 2016/2017.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação:

Recebemos os dois veículos que possuímos em caráter de doação da reitoria. Logo, a aquisição nesta modalidade se fez mais barata e acessível que a locação de veículos, já que não houve custos ao campus.

i) Estrutura de controles de que a unidade administrativa dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

É feito o controle de número de usuários. Quando há deslocamento, prioriza-se o maior número de pessoas em um veículo. Além disso, no deslocamento para outros Campus ou Reitoria todos os servidores são comunicados para levarem e entregarem os documentos no local de destino. Também é feito o controle diário do estado dos veículos bem como agendamento prévio, via formulário eletrônico que consta no site do campus Brusque, para utilização dos veículos informando data, hora, destino, número de pessoas e motivo, que é autorizado eletronicamente pelo superior imediato. Possui contrato com a empresa Trivale Administração Ltda que intermedeia os serviços de manutenção e fornecimento de combustíveis de toda a frota. A Trivale Administração Ltda disponibiliza um sistema de gerenciamento e controle do consumo de combustível e das manutenções corretivas e preventivas de toda a frota.

CAMPUS CAMBORIÚ**a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;**

- Decreto nº 6.403, de 17 de março de 2008.
- Dispõe sobre a utilização de veículos oficiais pela administração pública federal direta, autarquia e fundacional.
- Instrução Normativa nº 3, de 15 de maio de 2008.
- Dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências.
- Decreto nº 1.305, de 9 de novembro de 1994.
- Regulamenta a Lei nº 8,722, de 27 de outubro de 1993, que torna obrigatória a baixa de veículos vendidos como sucata e dá outras providências.
- Parecer nº 056/PFSC/PGF/AGU/2009, de 25 de maio de 2009.
- Referente utilização de veículo de transporte institucional.
- Lei nº 10.233, de 05 de junho de 2001.
- Dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre.
- Decreto nº 2.521, de 20 de março de 1998.
- Dispõe sobre a exploração, mediante permissão e autorização, de serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros e dá outras providências.
- Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.
- Institui o Código de Trânsito Brasileiro.
- Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.
- Estabelece as normas para outorga e prorrogação das concessões e permissões de serviços públicos e dá outras providências.
- Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.
- Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no Art. 175 da Constituição Federal e dá outras providências. Anexo I – Dos

Conceitos e Definições

- LEI Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.
- Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.
- RESOLUÇÃO Nº. 17/98 do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN
- RESOLUÇÃO N.º 151 DE 08 DE OUTUBRO DE 2003 do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN
- Resolução nº 281, de 26 de julho de 2008, do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN
- Estabelece critérios para o registro de tratores destinados a puxar ou arrastar maquinaria de qualquer natureza ou a executar trabalhos agrícolas e de construção ou de pavimentação.
- Lei nº 1.081, de 13 de abril de 1950.
- Dispõe sobre o uso de carros oficiais.
- Lei nº 9.327, de 9 de dezembro de 1996.
- Dispõe sobre a autorização para dirigir veículo oficial de transporte individual de passageiros.
- Resolução Ad Referendum nº 003/2011/Conselho Superior/IFC de 14 de fevereiro de 2011.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UPC;

A frota de veículos do IFC Câmpus Camboriú é fundamental para que as atividades administrativas que exijam deslocamento dos servidores, atividades de extensão e de pesquisa de servidores e discentes e viagens técnicas e de estudo de docentes e discentes. A frota de máquinas do IFC Câmpus Camboriú é imprescindível na realização de diversas atividades dentro do Câmpus, tais como: transportes diversos, preparo do solo, plantio de grãos, forragens, aplicação de defensivos agrícolas, colheita de forragens, roçagem, movimentação de terra, limpeza de estradas e vias de acesso, abertura de valas e realização de demonstrações e aulas práticas com discentes.

c) As respostas aos itens “c”, “d”, “e” e “f” devem ser feitas na Tabela de Veículos Próprios: classificação, quantidade, quilometragem, idade média e custos devem ser preenchidas na planilha a seguir:

Quadro 97: Frota de veículos próprios - Campus Camboriú

Quadro - Tabela de Veículos Próprios: classificação, quantidade, quilometragem, idade média e custos											
Esta tabela contém campos para preenchimento dos conteúdos quantificáveis das letras "c", "d", "e" e "f" do subitem 8.1.1 – Frota de Veículos Próprios,											
(Fonte: Baseado nas normas do Decreto nº.6403, de 17/03/2008 e IN nº 3, de 15/05/2008 – SLTI/MPOG)											
Grupo	Utilização	Características	Usuário	Qtde. (ATENÇÃO: Em uso ou sob a responsabilidade da instituição)	Média Anual Km Rodados	Idade Média	Custos				
							Manutenção Conservação	Combustíveis e Lubrificantes	Reparos	Seguros obrigatórios	Pessoal Responsável pela frota
Veículos de transporte institucional	No transporte de autoridades em serviço	Automóvel - capacidade e motorização compatíveis com o serviço	autarquias e fundações; ocupantes de cargo de grupo-direção e assessoramento	0	0	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00			
Veículos de serviços comuns	No transporte de pessoal a serviço	Transporte de pessoal	Servidor em serviço externo	6	75725	5,2	R\$ 28.152,60	R\$ 24.542,04			HIRAN FERREIRA
		Transporte coletivo	Servidores por necessidade do serviço	2	17980	5	R\$ 8.426,06	R\$ 10.427,62			HIRAN FERREIRA
	No transporte de carga e realização de atividades específicas	Transporte de carga leve	Servidor no transporte de carga em serviço	5	13468	9,6	R\$ 17.806,70	R\$ 5.947,09			HIRAN FERREIRA
		Transporte de carga pesada	Servidor na execução de atividades específicas	2	3310	21,5	R\$ 12.283,28	R\$ 1.807,21			HIRAN FERREIRA
		Atividades específicas		7	1100	9	R\$ 41.172,30	R\$ 28.572,05			HIRAN FERREIRA
Fonte dos Dados Coletados		Data e Hora da Coleta	TOTAIS	22	111583		R\$ 107.840,94	R\$ 71.296,01			

d) Plano de substituição da frota;

Não possui.

e) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação;

A locação aumentaria muito os custos operacionais da frota, sendo que o IFC Campus Camboriú já possui em seu quadro uma quantidade significativa de veículos próprios bem como motoristas de carreira.

f) Estrutura de controles de que a UPC dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

O IFC Campus Camboriú possui contrato com a empresa Ticket Car de intermediação de serviços de manutenção e fornecimento de combustíveis de toda a frota. A Ticket Car disponibiliza um sistema de gerenciamento e controle do consumo de combustível e das manutenções corretivas e preventivas de toda a frota. A Coordenação de Mecanização e Transportes do IFC-Câmpus Camboriú possui planilhas de controle mensal de utilização e de gastos de cada veículo da frota. Todas as saídas com veículos da frota são agendadas e realizadas mediante o preenchimento de uma “Requisição de Transporte” onde constam as informações necessárias a execução do serviço. Este sistema tem possibilitado a junção de saídas em uma só, respeitando o limite máximo de passageiros por veículo. Cada veículo possui uma ficha de registro mensal das viagens realizadas.

CAMPUS CONCÓRDIA**a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos na UG**

A utilização dos veículos é regulamentada pela Resolução 03/2011 do CONSUPER.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UG

A frota de veículos tem grande importância para facilitar os deslocamentos principalmente entre Reitoria e demais Campi. O Campus Concórdia situa-se a uma distância de 420 quilômetros de Blumenau, sede da Reitoria. As demandas de reuniões são semanais para as diversas Coordenações e Diretorias. Há maior economicidade se comparado aos deslocamentos por ônibus, visto que o uso de veículo para os deslocamentos possibilita a realização de viagens com até 04 servidores.

As respostas aos itens “c”, “d”, “e” e “f” devem ser feitas na Tabela de Veículos Próprios: classificação, quantidade, quilometragem, idade média e custos devem ser preenchidas na planilha a seguir:

Quadro 98: Frota de veículos próprios - Campus Concórdia

(Fonte: Baseado nas normas do Decreto nº.6403, de 17/03/2008 e IN nº 3, de 15/05/2008 – SLTI/MPOG)

Grupo	Utilização	Características	Usuário	Qtde. (ATENÇÃO: Em uso ou sob a respon- sabilidade da unidade)	Média Anual Km Rodados	Idade Média	Custos				
							Manuten- ção Conserva- ção	Combus- tíveis e Lubrifi- cantes	Re- pa- ros	Seguros obriga- tórios	Pessoal Respon- sável pela fro- ta
Veículos de transporte institucional	No transporte de autoridades em serviço	Automóvel - capacidade e motorização compatíveis com o serviço	Dirigentes de autarquias e fundações; ocupantes de cargo de grupo-direção e assessoramento superiores (DAS)								
Veículos de serviços comuns	No transporte de pessoal a serviço	Transporte de pessoal	Veículo básico - automóvel, motocicleta, motoneta ou ciclomotor - capacidade e motorização compatíveis com o serviço	Servidor em serviço externo	12	133326	7,41	24.393,76	40.729,60	1984,77	Waldir Morche
		Transporte coletivo	Veículo básico - ônibus, microônibus ou van -capacidade e motorização compatíveis com o serviço	Servidores por necessidade do serviço	3	6445	20,33	9.986,55	7.423,52	689,00	Waldir Morche
	No transporte de carga e realização de atividades específicas	Transporte de carga leve	Veículo básico - automóvel de carga, furgão, utilitário ou pick-up, barco - capacidade e motorização compatíveis com o serviço	Servidor no transporte de carga em serviço							
		Transporte de carga pesada	Veículo básico - caminhão, caminhão-guincho, reboque ou semi-reboque - capacidade e motorização compatíveis com o serviço		2	3292	22	0,00	1.878,24	504,84	Waldir Morche
		Atividades específicas	Veículo de tração - trator de rodas, de esteiras ou misto, pá-mecânica, motoniveladora e outros equivalentes	Servidor na execução de atividades específicas							
Fonte dos Dados Coletados		Data e Hora da Coleta		17	143063	13,5	34.380,31	50.031,36	3178,61		

g) Plano de substituição da frota

No Campus Concórdia possuímos 17 veículos, destes, 4 veículos foram considerados irrecuperáveis e serão encaminhados para Processo de Alineação de Bens em 2017.

Conforme observa-se na tabela, a frota do Campus está com uma média de 13,35 anos e no último ano tivemos um total de 143.063 quilômetros rodados, fato este, que demonstra a necessidade urgente de aquisição de novos veículos para atender as necessidades do *Campus*. Outro fator que corrobora essa necessidade foi o alto valor gasto em manutenção no ano de 2016.

Assim, a necessidade de reestruturação da frota é de 2 veículos ao ano nos próximos 04 anos.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação

Já realizamos estudos acerca da possibilidade de locação de veículos e o custo torna-se inviável, visto que a cobrança é realizada por quilometragem. Conforme apresentado na tabela o Campus teve 143.063 quilômetros em 2016 que multiplicado por R\$ 1,30 ao quilômetro, valor orçado com empresa de transporte, totaliza um custo de R\$ 185.981,90. O custo total para todos os veículos em 2016 foi de R\$ 87.590,28. Assim, com veículos próprios, o custo das viagens é economicamente viável para o Campus.

i) Estrutura de controles de que a unidade administrativa dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte

Todos os veículos possuem blocos de anotações que são preenchidos em todas as viagens com o quantitativo de quilometragem resultante do trajeto. O responsável pela frota mantém atualizadas as informações de custos de combustíveis e de manutenção por veículo. Também possuímos formulários que possuem dados dos condutores, do veículo, do trajeto realizado e da quilometragem.

CAMPUS FRAIBURGO

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos:

A utilização dos veículos oficiais é regulamentada pela Instrução Normativa nº 3 de 15 de maio de 2008 aonde na qual regulamenta a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais do Governo Federal. A gestão de frota e controles são baseadas nas seguintes leis e normativas: Instrução Normativa nº 03, de 15 de maio de 2008, e Lei nº 9.503/1997 - Código de Trânsito Brasileiro. Além disso, o campus possui um manual que regulamenta o uso dos veículos oficiais que pode ser acessado pelo link <http://dap.fraiburgo.ifc.edu.br/?p=150>.

(Fonte: https://www.comprasnet.gov.br/legislacao/in/IN03_08.htm | Data: 10/02/2017 | Hora da Coleta: 11:47 | Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9503.htm | Data: 10/02/2017 | Hora da Coleta: 11:47;

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UPC:

A frota de veículos é de suma importância para o IFC - Campus Fraiburgo pois os veículos são utilizados para provimento de transporte para os servidores do referido campus nas atividades pertinentes ao ensino e administrativas, usados para transporte de servidores em viagens de aperfeiçoamento e reuniões, quando convocados.

g) Plano de substituição da frota:

O IFC – Campus Fraiburgo não possui um Plano de Substituição de Frota, mas mantém controle de manutenções periódicas a fim de aumentar a vida útil dos veículos e o bom funcionamento dos mesmos, prezando sempre pela economicidade e continuidade dos serviços veiculares prestados.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação:

Para que seja decidido entre as opções de locação ou aquisição leva-se em consideração principalmente a viabilidade e a demanda de utilização. Para veículos do tipo leve de até 7 (sete) passageiros conclui-se da viabilidade de aquisição dos veículos pois qualquer servidor devidamente habilitado com carteira de habilitação classe B poderá conduzi-lo e também pela alta demanda de utilização. Entretanto para veículos de transporte que necessitem habilitação específica para condução e que possuam baixa demanda de utilização, como, por exemplo, ônibus, vans e caminhões, conclui-se da viabilidade da locação ou contratação de prestação de serviços devido ao alto custo de aquisição, alto custo de manutenção e baixa demanda de uso.

i) Estrutura de controles de que a UPC dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

O controle da utilização de veículos oficiais é feito através de requisições impressas em que o solicitante efetua requerimento prévio antes de utilizá-lo, salientando que o IFC – Campus Fraiburgo possui manual de utilização de veículos oficiais que determina as regras de utilização dos veículos, tão quanto os formulários necessários para requisição de uso. Os controles de utilização, desempenho, abastecimento e manutenção foram concebidos utilizando como referência os anexos presentes na Instrução Normativa nº 03, de 15 de maio de 2008. Entretanto vale salientar que o sistema de informação para gestão de frota está em desenvolvimento pelo setor de tecnologia da informação da reitoria e ainda não está disponível para uso dos campus da instituição.

CAMPUS IBIRAMA**a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos:**

Decreto nº 6.403/2008, Instrução Normativa nº 03/2008/SLTI/MPOG, alterada pela Instrução Normativa nº 01/2009/SLTI/MPOG e demais legislações pertinentes.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da unidade administrativa:

O Instituto Federal Catarinense (IFC) – Campus Ibirama, por meio de seus diversos setores, exerce atividades tais como: atividades acadêmicas fora do Campus; viagens para participação em eventos técnicos e/ou científicos; movimentação de documentos entre os diversos Campus e Reitoria; constituindo essas atividades partes do emprego de veículos neste Campus, as quais não podem ser interrompidas, evidenciando a relevância e importância da frota para a Instituição.

g) Plano de substituição da frota

Neste **exercício** 2016 não evidenciaram razões para substituição, uma vez que os recursos orçamentários foram priorizados em outras execuções. Porém foram mapeados os modelos e anos de fabricação dos mesmos para iniciarmos com o estudo de substituição.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação:

A Frota de veículos está em bom estado de conservação e uso com resultados satisfatórios em relação à locação, vez que composição do quadro discente, docente e dos técnicos administrativos é relativamente pequena, ou seja, composta por cerca de 300 alunos e 62 servidores

i) Estrutura de controles de que a unidade administrativa dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

São empregadas atualmente duas formas de controle:

- Por utilização do veículo
 - por meio do Caderno de Controle de Movimentação do Veículo, o qual consta registrado a data/horário de utilização, quilometragem, motorista e assuntos tratados executados e
 - por meio do Check List de Verificação – Veículos Oficiais, o qual objetiva avaliar as condições gerais dos veículos, antes e após cada utilização.
- Mensalmente
 - por meio do Mapa de Controle do Desempenho e Manutenção do Veículo Oficial, que registra, por veículo, a quilometragem inicial e final, consumo de combustível por litros, média de quilometragem rodada e seu custo em Reais e despesas com combustível, manutenção e reparos e
 - por meio de Relatório de Quilometragem dos Veículos Oficiais, que registra a quilometragem inicial e final de toda a Frota do Campus.

g) A unidade possui política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso?

- O **Campus** Ibirama não possui, pois neste exercício 2016 não evidenciaram razões para substituição.

CAMPUS LUZERNA

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos na UG

Lei nº 9327, de 09 de dezembro de 1996; Instrução Normativa nº 03, de 15 de maio de 2008 e Resolução Ad Referendum nº 003/2011/Conselho Superior/14/02/2011.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UG

A frota de veículos é extremamente necessária para a execução dos trabalhos relacionados ao IFC, como participação em reuniões por convocações, comissões, visitas técnicas de professores para acompanhamento de estagiários. Auxiliar os servidores do *campus* Luzerna em atividades administrativas, pesquisa, extensão. Deslocar servidores até a Reitoria, a qual fica aproximadamente 370 km de distância do *campus* de Luzerna.

Quadro 101: Frota de veículos próprios - Campus Luzerna

Quadro - Tabela de Veículos Próprios: classificação, quantidade, quilometragem, idade média e custos

Esta tabela contém campos para preenchimento dos conteúdos quantificáveis das letras “c”, “d”, “e” e “f” do subitem 5.2.1 – Frota de Veículos Próprios, solicitado pelo TCU e descritos na página 220 do Anexo II do Manual de Elaboração do RG IFC 2014.

(Fonte: Baseado nas normas do Decreto nº.6403, de 17/03/2008 e IN nº 3, de 15/05/2008 – SLTI/MPOG)

Grupo	Utilização	Características	Usuário	Qtde. (ATENÇÃO: Em uso ou sob a responsabilidade da unidade)	Média Anual Km Rodados	Idade Média	Custos					
							Manutenção Conservação	Combustíveis e Lubrificantes	Reparos	Seguros obrigatórios	Pessoal Responsável pela frota	
Veículos de transporte institucional	No transporte de autoridades em serviço	Automóvel - capacidade e motorização compatíveis com o serviço	Dirigentes de autarquias e fundações; ocupantes de cargo de grupo-direção e assessoramento superiores (DAS)									
Veículos de serviços comuns	No transporte de pessoal a serviço	Transporte de pessoal	Veículo básico - automóvel, motocicleta, motoneta ou ciclomotor - capacidade e motorização compatíveis com o serviço	Servidor em serviço externo	3	37.727	10	R\$ 4.773,50	R\$ 11.361,31		R\$ 315,75	
		Transporte coletivo	Veículo básico - ônibus, microônibus ou van - capacidade e motorização compatíveis com o serviço	Servidores por necessidade do serviço	2	12.627	19	R\$ 3.870,30	R\$ 9.015,48		R\$ 642,97	
	No transporte de carga e realização de atividades específicas	Transporte de carga leve	Veículo básico - automóvel de carga, furgão, utilitário ou pick-up, barco - capacidade e motorização compatíveis com o serviço	Servidor no transporte de carga em serviço	2	25.441	6,5	R\$ 13.878,43	R\$ 8.540,69		R\$ 219,92	
		Transporte de carga pesada	Veículo básico - caminhão, caminhão-guincho, reboque ou semi-reboque - capacidade e motorização compatíveis com o serviço									
		Atividades específicas	Veículo de tração - trator de rodas, de esteiras ou misto, pá-mecânica, motoniveladora e outros equivalentes	Servidor na execução de atividades específicas								
Fonte dos Dados Coletados		Data e Hora da Coleta		TOTAIS								
		__/__/__;__:__			75.795			22522,23	28917,48			

g) Plano de substituição da frota

Não há Plano de substituição da frota.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação

Não houve aquisições, somente recebimento de doações. Considerando também que o custo por quilômetro rodado, manter os veículos da instituição, é mais vantajoso em relação a locação destes bens, pois não houve aquisição de veículos, somente recebimento por doação.

i) Estrutura de controles de que a unidade administrativa dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

O controle é feito através da emissão de uma autorização de condução de veículos, emitida pelo coordenador de infraestrutura e serviços que faz agendamento com dois dias de antecedência. Nestas autorizações constam dados pessoais do servidor (CNH, Siape, nome e função) local de saída e destino, bem como horários, motivo do afastamento e acompanhantes em viagem caso haja um ou mais servidores se deslocando junto.

REITORIA E CAMPUS AVANÇADO ABELARDO LUZ**a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos na UG:**

Resolução 003/2011 e Instrução Normativa 3 de 15 Maio de 2008.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UG

Atualmente com 15 *campi* mais a reitoria distribuídos pelo estado de SC, atendendo a fornecedores, parceiros e toda comunidade acadêmica do IFC, a frota de veículos possui relevante importância para o desenvolvimento das atividades institucionais e sua continuidade. Dentre as utilizações da frota, destacam-se principalmente:

- O deslocamento de reitor, pró-reitores, diretores e servidores em geral em reuniões, capacitações, em diversos *campi*, reitoria e outros órgãos e instituições na região sul do país.
- O deslocamento de servidores na divulgação dos cursos oferecidos pelos *campi* em empresas e outras instituições de ensino.
- O deslocamento de servidores em participações em eventos oficiais, técnicos e científicos, feiras, seminários, congressos e cursos de capacitação.

Quadro 102: Frota de veículos próprios - Reitoria

Grupo	Utilização		Características	Usuário	(ATENÇÃO: Em uso ou sob a responsabilidade da unidade)	Média Anual Km Rodados	Idade Média	Manutenção Conservação	Combustíveis e Lubrificantes	Reparos	Seguros obrigatórios	Pessoal Responsável pela frota
Veículos de transporte institucional	No transporte de autoridades em serviço		Automóvel - capacidade e motorização compatíveis com o serviço	Dirigentes de autarquias e fundações; ocupantes de cargo de grupo-direção e assessoramento superiores (DAS)	1	2695	5	R\$ 2.120,00	R\$ 2.151,13		R\$ 1.450,00	DOIS
Veículos de serviços comuns	No transporte de pessoal a serviço	Transporte de pessoal	Veículo básico - automóvel, motocicleta, motoneta ou ciclomotor - capacidade e motorização compatíveis com o serviço	Servidor em serviço externo	11	12142	4	R\$ 28.835,75	R\$ 41.977,82		R\$ 18.771,00	
		Transporte coletivo	Veículo básico - ônibus, microônibus ou van - capacidade e motorização compatíveis com o serviço	Servidores por necessidade do serviço								
	No transporte de carga e realização de atividades específicas	Transporte de carga leve	Veículo básico - automóvel de carga, furgão, utilitário ou pick-up, barco - capacidade e motorização compatíveis com o serviço	Servidor no transporte de carga em serviço	1(*)	3830	10				R\$ 2.625,00	
		Transporte de carga pesada	Veículo básico - caminhão, caminhão-guincho, reboque ou semi-reboque - capacidade e motorização compatíveis com o serviço		1(**)	3500	5				R\$ 5.036,00	
		Atividades específicas	Veículo de tração - trator de rodas, de esteiras ou misto, pá-mecânica, motoniveladora e outros equivalentes	Servidor na execução de atividades específicas								
Fonte dos Dados Coletados			Data e Hora da Coleta	TOTAIS		22167		R\$ 30.955,75	R\$ 44.128,95		R\$ 27.882,00	

(*) VEÍCULO ESTÁ NO CAMPUS CONCORDIA PARA USO NO CAMPUS MANUTENÇÃO E ABSTECIMENTO POR CONTA DO CAMPUS.

(**) CAMINHÃO ESTÁ NO CAMPUS CONCORDIA PARA USO NO CAMPUS. ABASTECIMENTO POR CONTA CAMPUS.

g) Plano de substituição da frota:

A Reitoria não tem plano de substituição da frota.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação

Considerando a alta quilometragem rodada e uso contínuo os custos de aquisição são menores que os da locação.

i) Estrutura de controles de que a unidade administrativa dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

A partir de Abril de 2015 e também em 2016 a Reitoria começou a usar um formulário de Autorização para condução/deslocamento de veículo que o servidor faz a solicitação colocando nome, cargo, matrícula, SIAPE, número habilitação, validade e categoria da carteira, preenche também data da saída e data retorno, a quilometragem inicial e a final e a finalidade do afastamento, pegando a assinatura da chefia imediata. Este formulário foi criado devido antes haver portaria para conduzir veículos, sendo que este formulário já está autorizando o servidor a conduzir o veículo não precisando mais da portaria.

Em 2017 será implantando o módulo SIPAC/ transporte o qual a solicitação será feita via sistema. Temos também o controle de manutenção dos veículos através da VALECARD, a qual é feita a revisão dos veículos com três orçamentos, sendo realizado o serviço na oficina que fizer o menor preço. Temos também o controle de abastecimento dos veículos através do cartão da VALECARD, que o servidor retira junto com a sua autorização de deslocamento, e no final do mês é feito o controle de todos os abastecimentos feitos no mês com o relatório emitido pela VALECARD.

CAMPUS RIO DO SUL**a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos**

Aderimos a RESOLUÇÃO AD REFERENDUM Nº 003/2011/CONSELHO SUPERIOR 14/02/2011 e o Decreto Nº 6.0403 de 17 de março de 2008 para normatizar a utilização.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UPC

A utilização da frota tem grande importância e um enorme impacto no crescimento no aprendizado através das viagens técnicas e a participação em feiras. Ainda temos a utilização de alguns veículos na manutenção e colheita dos produtos oriundos da nossa plantação de hortifrutigranjeiros.

As respostas aos itens “c”, “d”, “e” e “f” devem ser feitas na Tabela de Veículos Próprios: classificação, quantidade, quilometragem, idade média e custos.

g) Plano de substituição da frota

O plano de substituição de frota inclui a compra de aquisição de dois automóveis e descarte da Nissan, placa MCT – 3348 para o ano de 2017.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação

O custo de aquisição e manutenção da frota é menor que a locação de veículos.

i) Estrutura de controles de que a UPC dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

A estrutura de controle é realizada através de blocos em cada veículo e ordens de autorização, onde é feito o controle de quilometragem, o responsável pela viagem e o motorista.

CAMPUS SANTA ROSA DO SUL / CAMPUS AVANÇADO SOMBRIO**a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos**

Resolução “ad referendum” 03-2011-Reitoria IFC

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UPC;

A importância da frota para o Campus é essencial devido as dificuldades de distância do Campus e das condições da estrada que dá acesso ao Campus Santa Rosa do Sul(O Campus é situado em uma distância de 15 km da BR-101, sendo 5 km de estrada de chão), por isso as condições de manutenção da frota são extremamente altas. Quanto ao impacto, devido as estes mesmos aspectos citados acima, este impacto é sensível em relação as atividades do Campus.

Quadro 104: Frota de veículos próprios - Campus Santa Rosa do Sul / Sombrio

Quadro - Tabela de Veículos Próprios: classificação, quantidade, quilometragem, idade média e custos

Esta tabela contém campos para preenchimento dos conteúdos quantificáveis das letras “c”, “d”, “e” e “f” do subitem 5.2.1 – Frota de Veículos Próprios, solicitado pelo TCU e descritos na página 220 do Anexo II do Manual de Elaboração do RGIFC 2014.

(Fonte: Baseado nas normas do Decreto nº.6403, de 17/03/2008 e IN nº 3, de 15/05/2008 – SLTI/MPOG)

Grupo	Utilização	Características	Usuário	Qtde. (ATENÇÃO: Em uso ou sob a responsabili- dade da unida- de)	Média Anual Km Rodados	Idade Média	Custos				
							Manutenção Conservação	Combustíveis e Lubrificantes	Reparos	Seguros obrigatórios	Pessoal Respon- sável pela frota
Veículos de transporte institucional	No transporte de autoridades em serviço	Automóvel - capacidade e motorização compatíveis com o serviço	Dirigentes de autarquias e fundações; ocupantes de cargo de grupo-direção e assessoramento superiores (DAS)	2	19513	2011	3.518,00	10.211,36	0,00	294,18	Ivanor
Veículos de serviços comuns	No transporte de pessoal a serviço	Transporte de pessoal	Servidor em serviço externo	10	96694	2009	16.666,14	29.050,38	0,00	1.593,55	Ivanor
		Transporte coletivo	Servidores por necessidade do serviço	4	35268	2007	3.306,07	27.969,15	0,00	944,28	Ivanor
	No transporte de carga e realização de atividades específicas	Transporte de carga leve	Servidor no transporte de carga em serviço	5	25111	2010	3.042,50	8.879,21	0,00	744,36	Ivanor
		Transporte de carga pesada		1	2853	1996	6.180,00	2.723,55	0,00	150,06	Ivanor
		Atividades específicas		0	-	0	0,00	0,00	0,00	0,00	Ivanor
Fonte dos Dados Coletados		Data e Hora da Coleta	TOTAIS	22	179439		32.712,71	78.833,65	0,00	3.726,43	

g) Plano de substituição da frota;

Não há plano de substituição da frota

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação;

Não há estudo de razões para a escolha de aquisição em detrimento da locação.

i) Estrutura de controles de que a UPC dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

Controle de saída de veículos através de requisições, fiscalização de transporte.

CAMPUS SÃO BENTO DO SUL**a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos**

A Direção-Geral do Campus instituiu através da Portaria nº 7/GAB/DG/SBS/IFC/2014, de 06 de junho de 2014, a regulamentação dos procedimentos gerais para utilização de veículos oficiais do IFC – Campus São Bento do Sul.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UPC

A sistemática necessidade de deslocamento para a Reitoria (sediada em Blumenau), e para os demais Campus (estrutura do IFC Multi-Campus), em especial ao Campus Araquari, o qual nos dá suporte para a efetivação da implantação. As rotinas administrativas exigem deslocamento dos servidores dentro da cidade-sede, bem como, viagens a outras cidades em virtude de reuniões, cursos, treinamentos, etc. Para o planejamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão houve, por diversas vezes, a necessidade de se deslocar com veículos automotores, entre as unidades do IFC.

Quadro 105: Frota de veículos próprios - Campus São Bento do Sul

Quadro - Tabela de Veículos Próprios: classificação, quantidade, quilometragem, idade média e custos

Esta tabela contém campos para preenchimento dos conteúdos quantificáveis das letras “c”, “d”, “e” e “f” do subitem 5.2.1 – Frota de Veículos Próprios, solicitado pelo TCU e descritos na página 220 do Anexo II do Manual de Elaboração do RGIFC 2014.

(Fonte: Baseado nas normas do Decreto nº.6403, de 17/03/2008 e IN nº 3, de 15/05/2008 – SLTI/MPOG)

Grupo	Utilização	Características	Usuário	Qtde. (ATENÇÃO: Em uso ou sob a responsabili- dade da unida- de)	Média Anual Km Rodados	Idade Média	Custos				
							Manutenção Conservação	Combustíveis e Lubrificantes	Reparos	Seguros obrigatórios	Pessoal Respon- sável pela frota
Veículos de transporte institucional	No transporte de autoridades em serviço	Automóvel - capacidade e motorização compatíveis com o serviço	Dirigentes de autarquias e fundações; ocupantes de cargo de grupo-direção e assessoramento superiores (DAS)	0	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Veículos de serviços comuns	No transporte de pessoal a serviço	Transporte de pessoal	Servidor em serviço externo	3	36438	4,6	4.783,00	8.421,10	0,00	3.053,90	0,00
		Transporte coletivo	Servidores por necessidade do serviço	0	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	No transporte de carga e realização de atividades específicas	Transporte de carga leve	Servidor no transporte de carga em serviço	0	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Transporte de carga pesada	Servidor na execução de atividades específicas	0	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Atividades específicas		0	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fonte dos Dados Coletados		Data e Hora da Coleta	TOTAIS	3	36438	4,6	4.783,00	8.421,10	0,00	3.053,90	0,00
Sistema ValeCard e TicketCard		24/02/17									

g) Plano de substituição da frota

O Campus São Bento do Sul possui apenas três veículos, sendo dois deles com menos de 04 anos de uso e em bom estado de conservação, desta forma, não possuímos plano de substituição da frota.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação

Ainda não temos estudo pelo setor competente da viabilidade da opção “locação”, em que fique comprovado a vantajosidade da locação em detrimento da aquisição de veículos.

i) Estrutura de controles de que a UPC dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte

O Campus não tem em seu quadro servidor Motorista, assim os servidores são autorizados a dirigirem os veículos após a leitura da “Regulamentação dos procedimentos gerais para utilização de veículos oficiais do IFC - Campus São Bento do Sul” e a emissão de “Autorização para dirigir os veículos oficiais”. A Coordenação Geral de Infraestrutura e Serviços do Campus São Bento do Sul, responsável pelo transporte, faz o controle de quilometragem e horários através de ficha mensal que é preenchida pelos usuários. Mensalmente, esta Coordenação emite relatório de cada veículo da frota.

CAMPUS SÃO FRANCISCO DO SUL**a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos na UG**

- Art. 1o da Lei 8.112/90
- Lei 9.327/96
- Portaria 03/2013 GAB/DG/CASFS/IFC/2013

Fonte: Coordenação de Infraestrutura e Reforma – 23/02/2017

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UG:

A frota de veículos é utilizada para deslocamento dos servidores e transporte de materiais, servindo de apoio às atividades do Campus. Com a característica multicampi da instituição, ocorrem deslocamentos para reuniões, treinamentos, palestras e eventos em outras localidades, sendo de suma importância a existência de uma frota de veículos.

Fonte: Coordenação de Infraestrutura e Reforma – 23/02/2017

g) Plano de substituição da frota:

Não há plano de substituição.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação:

Não realizou estudo específico a respeito.

i) Estrutura de controles de que a unidade administrativa dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

Existe uma programação de reservas de veículos oficiais via sistema próprio, visando agrupar deslocamentos para uma mesma região, visando a otimização dos recursos e consequentemente a economia de custos.

CAMPUS VIDEIRA**a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos**

O servidor, que por finalidade única e exclusiva das atribuições de suas funções na instituição, necessitar fazer uso de veículo para possível deslocamento deverá encaminhar uma solicitação a seu superior para aprovação contendo todas as informações referentes a viagem e solicitando o deferimento da mesma. Após a aprovação da viagem, o servidor deverá entrar em contato com o setor responsável para realizar o agendamento de um veículo.

A legislação que regulamenta a utilização da frota de veículos na Instituição são: o *Ad-Referendum* 003/2011/Conselho Superior, a Instrução Normativa N° 03, de 15/05/2008/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e um Manual de Normas Internas que serve como reforço as demais legislações para o bom uso dos bens.

Como apenas o transporte coletivo é terceirizado na *Campus*, as legislações que regulamentam as viagens intermunicipais, interestaduais e internacionais são regidas pelos órgãos competentes como ANTT, DAER, DETER, CONTRAN, entre outros. A exemplo, citam-se:

- Lei n° 10.233, de 5 de junho de 2001;
- Lei n° 8.987, de 13 de fevereiro de 1995;
- Lei n° 9.074, de 7 de julho de 1995;
- Decreto n° 2.521, de 20 de março de 1998, e demais normas aprovadas em

Resolução, pela Diretoria Colegiada da ANTT.

•

Fonte: Setor de Transportes, Fevereiro de 2017 / Agência Nacional de Transportes - ANTT, Fevereiro de 2017.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UPC

As atividades de logística para o transporte de pessoas e cargas é fundamental dentro de qualquer organização pois é uma atividade auxiliar que está diretamente relacionada com o cumprimento de diversas tarefas que não se tornariam possíveis sem a locomoção. Em nossa Instituição não é diferente, a frota veicular é um suporte aos setores administrativos e pedagógicos para inúmeras atividades que se fazem necessárias no dia a dia.

A utilização da frota para transporte de servidores e cargas tem papel fundamental no apoio às atividades de setores como a Docência, Extensão, Pesquisa, Administração (Licitações, Orçamentos, Compras e demais setores), Gestão (no deslocamento para compromissos Institucionais como reuniões, convocações, treinamentos, capacitações, etc.), dentre tantos outros

exemplos em que o deslocamento ágil e simplificado garantem a continuidade das atividades regularmente.

O transporte é uma questão fundamental para o andamento das atividades educacionais, principalmente às relacionadas ao transporte de alunos, como é o caso dos veículos fretados utilizados para o transporte coletivo.

Uma vez que o *Campus* não possui estrutura física totalmente adequada ao atendimento das disciplinas práticas, faz-se necessário a realização de visitas técnicas em outros locais, como em empresas, entidades, instituições, etc. A forma mais adequada e segura para a realização das visitas é por meio de transporte coletivo de passageiros. Portanto, o impacto do serviço sobre as atividades da unidade administrativa é de extrema significância.

Fonte: Setor de Transportes, Fevereiro de 2017.

Quadro 107: Frota de veículos próprios - Campus Videira

Quadro - Tabela de Veículos Próprios: classificação, quantidade, quilometragem, idade média e custos

Esta tabela contém campos para preenchimento dos conteúdos quantificáveis das letras “c”, “d”, “e” e “f” do subitem 8.1.1 – Frota de Veículos Próprios, solicitado pelo TCU e descritos na página 220 do Anexo II do Manual de Elaboração do RG IFC 2016.

(Fonte: Baseado nas normas do Decreto nº.6403, de 17/03/2008 e IN nº 3, de 15/05/2008 – SLTI/MPOG)

Grupo	Utilização	Características	Usuário	Qtde. (ATENÇÃO: Em uso ou sob a responsabili- dade da unida- de)	Média Anual Km Rodados	Idade Média	Custos						
							Manutenção Conservação	Combustíveis e Lubrificantes	Reparos	Seguros obrigatórios	Pessoal Res- ponsável pela frota		
Veículos de transporte institucional	No transporte de autoridades em serviço	Automóvel - capacidade e motorização compatíveis com o serviço	Dirigentes de autarquias e fundações; ocupantes de cargo de grupo-direção e assessoramento superiores (DAS)	0	0	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00		
Veículos de serviços comuns	No transporte de pessoal a serviço	Transporte de pessoal	Servidor em serviço externo	5	10607	4,8	R\$ 15.326,17	R\$ 12.629,12	R\$ 0,00	R\$ 7.022,85	R\$ 0,00		
		Transporte coletivo	Servidores por necessidade do serviço	0	0	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00		
	No transporte de carga e realização de atividades específicas	Transporte de carga leve	Servidor no transporte de carga em serviço	2	2957	10	R\$ 4.901,20	R\$ 1.750,46	R\$ 0,00	R\$ 2.809,14	R\$ 0,00		
		Transporte de carga pesada	Servidor na execução de atividades específicas	0	0	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00		
		Atividades específicas		1	22 hrs	21	R\$ 780,00	R\$ 369,56	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00		
Fonte dos Dados Coletados		Data e Hora da Coleta		TOTAIS		8	7371,5	8,12	R\$ 21.007,37	R\$ 14.749,14	R\$ 0,00	R\$ 9.831,99	R\$ 0,00
Arquivos Setor de Transporte		22 / 02 / 2017 ; 09: 12											

Como esta instituição contrata uma empresa para realizar todo o serviço de transporte, não são especificados veículos, apenas o serviço. Isto proporciona que a empresa altere o veículo a cada viagem, desde que respeite os requisitos exigidos pelo contrato.

Desta maneira não há como relacionar dados como quantidades e tipos de veículos, custos com manutenção, combustível, motoristas, entre outros, uma vez que todos esses custos são a cargo da contratada.

O que é possível relacionar são os custos gastos com os serviços durante o ano de 2016, separados em dois grupos (veículos com capacidade mínima de 22 passageiros e capacidade mínima de 42 lugares):

- Capacidade mínima 22 lugares: R\$ 5.466,71.
 - Capacidade mínima de 42 lugares: R\$ 54.626,20.
- Total de despesas no ano com fretamento: R\$ 60.092,91.**

Os grupos de veículos contratados são basicamente dois (capacidade mínima de 22 lugares e capacidade mínima de 42 lugares) e não há uma média, uma vez que os veículos fornecidos pela terceirizada nem sempre são os mesmos. Porém o total de quilômetros rodados em cada grupo é:

- **Capacidade mínima 22 lugares:** 1.572 quilômetros;
- **Capacidade mínima 42 lugares:** 13.502 quilômetros.

Não é possível aferir um cálculo de média de idade dos veículos, uma vez que são contratados e a empresa não tem obrigação de oferecer veículos específicos, apenas aos que atendam aos requisitos previstos em contrato e portanto, variam de acordo com a própria disponibilidade de sua frota.

Porém, o contrato firmado entre as partes prevê que a empresa contratada apenas ofereça veículos com até 10 anos de uso contados à data de solicitação da viagem.

g) Plano de substituição da frota

A última aquisição de veículos novos pelo IFC *Campus* Videira ocorreu no ano de 2013, sendo três novos veículos que vieram a somar para o atendimento das demandas envolvidas com transportes.

Como alguns dos veículos do *Campus* estão com idades próximas a 10 anos, alguns até mais do que isso, faz-se necessário o planejamento para a substituição destes veículos nos próximos anos, visando a economicidade com combustível e principalmente manutenção dos bens.

Em 2016, criou-se no *Campus* uma portaria nomeando servidores para comporem uma comissão de desfazimento de bens patrimoniais que estão inservíveis ou ociosos. Na relação destes bens, incluiu-se um dos veículos (Parati, placas MEW-9380) com o objetivo de desfazimento por meio de doação do veículo a outra instituição que venha a tornar novamente útil este bem.

Quanto à aquisição de veículos novos, a principal necessidade do *Campus*, continua sendo de um veículo para transporte de alunos (ônibus), uma vez que estes dependem das visitas técnicas para assimilar o conteúdo abordado em sala.

Fonte: Setor de Transportes, Fevereiro de 2017.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação:

Os serviços de terceirização de veículos ocorrem apenas para a utilização de transportes coletivos, essencial para a continuidade dos serviços oferecidos, principalmente em relação às visitas técnicas dos estudantes.

Porém, não há estudos relacionados para definição de viabilidade. Esta opção é utilizada apenas pelo fato de não haver outro modo, ou seja, o *Campus* ainda não possui veículo próprio para transporte coletivo. Restando à terceirização como forma de atender suas demandas.

Os principais fatores que norteiam a decisão da opção de adquirir em vez de contratar serviços de locação dos veículos são:

- **Economicidade:** a relação custo/benefício por quilômetro rodado é maior para a Instituição quando se trata de veículos próprios em relação a veículos fretados de empresas terceirizadas;
- **Disponibilidade:** estando disponíveis no *Campus*, os veículos poderão ser utilizados de maneira menos burocrática e mais rápida, facilitando assim o apoio as diversas atividades e tarefas regulares ou aquelas em situações emergenciais.

Fonte: Setor de Transportes, Fevereiro de 2017.

i) Estrutura de controles de que a UPC dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte

A organização e utilização da frota é feita através de documentos como planilhas eletrônicas e relatórios. Esses arquivos têm a finalidade de apontar o real custo que cada veículo significa por quilômetro rodado, facilitando assim a gestão econômica da frota. Abaixo, uma rápida descrição de alguns meios de controle da frota:

- **Autorizações de Condução:** é o documento que autoriza o servidor utilizar um veículo da frota. Para fazer uso, o servidor deverá solicitar e justificar a utilização do patrimônio junto ao seu Superior, que por sua vez, após apreciação e autorização, encaminha ao setor responsável pela organização que irá preencher e autorizar o deslocamento do servidor por meio de veículo oficial;
- **Planilha de Controle de Despesas:** é uma planilha eletrônica salva em nuvem (google drive) que possibilita o lançamento e controle de todos os gastos envolvendo veículos oficiais. Os dados são alimentados diariamente a cada nova ocorrência de despesa com manutenção, taxas de regulamentação, combustível, etc. Esta planilha permite a observância com maior precisão dos custos de cada veículo, e portanto, auxilia na administração das despesas.
- **Sistema de Administração de Frota:** Em 2016 realizou-se a contratação de uma empresa para prestação de serviço de gerenciamento da frota veicular dos *Campus* (Valecard). Este sistema permite o controle das despesas com manutenções e gastos com combustível, permitindo a geração inúmeros relatórios e maior controle sobre os gastos com veículos. Outra grande vantagem deste sistema é o fato do mesmo permitir abastecimento via cartão pós-pago, proporcionando segurança e praticidade nos abastecimentos que se fazem necessários em viagens locais e institucionais.
- **SIPAC – Módulo Transportes:** Em 2016 iniciou-se a implantação do Módulo Transporte por meio do Sistema Gerencial (SIPAC) adquirido por este Instituto. Tal ferramenta tem por finalidade proporcionar melhores recursos para a gestão da frota em cada *Campus*, além de criar rotinas padronizadas de uso e controle dos veículos. Espera-se que em 2017 tal ferramenta tenha sua implantação finalizada e assim, facilite ainda mais os controles patrimoniais relacionados aos veículos.

Já, o controle sobre a prestação dos serviços, sob o regime de fretamento, é realizado de duas formas:

- Ao passo que o responsável pela solicitação de serviço agenda uma viagem, o mesmo tem a obrigação de preencher um formulário com todos os dados do transporte, como: horários, finalidade, destino, quilometragem de saída e retorno, motorista, etc. Esses dados são utilizados para controle e fechamento do custo da viagem.
- Com os dados contidos no formulário supracitado, alimenta-se uma planilha de controle dos serviços com os itens e valores contidos em contrato assinado entre as partes que servirão para realização das quitações de valores junto à contratada.

Fonte: Setor de Transportes, Fevereiro de 2017.

5.2.2 - Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso

CAMPUS ARAQUARI

A frota do Campus conta com apenas treze veículos, os mais antigos são utilizados em serviços internos do Campus (FIAT STRADA FIRE ano 2003/2003 e FIAT UNO MILLE FIRE ano 2001/2002), para transporte de bens móveis, materiais do almoxarifado etc. Não temos uma política de substituição, o desfazimento ocorre quando se torne oneroso e inviabilize sua manutenção. O desfazimento ocorre com a divulgação aos demais Campus do IFC e outros Órgão Público que tenha interesse pela doação.

Em 2016 tivemos gasto com a frota no valor de R\$ 28.301,27 com combustível e R\$ 20.307,00 em manutenção e conservação.

CAMPUS BLUMENAU

O campus Blumenau não possui Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições. Outrossim, salienta-se o excelente estado de conservação da frota e da vida útil destes veículos.

CAMPUS BRUSQUE

Não possuímos nenhum veículo inservível ou fora de uso. Então não há política vigente.

CAMPUS CAMBORIÚ

O IFC Campus Camboriú não possui uma política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso. O procedimento adotado é a disponibilização destes bens para o setor de patrimônio com o intuito de providenciar o processo de desfazimento de bens dentro dos preceitos da lei.

CAMPUS CONCÓRDIA

ITEM	Modelo	Ano	Placa	Política adotada
1	VW, Santana Quantun CLI 1.8, 96 cv, 5p,	1996/96	LXY 4433	Processo de Alineação

2	VW Kombi standart 1,6 56cv, 8p	1997/98	MCC 9280	Processo de Alineação
3	FIAT Palio HLX Flex, 110cv, 5p	2005/06	MDY 4528	Processo de Alineação
4	KIA Besta EST, 80cv, diesel, 12p	1996/97	LYB 7921	Processo de Alineação

CAMPUS FRAIBURGO

A unidade não possui política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso, pois a idade média atual dos veículos é de 4,75 anos.

CAMPUS IBIRAMA

A frota do IFC Campus Ibirama está em uso na sua totalidade. Os veículos passam por manutenções preventivas anualmente para que a frota tenha maior durabilidade, bem como possibilite a segurança aos seus usuários. Sendo assim, o Campus não teve necessidade de efetuar o desfazimento dos veículos inservíveis, pois os mesmos estão em boas condições.

CAMPUS LUZERNA

O Campus Luzerna não possui política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso. Temos no momento 04 veículos nestas condições, os quais estão na lista para desfazimento que será encaminhada para a comissão proceder com os trâmites para o desfazimento.

REITORIA / CAMPUS AVANÇADO ABELARDO LUZ

A Reitoria do Instituto Federal Catarinense não possui a política de inservíveis, pois até o momento não houve a necessidade de desfazimento de veículos.

CAMPUS RIO DO SUL

O Câmpus possui uma política de destinação de veículos inservíveis da seguinte forma:

1. Nomeia-se uma comissão responsável pela avaliação do estado do Veículo;
2. Verifica-se o estado de conservação do veículo (recuperável, antieconômico, irrecuperável);
3. Após o Parecer da Comissão decide-se o procedimento a ser adotado, caso o veículo seja recuperável, o câmpus busca tentar recuperá-lo e voltar ao uso, caso seja antieconômico e irrecuperável procede-se o Leilão. Caso não haja interessados no Leilão, o veículo é destinado a doação para uma Instituição Filantrópica.
4. No ano de 2017, pretendemos inovar na questão avaliando o veículo e determinando o valor como parte no pagamento de um veículo novo.

CAMPUS SANTA ROSA DO SUL / CAMPUS AVANÇADO SOMBRIO

Em relação a este item de informação, não há ainda política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso. Pretende-se criar ainda em 2017 regulamento sobre esta política.

CAMPUS SÃO BENTO DO SUL

O Campus São Bento do Sul não executou, em 2016, nenhuma destinação de veículos inservíveis ou fora de uso, por não possuir em sua frota veículos nessas condições.

SÃO FRANCISCO DO SUL

Não possui.

CAMPUS VIDEIRA

a) A unidade possui política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso

Atualmente a unidade possui sim, um único veículo que não está em uso. A unidade não possui política específica de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso, devido à idade média dos veículos serem de 07 anos. Porém, o campus desde 2016, tem utilizado o Manual de Desfazimento de Bens do IFC, instituído pela PROAD.

No ano de 2016 foi publicada a Portaria nº 074/GAB/DG/CVID/IFC/2016 de 16 de Fevereiro de 2016, a qual nomeia uma comissão permanente para desfazimento de bens. Por meio desta medida, instituiu-se a política de desfazimento dos bens patrimoniais que estão inservíveis ou em desuso no *Campus*, incluindo, portanto os veículos oficiais.

b) Informações gerenciais sobre os veículos nesta condição

Conforme informação supracitada, há apenas 1 (um) veículo considerado em desuso no *Campus* atualmente. Seguem os dados:

- Veículo Oficial, Marca Volkswagen, Modelo Parati 1.8, Placa: MEW-9380, Ano de fabricação/Modelo: 2000/01, Cor: Prata. Informações sobre estado do veículo: o veículo encontra-se parado, porém em condições de uso, necessitando uma revisão apenas para voltar a rodar. Tal veículo encontra-se ocioso e seu destino será a doação para outra instituição que possa fazer novamente uso do mesmo.

5.2.3 – Gestão do patrimônio imobiliário da União

O IFC utiliza o sistema SPIUnet - **Sistema de Gestão dos Imóveis de Uso Especial da União**, sendo que cada unidade faz o preenchimento das informações junto ao sistema e a Diretoria de Engenharia e Planejamento através da Coordenação de Avaliação e Regularização faz as avaliações dos imóveis indicados.

Esta coordenação também tem atuado na regularização dos imóveis e no auxílio aos Coordenadores de Infraestrutura dos Campus, visando a promoção da manutenção preventiva e corretiva destes imóveis. Como mecanismos de controle interno, está em fase de implementação o módulo SIPAC infraestrutura. *(Fonte: Diretoria de Engenharia e Planejamento)*

5.2.4 - Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos públicos e órgãos e entidades públicas ou privadas

CAMPUS ARAQUARI

Quadro 108: Cessão de espaço físico - Campus Araquari

CONCESSÃO DE USO 01/2011		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	8025.00004.500-3
	Endereço	Rodovia BR SC 280, Km 27 – Colégio Agrícola
Identificação do Cessionário	CPF ou CNPJ	01.063.027/0001-96
	Nome ou Razão Social	ANTENOR JOSÉ SPROTTE PIRES ME.
	Atividade ou Ramo de Atuação	Fabricação de produtos de panificação industrial.
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Concorrência Pública (Concessão de Uso 01/2011)
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Concessão de espaço para exploração de serviço de cantina e lanchonete.
	Prazo da Cessão	De 02/05/2015 a 01/05/2016.
	Caracterização do espaço cedido	Área para exploração concedida 83,24 m ² . Sala Térrea. Trata-se de uma sala com área coberta (e parte aberta) situada no prédio do IFC.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	A compensação à UJ pela cessão do espaço negociado é realizado através de pagamento mensal. Valor recebido em 2016, totaliza R\$ 4.399,80.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Os valores recebidos são contabilizados na conta 4.33.11.01.00 - Valor Bruto Exploração Bens, Dir. e Serviços.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Custear despesas com ensino.
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	O rateio dos gastos com o espaço cedido é feito através de um acréscimo de 10% no valor mensal recebido para despesas com energia elétrica.	
CONTRATO 10/2016		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	8025.00004.500-3
	Endereço	Rodovia BR SC 280, Km 27 – Colégio Agrícola
Identificação do Cessionário	CPF ou CNPJ	01.063.027/0001-96
	Nome ou Razão Social	ANTENOR JOSÉ SPROTTE PIRES ME.
	Atividade ou Ramo de Atuação	Fabricação de produtos de panificação industrial.
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Concorrência Pública (Contrato 10/2016)
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Concessão de espaço para exploração de serviço de cantina e lanchonete.
	Prazo da Cessão	Início: 02/05/2016, tendo a vigência de 12 meses, podendo ser prorrogado até o limite de 60 meses.

	Caracterização do espaço cedido	Concessão Onerosa de Uso do Espaço Físico de 71,30 m², Bloco “E”, localizado nas dependências do Instituto Federal Catarinense – Campus Araquari, destinada à Exploração de Serviços de Cantina e Lanchonete, com fornecimento de todo o material e mão de obra necessários à execução total do serviço por parte da Concessionária.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	O valor de referência em 2016 foi de R\$ 6.788,53.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Os valores recebidos são contabilizados na conta 4.33.11.01.00 - Valor Bruto Exploração Bens, Dir. e Serviços.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Custear despesas com ensino
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Há um medidor de energia dentro da cantina, e o locatário paga a taxa mínima da Casan.

CAMPUS CAMBORIÚ

Quadro 109: Cessão de espaço físico - Campus Camboriú

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	8061.00019.500-1
	Endereço	Rua Joaquim Garcia s/n, Bairro Centro, Camboriú-SC
Identificação do Cessionário	CPF ou CNPJ	85.266.468/0001-85
	Nome ou Razão Social	DELMO LEAL DA SILVA
	Atividade ou Ramo de Atuação	Lanchonete
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Concorrência Pública
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Exploração e operação comercial de serviços de Cantina e Lanchonete
	Prazo da Cessão	12 meses, renovável por até 60 meses.
	Caracterização do espaço cedido	Sala Térrea com cozinha e espaço para refeições
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$25.499,99
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Recolhimento de Recita Mensal através do código 28802-0
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Receita própria destinada a finalidade da Instituição(fonte 250)
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	-----	

CAMPUS CONCÓRDIA

Quadro 110: Cessão de espaço físico - Campus Concórdia

Caracterização do Objeto	Endereço	Rodovia SC 283, km 08, Vila Fragosos, Concórdia, SC
	Identificação do imóvel	Espaço em alvenaria com área de 165m
Caracterização da cessão	Identificação do cessionário	Eunice Correa da Silveira da Silva CNPJ: 12.5236.047/0001-53

	Forma de seleção do cessionário	Concorrência pública 01/2013
	Finalidade do uso do espaço ou imóvel cedido	Uso da Cantina
	Prazo da cessão	12 meses. Contrato encerrado em 31 de Dezembro de 2016
	Benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido	R\$ 2.013,30 mensal acrescidos do valor de energia elétrica e água
	Tratamento contábil dos benefícios recebidos	Pagamento via GRU na fonte 0250
	Forma de utilização do recurso recebido	Custear despesas do ensino

CAMPUS IBIRAMA

Quadro 111: Cessão de espaço físico - Campus Ibirama

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	8135.00011.500
	Endereço	Rua Getúlio Vargas, 3006
Identificação do Cessionário	CNPJ/CPF	464.089.249-72
	Nome ou Razão Social	João Batista Réus Avila Duarte
	Atividade ou Ramo de Atuação	Técnico em laboratório
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Disponibilidade aos horários noturnos e finais de semana
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Moradia
	Prazo da Cessão	Indeterminado
	Caracterização do espaço cedido	Casa alvenaria 160 metros quadrados
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 244,28
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Fonte 025026422 – ND 3390000 – UG 158125
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Aquisição de bens consumíveis para o Campus
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	O cessionário arca com os custos de limpeza

CAMPUS RIO DO SUL

Quadro 112: Cessão de espaço físico - Campus Rio do Sul

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	-----
	Endereço	Estr. do Redentor, 5665, Rio do Sul - SC
Identificação do Cessionário	CPF ou CNPJ	74.121.716/0001-83
	Nome ou Razão Social	MARY'S LANCHES LTDA. ME
	Atividade ou Ramo de Atuação	Lanchonete

Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Concorrência Pública 01/2011 e 01/2016
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Exploração de cantina escolar
	Prazo da Cessão	5 anos
	Caracterização do espaço cedido	Sala de 44,22 m ² adaptada para instalação de cantina escolar
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Janeiro a março de 2016: R\$ 972,60 mensais Abril a julho de 2016: R\$ 978,09 mensais Agosto a dezembro de 2016: R\$ 2.151,00 mensais Total 2016: R\$ 17.585,16
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Valores recolhidos ao Tesouro Nacional através de pagamento de GRU mensal, compondo a arrecadação de receitas próprias do campus.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Manutenção do campus
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	O Campus fornece água. A cessionária paga a energia elétrica conforme consumo demonstrado no medidor.

CAMPUS SANTA ROSA DO SUL / CAMPUS AVANÇADO SOMBRIO

Quadro 113: Cessão de espaço físico - Campus Santa Rosa do Sul / Sombrio

Campus Santa Rosa do Sul		
Identificação do Cessionário	Endereço	Rua das rosas, s/nº, bairro Vila Nova , Santa Rosa do Sul/SC
	CNPJ	79.846.044/0001-97
	Nome ou Razão Social	GOURMELICIA ALIMENTOS LTDA ME
	Atividade ou Ramo de Atuação	Alimentos
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção/Contratação do Cessionário	Concorrência nº 02/2015
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Concessão de espaço para exploração de serviço de cantina e lanchonete.
	Prazo da Cessão	De 08/09/2015 a 07/09/2017.
	Caracterização do espaço cedido	Área total de 30,52m ² , sendo espaço da cantina e depósito.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 3.101,00 (três mil e cento e um reais) mensais
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Pagamento via GRU
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Fonte 0250 para custeio
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	No valor da cessão estão inclusos as despesas de água e luz
Campus Avançado Sombrio		
Identificação do Cessionário	Endereço	Av. Prefeito Francisco Lummertz Júnior, 818 – Januária – Sombrio/SC
	CNPJ	85.320.323/0001-15
	Nome ou Razão Social	M A R I A M A R I A L A N C H E S L T D A M E
	Atividade ou Ramo de Atuação	Alimentos
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Concorrência nº 01/2015
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Concessão de espaço para exploração de serviço

		de cantina e lanchonete.
	Prazo da Cessão	30/09/2015 a 29/09/2017
	Caracterização do espaço cedido	Área total de 48,80m ² ,
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 1.763,90 (Um mil, setecentos e sessenta e três reais e noventa centavos) mensais
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Pagamento via GRU
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Fonte 0250 para custeio
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	No valor da cessão estão inclusos as despesas de água e luz

CAMPUS SÃO FRANCISCO DO SUL

Quadro 114: Cessão de espaço físico - Campus São Francisco do Sul

Imóvel 01		
Imóvel - Caracterização Objeto de Cessão	RIP	8319.00070.500-8
	Endereço	Rodovia Duque de Caxias – s/n Bairro Iperoba São Francisco do Sul -SC
Identificação do Cessionário	CNPJ	19.823.630/0001-94
	Nome ou Razão Social	BRUNO A.B.M. DE BARROS ME
	Atividade ou Ramo de Atuação	Fornecimento de Alimentos preparados
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção/Contratação do Cessionário	Pregão Eletrônico – SRP 5.2016
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Exclusivamente implantação e exploração comercial do restaurante e lanchonete do IFC Campus São Francisco do Sul
	Prazo da Cessão	O prazo da cessão é de 12 meses, prorrogáveis por iguais períodos, no prazo máximo de 60 meses.
	Caracterização do espaço cedido	A área cedida é de aproximadamente 360m ² , composto pela cozinha, refeitório re lanchonete.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	O valor mensal da cessão é de R\$ 2.880,00 (dois mil oitocentos e oitenta reais), definido na avaliação realizado por órgão oficial recomendado pela SPU.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Recebimento efetuado via GRU, com registro nas contas de controles e do ativo da instituição.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Utiliza os recursos decorrentes da cessão onerosa para pagamento das refeições fornecidas aos alunos do ensino médio integrado do <i>campus</i> .
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	No ano de 2016, o rateio ficou por conta das adaptações e adequações do espaço realizadas pelo cessionário para viabilizar o atendimento.
Imóvel 02		
Imóvel – Caracterização Objeto de Cessão	RIP	-----
	Endereço	Rodovia Duque de Caxias – s/n Bairro Iperoba São Francisco do Sul -SC
Identificação do Cessionário	CNPJ	08.742.760/0001-86
	Nome ou Razão Social	MANA DO BRASIL RESTAURANTE LTDA.
	Atividade ou Ramo de Atuação	Fornecimento de alimentos preparados.
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Concorrência nº 1/2014
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Exclusivamente implantação e exploração

		comercial do restaurante e lanchonete do IFC Campus São Francisco do Sul.
	Prazo da Cessão	O prazo da cessão é de 12 meses, prorrogáveis por iguais períodos, no prazo máximo de 60 meses. Nesse caso, o prazo foi de 19 meses, iniciou com 12 meses e foi prorrogado por 7 meses, de março de 2015 até outubro de 2016.
	Caracterização do espaço cedido	A área cedida é de aproximadamente 360m ² , composto pela cozinha, refeitório e lanchonete.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	O valor mensal da cessão é de R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais), definido na avaliação realizado por órgão oficial recomendado pela SPU.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Recebimento efetuado via GRU, com registro nas contas de controles e do ativo da instituição.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Utiliza os recursos decorrentes da cessão onerosa para pagamento das refeições fornecidas aos alunos do ensino médio integrado do <i>campus</i> .
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	No ano de 2015 e 2016, o rateio ficou por conta do atendimento imediato ao resultado da licitação e da baixa demanda inicial.

CAMPUS VIDEIRA

Quadro 115: Cessão de espaço físico - Campus Videira

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	8379.00018.500-8
	Endereço	Rodovia SC 135, KM 125, Campo Experimental, Videira/SC.
Identificação do Cessionário	CNPJ	11.504.021/0001-60
	Nome ou Razão Social	Minimercado Farroupilha Ltda - ME
	Atividade ou Ramo de Atuação	Restaurante e Similares / Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Concorrência nº 0001/2014
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Concessão onerosa de uso do espaço físico destinado à implantação e exploração comercial da cantina.
	Prazo da Cessão	01/08/2014 a 31/07/2017
	Caracterização do espaço cedido	Cantina do IFC – Campus Videira com área total de 298,84 m ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 32.507,29 (trinta e dois mil, quinhentos e sete reais e vinte e nove centavos) recolhidos pelo Minimercado Farroupilha Ltda, nos termos do Contrato 0012/2014. Os valores supracitados referem-se ao valor total da concessão no exercício de 2016.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Os valores são recolhidos pelo Cessionário através de Guia de Recolhimento da União até o 10º dia do mês subsequente ao uso.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Os valores creditados via GRU retornam para o orçamento do campus, como receita própria, para custeio de despesas diversas.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	O cessionário efetua o pagamento mensal de água e energia elétrica que são apurados por meio de medidores localizados na cantina. O pagamento das contas de energia elétrica e água é realizada através de

		GRU, devendo ser comprovada até o último dia da primeira quinzena de cada mês.
--	--	--

5.2.5 - Imóveis locados de terceiros

Os campi de Araquari, Blumenau, Camboriú, Concórdia, Ibirama, Luzerna, Rio do Sul, Santa Rosa do Sul e Sombrio, São Bento do Sul, São Francisco do Sul e Videira não tiveram imóveis locados de terceiros no exercício 2016.

CAMPUS BRUSQUE

Quadro 116: Imóveis locados de terceiros - Campus Brusque

Objeto	Área	Pavimentos/Andares	Valor da Locação
Imóvel locado para sede administrativa /pedagógica temporária do IFC Campus Brusque.	3725,96 M ²	4	R\$ 78.000,00 (anuais)

A necessidade de locação do imóvel deve-se ao fato que o prédio do campus Brusque está em construção e a necessidade de abertura do ensino médio e ensino superior no ano de 2017 atendendo ao planejamento estratégico da instituição e a alocação dos novos servidores adentrantes.

Sobre a forma de manutenção do imóvel locado, este é previsto na Cláusula sexta do respectivo Contrato, a qual dispõe: Obrigações do locatário, conforme Art. 23 Lei 8.245/9, o locatário é obrigado a restituir o imóvel, finda a locação, no estado em que recebeu conforme vistoria realizada no início da locação, salvo as deteriorações decorrentes do seu uso normal.

As manutenções recorrentes são os ares-condicionados, pinturas, conserto de persianas, vidros, vasos sanitários, hidráulica e adaptações necessárias a implantação de laboratórios.

CAMPUS FRAIBURGO

O Campus Fraiburgo locava um imóvel de terceiro até a data de **24/03/2016**, localizado na Rua Emílio Vescovi n° 123, Bairro Jardim América, cidade de Fraiburgo, Oeste de Santa Catarina.

O valor da locação era de R\$ 15.170,40 (quinze mil, cento e setenta reais e quarenta centavos) mensais, gerando um valor total para 2016 de R\$ 42.477,12 (quarenta e dois mil quatrocentos e setenta e sete reais e doze centavos).

Não ocorreram despesas com reformas, transformações e manutenção do imóvel locado.

A instituição possui sede própria que estava em obras, por isso, para desenvolver suas atividades contava com a locação de um imóvel, constituído por um terreno urbano com área de 7.043,14 m² e área construída de 2.275,68 m², matriculado sob o n° 6226 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Fraiburgo-SC. Conforme dispensa de licitação n° 012/2014 e processo n° 23352.000566/2014-51.

O imóvel locado, visava ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional. A

locação fora realizada motivada pela Obra de Ampliação e Adequação do campus, que exigiu a desocupação da sede para maior segurança de alunos e servidores.

A obra teve sua entrega de forma definitiva em 20/11/2016.

REITORIA / CAMPUS AVANÇADO ABELARDO LUZ

Quadro 117: Imóveis locados de terceiros - Reitoria

Imóvel	Valor da Locação	Valor do Imóvel Locado
Edifício Higino (pisos térreo)	R\$ 546.000,00 (valor total em 5 anos, sem considerar reajustes)	R\$466.778,00

Análise Crítica dos Imóveis Locados pela UG:

O Edifício Higino foi locado em virtude do aumento do número de servidores na Reitoria, onde o prédio próprio não mais comportava a totalidade de servidores em exercício. As reformas como divisórias de cômodos e cabeamento para internet, bem como aquisição de móveis, computadores e impressoras, foram todas realizadas pelo IFC, por meio de processos licitatórios ou dispensas de licitação.

A escolha do local foi realizada por comissão, no qual entre seus pontos de avaliação, levou em consideração como ponto de maior peso a localização.

O valor do imóvel é aproximado a valores atuais de mercado.

5.2.6 - Informações sobre as principais obras e serviços de engenharia relacionados à atividade-fim

Obras concluídas em 2016

Em 2016 foram concluídas 07 obras:

- Construção do Bloco de Salas de Aula do Campus Araquari no valor de R\$ 4.176.921,66 executados pela empresa ARRUDA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA;
- Obra de implantação do campus São Bento do Sul no valor de R\$ 14.334.521,0706 executados pela empresa CRC ENGENHARIA LTDA;
- Obra de construção e adequação de bicicletários no Campus Camboriú no valor de R\$ 62.534,1619 executado pela AZ3 CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA;
- Obra de construção do muro de arrimo no Campus Fraiburgo no valor de R\$ 141.697,15 executado pela empresa PALOMA CONSTRUÇÕES;
- Obra de reforma e Adequação das Estruturas Existentes do Campus Fraiburgo no valor de R\$ 3.449.552,85 executado pela empresa PALOMA CONSTRUÇÕES LTDA;
- Obra de construção do bloco de Salas de Aula e Laboratório no Campus Luzerna no valor de R\$ 2.243.463,04 executado pela empresa ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA;

- Obra de Reforma e Ampliação da Biblioteca do Campus Ibirama no valor de R\$ 1.186.440,35 executada pela empresa CONSTRURIO EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA LTDA.

Obras em andamento em 2016 – 13 Obras

Campus Luzerna:

- Obra de ampliação de bloco existente, cantina e auditório com início em 20/11/2015, valor R\$ 299.528,69 e percentual executado 84,40%, executados pela empresa ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA;
- Obra da Guarita/Recepção com início em 27/09/2016, valor R\$ 346.922,81 e percentual executado 35,2%, executados pela empresa ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA.

Campus Videira:

- Obra do refeitório com início em 18/02/2014, valor R\$ 1.320.061,25 e percentual executado 71,20%, executados pela empresa MENDES E SUCKOW ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA;
- Obra da Novo Bloco de Salas de Aula com início em 09/12/2013, valor R\$ 2.705.709,43 e percentual executado 96,50%, executados pela empresa MENDES E SUCKOW ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.

Campus Rio do Sul:

- Obra da Construção do Bloco da Agroecologia com início em 22/07/2015, valor R\$ 372.030,65 e percentual executado 95,4%, executados pela empresa CONSTRURIO EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA;

Campus Brusque:

- Obra da Implantação do Campus Brusque com início em 15/04/2015, valor R\$ 11.090.003,76 e percentual executado 53,45%, executados pela empresa CRC ENGENHARIA LTDA

Campus Blumenau:

- Obra do Refeitório de Blumenau com início em 22/08/2016, valor R\$ 1.017.084,66 e percentual executado 21,40%, executados pela empresa JBR CONSTRUTORA LTDA

Campus Araquari:

- Obra do Laboratório de Anatomia e Patologia com início em 05/01/2017, valor R\$ 1.188.612,40 e percentual executado 0,00%, executados pela empresa PROJETE – ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA EPP
- Obra da Reforma do telhado “3” dos Suínos com início em 26/10/2016, valor R\$

61.612,11 e percentual executado 98,80%, executados pela empresa JBR CONSTRUTORA LTDA

Campus Concórdia:

- Obra da Reforma da Cantina com início em 01/12/2016, valor R\$ 272.078,70 e percentual executado 8,80%, executados pela empresa F SIGMA CONSTRUTORA EIRELI EPP

Campus Camboriú:

- Obra do Remanescente de obra – Alojamentos com início em 04/11/2016, valor R\$ 887.935,74 e percentual executado 7,72%, executados pela empresa LUPA CONSTRUTORA LTDA ME

Campus Ibirama:

- Obra da Reforma Administrativa com início em 28/11/2016, valor R\$ 322.974,60 e percentual executado 6,65%, executados pela empresa PIEPER ELETRICA E CONSTRUÇÕES LTDA ME

Campus Abelardo Luz:

- Obra do Bloco de Salas de Aula com início em 22/12/2016, valor R\$ 430.089,26 e percentual executado 6,65%, executados pela empresa TODACON ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA ME

Obras em Processo de Contratação em 2016:**Campus Santa Rosa Do Sul:**

- Obra da Reforma e Adequação da Rede Elétrica em processo de contratação.

Campus Sombrio:

- Obra da Reforma e Adequação da Rede Elétrica em processo de contratação

Obras Paralisadas:**Campus Santa Rosa Do Sul:**

- Obra de Sala de Aula e Laboratório de Silvicultura com início em 22/10/2015, valor R\$ 362.462,79 e percentual executado 5,4%, executados pela empresa JVE CONSTRUTORA LTDA. - ME
- Obra de Sala de Aula e Laboratório de Olericultura com início em 22/10/2015, valor R\$ 315.800,98 e percentual executado 6,1%, executados pela empresa JVE CONSTRUTORA LTDA. - ME
- Obra de Sala de Aula e Laboratório de Agronomia com início em 22/10/2015, valor R\$

457.342,57 e percentual executado 7,0%, executados pela empresa JVE CONSTRUTORA LTDA. - ME

Campus Luzerna:

- Obra de Cercamento do Campus com início em 07/10/2015, valor R\$ 108.977,11 e percentual executado 89,80%, executados pela empresa ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA

Campus Concórdia:

- - Obra de Sala de Pavimentação e Estacionamento com início em 04/11/2015, valor R\$ 259.545,23 e percentual executado 21,80%, executados pela empresa CONSTRUTORA E INCORPORADORA RUIZ LTDA - EPP

Campus Camboriú:

- Obra de Restaurante – Refeitório com início em 23/11/2012, valor R\$ 1.292.261,94 e percentual executado 25,00%, executados pela empresa RCR CONSTRUTORA LTDA

Fonte: Diretoria de Engenharia e Planejamento

5.3 – GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

a) Descrição sucinta do Plano Estratégico de TI (PETI) e/ou Plano Diretor do TI (PDTI), apontando o alinhamento destes planos com a Plano Estratégico Institucional.

O Instituto Federal Catarinense conta somente com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação. O atual PDTI foi elaborado no final de 2015 e possui a vigência para os anos de 2016 e 2017. Sua elaboração foi realizada por uma equipe designada pelo Comitê Central de Tecnologia da Informação que realizou o levantamento das necessidades, projetos e demandas de todas as unidades do IFC.

b) Descrição das atividades do Comitê Gestor de TI, especificando sua composição, quantas reuniões ocorreram no período e quais as principais decisões tomadas.

Cada unidade do IFC possui um Comitê Local de TI que é responsável pelo acompanhamento da execução do PDTI no âmbito de sua unidade, coletar as demandas e repassá-las ao Comitê Gestor Central de TI (CGCTI). Este Comitê Gestor de TI é formado pelo presidente de cada um dos Comitês locais, juntamente com os diretores sistêmicos e representantes de cada Pró-Reitoria. A atividade principal do CGCTI é acompanhar a execução do PDTI como um todo, ajustar possíveis desvios e incorporar ao PDTI em vigência eventuais demandas que não existiam no momento da elaboração do PDT. No ano de 2016 foram realizadas quatro reuniões, sendo duas presenciais e duas via teleconferência.

c) Descrição dos principais sistemas de informação da UPC, especificando pelo menos seus objetivos, principais funcionalidades, responsável técnico, responsável da área de negócio e criticidade para a unidade.

Sistemas SIG: Por se tratar do principal sistema institucional, o SIG provê as ferramentas e funcionalidades necessárias para a realização da gestão administrativa, financeira. Patrimonial e

acadêmica da instituição. Por possuir diversos módulos, estratificados de acordo com sua área de atuação, cada um dos mesmos possui um responsável da área de negócio e técnico.

Manutenção do sistema: é prestada pela equipe de TI da Reitoria do Instituto Federal Catarinense e com o suporte técnico da Universidade Federal do Rio Grande do Norte através do Termo de Execução Descentralizada N° 01/2014.

Siga-EPCT (SIGA EDU): Sistema Integrado de Gestão Acadêmica da Educação, gerencia os processos acadêmicos das instituições de EPCT - Educação Profissional, Científica e Tecnológica. O módulo de Ensino engloba informações referentes à: Infraestrutura; Planejamento, Acompanhamento e Fechamento do Período Letivo; Admissão de Alunos; Enturmação de Alunos; Diários de Classe. Cabe lembrar que as atividades do sistema SIGA EDU serão incorporadas às atividades do sistema SIGAA à medida que este seja implantado no IFC e o mesmo será descontinuado tão logo a implantação do SIG esteja concluída, permanecendo o mesmo para acesso de consultas por um período de tempo ainda a ser estabelecido.

Manutenção do Sistema: é prestada pela equipe de TI da Reitoria do Instituto Federal Catarinense

Pergamum: O Sistema contempla as principais funções de uma Biblioteca, funcionando de forma integrada, com o objetivo de facilitar a gestão das bibliotecas dos campus da instituição, melhorando a rotina diária com os seus usuários (alunos, professores e servidores das bibliotecas).

Manutenção do sistema: a manutenção do sistema é realizado através da Coordenação do Sistema Integrado de Bibliotecas, o qual intercede diretamente junto a PUC-PR em virtude de eventuais problemas, sendo esta pessoa o responsável tanto técnico quanto negocial deste sistema.

Valores envolvidos: R\$ 7.300,00 anuais

Sites Institucionais: Os sites institucionais são os portais de informação da instituição na internet. Além do site principal do IFC (ifc.edu.br), a Coordenação de Sistemas é responsável pelo desenvolvimento e implantação de outros sites que levam o domínio da instituição, tais como: eleicoes.ifc.edu.br, trabalheconosco.ifc.edu.br, sites das unidades da reitoria, manualdoservidor.ifc.edu.br e eventos organizados no IFC.

Manutenção do sistema: é prestada pela equipe de TI da Reitoria do Instituto Federal Catarinense.

Outros Sistemas Institucionais: Além dos sistemas citados acima, existem sistemas desenvolvidos dentro da própria instituição utilizados para gerenciar inscrições em processos como concursos e ingressos de discentes (processo seletivo).

Manutenção do sistema: é prestada pela equipe de TI da Reitoria do Instituto Federal Catarinense.

d) Descrição do plano de capacitação do pessoal de TI, especificando os treinamentos efetivamente realizados no período.

Durante o ano de 2016 não ocorreram treinamentos planejados para as equipes de TI. O mesmo ocorreu devido à inexistência de um setor/departamento para orientar a respeito e aos cortes orçamentários impostos pelo Governo Federal. Esta situação se encontra melhor amparada para o ano de 2017 onde foi criada a Coordenação de Capacitação, ligada à Diretoria de Gestão de Pessoas, e a existência de orçamento destinado exclusivamente a este propósito.

e) Descrição de quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de TI, especificando servidores/empregados efetivos da carreira de TI da unidade, servidores/empregados efetivos de outras carreiras da unidade, servidores/empregados efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades, servidores/empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades, terceirizados e estagiários.

Atualmente a TI é composta de 59 pessoas, distribuídos entre 16 unidades (Campus).

f) Descrição dos processos de gerenciamento de serviços TI implementados na unidade, com descrição da infraestrutura ou método utilizado.

Não existe um sistema unificado de atendimento e gerenciamento de serviços de TI. Diversos Campi utilizam a ferramenta GLPI para gerenciar o atendimento de incidentes enquanto outros fazem uso de planilhas para atender a este requisito.

g) Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período, destacando os resultados esperados, o alinhamento com o Planejamento Estratégico e Planejamento de TI, os valores orçados e despendidos e os prazos de conclusão.

Durante o ano de 2016 foram realizados diversos itens previstos no PDTI, tais como:

Implantação do Sistema Integrado de Gestão: Estamos dando continuidade ao processo de implantação do SIG de acordo com o cronograma. A conclusão dos trabalhos está prevista para o mês de Abril de 2017;

Implantação da Rede Acadêmica Federada (CAFe): A CAFe está instalada, configurada e disponível para uso, provendo autenticação centralizada a todos os servidores e alunos do IFC, possibilitando o acesso aos serviços disponibilizada pela Rede;

Implantação de Correio Eletrônico Institucional: Foi iniciado o processo para a migração de todas as contas de correio eletrônico para o domínio @ifc.edu.br, este passo antecede o processo de adoção de solução própria pois centraliza a administração do serviço e possibilita uma visão institucional dos requisitos e impactos a serem enfrentados no momento da adoção de solução própria;

Implantação da Eduroam: A Eduroam utiliza a base de dados da CAFe para a realização da autenticação e autorização dos usuários que realizam tentativas de acesso a rede gerenciada pela Eduroam. Após a conclusão da disponibilização da CAFe, os serviços da Eduroam foram homologados e disponibilizados para serem implantados pelas equipes de TI de cada Campi;

Em 2016 foi realizado três processos de compra, divididos em Equipamentos, Consumíveis e Softwares, estes processos atenderam a diversas demandas elencadas no PDTI;

Certificados Digitais: Através de parceria entre o IFC e a RNP, foi disponibilizado o uso de certificados digitais para habilitar tráfego seguro dos serviços Web. Estes certificados não incidem custo ao IFC e estão disponíveis para uso interno;

Transmissão de Eventos: Através da utilização da plataforma de Videoconferência, foi possível realizar a transmissão on-line das reuniões do Conselho Superior (CONSUPER) do IFC através de um endereço web que pode ser acessado indiscriminadamente pela Internet.

h) Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade.

As medidas para evitar as dependências tecnológicas são estabelecidas caso a caso através dos estudos realizados para suportar os processos de compra e detalhados nos itens “Estudo Técnico” e “Análise de Risco”. Estes elementos são exigidos pela Instrução Normativa SLTI/MP nº 04, de 11 de setembro de 2014 quando é realizada uma contratação de TI.

5.3.1 – Principais sistemas de informações

Sistemas SIG:

SIGRH: Sistema Integrado de Gestão e Recursos Humanos, informatiza os procedimentos de recursos humanos, tais como: marcação/alteração de férias, cálculos de aposentadoria, avaliação funcional, dimensionamento de força de trabalho, controle de frequência, concursos, capacitações, atendimentos on-line, serviços e requerimentos, registros funcionais, relatórios de RH, dentre outros. A maioria das operações possui algum nível de interação com o sistema SIAPE (sistema de

âmbito nacional), enquanto outras são somente de âmbito interno;

SIPAC: Sistema Integrado de Gestão de Patrimônio, Administração e Contratos, oferece operações fundamentais para a gestão das unidades responsáveis pelas finanças, patrimônio e contratos, sendo, portanto, atuante nas atividades-meio dessa instituição. O sistema SIPAC integra totalmente a área administrativa desde a requisição (material, prestação de serviço, suprimento de fundos, diárias, passagens, hospedagem, material informacional, manutenção de infraestrutura) até o controle do orçamento distribuído internamente;

SIGAA: Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas, informatiza os procedimentos da área acadêmica através dos módulos de: graduação, pós-graduação (stricto e lato sensu), ensino técnico, ensino médio e infantil, submissão e controle de projetos e bolsistas de pesquisa, submissão e controle de ações de extensão, submissão e controle dos projetos de ensino (monitoria e inovações), registro e relatórios da produção acadêmica dos docentes, atividades de ensino a distância e um ambiente virtual de aprendizado denominado Turma Virtual;

SIGAdmin: é a área de administração e gestão dos 3 sistemas integrados. Este sistema gerencia entidades comuns entre os sistemas informatizados, tais como: usuários, permissões, unidades, mensagens, notícias, gerência de sites e portais, dentre outras funcionalidades. Apenas gestores e administradores do sistema tem acesso ao SIGAdmin.

Manutenção do sistema: é prestada pela equipe de TI da Reitoria do Instituto Federal Catarinense e com o suporte técnico da Universidade Federal do Rio Grande do Norte através do Termo de Execução Descentralizada N° 01/2014.

Siga-EPCT (SIGA EDU):

SIGA EDU: Sistema Integrado de Gestão Acadêmica da Educação, gerencia os processos acadêmicos das instituições de EPCT - Educação Profissional, Científica e Tecnológica. O módulo de Ensino engloba informações referentes à: Infraestrutura; Planejamento, Acompanhamento e Fechamento do Período Letivo; Admissão de Alunos; Enturmação de Alunos; Diários de Classe. Cabe lembrar que as atividades do sistema SIGA EDU serão incorporadas às atividades do sistema SIGAA à medida que este seja implantado no IFC.

Manutenção do Sistema: é prestada pela equipe de TI da Reitoria do Instituto Federal Catarinense.

Pergamum:

Pergamum: O Sistema contempla as principais funções de uma Biblioteca, funcionando de forma integrada, com o objetivo de facilitar a gestão das bibliotecas dos câmpus da instituição, melhorando a rotina diária com os seus usuários (alunos, professores e servidores das bibliotecas).

Manutenção do sistema: a manutenção do sistema é realizado Coordenação do Sistema Integrado de Bibliotecas, o qual intercede diretamente junto a PUC-PR em virtude de eventuais problemas, sendo esta pessoa o responsável tanto técnico quanto negocial deste sistema.

Valores envolvidos: R\$ 7.300,00 anuais.

Sites Institucionais:

Os sites institucionais são os portais de informação da instituição na internet. Além do site principal do IFC (ifc.edu.br), a Coordenação de Sistemas é responsável pelo desenvolvimento e implantação de outros sites que levam o domínio da instituição, tais como: eleicoes.ifc.edu.br, trabalheconosco.ifc.edu.br, sites das unidades da reitoria, manualdoservidor.ifc.edu.br e eventos organizados no IFC.

Manutenção do sistema: é prestada pela equipe de TI da Reitoria do Instituto Federal Catarinense

Outros Sistemas Institucionais:

Além dos sistemas citados acima, existem sistemas desenvolvidos dentro da própria instituição utilizados para gerenciar inscrições em processos como concursos e ingressos de discentes (processo seletivo).

Manutenção do sistema: é prestada pela equipe de TI da Reitoria do Instituto Federal Catarinense.

5.4 – GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

Junto ao IFC é preciso implementar o Plano de Logística Sustentável. Ações destinadas a redução de impressões de papel estão sendo estudadas e podem alcançar resultados expressivos. O sistema de memorando eletrônico, assinatura digital e integração do sistema SIPAC com o sistema utilizado pela procuradoria pode ser verificado com finalidade de otimizar as etapas e reduzir a necessidade de impressão. O NGA institucional pode integrar as ações dos Campi e promover a troca de experiências exitosas. É recomendado investimentos em capacitação dos servidores quanto à gestão ambiental e sua relevância.

5.4.1 – Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

CAMPUS ARAQUARI

a) Visão geral da política de sustentabilidade ambiental adotada pela unidade

O Núcleo de Gestão Ambiental (NGA) é uma comissão prevista na estrutura organizacional do Campus Araquari, regulamentada pela resolução N.º 006 – CONSUPER/2014. O NGA é regido pelo princípio da sustentabilidade socioambiental, entendida como “um valor fundamental para a comunidade institucional e escolar, que aplicada visa melhoria social, ambiental e econômica crescente bem como auxilia na formação cultural de cidadãos conscientes e ativos” (Artigo 1º da Resolução N.º 006 – CONSUPER/2014). Além disso, a resolução também aponta que o “IFC como órgão governamental deverá respeitar a legislação ambiental vigente aplicável, as normas de ética ambiental e as diretrizes da política ambiental institucional, disposta na legislação, neste Regulamento e demais normas da instituição”. Assim, resumidamente, pode-se dizer que a principal atribuição do NGA é o diagnóstico dos problemas ambientais resultantes das atividades acadêmicas e administrativas da Instituição, bem como a prevenção de impacto ao meio ambiente de ações futuras com a expansão das unidades de ensino dentro do Campus bem como em relação ao tratamento e manejo de resíduos sólidos e efluentes.

A partir deste contexto, a comissão local de Araquari do NGA, no ano de 2016, desenvolveu uma série de atividades visando a aplicação de práticas sustentáveis no campus. Destacam-se:

1) Organização do Junho Verde - <http://noticias.araquari.ifc.edu.br/junho-verde-por-mais-dias-pelo-meio-ambiente/> (Organização de Semana com diferentes atividades, tais como exposições, poesias, palestras, músicas e atividades práticas sobre a área ambiental (FOTOGRAFIA 01, 02, 03 e 04). A semana envolveu alunos de todos os cursos de Ensino Técnico Integrados ao Ensino Médio do IFC Araquari e teve como objetivo principal sensibilizar nos discentes práticas de sustentabilidade ambiental.);

2) Estruturação do projeto de recuperação de áreas de proteção ambiental do Campus (Fotografia 05). Mais informações em: <http://noticias.araquari.ifc.edu.br/o-ifc-araquari-estuda-parceria-para-a-neutralizacao-de-carbono/>

3) Produção de Relatório ambiental apontando problemas do campus feito com base em levantamento em incursões no campus realizadas em dezembro de 2015 e em fevereiro de 2016. O objetivo do documento foi realizar um diagnóstico ambiental de caráter preliminar e emergencial em virtude do agravamento e proliferação das doenças transmitidas pelo mosquito *Aedes aegypti* e também da necessidade de fortalecimento das políticas de tratamento e manejo de resíduos sólidos no campus. A partir da apresentação e discussão deste relatório, o NGA, em parceria com a gestão do campus e o Departamento de Infraestrutura e Serviços, delinearão diferentes ações visando minimizar ou anular os problemas apontados.

4) Levantamento dos resíduos sólidos e líquidos produzidos no campus. As informações obtidas com o questionário estão subsidiando o DAP na elaboração de processo licitatório para a contratação de empresa especializada na coleta adequada destes resíduos.

5) Ações de Combate ao mosquito *Aedes aegypti*: o núcleo teve um de seus componentes fazendo parte das ações de combate ao Zica Vírus, à Dengue e à Chicungunya. A comissão foi formada como parte da demanda vinda do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG - por meio da Reitoria do IFC e da coordenadoria de extensão do campus e teve como principais ações: sensibilização dos servidores IFC para a importância da eliminação de focos, tanto em seus locais de trabalho quanto em casa; sensibilização dos alunos para o combate em casa e ação educativa com a família e vizinhos; mapeamento de possíveis focos; vistoria no campus.

b) Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)

A unidade IFC Araquari não participa da A3P. Este ano se dará a criação de uma Comissão gestora com o objetivo de implementar a A3P no IFC Campus Araquari, conforme orientações do Ministério do Meio Ambiente em sua página (<http://www.mma.gov.br/legislacao/item/9167#1--passo>).

c) Separação dos resíduos recicláveis descartados

A unidade possui plano de resíduos recicláveis descartados. Os resíduos são separados em “resíduos possíveis de reciclável”; e em “outros”. Após a separação, a equipe de limpeza recolhe o material e o destina para a coleta, efetuada pela empresa Recycle Ambiental.

d) Contratações e Licitações Sustentáveis

O setor de Compras e Licitações segue, estritamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a qual estabelece em seu artigo 3º o seguinte: “Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do **desenvolvimento nacional sustentável** e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.”, cuja redação foi dada pela Lei nº 12.349/2010 e sendo regulamentado pelo Decreto nº 7.746/2012. De tal maneira, este setor orienta os servidores, quando da solicitação de pedido de compras, contratação de serviços ou de obras de engenharia, que observem e informem:

1. Práticas de sustentabilidade que possam ser exigidas durante a execução dos serviços contratados; ou
2. Critérios de sustentabilidade no fornecimento dos bens, informação a ser detalhada na descrição do objeto.

As informações acima relativas ao objeto em questão serão incluídas no Instrumento Convocatório. Também este Setor está desenvolvendo uma cartilha contendo informações básicas e de caráter orientativo a todos os servidores do Campus sobre licitações sustentáveis.

e) Plano Logístico Sustentável

A unidade IFC Araquari não possui o plano de gestão logística sustentável. Durante o ano de 2016 iniciou-se a construção do PLS. Discutiu-se o objetivo do plano e as responsabilidades dos gestores que implementarão o Plano diagnóstico da A3P. Este ano se dará a criação de uma Comissão gestora com o objetivo de implementar as ações, metas e prazos de execução.

Por fim, cabe destacar ainda, os diversos projetos de ensino, pesquisa e extensão na área ambiental executados no Câmpus Araquari, mas que estão vinculados a programas como o PIBID e às Coordenações de Pesquisa e Extensão do Câmpus, e que são registrados e contabilizados nestes respectivos setores

CAMPUS BLUMENAU

a) Gestão ambiental e sustentabilidade

Embora não exista um documento específico do Campus Blumenau sobre o tema, a política de sustentabilidade ambiental é abordada na RESOLUÇÃO Nº 006 – CONSUPER/2014 que regulamenta as atividades do Núcleo de Gestão Ambiental do Instituto federal Catarinense. Segundo o documento, “o princípio de sustentabilidade socioambiental do IFC é entendido como um valor fundamental para a comunidade institucional e escolar, que aplicada visa melhoria social, ambiental e econômica crescente bem como auxilia na formação cultural de cidadãos conscientes e ativos”. O Regulamento também discorre que, como órgão governamental a instituição “deverá respeitar a legislação ambiental vigente aplicável, as normas de ética ambiental e as diretrizes da política ambiental institucional, disposta na legislação”.

Embora a unidade, bem como o IFC enquanto autarquia, não esteja inserido oficialmente na Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), muitos dos princípios indicados pela mesma estão em consonância com a política de sustentabilidade ambiental da instituição.

Ligadas ao Núcleo de Gestão Ambiental (NGA) do Campus Blumenau foram constituídas três subcomissões a saber:

- **Comissão da Coleta Seletiva Solidária:** instituída de acordo com o Decreto nº 5.940/2006, esta comissão é responsável pela organização da separação dos resíduos sólidos no Campus, sendo a matéria orgânica é encaminhada à compostagem (atividade realizada por estudantes através do Projeto Integrador com apoio da equipe de funcionários(as) terceirizados de limpeza e manutenção) e os demais materiais são encaminhados para a coleta Seletiva Municipal.
- **Comissão de Educação Ambiental:** responsável por propor, planejar e efetivar ações de Educação Ambiental. A comissão conta com estudantes do Ensino Médio Integrado que

formam o Grupo de Multiplicadores em Educação Ambiental.

- **Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável:** instituída de acordo com o Decreto 7.746/2012 responsável pela coleta, análise e planejamento de ações de dados referente à Logística Sustentável no Campus. Esta comissão tem realizado a coleta de dados e analisou recentemente as possibilidades de metodologias a fim de, a partir da reelaboração das planilhas de coleta de dados ampliar a quantidade e qualidade das informações para então retomar o planejamento das ações. Como a metodologia de elaboração do relatório ainda não está definida, o mesmo não se encontra disponível a comunidade no site da unidade sendo disponibilizadas apenas as planilhas de coletas de dados.

Em termos de políticas sustentabilidade, a unidade tem investido esforços na constituição das comissões e ampliação da atuação das mesmas. Para o ano de 2017 se pretende encaminhar os materiais recicláveis diretamente à Cooperativa específica e instituir no Campus pontos de coleta para coleta de óleo de cozinha usado, medicamentos vencidos, lâmpadas e baterias em parceria com cooperativas (preferencialmente) ou empresas que realizem a logística reversa deste tipo de material, atendendo assim a comunidade educacional bem como os moradores da localidade. A partir do estudo de metodologias referentes ao Plano de Logística Sustentável pretende-se intensificar as ações de sustentabilidade com foco na redução do consumo, economia de recursos, redução do descarte e destinação adequada dos resíduos.

Quanto as contratações feitas, sempre que possível são observados os parâmetros estabelecidos no Decreto 7.746/2012.

b) Critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras.

O campus Blumenau não possui uma política de compras e sustentáveis formalmente instituída. Porém, procura-se, sempre que possível, incluir estes critérios nas aquisições e atender o disposto no Decreto 7.74/2012. No exercício de 2016 foram adquiridos cerca de R\$ 52.638,00 (cinquenta e dois mil, seiscentos e trinta e oito mil reais) em itens com critérios de sustentabilidade, dentre eles: materiais de expediente e gráficos confeccionados com matérias primas recicladas (papel, plástico, etc), mobiliários confeccionados com madeira oriunda de reflorestamento, eletrodomésticos que não utilizem materiais potencialmente poluidores (gás CFC).

No que tange as contratações de serviços, os critérios de sustentabilidade também são observados. O contrato vigente de serviços de limpeza, por exemplo, prevê que a empresa: a) forneça aos seus colaboradores treinamentos semestrais nas áreas de preservação ambiental e coleta seletiva dos materiais descartados; b) adote boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição, tais como: racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes, substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade, racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água, reciclagem/destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação; c) desenvolva ou adote manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores.

Quanto a contratação de obras, no exercício 2016 foi assinado o contrato referente a construção de um refeitório, o qual prevê: a) que seja utilizada somente matéria-prima florestal procedente; b) que a contratada observe as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção; c) que qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo,

que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos; d) que a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela legislação; e) que sejam utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais.

CAMPUS BRUSQUE

a) Visão geral da política de sustentabilidade ambiental do IFC/Brusque

O Núcleo de Gestão Ambiental (NGA) do Instituto Federal Catarinense (IFC) foi criado através da publicação da Portaria N° 0160/2013, de 21 de janeiro de 2013, após o trabalho do Comitê de Implantação do Núcleo de Gestão Ambiental (CINGA).

Desde o início, o NGA possui inúmeras atribuições, buscando discutir, formular e implantar a Política Ambiental do IFC, vinculando o princípio da sustentabilidade socioambiental em nosso Instituto, tornando-o valor fundamental para a comunidade escolar e buscando o cumprimento da legislação ambiental.

A proteção ao meio ambiente está presente na Constituição Federal de 1988, através do artigo 225, como também prevista como dever da União, por meio do artigo 23, inciso VI, da CF/88 e de todos aqueles que exercem atividade econômica (artigo 170, inciso VI, da CF/88), devendo ser cada vez mais constante e consistente o esforço, por parte da Administração Pública, de assegurar a prevalência de tal princípio em todos os ramos e momentos de sua atuação.

O Núcleo de Gestão Ambiental (NGA) do IFC/Brusque foi criado pela Portaria n° 0123, de 09 de agosto de 2016, sendo formado pelos servidores Nildo Aparecido de Melo, Natalia Mezzomo, Marcelo Kersting Machado, Tatiane Sueli Coutinho e Tiago Hommerding Pedrozo, sob a coordenação do primeiro.

O Núcleo de Gestão Ambiental do IFC/Brusque tem como prerrogativa a análise dos problemas ambientais do campus, com o objetivo de rever critérios de atuação e incorporar novas práticas capazes de reduzir ou eliminar danos ao meio ambiente. Essas ações serão realizadas tendo como base quatro grandes setores de atuação:

- **Administração:** uso racional dos recursos naturais e bens públicos e combate ao desperdício.
- **Ensino, Pesquisa e Extensão:** inclusão da dimensão ambiental nos currículos em todos os níveis e apoio a projetos com foco ambiental, entre outros.
- **Desenvolvimento Humano e Social:** capacitação dos servidores.
- **Desenvolvimento Institucional:** política ambiental, auditoria, gestão adequada de resíduos sólidos gerados, responsabilidade ambiental, qualidade de vida no ambiente do trabalho, entre outros.

Portanto, os objetivos do Núcleo de Gestão Ambiental recaem sobre a necessidade de configurar ações que reduzam ou eliminem os problemas ou impactos ambientais gerados pela Instituição, através, por exemplo, da seleção e encaminhamento de resíduos sólidos para a coleta seletiva e reciclagem realizada no município de Brusque.

b) Separação dos resíduos sólidos e reciclagem

Ações para a redução da geração de resíduos sólidos no Campus:

- Substituição de copos descartáveis por garrafas retornáveis ou reutilizáveis;
- Redução de papel nos diferentes setores da instituição;
- Separação dos resíduos sólidos recicláveis por meio de recipientes dispostos nos corredores da instituição;
- Encaminhamento dos resíduos sólidos para a reciclagem (toda segunda-feira ocorre à coleta seletiva nos arredores do Campus).

Outras ações de conscientização e preservação ambiental

- Controle de iluminação artificial durante o dia;
- Coleta de pilhas e baterias para a reciclagem
- Realização de palestra sobre conscientização ambiental
- Estabelecimento de parcerias com entidades que realizam ações de educação ambiental;
- Participação na Semana Lixo Zero 2016, em parceria com o SESC/SC e diversas entidades do município de Brusque, com a exposição dos trabalhos de reciclagem de resíduos sólidos e artesanato em parceria com os alunos da APAE/Brusque.

c) Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS)

De acordo com a reestruturação do Núcleo de Gestão Ambiental (NGA) do IFC/Brusque, o PLS está em processo de elaboração.

d) Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras.

Inclusão de cláusulas obrigatórias à empresa contratada para prestação do serviço de limpeza e higienização, de modo que a mesma forneça produtos de qualidade e biodegradáveis sempre que estes estiverem disponíveis no mercado. Assim como solicitando a verificação diária por parte dos terceirizados que se atentem a possíveis causas ou fontes de poluição, desgaste, deterioração de materiais ou bens do campus.

Elaboração de plano anual de aquisições para o ano subsequente, publicado no site do IFC Campus Brusque, garantindo o máximo racionamento possível das aquisições, prevendo neste, critérios de sustentabilidade e ponderando riscos da utilização e guarda dos produtos fazendo com que não haja perdas desnecessárias e/ou má aplicação do recurso público.

A adoção sempre que possível da aquisição de bens e serviços através de licitações compartilhadas com outros Campus do IFC, de modo a diminuir os custos operacionais e maximizar o poder de compra da instituição. Isso pode ser observado pela comparação entre Licitações individuais 4 (quatro) e coletivas 16 (dezesseis).

As aquisições em geral, sempre que possível, primaram pela escolha de itens sustentáveis como: aquisição de materiais de consumo e pilhas recarregáveis, assim como produtos de origem de madeira de reflorestamento.

a) Visão geral da política de sustentabilidade ambiental adotada pela unidade

O Núcleo de Gestão Ambiental Local (NGA-CAM), criado através da Portaria No 068/GDG/IFC-CAM/2013, de 13/03/2013 e atualizado pela Portaria No 189/GDG/IFC-CAM/2014, de 16/06/2014, acompanha e registra em seu relatório anual as atividades de cunho ambiental realizadas no e pelo Instituto Federal Catarinense – Campus Camboriú. As informações dessas atividades são repassadas pelos coordenadores e/ou docentes dos cursos técnicos e superiores além dos Departamentos de Produção e Infraestrutura, Departamento de Administração e Planejamento.

b) A unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)

Não.

c) Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto 5.940/2006

Sim.

d) As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto 7.746/2012 ou norma equivalente

Sim.

i. Se a unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012

Sim.

ii. Sobre a constituição da comissão gestora do PLS de que trata o art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012;

A Comissão gestora do PLS não foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012.

iii. Sobre a formalização e abrangência do PLS na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012;

O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012.

iv. Indicação de onde se encontra publicado o PLS e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012);

<http://www.camboriu.ifc.edu.br/nucleo-de-gestao-ambiental/>

Informações sobre a publicação dos resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS no sítio da unidade na *Internet*, apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012).

Anualmente é publicado no site da instituição o relatório de atividades.

Análise crítica da atuação da unidade

O IFC Campus Camboriú possui dificuldades na articulação junto aos cursos e setores em relatar as produções e atividades desenvolvidas por esses durante o ano para constar no relatório anual do NGA e sua divulgação. Tem avançado em ter voz ativa nos processos decisórios em grandes intervenções de infraestrutura promovida pela gestão do Campus. Em relação aos processos licitatórios ainda são grandes as dificuldades na inserção dos critérios de sustentabilidade como a logística reversa e a avaliação de outros critérios além do melhor preço.

a) Visão geral da política de sustentabilidade ambiental adotada pela unidade

Não informado.

b) Se a unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)

O IFC Campus Concórdia não participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)

c) Separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto 5.940/2006

Sim, o IFC *Campus* Concórdia realiza a separação de resíduos recicláveis e posterior encaminhamento às cooperativas de catadores do Município.

d) Se as contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto 7.746/2012 ou norma equivalente

Sempre que possível, observa-se nas contratações os parâmetros estabelecidos no Decreto:

- Edital 12/2016 - Item 4 - Critérios de sustentabilidade e etiqueta ENCE
- Edital 14/2016 - Item 6.28 - Zelar pela Sustentabilidade;
- Edital 21/2016 - Descrição item 158 - certificado INMETRO;
- Edital 28/2016 - Item 4 - Selo INMETRO;
- Edital 31/2016 - Descrição Item 07 - Ecologicamente correto e Item 39 - Selo procel e certificado INMETRO;
- Edital 34/2016 - Item 4 - Critérios de sustentabilidade;
- Edital 37/2016 - Item 6.15 - Zelar pela Sustentabilidade;
- Edital 38/2016 (transformado em PE 002/2017) - Item 3.1.1.30 e 9.1.1.30.

e) Plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012

O Campus entende que o PLS deve ser único para todo o IFC.

Análise crítica da atuação da unidade quanto ao tema

O Plano de Logística Sustentável é um único documento, utilizado para todos os Campi do IFC. Abaixo descrevemos algumas ações sustentáveis realizadas em 2016:

- O Programa “Joga Limpo” está instituído no IFC *Campus* Concórdia por uma comissão, que visa a separação do lixo para posteriormente ter um destino correto. A comissão desenvolve campanhas, com apelo ambiental e informes da correta destinação e separação do lixo.
- A Campanha “Ambientalmente” foi uma das ações desenvolvidas pela comissão em 2016, onde foram realizadas palestras sobre o uso e cuidados com o lixo. O objetivo do Programa Ambientalmente é promover, junto à comunidade acadêmica do IFC - campus Concórdia, Educação Ambiental por meio de atividades e experimentações artísticas, a partir de uma abordagem crítica e emancipatória, pautada na interdisciplinaridade.
- Também, foi realizado o projeto “Intervenção Urbana”, que usou de materiais recicláveis para revitalizar algumas áreas comuns, em especial, o acesso ao bloco do Ensino Médio, através de ações que contribuíram para a conscientização socioambiental.

Para este projeto foram envolvidos diretamente os alunos que participaram de palestra sobre o tema e assistiram a um documentário intitulado “Lixo Extraordinário”, seguido de uma mesa redonda.

Além dessas ações, foram realizadas várias contratações de materiais de consumo recicláveis, como canetas, cartazes, *folders*. Também, em editais de obras e serviços são incluídas ações e materiais sustentáveis para execução dos serviços.

CAMPUS FRAIBURGO

Quanto as ações sustentáveis realizadas pelo Campus Fraiburgo em 2016, se destaca o projeto de extensão realizado pelo Núcleo de Gestão Ambiental (NGA). O projeto foi desenvolvido através de oficinas de materiais recicláveis pensadas para estimular a criatividade e conscientizar professores, alunos e a comunidade. Em uma oficina, professores e alunos de escolas da região reuniram-se para criar materiais de apoio ao ensino de Ciências. Em outra oficina, pessoas da comunidade desenvolveram peças decorativas e artísticas. Baseando-se em dois aspectos que são finalidades do NGA, a economicidade e conscientização. O grande desafio estava em transformar discurso em prática e intenção em compromisso, objetivos alcançados com as oficinas de materiais recicláveis.

a) Visão geral da política de sustentabilidade ambiental adotada pela unidade

Sobre a política de sustentabilidade ambiental pela unidade é referido aos servidores e alunos as orientações da A3P durante a Semana do Meio Ambiente. (resposta informada pelo NGA Fraiburgo).

b) Se a unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)

A unidade não participa da A3P propriamente, mas aborda e realiza atividades de extensão correlatas tal como o Projeto Desafios Sustentáveis, com desenvolvimento de oficinas de materiais recicláveis. (resposta informada pelo NGA Fraiburgo).

c) Se na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto 5.940/2006

A unidade apresenta lixeiras de separação do lixo reciclável, mas não trata da sua destinação a associações e cooperativas de catadores. (resposta informada pelo NGA Fraiburgo).

d) Se as contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto 7.746/2012 ou norma equivalente

O IFC – Campus Fraiburgo vem gradativamente modificando seus processos de licitações de compras e contratações para a inclusão de critérios e recomendações sustentáveis em seus editais de pregões.

e) Se a unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012

Foi criada uma planilha em 2015 dos itens para o PLS da Instituição, na qual foi preenchida pelo Campus Fraiburgo. Após isto, a Coordenação Geral do NGA com sede em Sombrio não entrou

mais em contato, não sendo dado sua continuidade em 2016. (resposta informada pelo NGA Fraiburgo).

f) Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras.

Durante o ano de 2016, continuamos a consolidar procedimentos e normas para ampliar um conjunto de ações destinadas a melhorar a eficiência do uso dos recursos públicos.

Tivemos compras que foram utilizados critérios de sustentabilidade, como aquisição de mobiliários e condicionadores de ar, mas até o momento não temos nenhum projeto referente a Inclusão de Critérios Socioambientais nas Compras e Contratações do Campus Fraiburgo.

CAMPUS IBIRAMA

As atividades que visam o desenvolvimento da sustentabilidade dentro da instituição englobam diferentes dimensões. Assim atividades foram e são realizadas no âmbito do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão.

Através de atividades de ensino multidisciplinares, como palestras, fomentamos a temática ambiental, a economicidade, e a conscientização ambiental. Foram realizados sábados letivos, onde a comunidade acadêmica é convidada a participar, trazendo a luz de questões que envolvem a sustentabilidade ambiental, social e econômica. Ações de conscientização também foram feitas pelo Grêmio estudantil, que em conjunto com o NGA do *Campus* Ibirama, afixaram cartazes nas dependências da instituição.

Outro projeto, reconhecido e premiado, do campus Ibirama, trata-se do projeto Ecobags nos cursos de Técnico em Vestuário e Tecnólogo em Design de Moda. O qual recolhe banners usados dos outros 15 campus do IFC, e de outras instituições de ensino da região, para transformar estes materiais em bolsas ecológicas, penais, estojos, mochilas e capas diversas.

No âmbito extensão e da pesquisa foram desenvolvidos projetos que buscaram através de suas ações promoverem a consciência ambiental e a importância do reaproveitamento de materiais em suas causas, assim como a busca de alternativas para resíduos que seriam descartados. Também, durante o ano de 2016, foram planejados projetos que entraram em funcionamento em 2017 que analisam a qualidade da água no município de Ibirama, e que buscam informar a sociedade local sobre estes resultados.

Algumas práticas que visam a sustentabilidade de recursos e gastos já são adotados pelo IFC *Campus* Ibirama, que incorporam critérios ao processo de compra e visa integrar considerações ambientais e sociais.

Detalhamento nas descrições de bens, nos Pregões Eletrônicos, visando atender critérios de sustentabilidades, tais como: aparelhos de ar-condicionado com tecnologia Inverter e Selo Procel, e equipamentos com sistema de iluminação através de LED's, buscando economia de energia; entre outros. Além de contratos de serviços, e controle destes, que contribuiram para a promoção da prática sustentável no Campus

O Campus Ibirama solicitou ao Departamento de Engenharia do IFC a readequação do Departamento de Administração e Planejamento e Auditório do campus com Tecnologia em LED. Essa decisão justificasse porque nos exercícios orçamentários/financeiros temos que aferir os critérios de sustentabilidade. Não entendendo os critérios de sustentabilidade somente como uma praxis formal, e sim algo que possamos fazer para melhorar as práticas ambientais.

O eixo da sustentabilidade além do econômico, também permeia o contexto social e ambiental. Creio que ao escolhermos a questão ambiental em detrimento a questão econômica, nos permite desenvolver/incitar projetos sustentáveis, pois a Administração Pública, como agente indispensável

da promoção da sustentabilidade deve, conforme postula o Artigo 170 - VI da Constituição de 1988: “que a ordem econômica observe a defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação.” E como detentora de um enorme potencial consumidor, cumprirá a obrigação de assumir uma postura responsável e zelosa pelo meio ambiente, devendo criar estratégias para dar efetividade às ações sustentáveis consignando-as ao processo licitatório. O que indiretamente, através de demandas nos processos licitatórios, faremos com que as empresas moldam-se, evoluem e adequem seus processos de industrialização e fornecimento de serviços a fim de atingir minimamente a sustentabilidade.

Outro ponto que foi considerado, para a decisão, é que as lâmpadas fluorescentes contém mercúrio e chumbo em seu interior, um metal pesado com pesadíssimos efeitos sobre a saúde humana. Assim sendo, o descarte de uma lâmpada de LED, a qual não possui em sua composição metais pesados (chumbo e mercúrio), não necessita de um descarte especial como as lâmpadas fluorescentes.

CAMPUS LUZERNA

Quadro 118: Aspectos sobre a gestão ambiental e licitações sustentáveis - Campus Luzerna

Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis		Avaliação
1.	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?	Não
2.	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?	Não
3.	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?	
4.	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.	Não
5.	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?	Não
6.	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?	Não
7.	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?	Não
	Caso positivo, indique o endereço na Internet no qual o plano pode ser acessado.	Não
8.	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na Internet, apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?	Não
	Caso positivo, indicar o endereço na Internet no qual os resultados podem ser acessados.	Não

OBS: Houve duas tentativas para implantar na instituição a separação de resíduos e destinação dos resíduos recicláveis a uma cooperativa da região, ambas sem sucesso.

Nas licitações sempre procuramos solicitar produtos sustentáveis que não agridem a natureza. Nos editais de obras também é cobrado a utilização de materiais sustentável. Nos editais de terceirização de limpeza também é solicitado que se de a destinação correta dos materiais/produtos utilizados.

REITORIA / CAMPUS AVANÇADO ABELARDO LUZ

Quadro 119: Aspectos sobre a gestão ambiental e licitações sustentáveis - Reitoria

Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis		Avaliação	
		Sim	Não
1.	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?		X
2.	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?	X	
3.	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?	X	
4.	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.		X
5.	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?		X
6.	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?		X
7.	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)? Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual o plano pode ser acessado.		X
8.	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na <i>Internet</i> , apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)? Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual os resultados podem ser acessados.		X
9	Descreva as ações para garantir a sustentabilidade ambiental e os respectivos resultados alcançados.	O NGA Reitoria atuou na divulgação junto aos servidores da Reitoria, na educação e promoção de ações visando a correta separação dos resíduos recicláveis dos resíduos considerados como rejeitos. Junto aos refeitórios publicou e manteve informações quanto ao bom uso dos equipamentos como geladeiras e micro-ondas. Manteve durante o ano de 2016 a publicação de informações ambientais relevantes junto ao informativo institucional do IFC. Foram instaladas novas lixeiras junto aos setores.	

CAMPUS RIO DO SUL**a) Gestão ambiental e sustentabilidade**

O Campus possui uma política de sustentabilidade ambiental ainda de forma incipiente, porém procuramos sempre que possível adotar procedimentos que minimizam o impacto ambiental na comunidade. Possuímos um Núcleo de Gestão Ambiental (NGA) que apresenta, sempre que possível, ações na área de gestão ambiental.

Além das próprias ações, cabe ressaltar que possuímos o curso técnico de Agroecologia voltado exatamente a esse setor. Formamos técnicos em agropecuária e agrônomos também com uma boa ênfase na questão ambiental e já formamos em anos anteriores técnicos em florestas, voltados a produção sustentável de madeira.

Algumas ações já efetivadas pela unidade e arraigadas na comunidade: diminuição no uso de agrotóxico, tratamento interno de afluentes e efluentes, separação do lixo, procurando atender o Decreto 7746/2012.

Na questão da separação de lixo e entrega para associações e cooperativas, já houve ações nesse sentido, ainda que incipientes.

Infelizmente o Campus ainda não atende o PLS de forma integral.

b) Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços e obras.

O campus sempre que possível procura inserir em suas compras critérios de sustentabilidade ambiental, porém ainda estamos de uma forma muito inicial até porque as próprias empresas ainda não se adaptaram totalmente as questões sustentáveis e que muitas vezes acabam por frustrar o caráter competitivo das licitações.

CAMPUS SANTA ROSA DO SUL / CAMPUS AVANÇADO SOMBRIO

a) Visão geral da política de sustentabilidade ambiental adotada pela unidade;

Dificuldades de 2016 - Neste ano novamente enfrentamos dificuldades principalmente com a saída do coordenador geral do NGA Institucional, com o excesso de tarefas da maioria dos membros do NGA local, ocasionando dificuldades para realização de reuniões e execução de atividades. Porém a falta de conscientização ou muitas vezes esquecimento da comunidade dos *Campus* Santa Rosa do Sul e *Campus* Avançado Sombrio sobre as questões ambientais são os grandes desafios para o próximo período, mas já damos o primeiro passo.

O NGA Campus Santa Rosa do Sul composta pela portaria de nº 352/GAB/DG/CSRS de julho de 2014, realizou as atividades:

Fórum Catarinense de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos e Transgênicos – FCCIAT - Designado pela portaria nº 159/GAB/DG/CSRS, de 17 de abril de 2015, na pessoa do Coordenador do NGA local Mauricio Duarte Anastácio;

- **Semana do Meio Ambiente “MEIO AMBIENTE BO DIFERENTES OLHARES”** - é desenvolvido durante todo o mês de julho com diversas atividades envolvendo toda a comunidade escolar, como palestras, pedágio da árvore com doação de mudas nas cidades do entorno do Campus Santa Rosa do Sul, concurso de redação sobre meio ambiente, exposições de trabalhos ambientais desenvolvidos no IFC como Apicultura “captura de enxames”, produção de mudas e árvores nativas, projeto gota. Reservando um espaço na reunião de pais para divulgação das atividades desenvolvidas pelos alunos e acadêmicos do *Campus*;

- **Resposta da Plano de Providências Permanente OS 008** - Juntada de documentação

comprobatória dos itens aos itens solicitados pela auditoria. Um destes foi a continuação dos critérios de sustentabilidades adotados nos editais de compras do *Campus*, já do projeto Educação Ambiental Através da Compostagem, apoiado pela NGA local foi apresentado o relatório final, sendo que o mesmo foi premiado em primeiro colocado entre os trabalhos extensão na VIII Mostra Nacional de Iniciação Científica e Tecnológica Interdisciplinar – MICTI;

◦ **NGA Institucional - Reunião**, via webconferencia, dos coordenadores locais dos NGAs do IFC definiram que a coordenação geral ficaria com Santa Rosa do Sul na pessoa do servidor Mauricio Duarte Anastácio, deixando também definido nesta reunião que a pasta do NGA Institucional deverá ficar na Reitoria com um servidor da Pró-Reitoria de Administração;

◦ **Seminário de Compras Públicas Sustentáveis** os membros do NGA Institucional tiveram a oportunidade de participar deste seminário que abordou temas de compras conjuntas, critérios para itens sustentáveis, projetos sustentáveis no Instituto Federal Catarinense – IFC, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC, Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC e Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS;

b) Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)

Não há participação do campus na Agenda ambiental da administração Pública(A3P)

c) Se na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto 5.940/2006

Não separação de resíduos recicláveis.

d) Se as contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto 7.746/2012 ou norma equivalente

Não observa-se estes parâmetros.

e) Se a unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012

Não há plano de gestão de logística sustentável (PLS).

Análise crítica da atuação da unidade quanto ao tema

A questão da sustentabilidade no Campus não é tratada de forma responsável como deveria ser tratada, há muitos aspectos que são deixados de lado sobre o tema, não há um escopo para ser seguido, precisamos melhorar muito neste aspecto.

CAMPUS SÃO BENTO DO SUL

a) Visão geral da política de sustentabilidade ambiental adotada pela unidade

O Diretor-Geral do Campus São Bento do Sul designou, através da Portaria nº 130, de 08 de

dezembro de 2016, 07 servidores para comporem o NGA – Núcleo de Gestão Ambiental, “possuindo inúmeras atribuições, dentre elas a de discutir, formular e implantar a Política Ambiental do IFC. Tal ação vinculará o princípio da sustentabilidade socioambiental em nosso Instituto, tornando-a valor fundamental para a comunidade escolar, como também buscará o cumprimento da legislação ambiental em todos os setores e Campus.” segundo página do núcleo no portal do IFC. Porém, ainda não foi realizado nenhum encontro e nem formulada nenhuma ação visando implantar uma política ambiental no Campus.

b) Se a unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)

A unidade não participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P).

c) Se na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto 5.940/2006

A unidade procede a separação dos resíduos recicláveis e destina, mensalmente, a uma associação de catadores.

d) Se as contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto 7.746/2012 ou norma equivalente

e) Se a unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012

- i. Sobre a constituição da comissão gestora do PLS de que trata o art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012;
- ii. Sobre a formalização e abrangência do PLS na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012;
- iii. Indicação de onde se encontra publicado o PLS e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012);
- iv. Informações sobre a publicação dos resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS no sítio da unidade na *Internet*, apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012).

Análise crítica da atuação da unidade

Resposta aos questionamentos d), e) e f): O campus São Bento do Sul não possui uma política de aquisições e contratações ambientalmente sustentáveis oficialmente implantada, como A3P e/ou PLS.

Porém, na gestão das aquisições e contratações, procura-se, mesmo que ainda de forma não instituída, sempre observar os critérios de sustentabilidade, de forma a causar o menor impacto ambiental possível, e contribuir para o desenvolvimento do equilíbrio ambiental e social-econômico.

Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

Apesar de o Campus São Bento do Sul não possui uma política de aquisições e contratações ambientalmente sustentáveis oficialmente implantada, procura-se, sempre que possível, incluir estes critérios nas aquisições. Todo o mobiliário de nosso patrimônio móvel, do qual a matéria prima principal seja a madeira, foi adquirido com o critério de sustentabilidade de

que a confecção do mesmo seja feita com madeira oriunda de reflorestamento. Todos os eletrodomésticos de nosso patrimônio móvel foram adquiridos com o critério de sustentabilidade que não utilizem materiais potencialmente poluidores (gás CFC). No ano de 2016, 25% do papel A4 adquirido para as rotinas administrativas era papel reciclado.

No que tange as contratações de serviços, os critérios de sustentabilidade também são observados. O contrato vigente de serviços de limpeza, por exemplo, prevê que a empresa:

a) forneça aos seus colaboradores treinamentos semestrais nas áreas de preservação ambiental e coleta seletiva dos materiais descartados;

b) adote boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição, tais como: racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes, substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade, racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água, reciclagem/destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação;

c) desenvolva ou adote manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores.

CAMPUS SÃO FRANCISCO DO SUL

Quadro 120: Aspectos sobre a gestão ambiental e licitações sustentáveis - Campus São Francisco do Sul

Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis		Avaliação	
		Sim	Não
1.	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?		X
2.	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?	X	
3.	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?	X	
4.	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.		X
5.	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?		X
6.	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?		X

7.	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)? Caso positivo, indicar o endereço na Internet no qual o plano pode ser acessado.		X
8.	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na Internet, apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)? Caso positivo, indicar o endereço na Internet no qual os resultados podem ser acessados.		X
9.	<p>Descreva as ações para garantir a sustentabilidade ambiental e os respectivos resultados alcançados:</p> <p>Posic IFC – que prevê o uso racional dos recursos de TI e descarte adequado desses mesmos recursos. Essa política de Segurança da Informação e Comunicação, com sua implementação já alcançou economia de energia elétrica e de insumos.</p> <p>O setor de Licitações observa e aplica os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7746/2012, que constituem diretrizes de sustentabilidade, entre outras: menor impacto sobre recursos naturais (flora, fauna, solo, água, ar); preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local; maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia; maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local; maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra; uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais. Origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras. Nos atuais contratos de prestação de serviços, temos a exigência da coleta seletiva dos resíduos, da empresa que explora o restaurante do campus, da empresa de locação de impressoras que recolhe os cartuchos de toner e peças eventualmente trocadas. O acompanhamento da fiscalização dos serviços das empresas de serviço terceirizado de mão-de-obra com dedicação exclusiva e com fornecimento de materiais, que os materiais fornecidos sejam biodegradáveis e atóxicos, que os colaboradores destas empresas sejam orientados e treinados, de forma a otimizar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição.</p> <p>Através do NGA do campus, é feita sensibilização e envolvimento dos alunos nas campanhas que tratam de questões ambientais e de sustentabilidade. Energia elétrica e de insumos.</p>		

Análise Crítica

O *Campus* São Francisco do Sul, vem, mesmo ainda que incipiente, fazendo a gestão compromissada com as questões ambientais e de sustentabilidade, comprovadas pelas ações citadas acima.

Mas no contexto, é inegável a necessidade de aprimorar a gestão com vistas a uma inserção maior nas questões ambientais e de sustentabilidade, conhecedores da existência de um conteúdo ético subjacente aos atos e procedimentos públicos como promotores do desenvolvimento nacional sustentável: o reconhecimento de que a sustentabilidade é um valor que irradia para toda a comunidade escolar, e para a sociedade como um todo.

Entre medidas necessárias, voltamos principalmente às questões de aquisições e contratação de bens e serviços, levando em conta, que além de dever fundamental de proteção ambiente decorrente da Constituição e de dever de sustentabilidade imposto pela Lei de Licitações, a consideração de aspectos socioambientais nos processos licitatórios representa um dever ético, o qual decorre do princípio responsabilidade (Hans Jonas) como “ética do agir humano”, uma “ética de responsabilidade”, e que pode pressupor, igualmente, uma espécie de “imperativo categórico-ambiental” (Canotilho).

Reforça-se, portanto, o compromisso e o reconhecimento do campus de que a preservação do meio ambiente é obrigação constitucional, dever ético, e missão do Servidor Público, inserindo-se entre as atividades profissionais de todos os membros da Instituição, constitucionalmente reconhecida como Função Essencial à Educação.

CAMPUS VIDEIRA

Adoções de Critérios de Sustentabilidade

Quanto as ações sustentáveis realizadas pelo Campus Videira em 2016, com relação as compras no exercício de 2016 podemos citar:

- Edital nº 9/2016, que tinha como objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar condicionado a fim de atender as necessidades do Instituto Federal Catarinense Campus Videira, que no item 24 do referido Edital, há critérios de sustentabilidade exigidos do fornecedor participante do certame;
- O Campus Videira, adquiriu os materiais relacionados provenientes dos Pregões nº 002/2016 (caneca ecológica e sacola ecológica) da Reitoria e 015/2015 (Pasta institucional; Flyer btipo 2; Capa para CD e DVD) do Campus Fraiburgo, haja vista, que se referiam a um processo de compra conjunta.

Ações sustentáveis realizadas em 2016 – Campus Videira

1. No exercício de 2016 o Núcleo de Gestão Ambiental (NGA) do Campus desenvolveu diversas atividades:

- Coleta de medicamentos vencidos;
- Limpeza do Campus, por iniciativa do Grêmio Estudantil;
- Oferta de palestra sobre Eficiência Energética;

2. Durante a emana da Saúde, Segurança e Meio Ambiente, da BRF, o servidor Marcelo Diel apresentou informação sobre seu projeto de Compostagem e noções do Sistema Caxambu.

3. O servidor Marcelo Diel em conjunto com os alunos do Curso Técnico Subsequente em Agropecuária desenvolveram um projeto sobre minhocultura.

4. As servidoras Roberta Souza Santos, Alessandra Domingues Malheiro e Maria Jose de Castro Bomfim desenvolveram um relato de experiências práticas aplicadas pelo NGA, onde diversas ações voltadas a sustentabilidades realizadas no IFC Campus Videira são elencadas:

Ações no Setor Administrativo:

- **Licitações Sustentáveis:**

Exigências da observância em relação a legislação ambiental para a aquisição de bens e serviços.

São exemplos atuais: Obtenção de aparelhos de ar condicionado com gás ecológico; apresentação de declaração de responsabilidade ambiental pela contratada dos bens e serviço; uso de critérios de sustentabilidade expressas no próprio certame, por exemplo: 1). Os produtos/insumos

utilizados na prestação dos serviços. Objeto deste Pregão, devem ser constituídos no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2. 2). Os produtos/bens e materiais comercializados devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

- **Desfazimento de Bens:**

Há uma política de desfazimento de bens que envolve todo um processo padronizado quanto aos bens públicos do IFC. Nessa política também constam a menção de observar as normas ambientais e o cuidados quanto a riscos envolvidos no desfazimento de bens, que poderão causar algum transtorno ao meio ambiente ou as pessoas (comunidade).

- **Tecnologia de Informação Verde (TI Verde):**

Há o uso e incentivo de letra sustentável, que é um tipo de fonte usada para a impressão mais econômica e conseqüentemente menos gasto no uso de impressoras;

A TI possui o projeto de reaproveitamento do material de cabos elétricos sendo utilizado para coleta e depósito as *Ecobags*, instalada na Sala de Laboratório de Hardware e Redes, sendo parceira na logística reversa desses materiais Empresa Furucawa. Há o recolhimento de aproximadamente 1Kg de material por mês quando não há obras na instituição e de 10 Kg quando há obras. Há ainda, por parte da empresa a certificação quando da realização dessas atividades.

- **Uso racional de recursos (economia de energia elétrica):**

Portaria administrativa suspendendo o uso de aparelhos de ar condicionado por um período curto, para a geração de economicidade de energia elétrica, tendo em vista o elevado consumo da mesma por esses equipamentos.

Ações No Setor de Ensino, Pesquisa e Extensão:

- **Ensino:**

Há a inclusão da dimensão ambiental nos currículos dos cursos. São exemplos, os cursos de: 1) agropecuária integrado/subsequente: ambiente e desenvolvimento com as ementas recursos naturais e biodiversidades, conceitos bases do desenvolvimento rural sustentável, etc. 2) eletrônica subsequente: segurança e meio ambiente com as ementas evolução histórica das questões ambientais, relação ser humano e natureza, etc. 3) informática integrado: fundamentos da informática com a ementa informática e meio ambiente, etc. 4) eletrônica e eletrotécnica subsequentes: segurança e meio ambiente com as ementas de relações seres humanos e natureza, compromissos mundiais, legislação ambiental, tratamento de rejeitos, instrumentos de gestão e controle ambiental, etc. 5) segurança do trabalho subsequente: meio ambiente com as ementas de gestão ambiental, legislação ambiental, acidentes ambientais, etc.

Ainda no Ensino há a temática dos chamados temas transversais na formação inicial e continuada dos servidores e alunos, quais sejam: meio ambiente, sustentabilidade e responsabilidade social, diversidade, sexualidade, etc.

- **Pesquisa:**

Menciona a atuação do Grupo de Pesquisa Desenvolvimento Rural com linha de pesquisa recuperação, conservação e manejo de ecossistemas registrado no CNPQ.

- **Extensão:**

Pode-se citar o apoio a projetos com foco ambiental. São exemplos destas ações realizadas por meio da Coordenação de Extensão: 1) Projeto de Revestimento Térmico em resistências por meio da utilização de embalagens *treta pak* realizado no período de julho de 2014 a junho de 2015. 2) Projeto de Produção de árvores nativas no mesmo período da anterior. 3) Projeto de Educação Ambiental para os alunos da Escola de Educação Básica Municipal Fidélis Fantin no período de março a dezembro de 2015. 4) Projeto de Manutenção e Jardinagem e Horta no Asilo Lar Bom Samaritano com vigência de março a dezembro de 2015 e 5) Projeto de Conscientização à sustentabilidade também de março a dezembro de 2015.

Ações No Setor Desenvolvimento Humano e Social:

Inclui-se aqui neste ponto a educação ambiental como sensibilização da comunidade escolar.

a) Com as turmas da escola é realizado momentos envolvendo aspectos de economia de água e energia elétrica, além de descarte correto de resíduos;

b) Foi realizada gincana do Meio Ambiente no campus no mês de junho de 2015. A gincana envolveu todas as turmas de ensino integrado e teve como atividades: melhor frase sobre meio ambiente, melhor foto sobre meio ambiente realizada no campus e a sala mais limpa do campus. Como premiação foram entregues sacolas ecológicas para as turmas que venceram as atividades;

c) Foram confeccionados, utilizando garrafas PET, uma poltrona e um puf e os mesmos foram expostos na FICE (Feira de Iniciação Científica e Extensão) do IFC Videira. As garrafas vazias foram arrecadadas junto a comunidade acadêmica interna e externa;

d) Foi criado um personagem chamado Z-eco com o objetivo de falar sobre questões relacionadas ao meio ambiente. São feitas periodicamente “tirinhas” que contêm histórias que envolvem o meio ambiente e as mesmas são divulgadas no site do IFC Videira (existe um link no próprio site para acesso do mesmo) e também são divulgadas no *facebook* do campus, além do Blog da Saúde (projeto de extensão desenvolvido no campus);

e) Foram confeccionados marcadores de livros com folhas usadas que se encontravam no setor de Reprografia. Nos marcadores foi impresso uma “tirinha” do Z-eco sobre o meio ambiente. Tais marcadores foram distribuídos para todos os alunos do campus e servidores;

f) Será desenvolvido um concurso de tirinhas do personagem Z-eco, ainda no ano de 2016, envolvendo alunos do ensino médio integrado.

Ações No Setor de Desenvolvimento Institucional:

Inclui-se no último setor as ações quanto política ambiental, gestão adequada de resíduos gerados, responsabilidade ambiental, qualidade de vida no trabalho. Principais ações:

a) Foi realizada campanha da coleta de medicamentos vencidos, em parceria com a Unimed que nos forneceu a caixa coletora e realizou o descarte adequado dos mesmos. O objetivo

desta atividade, além dos descarte correto dos medicamentos, foi conscientizar a comunidade acadêmica sobre a importância de não descartar medicamentos junto do lixo comum.

b) Foi realizada campanha de descarte de eletroeletrônicos, em parceria com o CDL Videira. A campanha foi realizada em dois períodos durante cada ano. Foi realizada a divulgação no campus da coleta e indicado ponto para descarte no campus, e posteriormente os resíduos foram elevados até o CDL;

c) Foi instituído, de forma permanente, no campus um ponto para descarte de pilhas e baterias. As mesmas têm o mesmo destino dos resíduos eletroeletrônicos;

d) Foi realizada campanha de coleta de resíduos (caneta sem tinta, lápis quebrado...) escolares. Os resíduos foram encaminhados (via Correios) para empresa que produz outros materiais a partir deste tipo de resíduo.

5. Portaria nº 161/2016 de 18 de maio de 2016, determina o desligamento dos aparelhos de ar condicionado, considerando necessidade de economicidade.

b) Visão geral da política de sustentabilidade ambiental adotada pela unidade

A unidade possui PLS, possui um Núcleo de Gestão Ambiental (formado por técnicos e docentes) e realiza ações de conscientização para preservação do meio ambiente.

c) Se a unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)

Sim, em alguns aspectos como os citados no item anterior.

d) Se na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto 5.940/2006

Não. Já houve tentativas de realizar tal separação, mas não efetivamos ainda.

e) Se as contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto 7.746/2012 ou norma equivalente

O IFC – Campus Videira vem gradativamente modificando seus processos de licitações de compras e contratações para a inclusão de critérios e recomendações sustentáveis em seus editais de pregões. E os avanços neste sentido, foram listados no item ref. a adoções de critérios de sustentabilidade, no início deste capítulo.

f) Se a unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012

Sim, possui.

i - Sobre a constituição da comissão gestora do PLS de que trata o art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012:

A comissão gestora do PLS foi composta por mais de 3 servidores titulares do campus.

ii - Sobre a formalização e abrangência do PLS na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012:

Sim, de acordo.

iii - Indicação de onde se encontra publicado o PLS e disponível no site da unidade (art.12 da IN SLTI/MPOG 10/2012):

Não se encontra publicado porque apesar de ter sido feito no campus Videira, após estar pronto veio uma orientação do NGA da reitoria de que o PLS deveria ser do IFC como um todo, e não de cada campus.

iv - Informações sobre a publicação dos resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS no sítio da unidade na Internet, apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012):

Não está publicado devido ao explicado no item anterior.

(Fonte: NGA – Campus Videira)

6 – RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

6.1 – CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO

A Ouvidoria e o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), são disponibilizados pelo IFC ao cidadão, administrados pelo Ouvidor da Instituição, localizados no prédio da Reitoria do IFC, com endereço na Rua das Missões, 100, bairro Ponta Aguda, Blumenau/SC.

Os **canais de acesso ao cidadão**, para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões e elogios são:

a) Via **internet**, por intermédio das seguintes opções:

a.1) Sistema e-OUV (Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal), endereço: <https://sistema.ouvidorias.gov.br>, onde o usuário preenche os dados de cadastro e registra sua demanda, sendo esta respondida no prazo fixado no próprio sistema, com possibilidade de acompanhamento através de *e-mail*, com protocolo.

a.2) *e-mail* da Ouvidoria (ouvidoria@ifc.edu.br), onde o usuário encaminha sua demanda que, por sua vez, é cadastrada no sistema e-OUV (Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal), sendo, a partir de então, respondida via sistema e-OUV, que direciona a resposta ao *e-mail* cadastrado.

a.3) Sistema e-SIC (<https://esic.cgu.gov.br/sistema/site/index.html>), restrito ao pedido de acesso à informação, entendido como: orientação sobre os procedimentos para a consecução de acesso, bem como sobre o local onde poderá ser encontrada ou obtida a informação almejada; informação contida em registros ou documentos, produzidos ou acumulados por seus órgãos ou entidades, recolhidos ou não a arquivos públicos; informação produzida ou custodiada por pessoa física ou entidade privada decorrente de qualquer vínculo com seus órgãos ou entidades, mesmo que esse vínculo já tenha cessado; informação primária, íntegra, autêntica e atualizada; informação sobre atividades exercidas pelos órgãos e entidades, inclusive as relativas à sua política, organização e serviços; informação pertinente à administração do patrimônio público, utilização de recursos públicos, licitação, contratos administrativos; e informação relativa: à implementação, acompanhamento e resultados dos programas, projetos e ações dos órgãos e entidades públicas, bem como metas e indicadores propostos; ao resultado de inspeções, auditorias, prestações e tomadas de contas realizadas pelos órgãos de controle interno e externo, incluindo prestações de contas relativas a exercícios anteriores.

b) Via **telefone** da Ouvidoria (47-3331-7843/3331-7800), onde o usuário encaminha sua demanda que, por sua vez, é cadastrada no sistema e-OUV (Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal), sendo, a partir de então, respondida via sistema e-OUV, que direciona a resposta ao *e-mail* cadastrado.

c) **Pessoalmente**, onde o usuário se dirige à Ouvidoria e registra sua demanda, que, por sua vez, é cadastrada no sistema e-OUV (Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal), sendo, a partir de então, respondida via sistema e-OUV, que direciona a resposta ao *e-mail* cadastrado.

6.1.2 Dados gerenciais

Quadro 121: Dados gerenciais relativos aos canais de acesso ao cidadão

<i>Data da apuração: 01.01.2016 até 31.12.2016</i>		
Tipo	Quantidade	Atendimento/Encaminhamento
Denúncias	87	A classificação dos temas, a depender do assunto, foram direcionados aos setores competentes para apuração/deflagração, sendo alguns distribuídos à Comissão de Ética Pública e outros às Diretorias Gerais dos <i>campus</i> para admissibilidade e remessa à Coordenação de Processo Administrativo Disciplinar. Temas das denúncias: Administração – 04 Conduta de Agente Público – 03 Assédio Moral – 15 Assistência à Criança – 02 Atendimento – 01 Auxílio Estudantil – 01 Benefícios – 01 Concurso Público – 02 Conduta Docente – 01 Corrupção – 02 Diversa – 01 Educação, Educação Superior e Educação Profissionalizante – 19 Ensino e Ensino Superior – 03 Entidade representativa – 02 Frequência de servidores – 02 Instituto Federal, Laboratórios, Licitações, outros, Ouvidoria Interna, ações – 22 Recursos Humanos, Recursos Públicos – 04 Serviços Públicos e Transparência - 02
Solicitações (e-mail, E-OUV)	681	Todas as solicitações foram respondidas ao usuário demandante e registradas, ora por e-mail, ora no sistema e-OUV.
Reclamações	17	Encaminhadas à (s) unidade (s) competente (s) para providências cabíveis
Sugestões	1	Encaminhadas à (s) unidade (s) competente (s) para providências cabíveis
Elogios	0	Não houve registro de elogios
Pedidos de acesso à informação	116	Todas as solicitações foram respondidas ao usuário demandante e registradas, ora por e-mail, ora no sistema e-Sic.
Total de atendimentos	902	

6.1.3 Dados anteriores

Conforme dados extraídos do último relatório de gestão (2015), a Ouvidoria atendeu 422 solicitações. Em relação ao mesmo período do exercício de 2016, a Ouvidoria atendeu 902 solicitações, correspondendo a um acréscimo de **46,78%**.

6.1.4 Possíveis Alterações dos procedimentos adotados pela unidade, decorrentes das informações disponibilizadas nos canais de acesso

Não houve registro de alterações nos procedimentos adotados pela unidade, decorrentes das informações disponibilizadas nos canais de acesso. Ressalva-se, porém, para o ano de 2017, a previsão de concentrar o registro das informações nos sistemas e-OUV e e-SIC, a fim de viabilizar uma melhor análise das estatísticas da Ouvidoria, especialmente como instrumento de Gestão do IFC.

A página da Ouvidoria, outrossim, está organizada de modo a permitir ao cidadão-usuário a compreensão do sentido do canal da Ouvidoria na Instituição, quando se procura o Órgão, bem assim o serviço de acesso à informação e os meios para busca das informações.

6.2 – CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO

A Carta de Serviço ao Cidadão, no âmbito do IFC, em processo de elaboração, **possui previsão de publicação no ano de 2017**, em razão das mudanças ocorridas no Estatuto da Instituição, em especial no que toca à consolidação das atribuições de cada Pró-Reitoria.

De outro modo, conforme já justificado no anterior relatório de gestão, o processo de elaboração, em razão de sua complexidade expressa, no propósito aparentemente inconciliável de: 1- Ser simples para que todo cidadão possa ler e entender todos os serviços que a instituição presta e ao mesmo tempo; 2- Ser abrangente ao ponto de fornecer todos os detalhes pormenorizados destes serviços, atuando como um guia ou manual de procedimentos para localizar, acessar e obter a prestação de todos estes serviços oferecidos pela instituição a este cidadão.

É importante salientar que a Ouvidoria se ocupou em priorizar o portal de dados abertos do IFC, <http://dadosabertos.ifc.edu.br/>, com o propósito de publicitar as ações e estratégias organizacionais que nortearão as atividades de implementação e promoção da abertura de dados, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense (IFC) de forma institucionalizada e sistematizada.

O IFC conhece a relevância do documento para o cidadão e tem, enquanto se processa a consolidação do documento, empreendido esforços para entregar ao cidadão demandante um serviço claro, eficiente e consentâneo com a pretensão do público-alvo dos serviços disponibilizados.

6.3 – AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS

O grau de satisfação do usuário em razão dos serviços prestados pelo IFC se dá por meio de avaliação voluntária, preenchida ao final da prestação do serviço. Outrossim, o IFC adota o parâmetro da contagem do número de recursos registrados no sistema e-SIC, e-OUV e dos retornos de e-mails e/ou telefonemas da ouvidoria e através do *feedback* da interação direta com os usuários.

Neste sentido, a Ouvidoria, no ano de **2016**, registrou 4 recursos administrativos e, conforme dados extraídos do sistema de acesso à informação, há um campo específico para avaliação da satisfação dos cidadãos-usuários, e estes, desejando, apresentaram as seguintes manifestações:

Quadro 122: Grau de satisfação dos cidadãos-usuários

Item	Escala: 01 (não atendeu / difícil compreensão) – 05 (atendeu plenamente / fácil compreensão)
A resposta fornecida atendeu plenamente ao seu pedido?	Não atendeu: 01 manifestação Neutro (opções 3 e 4): 05 manifestações Atendeu plenamente: 30 manifestações
A justificativa para o não fornecimento da informação foi satisfatória?	Não atendeu: 01 manifestação Neutro (opções 3 e 4): 0 manifestações Atendeu plenamente: 02 manifestações
A resposta fornecida foi de fácil compreensão?	Difícil compreensão: 0 manifestações Neutro (opções 3 e 4): 04 manifestações Fácil compreensão: 32 manifestações
A justificativa fornecida foi de fácil compreensão?	Difícil compreensão: 0 manifestações Neutro (opções 3 e 4): 1 manifestação Fácil compreensão: 02 manifestações

No que toca ao quadro geral de recursos administrativos interpostos, tem-se o seguinte panorama:

Quadro 123: Recursos administrativos interpostos

Pedidos	Recurso ao chefe hierárquico	Recursos à autoridade máxima	Recursos à CGU	Recursos à CMRI
116	3	1	0	0

Observações:

(1) Os dados referentes a recursos à CGU que foram registrados antes da inclusão da funcionalidade de interposição desse tipo de recurso no e-SIC (ocorrida em 22 de Agosto de 2012) estarão, provisoriamente, disponíveis em relatório estático à parte, acessível a partir do item de menu "Relatórios Estatísticos".

(2) Os dados referentes a recursos à CMRI que foram registrados antes da inclusão da funcionalidade de interposição desse tipo de recurso no e-SIC (ocorrida em 31 de janeiro de 2014) estarão, provisoriamente, disponíveis em relatório estático à parte, acessível a partir do item de menu "Relatórios Estatísticos".

% de pedidos respondidos que geraram recursos ao chefe hierárquico: 2,59%

Recursos recebidos no período: 3

Recursos ao chefe hierárquico respondidos		
Total de recursos respondidos	3	100%

Deferido	2	66,67%
Indeferido	1	33,33%

Motivos para interposição de recursos		
Motivo	Qtde	%
Informação incompleta	1	33,33%
Justificativa para o sigilo insatisfatória/não informada	1	33,33%
Outros	1	33,33%
TOTAL	3	

% de pedidos respondidos que geraram recursos à autoridade máxima: 0,86%

% de recursos ao chefe superior que geraram recursos à autoridade máxima: 33,33%

Recursos recebidos no período: 1

Recursos à autoridade máxima respondidos		
Total Respondidas:	1	100%
Parcialmente deferido	1	100%

Recursos à CGU; à Comissão Mista de Reavaliação de Informações; Reclamações e Pedidos de Revisão: 0%

6.4 – MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE

O IFC, em razão do Ofício-Circular nº 1055/2016/STPC/CGU, de 20.12.2016, a fim de obedecer ao Decreto 8.777/2016, constituiu Grupo de Trabalho responsável por elaborar o Plano de Dados Abertos. Após discussões quanto ao acesso das principais informações da Instituição, disponibilizou-se a página dos Dados Abertos do IFC, que tem por objetivo informar à comunidade, as ações e estratégias organizacionais que nortearão as atividades de implementação e promoção da abertura de dados, de forma institucionalizada e sistematizada. O endereço da página é: <http://dadosabertos.ifc.edu.br/>

Neste portal, o cidadão possui acesso aos termos de acordos e metas; Indicadores de Gestão, nos termos do Acórdão 2.267/2005 do e. Tribunal de Contas da União; Relatórios completos da Gestão; Planejamento Estratégico; Censo Interno; Boletins de Serviço da Instituição e Indicadores de Pesquisa.

Estas medidas, concentradas em uma página específica, permitem ao cidadão-usuário o pleno conhecimento das ações da Gestão, demonstrando a transparência e o compromisso com os dados abertos a quem por eles demandar o integral e irrestrito conhecimento.

Outrossim, referidos planos de dados são periodicamente atualizados, conforme estabelecido na legislação.

6.5 – MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES

6.5.1 – Ações e Condições de Acessibilidade

1. Presença de 8 Tradutores e Intérpretes de Libras, sendo que dois foram nomeados em 2016.
2. Os *campi* atendidos são: Luzerna, Concórdia, Rio do Sul, Blumenau, Videira, Santa Rosa do Sul, Camboriú e Sombrio.
3. Construção da minuta do Regulamento de Atendimento Educacional Especializado, destinado aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação e outras necessidades específicas;
4. Garantia de condições especiais de prova para os candidatos de concursos (docentes e técnico-administrativos) e de processos seletivos de discentes;
5. Avaliação multiprofissional no ingresso de servidores com deficiência para posterior orientação às unidades de lotação quanto às adaptações necessárias para garantir a acessibilidade;
6. Publicação de textos sobre inclusão, acessibilidade e tecnologias assistivas no Informativo do IFC;
7. Disponibilização de recursos para viabilizar a utilização do site para pessoas com baixa visão e cegas;
8. Disponibilização de recursos pedagógicos a fim de viabilizar o ensino-aprendizagem dos alunos com deficiência e/ou necessidades específicas;
9. Presença de 4 Professores de Educação Especial, sendo 2 nomeados em 2016, e abertura de vagas no concurso para mais 4 docentes nesta área. Inicialmente, para que seja ofertado esse atendimento a todos os *campi* do IFC, decidiu-se por trabalhar em microrregiões. Assim, o IFC ficara dividido da seguinte forma: região 1 – Concórdia e Abelardo Luz; região 2 – Videira, Luzerna e Fraiburgo; região 3 – Rio do Sul e Ibirama; região 4 – Araquari; região 5 – São Bento do Sul e São Francisco do Sul; região 7 – Blumenau e Brusque; região 7 – Camboriú; região 8 – Santa Rosa do Sul e Sombrio.
10. Realização de duas palestras sobre deficiência física e Síndrome de Down para os servidores da Reitoria;
11. Realização de pesquisa institucional a fim de caracterizar a realidade do IFC em relação às pessoas com deficiência e/ou necessidades específicas; as condições ofertadas a elas e outras necessidades, a fim de subsidiar o planejamento de ações.

6.5.2 – Acessibilidade Arquitetônica

Quadro 124: Dados de acessibilidade arquitetônica

<i>Campus</i>	ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA				
	Rampa	Plataforma	Banheiro Adaptado	Identificação em Braille	Piso Tátil
Abelardo Luz	Não aplicável	Não aplicável	Novo bloco iniciado em 22/12/2016	Não	Não
Araquari	Sim	Elevadores	Desatualizado	Não	Parcial
Blumenau	Sim	Sim	Desatualizado	Não	Não
Brusque alugado	Não	Não	Desatualizado	Não	Não
Camboriú	Sim	Sim	Desatualizado	Não	Sim
Concórdia	Sim	Não	Desatualizado	Não	Não
Fraiburgo	Sim	Elevador	Desatualizado	Não	Não
Ibirama	Sim	Sim	Reforma iniciada em 28/11/2016	Reforma iniciada em 28/11/2016	Não
Luzerna	Sim	Elevadores	Desatualizado	Não	Não
Rio do Sul	Sim	Não	Desatualizado	Não	Não
Santa Rosa do Sul	Sim	Não	Desatualizado	Não	Não
São Bento do Sul	Sim	Não	Desatualizado	Não	Sim
São Francisco	Sim	Não	Desatualizado	Não	Sim
Sombrio	Sim	Elevador	Desatualizado	Não	Não
Videira	Sim	Sim	Desatualizado	Não	Sim

Observação:

Sobre os sanitários, para indicar apenas sim ou não teremos que ponderar que: existem sanitários acessíveis (sim) porém em desacordo com a nova norma (não). Assim, aqueles classificados como “desatualizados”, todos seriam sim ou todos seriam não.

(Fonte: Departamento de Engenharia e Planejamento)

6.5.3 – Relatório de atividades desenvolvidas pelos NAPNEs dos campi

CAMPUS ARAQUARI

- Realização de reuniões com outros setores para discussão de casos de alguns estudantes.
- Atendimentos a pais e estudantes com deficiência e/ou necessidades específicas.
- Participação dos membros do núcleo em palestras e eventos externos relacionados a inclusão.
- Assessoria a outros *campi*.
- Participação na Comissão de Educação do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Joinville.
- Foram realizadas visitas à APAE de Araquari e à Associação dos Deficientes Físicos de Joinville – ADEJ.

CAMPUS BLUMENAU

- Manutenção na plataforma elevatória do *campus*.
- Colocação de placas sinalizadoras para pessoas com deficiência.
- Participação dos membros do núcleo de atendimento às pessoas com deficiência em eventos sobre inclusão e deficiência.
- Atendimento aos alunos com necessidades específicas.
- Manutenção preventiva nos sanitários adaptados.

CAMPUS BRUSQUE

- Foi realizado o acolhimento de um servidor cadeirante ingressante em 2016. O NAPNE repassou diversas informações sobre a cidade e o *campus e locais acessíveis*. Foi solicitado ao IBPLAN – Instituto Brusquense de Planejamento a reserva de vagas para pessoa com deficiência em frente ao *campus* e realizadas adaptações para garantir a acessibilidade do ambiente de trabalho;
- Foi realizado o atendimento de servidor com deficiência auditiva, afim de acompanhar as atividades do servidor, de modo que tanto ele quanto os discentes possam se comunicar de maneira efetiva durante as aulas. O trabalho teve carga horária de 2 horas;
- Início da Capacitação em Libras para servidores do NAPNE, por meio da oferta de vagas no curso de Libras básico ofertado pelo *Campus Camboriú*;
- Realização de palestra aos servidores nomeados em 2016. Ocorreu durante os dias de formação pedagógica, com o objetivo de divulgação do NAPNE e o trabalho desenvolvido. Foram trabalhados os seguintes temas: o funcionamento, objetivos, atividades e público-alvo atendido pelo NAPNE; as principais atividades a serem realizadas e os desafios a serem superados pelo *Campus Brusque* no que tange à inclusão em âmbito educacional e estrutural. A palestra teve duração de 4 horas, com participação de aproximadamente 40 servidores, entre docentes e técnico-administrativos.

CAMPUS CAMBORIÚ

- Elaboração e aprovação no COMCAMPUS do Regulamento do Atendimento Educacional Especializado;
- Atendimento Educacional Especializado de dois alunos do Ensino Médio Integrado; um com Síndrome de Asperger e um com Deficiência Intelectual; e de um aluno do Superior também com diagnóstico de Síndrome de Asperger;
- Participação no Evento das Semanas Acadêmica das Licenciaturas. Na abertura do evento houve uma mesa redonda com profissionais das áreas da Matemática, da Pedagogia e da Educação Especial, este último era um palestrante surdo que trazia contribuições ao público da Semana Acadêmica articulando com a inclusão escolar.
- Monitoria para a adaptação curricular a alunos com baixa visão;
- Levantamento, no *campus*, de todos os pontos que necessitam de acessibilidade arquitetônica. Após foi enviado o relatório ao setor de engenharia para orçamento, pretende-se no ano de 2017 verificar o valor do orçamento e solicitar junto a direção do *campus* a acessibilidade necessária.
- Tradução e interpretação em Libras nas aberturas dos Eventos Institucionais, bem como no programa de pós-graduação em educação, tanto para um discente surdo, como para o docente surdo que leciona na pós.

CAMPUS CONCÓRDIA

- Acompanhamento de alunos com deficiência e necessidades específicas;
- Divulgação externa do Núcleo, em eventos culturais do Município;
- Realização de palestras nas escolas públicas sobre inclusão na sala de aula;
- Parceria com a APAS (Associação de Pais e Amigo de Surdos) a partir da qual foi realizada uma palestra e visitação dos alunos que cursam a disciplina de Libras, vinculada ao curso de Licenciatura em Matemática do IFC;
- Parceria com a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) para realização do Projeto de Equoterapia realizado no *campus*;
- Parceria com o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência para realização de evento sobre Prevenção de Deficiência, destinado aos alunos do ensino médio integrado;
- Participação no desfile 7 de Setembro e Parada Natalina com a temática da Diversidade.
- Realização do I Encontro de Educação e Diversidade (IEED) do IFC.

CAMPUS FRAIBURGO

- Realização de encaminhamentos para alunos com Deficiência ou em Condição Específica de Aprendizagem;
- Em relação aos alunos com deficiência ou necessidade específica de aprendizagem com matrícula no curso do Ensino Médio Integrado, o NAPNE atuou em momentos específicos, a partir de solicitação dos docentes e ou do coordenador do curso, com vistas a orientar processos de avaliação, organização do espaço e tempo para atividades adaptadas, e mais especificamente, no final do terceiro trimestre do curso, para definir a condição de aprovação ou não de um determinado aluno, com deficiência múltipla, considerando as adaptações metodológicas e de avaliações implementadas ao longo do ano, não garantiu rendimento mínimo exigido para aprovação.

CAMPUS IBIRAMA

- Acompanhamento de alunos com deficiência e necessidades específicas.
- Orientação à família, aos professores e aos coordenadores de curso.
- Participação no Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência.
- Assessoramento aos professores conforme demanda desses.

CAMPUS RIO DO SUL

- Triagem para identificação dos estudantes com necessidades específicas e encaminhamentos necessários àqueles que ainda não haviam sido atendidos;
- Organização de fichas-avaliativas. Considerando o pouco conhecimento dos professores em relação às diferentes necessidades específicas dos estudantes, o NAPNE elaborou fichas-avaliativas com características gerais de alguns transtornos de aprendizagem, do TDA/H, das AH/S entre outras. Com estas visamos facilitar a caminhada do docente no processo de identificação de sintomas apontem algum “entrave” para a plena aprendizagem do aluno;
- Roteiro de entrevistas para primeiro contato com estudante. Considerando as diferentes realidades do nosso *campus*, organizamos roteiro de entrevistas para o primeiro contato com o estudante que tenha algum tipo de necessidades específicas. Tal roteiro foi adaptado para atender adolescentes, jovens e adultos.

CAMPUS SANTA ROSA DO SUL

- Participação do NAPNE na Semana de integração com alunos das 1º Séries;
- Realização de entrevista com alunos ingressantes, juntamente com a equipe de Orientação Educacional;
- Participação e colaboração nas reuniões pedagógicas e de pais;
- Participação em comissões, grupos de trabalho e na organização de Eventos do IFC.
- Orientação sobre questões de inclusão;
- Proposição e participação de momentos reflexivos envolvendo discentes e docentes na busca por melhoria das questões inclusivas no processo pedagógico;
- Realização da Semana de Luta Pelos Direitos das Pessoas com Deficiência. O evento teve como objetivo proporcionar momentos de discussão a respeito dos direitos das pessoas com deficiência. A programação do evento contou com apresentações culturais de APAES da região, Palestra sobre Políticas de Inclusão e as Deficiências, Palestra sobre o programa Cão-Guia com Treinadores do programa do Campus IFC Camboriú. Teve como público-alvo docentes e discentes;
- Participação no projeto “Temas Transversais “, trabalhando questões de inclusão;
- Participação nos pré-conselhos, conselhos e pós-conselhos de Classe;
- Participação nas Reuniões de Pais ocorridas durante o ano;
- Atendimento Educacional de alunos com deficiências ou necessidades específicas (apoio pedagógico, realização de provas, conversa com professores e pais). O Atendimento foi voltado para alunos com dificuldades de aprendizagem.

CAMPUS AVANÇADO SOMBRIO

- Reuniões trimestrais de Planejamento e ações a serem executadas.
- Palestra com o terapeuta ocupacional Regis Nepomuceno, que apresentou sua experiência em Reabilitação de pessoas com deficiências. Teve como público-alvo aproximadamente 40 alunos do curso superior de Licenciatura em Matemática;
- -Visita dos Cães Guia, do Centro de Formação de Treinadores e Instrutores de Cães-Guia

do *Campus* Camboriú. A atividade foi destinada aos alunos do ensino médio, no *Campus* Sombrio;

- Realização de oficina sobre educação inclusiva, na qual foi realizado uma breve contextualização histórica e trabalhos os comportamentos adequados no contato com pessoas com deficiência. Aproximadamente 100 alunos do 1º ano de ensino médio participaram da oficina;
- Realização de atividade paraolímpica, desenvolvida em parceria com professor de educação física do *campus*. Participaram aproximadamente 100 alunos do ensino médio, que realizaram atividades de simulação de alguns esportes paraolímpicos.

CAMPUS SÃO FRANCISCO DO SUL

- Atendimentos aos alunos do ensino médio integrado e ensino superior identificados com alguma necessidade específica.
- Realização de um evento para toda a comunidade local em alusão ao Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência (21/09/2016), motivado pela necessidade de desenvolver uma cultura inclusiva na instituição.
- Foram feitos acolhimentos e orientações aos alunos, bem como, estudos das necessidades em reuniões pelo núcleo, a fim de verificar em consenso como conduzir melhor cada caso. Também foram realizados alguns encaminhamentos para conhecimento e providências junto à Coordenação de Curso e Direção-Geral de Ensino.
- Participação do NAPNE em reunião por videoconferência convocada pelo NAPNE/Reitoria- Pessoas Envolvidas: membros do NAPNE/SFS.
- Foi realizado um levantamento de todos os alunos que se declararam com alguma deficiência, problemas de saúde, dificuldades, entre outras (...) no ato da matrícula (início e meio do ano de 2016), que poderiam ser caracterizados como público de atendimento do NAPNE - Pessoas envolvidas: Secretária do NAPNE (Josiane Kerber de Moraes – Auxiliar Administrativo).
- Todos os alunos identificados no ano de 2016 com alguma necessidade específica foram chamados para uma triagem (entrevista seguindo-se um roteiro semiestruturado), a fim de verificar as reais necessidades e possíveis adequações. As informações pertinentes foram repassadas nas reuniões para o núcleo, assim como as necessidades apontadas pelos alunos aos Coordenadores de Cursos.
- Foi realizado um evento intitulado como: “Momento Educação Inclusiva” para toda a comunidade em alusão ao dia 21/09 - Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência. Este evento pode ser considerado a maior ação do NAPNE no Campus. Desde o ano de 2015, tem-se procurado manter a data para marcar o dia e contribuir para desenvolver uma cultura inclusiva na instituição. Foi realizado um ciclo de palestras sobre inclusão e acessibilidade, para conscientizar e sensibilizar a comunidade acerca da questão da deficiência/necessidade específica.

7 – DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

7.1 - DESEMPENHO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO

Ao longo do primeiro semestre do ano, o repasse financeiro permaneceu abaixo de 45% em relação ao total liquidado por mês de referência, acarretando dificuldades no pagamento das despesas. A partir do segundo semestre, houve uma alteração neste cenário, onde os repasses financeiros aumentaram, dando maior possibilidade de gerência destes recursos. Houve ainda uma padronização dos repasses financeiros em relação aos períodos que os mesmos ocorriam, auxiliando na administração das contas a pagar, mesmo embora não se tinha como prever o volume financeiro que seria recebido. Esta situação é prejudicial, pois causa insegurança para os fornecedores e perigos à administração pública, uma vez que há o risco de se pagar multas e juros contratuais. Em alguns campi foi detectada ainda, uma deficiência em relação à demanda dos trabalhos e o quantitativo financeiro recebido, onde em alguns períodos priorizava-se a liquidação das despesas para em momento futuro, se realizasse os pagamentos das mesmas.

7.2 - TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS

Contextualização

Ao longo do ano de 2016, o IFC procurou se adequar às normas contábeis vigentes, em especial ao manual aplicado ao setor público e as NBC T 16.9 (estabelece critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação, da amortização e da exaustão) e NBC T 16.10 (estabelece critérios e procedimentos para a avaliação e a mensuração de ativos e passivos integrantes do patrimônio de entidades do setor público).

Até meados de 2016, o tratamento contábil da depreciação não vinha sendo dado aos bens patrimoniais dos campi e Reitoria, exceto os bens do Campus Araquari, que passou a fazê-lo em sistema próprio, a partir de 2014.

Tendo assumido a nova gestão em fevereiro de 2016, foi encaminhado aos Diretores Gerais e Reitora, através da PROAD, alerta por comissão de contadores sobre o prazo derradeiro de 31/12/2016 para a realização da depreciação, conforme estabelecido na Portaria STN nº 548 de 24/09/2015.

A gestão decidiu realizar a depreciação dos bens de todo IFC pelo SIPAC – Sistema de Patrimônio, Administração e Contratos, através de funcionalidade própria do Módulo Patrimônio que já estava em processo de implantação.

A implantação (deixar pronto para uso) do Módulo de Patrimônio necessário para realizar a depreciação dos bens teve início no segundo semestre de 2015 concomitantemente à implantação dos Módulos Catálogo de Materiais e Almoxarifado e a operação (efetivo uso) teve início a partir de julho de 2016, tendo em vista o extensivo trabalho de preparação da base de dados dos bens patrimoniais a ser migrada para o Sistema, realizado por grupos de trabalho institucionais e locais específicos, instruídos pela PROAD: padronização institucional do catálogo de materiais dos campi e Reitoria; padronização institucional da classificação da despesa orçamentária dos bens dos campi e Reitoria; desfazimento de bens dos campi e Reitoria. Para a execução destas ações de preparação da base de dados de bens patrimoniais foram criados os respectivos manuais de procedimentos pela comissão institucional de contadores e distribuídos aos campi com a coordenação dos trabalhos feita pela PROAD.

Em julho de 2016, concomitantemente ao início da operação do Módulo Patrimônio nos campi e Reitoria foram constituídas comissão institucional (central) e comissões locais para

realizarem a reavaliação dos bens do IFC para fazerem a apuração do valor reavaliado e vida útil residual dos seus bens, bem como a definição de data de corte da reavaliação, 04/10/2017, dados necessários a serem registrados no Módulo Patrimônio para que o SIPAC realizasse automaticamente a depreciação mensalmente.

O Manual Institucional de Reavaliação e Redução a Valor Recuperável dos Bens Móveis do IFC, elaborado por comissão de contadores foi o documento norteador dos trabalhos das comissões locais. A comissão institucional, composta por representante das comissões locais, com a participação em reuniões de diretores de administração e planejamento, contadores e coordenadores de patrimônio articulou, negociou, orientou, coordenou e definiu diretrizes para a realização dos trabalhos das comissões locais. Junto com a comissão de contadores a PROAD ratificou a orientação para que os campi, antes de iniciar o processo de reavaliação, fizessem uma análise detalhada da composição das contas contábeis, para identificar se havia necessidade de reclassificar algum bem. Também orientaram que as comissões de baixa e desfazimento realizassem análises dos bens patrimoniais, a fim de identificar se havia algum bem ocioso ou em condições inadequadas de uso (antieconômico, recuperável ou irrecuperável), procedendo então com o devido desfazimento. Realizadas estas duas ações iniciais, os campus já tinham condições de reconhecer quais bens deveriam ser reavaliados.

Logo que o Módulo Patrimônio foi colocado em operação (efetivo uso) foi fornecida a cada uma das comissões locais pela Coordenação de Sistemas de Informação – CSI/Reitoria planilha de dados dos bens dos campi e Reitoria a serem reavaliados, extraídas estas do SIPAC e entregues às respectivas comissões locais para iniciarem o processo de reavaliação dos bens das UGs, cujos dados foram assim distribuídos: grupo de conta, objeto, descrição, número patrimonial, usuário/setor, mês/ano tombamento e valor contábil do bem.

A data de corte orientada para definir os bens a serem reavaliados foi 31/12/2015, desde que os bens adquiridos em 2016 começassem a depreciar a partir de sua aquisição. Do contrário, todos os bens deveriam ser reavaliados.

O Manual Institucional de Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável, elaborado por comissão dos contadores do IFC, instruiu as comissões locais sobre o processo de reavaliação dos bens, em conformidade com a NBC T 16.10, com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, as Macrofunções e outras diretrizes e regulamentos, estabelecendo diretrizes e metodologia de apuração dos valores da reavaliação.

Metodologia da Reavaliação dos Bens Móveis

As instruções e a metodologia de apuração dos valores da reavaliação estão declarados no Manual Institucional de Reavaliação e Redução a Valor Recuperável dos Bens Móveis do IFC, versão 2.0, disponibilizado às comissões locais. A seguir a transcrição da metodologia.

1º Passo:

1 – Realizar três pesquisas de preço em sites confiáveis ou junto a fornecedores para se chegar ao preço médio. De preferência a pesquisa deve conter registro da página acessada e a data do acesso (pesquisas realizadas pelo Mozilla Firefox contem estes dados). Caso não seja possível fazer as três pesquisas, a comissão deverá justificar.

2 – Pesquisar em atas de registro de preço de 2016 – apenas um valor encontrado;

3 – Na impossibilidade de obtenção dos valores utilizando um dos critérios mencionados acima, propõe-se que o valor bruto contábil atualizado seja apurado levando-se em conta o custo de aquisição dele próprio, corrigido pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado,

ou por outro índice que o venha substituir.

Caso não seja possível localizar o mesmo bem para realizar a pesquisa de mercado, poderá ser utilizado como forma de estimativa um bem idêntico ou similar novo.

2º Passo:

Deve-se localizar o bem a ser reavaliado, e examinar seu estado físico, classificando-o como ótimo, bom, regular, ruim ou muito ruim. A classificação da condição física do bem será utilizada para definir o valor reavaliado dos bens e também sua vida útil residual.

O julgamento do estado físico dos itens patrimoniais pode ser realizado por grupo de bens com as mesmas características, todavia, se dentro do grupo algum item estiver em condição física diferenciada, o mesmo deve ser avaliado individualmente, identificando-o, neste caso, pelo seu número patrimonial.

3º Passo:

Após atualizado o valor do bem (preço médio das pesquisas de mercado, ou valor encontrado em ata de registro de preço de 2016, ou ainda preço de comercialização ou custo histórico corrigido pela variação do índice do IPCA) e também definido seu estado físico, ele deve ser multiplicado pelo fator de reavaliação correspondente ao apresentado na Tabela a seguir, a qual foi definida com base em metodologia aplicada pelo Tribunal de Contas da União:

Quadro 125: Fatores de Reavaliação e Grupos de Bens Móveis

Grupos	Bens adquiridos com até 2 (dois) anos de uso	Bens adquiridos com mais de 2(dois) anos de uso				
		Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Muito Ruim
Informática e eletrônicos	100%	70%	60%	50%	40%	35%
Veículos	100%	100%	90%	80%	70%	60%
Mobiliário em geral	100%	80%	70%	50%	40%	30%
Demais bens móveis	100%	80%	65%	50%	40%	25%

No caso específico de veículos, o valor de referência de mercado deveria ser obtido por meio da tabela do preço médio da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), o qual seria confrontado com as condições gerais do veículo. O laudo de vistoria emitido individualmente, que contemplará a avaliação dos seus itens componentes relevantes, ensejará o enquadramento no fator de reavaliação indicado na Tabela acima.

4º Passo:

Por último, é determinada a vida útil residual ou remanescente dos bens, necessária para estabelecer os critérios de depreciação. Quando o bem é tombado, representa a quantidade total de meses de sua vida útil. Quando passa por reavaliação ou redução a valor recuperável, passa a ser a

quantidade de meses restantes de sua vida útil, estimada pela Comissão de reavaliação. Para os bens que foram reavaliados, sugeriu-se que a vida útil remanescente fosse calculada utilizando os mesmos critérios de atribuição das condições gerais de conservação e uso apresentados na Tabela acima, como segue tabela exemplo:

Quadro 126: Demonstração do Cálculo do Valor Reavaliado e da Vida Útil Remanescente

Grupos	Bens adquiridos com até 2 (dois) anos de uso	Bens adquiridos com mais de 2(dois) anos de uso					Condições gerais de uso e conservação	Preço de bem novo (em R\$)	Valor atualizado do bem (valor reavaliado)	Vida útil (em anos)	Vida útil remanescente / residual (em anos)
		Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Muito Ruim					
eletrônicos	100%	70%	60%	50%	40%	35%	ÓTIMO	1.000,00	700,00	5	3,5
Veículos	100%	100%	90%	80%	70%	60%	MUITO RUIM	40.000,00	24.000,00	15	9
Mobiliário em geral	100%	80%	70%	50%	40%	30%	REGULAR	100,00	50,00	10	5
Demais bens móveis	100%	80%	65%	50%	40%	25%	-	-	-	-	-

Todavia, enfatizou-se que este método de atribuição da vida útil remanescente do bem é uma sugestão. A Comissão poderia ter outro entendimento e definir outro método ou um tratamento individualizado para casos singulares, como, por exemplo, uma mesa de madeira de lei, que possui durabilidade muito superior a outros tipos de matéria-prima.

Sobre a depreciação, o método de cálculo orientado para utilização é o das quotas constantes, conforme padronizado para uso na administração pública direta, autárquica e fundacional. O cálculo da depreciação é feito utilizando o custo do bem menos o valor residual dividindo-se pelo número de períodos da vida útil.

Quadro 127: Vida Útil e Valor Residual por Conta Contábil

Conta	Descrição	Vida útil (anos)	Valor residual
12311.01.01	Aparelhos de Medição e Orientação	15	10,00%
12311.01.02	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	10	20,00%
12311.01.03	Equipam/Utensílios Médicos, Odonto, Lab e Hospitalares	15	20,00%
12311.01.04	Aparelho e Equipamento p/esportes e diversões	10	10,00%
12311.01.05	Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro	10	10,00%
12311.01.06	Máquinas e Equipamentos Industriais	20	10,00%
12311.01.07	Máquinas e Equipamentos Energéticos	10	10,00%
12311.01.08	Máquinas e Equipamentos Gráficos	15	10,00%
12311.01.09	Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	10	10,00%
12311.01.10	Equipamentos de Montaria	5	10,00%
12311.01.11	Equipamento e Materiais Sigiloso e Reservados	10	10,00%
12311.01.12	Equipamentos, Peças e Acessórios p/automóveis	5	10,00%
12311.01.13	Equipamentos, Peças e Acessórios Marítimos	15	10,00%
12311.01.14	Equipamentos, Peças e Acessórios Aeronáuticos	30	10,00%
12311.01.15	Equipam. Peças e Acessórios Proteção ao voo	30	10,00%
12311.01.16	Equipamentos de Mergulho e Salvamento	15	10,00%
12311.01.17	Equipam de Máquinas e Motores navios esquadra	-	-
12311.01.18	Equipamentos de manobras e patrulhamento	20	10,00%
12311.01.19	Equipamento de proteção e vigilância ambiental	10	10,00%
12311.01.20	Máquinas e Utensílios Agropecuário/rodoviário	10	10,00%
12311.01.21	Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	10	10,00%
12311.01.23	Máquinas e equipamentos – construção civil	20	10,00%
12311.01.24	Máquinas e Equipamentos Eletroeletrônicos	10	10,00%
12311.01.25	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	10	10,00%
12311.01.99	Outras Máquinas, Equipamentos e Ferramentas	10	10,00%
12311.02.01	Equipamentos de Processamento de Dados	5	10,00%
12311.03.01	Aparelhos e Utensílios Domésticos	10	10,00%
12311.03.02	Máquinas e Utensílios de Escritório	10	10,00%
12311.03.03	Mobiliário em geral	10	10,00%
12311.03.04	Utensílios em geral	10	10,00%
12311.04.02	Coleções e Materiais Bibliográficos	10	0,00%
12311.04.03	Discotecas e Fimotecas	5	10,00%
12311.04.04	Instrumentos Musicais e Artísticos	20	10,00%
12311.04.05	Equipamentos para áudio, vídeo e foto	10	10,00%
12311.04.06	Obras de arte e peças para exposição	-	-
12311.04.07	Máquinas e Equipamentos para fins Didáticos	10	10,00%
12311.04.99	Outros materiais culturais, Educacionais e de comunicação	10	10,00%
12311.05.01	Veículos em geral	15	10,00%
12311.05.02	Veículos Ferroviários	30	10,00%
12311.05.03	Veículos de Tração Mecânica	15	10,00%
12311.05.04	Carros de Combate	30	10,00%
12311.05.05	Aeronaves	-	-
12311.05.06	Embarcações	-	-
12311.09.00	Armamentos	20	15,00%
12311.10.00	Semoventes	10	10,00%
12311.99.04	Armazéns estruturais - coberturas de lona	10	10,00%
12311.99.09	Peças não incorporáveis a imóveis	10	10,00%

Em relação a vida útil e valor residual dos bens, a orientação que foi dada para os setores competentes é de utilizar as mesmas informações definidas pela STN por meio da Macrofunção 02.03.30, as quais foram padronizadas para todos os órgão da administração pública direta, autárquica e fundacional, e que constam no quadro a seguir:

No momento dos registros da reavaliação no SIAFI, observou-se o seguinte: ocorrendo reavaliação ou redução ao valor recuperável para um mesmo elemento do ativo ou elementos distintos dentro de um mesmo grupo de contas, realizou-se lançamentos distintos para cada caso.

Por se tratar de reavaliação inicial para proceder-se com a depreciação, os lançamentos contábeis foram tratados como ajustes de exercícios anteriores.

O registro em ajustes de exercícios anteriores ocorreu conforme Macrofunção 02.03.30 que trata que o reconhecimento decorrente de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, devendo impactar diretamente o patrimônio líquido e ser evidenciado em notas explicativas.

A Depreciação dos Bens Móveis

A PROAD através da Comissão Institucional de Reavaliação dos Bens Móveis e Comissão Institucional de Operação do SIPAC instruiu os campi para que, concluída a reavaliação, tomassem os laudos de reavaliação por grupo de material, elaborados pela comissão local, e fizessem o registro/atualização dos valores reavaliados (novo valor e nova vida útil dos bens), por item, no Módulo Patrimônio até o prazo de 31/12/2016, para garantir o cumprimento da depreciação estabelecido na Portaria STN nº 548/2016.

Não obstante, todo o esforço demandado pela nova gestão nos campi e Reitoria para cumprimento da normativa em prazo curto, desde o início dos trabalhos de implantação (deixar pronto para uso) até a operação (uso efetivo) e a reavaliação a partir de julho de 2016 (houve pendências da depreciação de bens dentro prazo estabelecido em algumas UGs. Houve casos de campi que não realizaram a depreciação na íntegra, ficando pendente a depreciação de parte dos seus bens móveis devido à necessidade de apurarem a localização de bens não encontrados, de fazerem ajustes da classificação da natureza orçamentária de determinados itens, devido à impossibilidade de desfazimento de bens em ano eleitoral, bem como à necessidade de fazerem ajustes entre a base de dados dos bens registrados em sistemas ou controles próprios e antigos e a base de dados migrada para o sistema institucional SIPAC, necessários para a identificação dos bens a serem submetidos à reavaliação. No que a PROAD instruiu por meio de comunicação oficial que os ajustes para garantir a reavaliação e o registros dos valores no SIPAC e a consequente depreciação dos bens pendentes fossem feitos durante o mês de janeiro, até o dia 31.

Assim, o IFC atendeu parcialmente os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 dentro do prazo estabelecido na Portaria STN nº 548/2016.

O Campus Araquari declarou ter sido vanguarda na depreciação do bens por sistema próprio deste o ano de 2014 até julho de 2016. Contudo a operação (efetivo uso) do módulo SIPAC de Patrimônio a partir de julho de 2016 não foi concluída em tempo hábil pelos Campus para que fosse realizado o lançamento da depreciação.

O Campus Rio do Sul declara que está em fase de adaptação ao Sistema Patrimonial (SIPAC) adquirido em 2016 pelo órgão responsável e que a implantação do Sistema Patrimonial nas Unidades Gestoras iniciou em 2016. Declara ainda que no ano em questão o Campus Rio do Sul passou por grandes mudanças na direção e em várias coordenações. Uma das coordenações que mais sofreu com as mudanças ao longo do ano foi a coordenação do patrimônio, houve três alterações. Estas mudanças afetaram o bom andamento dos trabalhos de implantação do sistema patrimonial na instituição. A PROAD, junto com a Coordenação de Sistemas – CSI/PRODIN e anuência do Gabinete da Reitoria,, tratando o caso específico como institucional, deu todo apoio e suporte necessários e exclusivos para que o Campus Rio do Sul supera-se as dificuldades

declaradas, a fim de garantir a preparação e migração de sua base de dados para o Módulo Patrimônio, bem como a operação deste Módulo, a reavaliação dos seus bens e o registro dos valores da reavaliação no SIPAC para início da depreciação dentro do prazo limite de 31/12/16, determinado pela portaria STN 548/2016.

Ao final de cada mês, as coordenações de patrimônio nos campi e Reitoria extraem do sistema (SIPAC) o Relatório Mensal de Bens – RMB Sintético, o qual contém uma coluna indicando o valor da reavaliação e da redução realizada no período, bem como da depreciação já calculada pelo sistema para todos os bens, conforme parametrizado, por grupo de material. Com base em tais informações, o setor contábil efetua os devidos lançamentos no SIAFI.

A metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo, do cálculo e taxas utilizadas são definidas na Macrofunção SIAFI 02.03.30 - Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações.

A Reavaliação e a Depreciação dos Materiais Bibliográficos e Audiovisuais

A Reavaliação das Coleções e Materiais Bibliográficos foi tratada como um projeto de trabalho à parte dos demais grupos de materiais ou contas contábeis, tendo em vista a especificidade destes bens móveis, cujas atividades de controle patrimonial recebimento, tombamento, movimentação, conservação e manutenção, desfazimento, avaliação e inventário são atribuições específicas das bibliotecas ou das coordenações de patrimônio, ou compartilhadas entre eles, através dos Sistemas Pergamum, SIAFI e sistemas ou controles próprios dos campi, sob a necessária coordenação e supervisão das diretorias de administração e planejamento.

Com a implantação(deixar pronto para uso) do Módulo Patrimônio do SIPAC veio à tona a discussão sobre a utilização do Módulo Biblioteca Patrimônio, que trata o controle patrimonial das Coleções e Materiais Bibliográficos de modo específico e independente do Módulo Patrimônio “Geral”, e sobre o Módulo Biblioteca Acadêmico. Tendo em conta o pleno uso e aceitação do sistema Pergamum pelas bibliotecas do IFC, a alta gestão do IFC decidiu aprofundar a discussão e os conhecimentos daqueles módulos entre a PROAD, PROEN, Coordenação de Sistemas de Informação e Coordenação de Sistemas de Bibliotecas para tomar decisão acerca da utilização e substituição ou não do Pergamum.

Assim, a PROAD, área de negócio responsável pela implantação dos módulos do SIPAC decidiu excluir os bens especiais Coleções e Materiais Bibliográficos do tratamento da base de dados a serem migrados para o Sistema e tratar a implantação(deixar pronto para uso) e a operação(uso efetivo) do Módulo Biblioteca Patrimônio em momento posterior a operação do Módulo Patrimônio “Geral” em julho/2016, com base nos encaminhamentos gerados pelo aprofundamento da discussão e conhecimentos.

Com a operação do Módulo Patrimônio “Geral” no início do segundo semestre de 2016, teve início o processo de reavaliação dos bens móveis do IFC, exceto as Coleções e Materiais Bibliográficos, para garantir o prazo derradeiro de execução da depreciação até o final de 2016, determinado pela Portaria STN nº 548/2016.

A Comissão de Contadores apresentou alerta aos gestores que também as Coleções e Materiais Bibliográficos deveriam ser reavaliados e depreciados em cumprimento ao prazo da normativa. No que a PROAD tratou a reavaliação destes bens especiais como um projeto e com um plano de trabalho à parte dos demais bens móveis que vinham sendo realizados por comissões locais com a coordenação da comissão institucional (central).

Foi constituída uma única comissão institucional de reavaliação das Coleções e Materiais Bibliográficos, composta pelo coordenador geral de sistemas de biblioteca como presidente, pelos bibliotecários dos campi como membros locais, pelo coordenador da comissão institucional de reavaliação dos demais bens móveis, o qual instruiu e acompanhou as ações com o suporte da contabilidade da Reitoria.

Para garantir a depreciação em tempo hábil, foi tomada a mesma decisão com respeito aos demais grupos de bens móveis:

- Preparar e padronizar a base de dados dos acervos bibliográficos e audiovisuais dos campi e Reitoria e migrá-la para o SIPAC, procedimentos realizados pela Coordenação Geral de Sistemas de Biblioteca com o suporte da Comissão Institucional de Operação do SIPAC e da Coordenação de Sistemas de Informação, Foram estes os procedimentos de preparação da base de dados: padronização do catálogo de materiais, reclassificação do grupo de material de determinados itens e a separação de bens para o desfazimento.
- Apurar os valores reavaliados e vida útil residual de cada item, bem como definir a data de corte, dados a serem registrados no SIPAC para que o sistema realizasse a depreciação automática. Ação esta, realizada pela Comissão Institucional de Reavaliação do Acervo Bibliográfico e Audiovisual, com o suporte da Comissão Institucional de Reavaliação do Bens Móveis.

Os trabalhos da Comissão Institucional foram norteados pelo mesmo Manual Institucional de Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável, versão 2.0, utilizado para a reavaliação dos demais bens móveis.

O presidente da comissão, coordenador de sistemas de bibliotecas, constatou que a alternativa viável para que a reavaliação fosse executada a contento e no prazo estabelecido foi realizar o inventário dos acervos bibliográficos e audiovisuais em cada campi e tratá-los de forma unificada, na medida em quase na sua totalidade estavam dispostos como base de dados unificada no Pergamum até 24/11/2016, data da extração de dados para a padronização do catálogo de materiais no SIGAA.

Metodologia da Reavaliação do Acervo Bibliográfico e Audiovisual

Não obstante a Comissão ter-se baseado no Manual Institucional de Reavaliação, versão 2.0, julgou-se que, dado o caráter destes bens especiais, a metodologia de reavaliação proposta não atenderia às suas especificidades. Assim, foi adotada metodologia diversa que acatada mediante justificativa.

A massa de dados foi composta para o grupo 5218 – COLECOES E MATERIAIS BIBLIOGRAFICOS, de 150.572 exemplares, distribuídos entre 45.793 títulos e para o grupo 5219 – DISCOTECAS E FILMOTECAS, de 2832 exemplares, distribuídos entre 1712 títulos.

Os motivos do enquadramento desta massa de dados foram a constatação de que cerca de 35% dos títulos estavam presentes em mais de um campus e que o seu processamento em separado, redundaria em desperdício de tempo e energia, e também o curto prazo de tempo disponibilizado, na medida em que demanda foi entregue à Coordenação do Sistema Bibliotecas em 21/09/2016 e com prazo final de conclusão até 29/12/2016.

Em virtude desse prazo, não haveria como realizar a demanda no modelo sugerido no item 2.4.3 no Manual de Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis, versão 2.0, elaborado pela Comissão de Contadores e disponibilizado pela PROAD, que propunha a apuração dos valores reavaliados dos bens de cada campus por suas respectivas comissões locais, conforme os 1º, 2º, 3º e 4º passos descritos acima na Metodologia de Reavaliação dos Bens Móveis.

No modelo proposto seria necessário a obtenção de 3 orçamentos para cada título e posterior planificação dos valores obtidos para determinar um valor médio para ser atribuído ao título, isso resultaria na necessidade de obtenção de 137.379 orçamentos.

Para outros bens móveis que não os materiais bibliográficos os critérios de apuração dos valores reavaliados poderiam ser atendidos, porém, os materiais bibliográficos são ímpares em seu

conteúdo e o seu valor, em linhas gerais, é proporcional a relevância intelectual impresso em suas páginas.

Para o julgamento por mérito da relevância intelectual seria necessário estruturar comissões por áreas de conhecimento para avaliação do conteúdo das obras, mas esse processo seria também impraticável no prazo disponível.

Não obstante também devem ser considerados como condições dificultantes para a obtenção dos valores de mercado, as situações das obras antigas, que podem estar esgotas nas livrarias ou fora dos catálogos das editoras, de editoras que encerraram as atividades, de edições anteriores a vigente e indisponíveis no mercado de livros usados.

Por estes motivos, optou-se por utilizar o custo histórico corrigido pela variação do índice do IPCA para os materiais bibliográficos e audiovisuais, que possuíam as informações de valores de aquisição e origem em empenhos anteriores a 2016, registradas no Pergamum.

Ao processar a massa de dados, foi constatado que ocorreu uma falha na importação da unidade monetária nos dados de aquisição para o Pergamum em sua implementação, sendo unicamente encontrada a unidade monetária de Real, mesmo para registros de aquisição com data anterior a implementação da moeda.

Por este motivo, os valores com data de aquisição anterior a 30/06/1994 foram desconsiderados.

Decorrente dessa observação, constatou-se que em conjuntos de registros de exemplares de uma mesma obra e proveniente da mesma nota fiscal, a discrepância de valores por erro na digitação dos valores, usualmente na forma de uma casa decimal à maior.

Por este motivo adotou-se a revisão manual de todos os valores registrados acima de R\$ 500,00 e, em caso do valor ser incompatível com a obra e não fosse um erro de digitação, o valor seria desconsiderado.

Não havia tempo hábil para localizar e consultar os processos de aquisição antigos que estavam arquivados nos Campus.

É necessário informar que, por falta de conhecimento e orientação, as bibliotecas do IFC, com exceção do Campus de Ibirama, de que os materiais recebidos em doação não eram patrimoniados e, portanto, não possuíam um valor de mercado atribuído, nem data de aquisição.

Para determinar o valor de entrada que seria atribuído para as obras que tiveram o valor registrado desconsiderado e para as obras recebidas em doação, adotou-se o preço médio das obras adquiridas no mesmo ano do registro no Pergamum.

Devido à ausência de dados para estratificar valores para os acervos anteriores a criação do IFC em 29/12/2008, foi tomada por base a soma de todos os valores registrados na rubrica de materiais bibliográficos no SIAF em 31/12/2009 e dividido pelo total de exemplares existentes nos acervos do IFC até 31/12/2009, a fim de se obter um preço médio para ser usado a todas as obras com data de aquisição anterior à 31/12/2009.

Os demais valores para as médias anuais foram extraídos das informações registradas no Pergamum, conforme o quadro abaixo:

Quadro 128: Demonstração da Apuração do Preço Médio dos Itens do Acervo Bibliográfico e Audiovisual

Ano	Valor Total	Total Exemplares	Valor médio
Até 2009	R\$224.294,24	5226	R\$42,92
2010	R\$198.912,91	2413	R\$82,43
2011	R\$518.888,63	7100	R\$73,08
2012	R\$965.872,08	13118	R\$73,63

2013	R\$734.501,20	11205	R\$65,55
2014	R\$713.495,55	10176	R\$70,12
2015	R\$663.063,70	9742	R\$68,06
2016	R\$503.728,54	8019	R\$62,82

Para as obras que continham materiais adicionais, como CD-ROMs ou encartes, registrados no sistema, foi condicionado a fração de 10% do valor total ser distribuídas entre os materiais adicionais se houvessem mais de um.

Para os itens do grupo 5219 – DISCOTECAS E FILMOTECAS, os dados para estratificar eram dispares, pois um filme recreacional de natureza comercial têm um valor de mercado de lançamento entre R\$ 29,00 e R\$ 49,00 dependendo da mídia, enquanto que um vídeo de treinamento especializado de nosso acervo têm um valor de R\$ 337,54, muitos destes itens estão em Mídia obsoleto (Fita VHS) e a grande parte deste acervo é constituído de obras doadas. Por estes motivos, foi atribuído o valor referencial de R\$ 10,00, preço médio de mercado para filmes recreativos em DVD, que não são lançamentos.

As decisões acerca da forma da valoração das obras sem valor, foram acompanhadas pela PROAD na semana de 12 à 16/12/2016.

A avaliação do estado físico das obras foi realizada em conjunto com um processo de inventário, usando uma planilha de coleta de dados e registrando para cada exemplar, seu estado de conservação e vida útil estimada em anos, alinhada com proposta inicial do manual de reavaliação, porém exemplificada com fotos de livros para criar parâmetros referenciais para avaliar os livros nos acervos.

Cabe ressaltar que a natureza tempestiva dessa demanda, impactou negativamente no funcionamento das bibliotecas pois ocorreu no final do semestre e acarretou na suspensão de serviços e atendimento dos alunos e professores.

A fim de eliminar divergências e forçar a formalização do registro das baixas e perdas do acervo registradas no Pergamum, mas nem sempre formalizadas junto ao patrimônio, foram incluídos na exportação de dados todos os exemplares, independente da situação do exemplar informada no Pergamum.

Os fatos relatados indicam possíveis e relevantes discrepâncias entre os valores reavaliados e aqueles registrados no SIAFI.

Os valores reavaliados de mais de 140.000 itens foram apurados pelo grupo de trabalho formado pelo coordenador de sistemas de biblioteca e presidente da comissão de reavaliação de Coleções e Materiais Bibliográficos e o bibliotecário do Campus Avançado Sombrio.

A Depreciação do Acervo Bibliográfico e Audiovisual

Tendo sido apurados os valores da reavaliação (valor reavaliado e vida útil residual) constatou-se a inviabilidade de registro manual destes valores no SIPAC para determinar o início da depreciação automática, assim como feito pelos campi com os seus demais bens móveis, tendo em vista o curto tempo disponível da data de corte da reavaliação, 21/12/2016, até o prazo derradeiro para depreciação, 31/12/2016.

Assim, foi tomada a decisão encabeçada pela PROAD e sustentada pela Coordenação Institucional de Operação do SIPAC, pela Coordenação de Sistemas de Biblioteca e pela Coordenação de Sistemas de Informação, de fazer a migração do acervo bibliográfico e audiovisual para o SIPAC, como bens depreciáveis, já com o valor reavaliado atribuído como o valor de entrada do item e, como vida útil atualizada, a vida útil residual, apurados pela Comissão. Com isto, a depreciação foi efetuada pelo sistema após 30 dias e constatada no RMB do mês de janeiro/2017.

Tendo em vista esta decisão, o histórico da reavaliação realizada não pôde ser registrada no

SIPAC, porém, documentada no processo administrativo da reavaliação destes bens especiais.

Impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pela UPC no exercício.

REITORIA/ CAMPUS AVANÇADO ABELARDO LUZ

Na reitoria, o processo foi finalizado, ocorrendo apenas a pendência de alguns bens que não foram localizados, mas que estão em processo de localização, sendo os mesmos contabilizados conforme a legislação. Os cálculos de vida útil dos bens do ativo, foram baseados na macrofunção 020330 – depreciação, amortização e exaustão na administração direta da união, autarquias e fundações públicas, que traz, por grupo de bens, o percentual de valor residual e de vida útil restante.

A metodologia adotada de depreciação é a das cotas constantes. Como não houve a aplicação da depreciação e amortização em exercícios anteriores, em 2016 houve uma grande alteração nos valores patrimoniais da instituição, garantindo a fidedignidade das informações contidas nos balanços patrimoniais. Os estoques são reavaliados com base na média ponderada, já a mensuração das disponibilidades, créditos e dívidas não são realizados.

CAMPUS ARAQUARI

A depreciação dos bens móveis do Campus Araquari foi lançada no SIAFI até o mês de junho de 2016 para os bens ingressantes a partir de janeiro de 2014. Isso ocorreu devido a troca de sistema próprio, o SIGA-ADM, para o SIPAC, sistema institucional. Contudo a operação (efetivo uso) do módulo SIPAC de Patrimônio a partir de julho de 2016 não foi concluída em tempo hábil pelo Campus Araquari para que fosse realizado o lançamento da depreciação utilizando o sistema SIPAC.

Os estoques do almoxarifado são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou no valor de produção, com a implantação do Módulo Almoxarifado do SIPAC a partir do mês de setembro de 2016 começou a ser realizada a baixa do almoxarifado, antes, no entanto, como não havia um sistema de controle que proporcionasse informação fidedigna, não era realizada a baixa de valores de material de consumo.

O impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado econômico apurado pelo Campus Araquari é observado, principalmente, no montante da depreciação acumulada de bens móveis, que somou em 2016, R\$ R\$ 106.145,35 ressalta-se que a depreciação foi lançada até o mês de junho de 2016 no sistema antigo próprio do campus. Depois desse período, a partir de julho de 2016, houve a mudança de sistema e início da operação institucional do Módulo do Patrimônio no SIPAC, que não está em operação na sua totalidade neste campus.

CAMPUS BLUMENAU

Ressaltamos que no Campus Blumenau não há direitos de propriedade com prazo legal de utilização para amortizar, ou exploração de recursos minerais ou florestais para exaurir.

Em 2016, os valores de reavaliação, redução e depreciação apropriados pelo Campus Blumenau, com dados nos dados fornecido pelo RMB do SIPAC, foram os seguintes:

Quadro 129: Demonstração do Impacto da Reavaliação e da Depreciação no Campus Blumenau

Grupo	Conta Contábil	Descrição	Valor SIAFI	Reavaliação	Redução	Depreciação Acumulada
52.04	123.11.01.01	Aparelhos de Medição e Orientação	54.228,34	14.633,19	586,76	1.046,12
52.06	123.11.01.02	Aparelhos e Eqtos de Comunicação	5.390,49	777,26	1.865,16	117,66
52.08	123.11.01.03	Aparelhos e Equip. Utens. Med. Odont.	124.903,30	5.016,06	45.383,46	4.016,20
52.10	123.11.01.04	Aparelhos e Equip. p/ esportes	13.147,82	1.045,36	1.000,24	195,24
52.24	123.11.01.05	Equipamento Proteção Segurança Socorro	137.742,30	63,70	0,00	34,58
52.30	123.11.01.07	Máquinas e Eqtos energéticos	52.090,21	0,00	28.149,05	754,99
52.32	123.11.01.08	Máquinas e Eqtos gráficos	1.792,65	55,00	487,66	13,60
52.38	123.11.01.09	Máquinas, ferramentas e utens. Oficina	199.729,40	14.294,96	66.266,78	2.892,32
52.39	123.11.01.21	Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	166.628,11	45.034,96	7,19	3.186,53
52.34	123.11.01.25	Máquinas, utens. E Eqtos Diversos	118.907,80	48.586,57	5.758,62	1.980,71
52.35	123.11.02.01	Equipamentos de processamento dados	727.274,34	106.267,24	392.329,22	14.056,93
52.12	123.11.03.01	Aparelhos e utensílios domésticos	240.690,55	897,70	91.381,37	3.342,54
52.42	123.11.03.03	Mobiliário em Geral	772.501,94	28.295,12	148.150,16	12.405,82
52.18	123.11.04.02	Coleções e Materiais Bibliográficos	307.109,76	0,00	3.379,44	
52.26	123.11.04.04	Instrumentos Musicais e Artísticos	7.343,00	472,90	1.115,48	64,55
52.33	123.11.04.05	Equipamentos para áudio, vídeo e foto	105.663,43	912,98	26.251,72	2.160,80
52.48	123.11.05.01	Veículos em Geral	3.579,32	0,00	608,51	32,69
52.52	123.11.05.03	Veículos Tração Mecânica	208.020,06	0,00	88.065,36	1.999,26
99.07	123.11.09.07	Bens não Localizados	22.593,38	0,00	0,00	
52.51	123.11.99.09	Peças não incorporáveis a imóveis	22.691,69	0,00	3.733,02	338,91
			3.292.027,89	266.353,00	904.519,20	48.639,45

Em relação aos livros que não foram depreciados em 2016, esclarecemos que os mesmos foram reavaliados ao final do exercício de 2016, e a data base para sua depreciação foi definida como 21/12/2016. Assim sendo, os mesmos só serão depreciados a partir de janeiro de 2017.

CAMPUS BRUSQUE

Já está ocorrendo no SIPAC o cálculo da depreciação e registro da despesa de depreciação dos bens móveis de Brusque no SIAFI, em obediência ao princípio da competência

Os saldos da conta Depreciação Acumulada não reflete corretamente a situação patrimonial devido à falta de descrição e divulgação da metodologia de depreciação dos itens Coleções e Materiais Bibliográficos (conta Contábil 1.2.3.1.1.04.02) pela Comissão Institucional de Coleções e Materiais Bibliográficos até o momento. Com a migração deste grupo para o SIPAC com o valor reavaliado como valor de entrada, conforme declarado na introdução deste item, em 21/12/2016, a depreciação será registrada após 30, não ocorrendo deste modo, o cálculo e o registro da depreciação mensal e depreciação acumulada dos referidos bens até o momento.

CAMPUS CAMBORIÚ

No Campus Camboriú, o relatório final da reavaliação foi concluído antes do término do ano de 2016. Entretanto, com ressalvas, pois não houve o perfeito fechamento contábil entre os saldos existentes nas contas patrimoniais de bens moveis frente ao relatório encerrado em 31 de dezembro de 2016 gerado pelo sistema SIPAC.

Bens que deveriam ter suas baixas efetuadas como inservíveis, não foram baixados, em função ano eleitoral, resultando, assim, em saldos não devidos nas contas contábeis do SIAFI.

Em função da rapidez com que se deu a demanda, não houve tempo para a conciliação contábil antes de começados os trabalhos.

A contadoria do campus referiu a falta de descrição e divulgação da metodologia adotada na contagem, reavaliação ou redução ao valor recuperável de valores pertinentes a livros por parte da Comissão Institucional de Reavaliação das Coleções e Materiais Bibliográficos até o momento. Refere-se a imposição de um valor resultante relativamente elevado sem aparente fundamento, que parece justificado pela inclusão na lista de itens para reavaliação os livros doados pela UFSC não registrados no SIAFI.

Esta contadoria não efetuou o lançamento do valor proposto, por entender que a citada imposição fere os princípios contábeis da **Oportunidade, Princípio do Registro Pelo Valor Original, Princípio da Prudência**, entre outros correlatos. Sendo assim, evidentemente, não fora possível realizar os cálculos relativos à Depreciação.

Em 31 de dezembro de 2016, a representatividade dos valores de depreciação em relação aos bens móveis, não ultrapassa 0,5% do valor total dos bens patrimoniais daquele período, em nossa entidade. Aparentemente irrelevante. Entretanto fornecidos pelos relatórios gerenciais aqui gerados.

Os saldos encontrados após reavaliação e redução ao valor recuperável foram lançados a conta de ajuste de exercícios anteriores conforme orientações técnicas, não refletindo assim, no resultado apurado no final de 2016.

Entendemos que houve motivação quanto ao atendimento das NBC T's 16.9 e 16.10, em 2016, entretanto em vistas ao reduzido tempo para realização dos trabalhos de cadastramento, classificação, reclassificação, reavaliação e redução ao valor recuperável, não foi possível a exatidão nas informações contábeis em 31 de dezembro de 2016. Ficando para o ano de 2017 os ajustes e regularização dos valores que compõem as conta de patrimônio móvel.

CAMPUS CONCÓRDIA

O *campus* Concórdia, tendo em vista o grande volume patrimonial que compreende aproximadamente 15.000 itens e considerando o pouco tempo desde o início do processo até o seu prazo final, conseguiu atender cerca de 60% de todo o processo de reavaliação. E para atender, mesmo que parcialmente às NBC T's já citadas, foram efetuados somente os lançamentos de depreciação apurados, adiando-se por prudência os lançamentos de reavaliação e redução, até que o processo seja concluído no exercício de 2017.

Abaixo quadro com os valores de depreciação levantados através do sistema SIPAC que impactaram no resultado desta UG:

Quadro 130: Demonstração do Impacto da Reavaliação e Depreciação dos Bens Móveis do Campus Concórdia

DEPRECIÇÃO ACUMULADA				
Conta Contábil	Grupo Patrimonial	Depreciação Novembro	Depreciação Dezembro	Depreciação Acumulada
123110101	5204	6.985,57	479,55	7.465,12
123110102	5206	63,48	57,25	120,73
123110103	5208	2.983,89	3.696,18	6.680,07
123110104	5210	0,00	0,00	0,00
123110301	5212	107,33	19.339,01	19.446,34
123110402	5218	0,00	0,00	0,00
123110403	5219	0,00	0,00	0,00
123110105	5224	0,00	160,76	160,76
123110404	5226	0,00	169,30	169,30
123110106	5228	2,76	939,77	942,53
123110107	5230	0,00	1.201,34	1.201,34
123110108	5232	0,00	0,00	0,00
123110405	5233	0,00	830,25	830,25
123110125	5234	27,53	757,26	784,79
123110201	5235	380,35	24.676,53	25.056,88
123110302	5236	0,00	0,00	0,00
123110109	5238	0,00	293,13	293,13
123110121	5239	0,00	228,99	228,99
123110120	5240	12,04	113,64	125,68
123110303	5242	1.299,08	30.990,41	32.289,49
123111000	5246	0,00	18.066,02	18.066,02
123110501	5248	0,00	58,89	58,89
123119909	5251	6,85	262,71	269,56
123110503	5252	771,55	0,00	771,55
Total		12.640,43	102.320,99	114.961,42

O campus salienta que, em relação aos itens de acervo bibliográfico, contas 5218 – Coleções e Materiais Bibliográficos e 5219 – Discotecas e Filmotecas, não foram reavaliados em conjunto com os demais itens, pois demandam de critérios especiais para tal e sofrerão as modificações no decorrer do exercício de 2017.

CAMPUS FRAIBURGO

Quanto ao impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 no exercício de 2016, apresentam-se os dados do Campus Fraiburgo com base em dados do SIPAC e do SIAFI:

Quadro 131: Demonstrativa do Impacto da Reavaliação e Depreciação dos Bens Móveis do Campus Fraiburgo

Grupo de material	Conta PCASP	Descrição	Saldo Líquido (em dezembro)	Reavaliações realizadas	Reduções realizadas	Depreciação acumulada
5204	123110101	APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO	48740,06	9737,83	3208,38	616,32
5206	123110102	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	5401,84	839,79	813,8	90,18
5208	123110103	APARELHOS, EQUIP. E UTENS. MED., ODONT., LABOR. E HOSP.	88791,59	14814,53	9182,17	966,16
5210	123110104	APARELHOS E EQUIP. PARA ESPORTES E DIVERSÕES	3550,22	891,19		60,52
5212	123110301	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	111415,55	9552,44	8789,74	1833,06
5218	123110402	COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS	273499,93	82003,03		0
5219	123110403	DISCOTECAS E FILMOTECAS	37,71	0		0
5224	123110105	EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO	1671,28	405,34	95,9	28,16
5226	123110404	INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTÍSTICOS	2144,6	219,16		61,56
5228	123110106	MÁQUINAS E EQUIPAM. DE NATUREZA INDUSTRIAL	3316,39	1220,12		25,06
5230	123110107	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	191993,52	10957,19	131,66	2927,1
5233	123110405	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	88520,28	15239,31	13075,53	1552,39
5234	123110125	MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	12083,7	894,61	838,04	225,97
5235	123110201	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	739946,03	49080	169364,39	52442,03
5236	123110302	MÁQUINAS, INSTALAÇÕES E UTENS. DE ESCRITÓRIO	1466,22	0		33,78
5238	123110109	MÁQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DE OFICINA	3379,3	0	1008,03	79,84
5240	123110120	MAQ. EQUIP, UTENSÍLIOS AGRIC./ AGRÓP E RODOVIÁRIOS	163230,01	0	48691,17	3855,82
5242	123110303	MOBILIÁRIO EM GERAL	403137,78	15133,08	54633,28	7012,22
5251	123119909	PEÇAS NÃO INCORPORÁVEIS A IMÓVEIS	40589,57	990,83	2038,64	627,12
5252	123110503	VEÍCULOS DE TRACÇÃO MECÂNICA	113947,64	0	51094,66	1204,36
			2296863,22	211978,45	362965,39	73641,65

Importante esclarecer que sobre a Conta Coleções e Materiais Bibliográficos não houve somente uma reavaliação, mas também uma reclassificação para Discotecas e Fílmotecas (Devido ao desmembramento que foi feito para a reavaliação) e o fato de que nem tudo foi de fato uma reavaliação. Na verdade nem todos os livros que foram enviados para reavaliação estavam no

patrimônio anteriormente, por falta de documentos formais que mostrassem a entrada no patrimônio desses livros a mais até onde estou ciente. Toda forma, no fim do exercício de 2016, tendo em vista o princípio da essência sobre a forma, o desconhecimento de outra forma de fazer o lançamento, a consideração que em certo aspecto oficialmente a situação foi tratada como reavaliação e a depreciação que deveria ser implantada praticamente de forma imediata o lançamento a maior na conta Coleções e Materiais Bibliográficos foi feito todo como reavaliação.

Até o fechamento do exercício de 2016, não havia nenhum ajuste de depreciação a ser feito nas contas Coleções e materiais Bibliográficos e Discotecas e Fílmotecas. De acordo com e-mail recebido dia 28 de dezembro de 2016 da Contabilidade da Reitoria:

- O coordenador de biblioteca e coordenador da comissão, separou (desmembrou) os materiais adicionais aos livros como CDs e DVDs e os incluiu no Grupo 5219, para fins de otimização do controle patrimonial e de uso;
- A data base para depreciação dos livros foi definida como 21/12/16.”.

CAMPUS IBIRAMA

No ano 2016 foi efetuada a reavaliação dos bens do campus Ibirama. Os bens que constavam no patrimônio até a data 30/06/2016 foram reavaliados. Para esta atividade foi elaborado o Manual Institucional de Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis pelo GT de contadores do IFC, com base na NBC T 16.10, Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, Macrofunções 02.03.30 e 02.03.35, entre outros. Designou-se membros para formar a Comissão Interna de Reavaliação de bens do Campus Ibirama e apurou-se os valores atualizados dos bens.

A partir de então, iniciou-se o cálculo da depreciação dos bens, com data base em 04/10/2016, através do módulo Patrimônio, no sistema SIPAC. A depreciação foi gerada 30 dias após a data base, ou seja, novembro/16. Desde então, novembro/16, está sendo aplicada a NBC T 16.9, **exceto** quanto à conta contábil 123.11.04.02 – Coleções e Materiais Bibliográficos, cuja depreciação foi gerada em janeiro/17, pois a data base definida foi 21/12/16. Porém, até o momento, não foram efetuados os lançamentos de depreciação e reavaliação deste grupo, pois está sendo efetuadas averiguações de divergências existentes entre os itens importados para o SIPAC e os que constam registrados contabilmente.

Metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão

A metodologia utilizada para o cálculo da depreciação é o das quotas constantes.

O campus possui saldo na conta do Intangível, que refere-se a softwares que não possuem vida útil definida. Sendo assim, não se aplica o cálculo da amortização.

O campus Ibirama não possui bens ou direitos que sofram exaustão.

Taxas utilizadas para o cálculo da depreciação

A taxa de depreciação mensal está sendo gerada (ou atribuída) de acordo com a vida útil estimada pela Comissão de Reavaliação. Conseqüentemente, cada bem terá uma taxa de depreciação diferente, dependendo da vida útil. Abaixo consta uma tabela com alguns **exemplos** de bens por grupo.

A coluna VIDA ÚTIL representa o saldo de meses que o bem possuía desde a data de aquisição até o momento da reavaliação (data de corte). A coluna VIDA ÚTIL BASE PARA DEPRECIÇÃO representa o saldo de meses de vida útil após a reavaliação.

Quadro 132: Quadro do Impacto da Reavaliação Sobre a Vida Útil dos Bens Móveis do Campus Ibirama

CÓDIGO NOVO	CÓDIGO ANTIGO	DESCRIÇÃO CÓDIGO	VIDA ÚTIL	VIDA ÚTIL BASE PARA DEPRECIAÇÃO	VALOR RESIDUAL
1.2.3.1.1.01.01	14212.04.00	Aparelhos de Medição e Orientação	13 anos e 10 meses	12 ANOS	10,00%
1.2.3.1.1.01.02	14212.06.00	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	8 anos e 10 meses	7 anos	20,00%
			10 anos	10 anos	20,00%
1.2.3.1.1.01.03	14212.08.00	Equipam/Utensílios Médicos , Odontológicos	11 anos e 7 meses	9 anos e 9 meses	20,00%
			14 anos e 10 meses	12 anos	20,00%
			13 anos e 10 meses	12 anos	20,00%
1.2.3.1.1.01.04	14212.10.00	Aparelho e Equipamento p/Espportes	9 anos e 10 meses	8 anos	10,00%
			8 anos e 8 meses	6 anos e 6 meses	10,00%
1.2.3.1.1.01.07	14212.30.00	Máquinas e Equipamentos Energéticos	10 anos	10 anos	10,00%
			8 anos e 10 meses	7 anos	10,00%
			5 anos e 10 meses	4 anos	10,00%
1.2.3.1.1.01.08	14212.32.00	Máquinas e Equipamentos Gráficos	9 anos e 10 meses	8 anos	10,00%
			11 anos e 1 mês	8 anos	10,00%
1.2.3.1.1.01.09	14212.38.00	Máquinas, Ferramentas e Utensílios	9 anos e 10 meses	8 anos	10,00%
1.2.3.1.1.01.25	14212.34.00	Máquinas, Utensílios e Equipamentos	10 anos	10 anos	10,00%
			10 anos e 10 meses	10 anos	10,00%
			9 anos e 10 meses	8 anos	10,00%
1.2.3.1.1.02.01	14212.35.00	Equipamentos de Processamento de Dados	7 anos	7 anos	10,00%
			5 anos	5 anos	10,00%
1.2.3.1.1.03.01	14212.12.00	Aparelhos e Utensílios Domésticos	8 anos e 1 mês	8 anos	10,00%
			10 anos e 1mês	10 anos	10,00%
1.2.3.1.1.03.02	14212.36.00	Máquinas e Utensílios de Escritório	9 anos e 11 meses	7 anos	10,00%
			9 anos e 10 meses	8 anos	10,00%
1.2.3.1.1.03.03	14212.42.00	Mobiliário em Geral	10 anos	10 anos	10,00%
			10 anos e 10 meses	10 anos	10,00%

			8 anos	8 anos	10,00%
1.2.3.1.1.04.02	14212.18.00	Coleções e Materiais Bibliográficos	10 anos	10 anos	0,00%
	14212.19.00	Discotecas e Filmotecas	5 anos	4 anos	15,00%
1.2.3.1.1.04.05	14212.33.00	Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	10 anos	10 anos	10,00%
			7 anos e 2 meses	7 anos	10,00%
1.2.3.1.1.05.03	14212.52.00	Veículos de Tração Mecânica	15 anos e 4 meses	13 anos e 6 meses	10,00%
			16 anos e 6 meses	15 anos	10,00%
1.2.3.1.1.99.09	14212.51.00	Peças não Incorporáveis a Imóveis	6 anos e 10 meses	5 anos	10,00%

Em relação aos bens novos, adquiridos após a data de corte da reavaliação (30/06/16), foram tombados normalmente no SIPAC e o cálculo da depreciação está sendo efetuado conforme a tabela que consta no anexo VI do Manual Institucional de Reavaliação do IFC.

Metodologia de avaliação e mensuração

- Disponibilidades: são avaliadas pelo valor original
- Estoques: são avaliados pelo valor de aquisição. A mensuração das saídas do estoque é feita pelo Custo Médio.
- Obrigações: são mensurados ou avaliados pelo valor original.
- Imobilizado: mensurados pelo valor original de aquisição. Os reavaliados em 2016 conforme critérios definidos acima.
- Intangível: avaliados e/ou mensurados pelo valor original.

Impacto da reavaliação, redução ao valor recuperável e depreciação sobre o resultado apurado pela UG152253 – Campus Ibirama no exercício de 2016

Os valores de reavaliação, redução ao valor recuperável e depreciação lançados em 2016, foram extraídos do relatório RMB gerado no sistema SIPAC, módulo patrimônio, e somam os seguintes valores em 2016:

Reavaliação = R\$ 155.639,43

Redução ao valor recuperável = (R\$ 484.603,06)

Sendo assim, no saldo da conta contábil Ajustes de Exercícios Anteriores (D), que diminui a conta Superávit ou Déficit Acumulados, o valor de R\$ 328.963,63 é resultado do processo de reavaliação dos bens.

Os valores da depreciação lançados em 2016 somam R\$ 63.410,54 e constam na despesa do exercício, na conta de VPD 333.11.01.00.

CAMPUS LUZERNA

O *campus* Luzerna, apesar do curto prazo para realização de todo esse processo, conseguiu atender a todos esses procedimentos. No mês de dezembro de 2016, foram atualizados os valores patrimoniais de todos os itens no novo módulo patrimonial, bem como foi efetuada sua conciliação

com o sistema contábil SIAFI.

Além disso, foi dado início ao cálculo da depreciação mensal e igualmente conciliado com a contabilidade.

Abaixo os quadros com os valores que impactaram diretamente no resultado do exercício contábil relativos à reavaliação, redução e depreciação dos bens patrimoniais.

Quadro 133: Quadro Demonstrativo do Impacto da Reavaliação e Depreciação dos Bens Móveis do Campus Luzerna

Reavaliação e Redução a valor recuperável						
Conta Contábil	Grupo Patrimonial	Saldo Contábil	Valor Reavaliado	Valor Reduzido	Bens não localizados	TOTAL
123110101	5204	1.014.425,45	174.285,45	222.625,37	70.859,35	895.226,18
123110102	5206	11.413,51	7,53	3.925,97	2.889,61	4.605,46
123110103	5208	60.473,33	,00	10.104,53	,00	50.368,80
123110104	5210	1.523,80	,00	338,54	,00	1.185,26
123110301	5212	267.518,83	1,94	82.578,26	36.237,99	148.704,52
123110402	5218	,00	,00	,00	,00	,00
123110105	5224	35.741,00	,00	6.263,24	,00	29.477,76
123110404	5226	1.498,00	,00	,00	,00	1.498,00
123110106	5228	184.518,60	333.099,55	22.554,03	19.692,56	475.371,56
123110107	5230	196.680,15	13.317,54	35.605,59	57.368,97	117.023,13
123110108	5232	1.354,60	26,94	56,01	,00	1.325,53
123110405	5233	99.760,48	,00	26.547,52	26.508,58	46.704,38
123110125	5234	264.664,11	106,77	66.376,13	1.922,90	196.471,85
123110201	5235	910.209,50	63.076,94	397.013,62	266.972,67	309.300,15
123110302	5236	3.456,11	,00	1.080,04	238,50	2.137,57
123110109	5238	2.043.124,86	29.262,73	408.020,17	63.343,70	1.601.023,72
123110121	5239	241.565,82	3.579,34	9.373,81	13.407,23	222.364,12
123110120	5240	3.753,48	,00	1.163,07	1.297,49	1.292,92
123110303	5242	496.589,60	31.160,74	132.001,15	23.831,02	371.918,17
123119909	5251	40.966,48	,00	4.758,46	,00	36.208,02
123110503	5252	842.699,68	59.619,25	,00	19.429,34	882.889,59
TOTAL		6.721.937,39	707.544,72	1.430.385,51	603.999,91	5.395.096,69

Quadro 134: Quadro Demonstrativo do Impacto da Depreciação Acumulada dos Bens Móveis de Luzerna

DEPRECIÇÃO ACUMULADA				
Conta Contábil	Grupo Patrimonial	Depreciação Novembro	Depreciação Dezembro	Depreciação Acumulada
123110101	5204	10.102,42	6.391,48	16.493,90
123110102	5206	97,32	45,72	143,04
123110103	5208	341,36	313,86	655,22
123110104	5210	13,68	13,68	27,36
123110301	5212	1.607,55	1.622,87	3.230,42
123110402	5218	0,00	0,00	0,00
123110403	5219	0,00	0,00	0,00
123110105	5224	344,64	317,16	661,80
123110404	5226	16,86	5,62	22,48
123110106	5228	2.743,50	2.743,50	5.487,00
123110107	5230	1.405,19	1.421,69	2.826,88
123110108	5232	19,42	8,17	27,59
123110405	5233	721,54	507,33	1.228,87
123110125	5234	2.231,22	2.238,49	4.469,71
123110201	5235	7.473,52	7.639,24	15.112,76
123110302	5236	23,25	24,17	47,42
123110109	5238	17.999,98	17.788,38	35.788,36
123110121	5239	2.258,97	2.127,41	4.386,38
123110120	5240	17,52	17,52	35,04
123110303	5242	5.008,57	3.843,65	8.852,22
123119909	5251	159,74	215,60	375,34
123110503	5252	13.490,78	4.229,27	17.720,05
TOTAL		66.077,03	51.514,81	117.591,84

O campus salienta que, em relação aos itens de acervo bibliográfico, contas 5218 – Coleções e Materiais Bibliográficos e 5219 – Discotecas e Filmotecas, não foram reavaliados em conjunto com os demais itens, pois demandam de critérios especiais para tal e sofrerão as modificações no decorrer do exercício de 2017.

CAMPUS RIO DO SUL

O campus Rio do Sul informa que está em fase de adaptação ao Sistema Patrimonial (SIPAC) adquirido em 2016 pelo órgão responsável. A implantação do Sistema Patrimonial nas Unidades Gestoras iniciou em 2016 e somente em meados do ano em questão o órgão iniciou o treinamento para os operadores do mesmo.

No mês de outubro foi criada uma Comissão Local de Reavaliação de Bens Móveis do Campus Rio do Sul (UG 158458) por meio da Portaria 392/16 de 13/10/2016. Esta comissão deu início então aos trabalhos com um prazo bem limitado estipulado pelo Órgão, finalizar até o fechamento do ano de 2016. No ano em questão o Campus Rio do Sul passou por grandes mudanças na direção e em várias coordenações. Uma das coordenações que mais sofreu com as mudanças ao longo do ano foi a coordenação do patrimônio, houve três alterações. Estas mudanças afetaram o bom andamento dos trabalhos de implantação do sistema patrimonial na instituição. Outro ponto importante a ser destacado é que o campus Rio do Sul possui mais de dez mil itens no patrimônio o que demanda um tempo maior para a realização dos trabalhos e adequação entre os sistemas SIPAC e SIAFI.

Os trabalhos para o cumprimento da NBC T 16.9 e NBC T 16.10 foram iniciados pela Comissão Local de Reavaliação de Bens Móveis com o levantamento dos Bens Patrimoniais da instituição e classificação destes por contas de classificação de despesa. Após foi realizada a avaliação destes bens mercadologicamente por meio de três orçamentos para encontrar o seu valor médio e aplicado então o percentual de vida útil destes. Após encontrar o novo valor de cada bem foi então lançado estes valores no sistema patrimonial SIPAC. Foram realizados todos os procedimentos definidos pelo órgão e cumprido os prazos estipulados pelo mesmo.

O problema que o Campus Rio do Sul encontrou após a migração dos Bens patrimoniais para o sistema SIPAC realizado pelo Órgão responsável pela implantação do sistema nas Unidades Gestoras foi que os bens migrados não refletiam a realidade do patrimônio da instituição. Sendo assim, os lançamentos de reavaliação e depreciação dos bens patrimoniais não foram lançados no sistema SIAFI no ano de 2016 devido à incompatibilidade de valores entre o sistema SIPAC x SIAFI. Justifica-se o ocorrido por problemas de importação dos dados patrimoniais para o sistema SIPAC, o que ocasionou desequilíbrios em todas as contas/grupos de materiais, os quais ficaram com saldos diferentes do que encontra-se registrado no sistema SIAFI. Portanto, a Direção do campus junto ao Setor de Contabilidade optou por realizar novo inventário patrimonial dos bens para que se possa encontrar o real problema ocorrido na implantação dos dados. O novo inventário de bens patrimoniais que será realizado a partir de janeiro de 2017 pela Comissão Central de Reavaliação de Bens Móveis será o ponto de partida para tentar sanar o desequilíbrio da importação. Optou-se por partir do inventário de bens por ter sido encontrado itens nas contas/grupos de materiais os quais já haviam sido baixados no patrimônio e que na importação de bens para o sistema SIPAC voltaram a aparecer nestes grupos. O Campus Rio do Sul estará empenhado no ano de 2017 em solucionar tal problema para que possamos realizar o equilíbrio das contas/grupos de materiais entre os sistemas SIAFI x SIPAC o mais breve possível.

CAMPUS SANTA ROSA DO SUL

O impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pelo Campus no exercício teve um resultado negativo de R\$ 3.300.522,23, fruto da diferença entre reavaliação menos redução e depreciação.

CAMPUS SÃO BENTO DO SUL

Atenta-se ao fato, que o controle contábil é operacionalizado pelo Campus Araquari, o qual está dando suporte para a implantação do Campus São Bento do Sul. Desta forma, as medidas cabíveis referentes ao tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos são realizadas pelo Campus Araquari.

Outrossim, menciona-se o fato que o Patrimônio de São Bento do Sul está sendo tombado no Campus Araquari, desta forma, a partir do momento em que seja criada a Unidade Gestora (UG) do Campus São Bento do Sul, este patrimônio será transferido. Além do que, não há no quadro de servidores do Campus São Bento do Sul, o Cargo de Contador, para que possa fazer o Controle Contábil.

CAMPUS SÃO FRANCISCO DO SUL

A data de corte orientada para definir os bens a serem reavaliados foi 04//10/2015, desta forma todos bens que entraram no patrimônio do Campus São Francisco do Sul antes dessa data foram reavaliados.

O processo de reavaliação foi realizado por uma comissão de servidores compostos por 5 (cinco) servidores da instituição indicados em portaria.

Assim, com a comissão de reavaliação já formada no campus, a Coordenação de Patrimônio forneceu relatório dos bens a serem reavaliados, contendo as seguintes informações: grupo de conta, objeto, descrição, número patrimonial, usuário/setor, mês/ano tombamento e valor contábil do bem.

Os métodos e fórmulas orientados para reavaliação dos bens no IFC constam no manual institucional de reavaliação de bens móveis e declarados na introdução deste capítulo 7.2.

CAMPUS VIDEIRA

Os valores de reavaliação, redução e depreciação apropriados pelo Campus Videira, com dados nos dados fornecido pelo RMB do SIPAC, estão corretos, com exceção de dois grupos: 52.18 – COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS (1.2.3.1.1.04.02) e 52.19 - DISCOTECAS E FILMOTECAS (1.2.3.1.1.04.03).

Essa diferença de valores ocorreu devido à migração desses bens do sistema Pergamum para o SIPAC e isso será corrigido assim que possível.

Em relação aos livros que não foram depreciados em 2016, esclarecemos que os mesmos foram reavaliados ao final do exercício de 2016, e a data base para sua depreciação foi definida como 21/12/2016. Assim sendo, os mesmos só serão depreciados a partir de janeiro de 2017.

FONTE: SETOR DE CONTABILIDADE CAMPUS VIDEIRA

7.3 - SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE

O instituto não possuiu sistema de gerenciamento de custos sobre a execução orçamentária, não sendo apurados os custos efetivos dos programas e das unidades administrativas. Em virtude das exigências impostas para a aplicação dos cálculos da depreciação, este órgão não implementou o sistema de custos, embora esteja disponível o sistema SIC do governo federal, não foi possível a obtenção de acesso ao mesmo. Estima-se que em 2017, iniciem-se os trabalhos para a implementação deste recurso na administração deste órgão, tendo em vista sua importância frente as decisões gerenciais que podem ser realizadas com base nestas informações, otimizando a alocação do gasto publico.

7.4 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS

As demonstrações contábeis estão como anexos a este relatório de gestão.

8 – CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

8.1 – TRATAMENTO DE DETERMINAÇÃO E RECOMENDAÇÕES DO TCU

8.1.1 - Visão geral de determinações e recomendações do TCU em acórdãos do exercício de referência

No exercício de 2016, houve a diligência constante do Ofício nº 278-213/2016 – TCU/SEFIP/Diaup de 13/10/2016 (Processo TC 014.980/2015-0), referente 3 (três) indícios de irregularidade encontrado(s) na folha de pagamento do IFC referência março de 2016, o que após verificações realizadas pode-se constatar que 1 (uma) irregularidade não procedia e as outras 2 (duas) foram regularizadas e o Acórdão nº 4884/2016 (Prestação de contas – exercício de 2014) (quadro 1), os quais as ações tomadas pela gestão para atendimento das recomendações encontram-se sob análise da CGU.

8.1.2 - Sobre a estrutura administrativa de tratamento das recomendações e determinações do TCU

Não existe no IFC setor para tratar, em específico, das recomendações e determinações do TCU. No entanto, a UNAI (Unidade de Auditoria Interna) acompanha o atendimento das recomendações por parte dos setores competentes, assessorando a gestão nas demandas recebidas através dos órgãos de controle interno.

No que diz respeito a sistema informatizado, o IFC adquiriu o sistema SIG da UFRN (Universidade Federal do Rio Grande do Norte), que possui um módulo de Auditoria, o qual permitirá este acompanhamento de modo informatizado, assim que estiver em pleno funcionamento (Previsão abril/2017).

O procedimento para tratar as recomendações e determinações do TCU é o descrito a seguir: o gabinete do (a) Reitor (a), ao receber a comunicação do TCU (ofício) e acórdão, coordena o envio das recomendações aos setores competentes, e estes, ao tomarem as ações e medidas para atendimento, informam ao gabinete que, por sua vez, assessorado pela Unidade de Auditoria Interna, as verifica e analisa, remetendo, oficialmente, ao TCU a fim de que seja realizada a avaliação das providências.

8.1.3 - Sobre as determinações decorrentes do julgamento de contas anuais de exercícios anteriores pendentes de atendimento

Quadro 135: Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Itens	Comunicação expedida	Data da ciência
TC-026.112/2015-9	ACÓRDÃO Nº 4884/2016 - TCU - 1ª Câmara (Contas 2014)	1.7.1, 1.7.1.1, 1.7.1.2, 1.7.2, 1.7.3, 1.7.4, 1.7.5, 1.7.5.1, 1.7.5.2, 1.7.5.3, 1.7.6, 1.7.7, 1.7.8, 1.8.1, 1.8.2, 1.8.3, 1.8.4, 1.8.5, 1.8.6, 1.8.7, 1.8.8,	Ofício nº 0579/2016 – TCU/SECEX – SC de 29/07/2016	15/08/2016

		1.8.9, 1.8.10, 1.8.11, 1.8.12, 1.8.13, 1.8.14, 1.8.15, 1.8.16, 1.8.17 e 1.8.18		
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC/SC				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>1.7. determinar ao Instituto Federal Catarinense, com fundamento no art. 208, § 2º, do RI/TCU, a adoção das medidas adiante alvitradas:</p> <p>1.7.1. corrigir, no prazo de 30 (trinta) dias, os procedimentos abaixo listados, observados quando do julgamento da prestação de contas do exercício de 2009 da Instituição (TC 020.160/2010-0 – Acórdão 1692/2011 - TCU/1ª Câmara) e novamente verificados pela Controladoria- Geral da União no Relatório de Auditoria Anual de Contas 201503691, relativo ao exercício de 2014, atentando para o fato de que a reincidência no descumprimento de determinações expedidas pelo TCU pode ser objeto de penalização dos gestores públicos:</p> <p>1.7.1.1. ausência de rotinas eficazes para controle das informações prestadas ao TCU, por meio da prestação de contas anual, observando a necessária completude e integridade das informações que devem compor o Relatório de Gestão, em conformidade com o que dispõe a IN-TCU 63/2010 e as Decisões Normativas que estabelecem o rol de informações a serem apresentadas a cada exercício;</p> <p>1.7.1.2. inobservância, em todos os processos licitatórios da atualização tempestiva dos autos, de maneira sequencial e com a inclusão de todos os elementos pertinentes;</p> <p>1.7.2. realizar estudos, num prazo de 90 (noventa) dias, para a adoção de medidas para o incremento do índice AFT (Alunos matriculados em relação à força de trabalho docente), a partir das constatações da CGU no Relatório de Auditoria Anual de Contas relativo ao exercício de 2014, tratando, além das variáveis indicadas pela Controladoria como causa do baixo índice, outras variáveis consideradas pertinentes, bem assim as contrarrazões que entender necessárias (§§ 48 a 51 e Relatório de Auditoria Anual de Contas CGU 201503691);</p> <p>1.7.3. apresentar à CGU/Regional-SC, em 15 (quinze) dias, os Planos de Trabalho Docente (PTD) relativos aos professores que constaram na amostra de docentes selecionados nos CaMPUs Blumenau e Ibirama para a realização das atividades constantes da Solicitação de Auditoria da CGU 201411633/002 (medição da presença dos docentes em sala de aula), de forma a demonstrar que o planejamento das atividades atende aos limites mínimos estabelecidos nos normativos internos (§§ 55 a 61 e Relatório de Auditoria Anual de Contas CGU 201503691);</p> <p>1.7.4. apresentar à CGU/Regional-SC, no mesmo prazo, o Relatório de Trabalho Docente (RIT) com demonstração do cumprimento quantitativo e qualitativo do PTD para esses professores (idem);</p> <p>1.7.5. adotar, em relação à gestão dos bens imóveis, as seguintes medidas:</p> <p>1.7.5.1. expedir determinação, em 15 (quinze) dias, às unidades responsáveis do Instituto para que adotem medidas visando a, permanentemente, incluírem, nos inventários anuais de bens móveis e imóveis, o inventário dos imóveis do Instituto, de forma a atender aos comandos dos artigos 94 a 97 da Lei 4.320/1964 (§§ 83 a 86 e Relatório de Auditoria Anual de Contas CGU 201503691);</p> <p>1.7.5.2. ultimar, em até 90 (noventa) dias, os esforços de obtenção do 'habite-se' das edificações dos seguintes campi: Abelardo Luz, Araquari, Blumenau, Camboriú, Concórdia, Fraiburgo, Luzerna, Santa Rosa do Sul, São Francisco do Sul e Sombrio; e</p> <p>1.7.5.3. expedir determinação, em 15 (quinze) dias, às unidades responsáveis do Instituto para que adotem medidas visando a criar rotinas para que os registros contábeis das movimentações dos bens sejam uniformes e reflitam com fidedignidade os campos constantes do SIAFI, do SPIUnet e do Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos - SIPAC, em implantação;</p> <p>1.7.6. providenciar, no prazo de 15 (quinze) dias, por intermédio do Diretor do Campus Rio do Sul, Senhor Oscar Emílio Ludtke Hartmann, ou quem o sucedeu, a remessa de cópias das respostas que teriam sido encaminhadas à unidade de auditoria interna do Instituto relativamente às questões tratadas na OS Unai 016/2014, que trata do Plano de Providências Permanentes do IFC, para subsidiar o monitoramento das recomendações por aquela unidade (§§ 111 a 121 e Relatório de Auditoria Anual de Contas CGU 201503691);</p> <p>1.7.7. apresentar à CGU, em 15 (quinze) dias, os resultados da sindicância instaurada pela Portaria 1491/2015, segundo informações prestadas pelo Ofício 279/2015/Reitoria/IFC, de 03/08/2015, para a apuração do suposto extravio de respostas apresentadas pelo CaMPUs Rio do Sul à OS Unai 016/2014, ou o não atendimento dessa pela unidade, bem assim informe sobre as razões para a mora verificada no atendimento da Solicitação de Auditoria CGU 201503691/04, pelo mesmo CaMPUs, quanto aos itens e 3 4 desse expediente, com as responsabilidades apuradas e apurações julgadas pertinentes (idem);</p> <p>1.7.8. instaurar, em 15 (quinze) dias, se ainda não verificado, procedimento administrativo para a apuração de responsabilidade de cada agente relacionado à condução irregular verificada na seleção para o Pronatec realizado</p>				

mediante Edital 01/MEC/SEtec/IFC/Pronatec/Fnde/2014 pelo Campus de Brusque, e anulado pela Coordenadora- Geral do Pronatec junto ao IFC, após provocação da Unidade Auditoria Interna do IFC, e as providências adotadas (§§ 122 a 127 e Relatório de Auditoria Anual de Contas CGU 201503691);

1.8. recomendar ao Instituto Federal Catarinense que avalie e promova as medidas consideradas pertinentes em relação aos seguintes temas:

1.8.1. implementação de foro de discussão e definição de periodicidade de reuniões para a interação entre as Pró-Reitorias do IFC acerca da gestão da força de trabalho docente, para tratar do foco de atuação, aproveitamento da mão de obra, contratação etc. (§§ 43 a 54 e Relatório de Auditoria Anual de Contas CGU 201503691);

1.8.2. realização de melhorias no modelo do Plano de Trabalho Docente (PTD) como uniformização do formulário utilizado, estabelecimento de prazo de entrega dos documentos preenchidos pelos docentes (semestral, ou quando alterado), sua atualização periódica e a garantia de que o documento contenha as informações mínimas necessárias ao planejamento das atividades, bem como divulgá-lo internamente, e exigir seu emprego (idem);

1.8.3. instituição formal do relatório de Trabalho Docente (RIT), com periodicidade semestral, com fluxos e linhas de aprovação, além de definir conceitualmente as atividades previstas nesses instrumentos de controle (idem);

1.8.4. publicação dos Planos de Trabalho Docente (PTD) semestralmente (e sempre que ocorrer alteração) na página dos seus respectivos caMPUs e no site do IFC, melhorando o acesso da comunidade externa às informações sobre as atividades desenvolvidas pelos docentes (idem);

1.8.5. divulgação interna e externa da grade de horário de cada docente (a ser previamente padronizada), com as atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração, no site do IFC, em murais nas salas de professores e outras áreas de grande circulação do estabelecimento de ensino, de modo a facilitar o acesso à informação pela comunidade escolar e acadêmica, observando inclusive as previsões do § 8º do Art. 3º da Resolução 011/Consuper/2015 (idem);

1.8.6. estabelecimento de cronograma de implantação e viabilização da utilização dos módulos do Programa SIGAA referentes à Extensão e Pesquisa, além de atividades de ensino e administrativas (idem);

1.8.7. publicidade das metas institucionais pactuadas com o MEC no Termo de Metas e Compromissos (TAM) e desenvolvimento e implementação de sistema de informação, padronizado para utilização em todos os Campi, que permita o acompanhamento e monitoramento dessas metas (idem);

1.8.8. levantamento da lotação ideal de docentes nos caMPUs do IFC, considerando, além do levantamento da carga horária dos docentes, realizado através dos PIT (Plano Individual de Trabalho - documento ainda utilizado pela Resolução 052/2010), a situação real das atividades desempenhadas, bem como as demandas existentes, observando, inclusive, as peculiaridades do processo de expansão e os cursos que se encontram em implantação, e focando na otimização do aproveitamento da mão de obra docente e na melhoria do indicador AFT (§§ 55 a 61 e Relatório de Auditoria Anual de Contas CGU 201503691);

1.8.9. apresentação de plano de ação com vistas a aprimorar o planejamento de novos cursos regulares, bem como da contratação de professores e reestruturar, se necessário, os cursos ofertados de forma a melhorar o aproveitamento da força de trabalho docente do Instituto, com o estabelecimento de metas de execução de curto (semestrais), médio (anuais) e longo prazo (4 anos), bem como indicadores alinhados ao Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto - PDI (idem);

1.8.10. aprimoramento da normatização dos procedimentos prévios para contratação e lotação de docentes, envolvendo as Pró-Reitorias de Ensino, Extensão, Administração, Pesquisa e Inovação, bem como a Diretoria de Gestão de Pessoas (idem); idem

1.8.11. divulgação interna e externa, dos resultados dos projetos de pesquisa e de extensão, o alcance das metas e os resultados dos indicadores aprovados (§§ 62 e 63 e Relatório de Auditoria Anual de Contas CGU 201503691);

1.8.12. instituição de órgão colegiado formalmente responsável por auxiliar a alta administração nas decisões relativas à gestão de pessoas, composto por representantes das unidades estratégicas da organização, com responsabilidades relacionadas à avaliação, direcionamento e monitoramento da gestão de pessoas (§§ 70 a 77 e Relatório de Auditoria Anual de Contas CGU 201503691);

1.8.13. elaboração de estudos quanto ao dimensionamento da força de trabalho, no que diz respeito ao quantitativo, composição, perfil e parâmetros de lotação face às atribuições da instituição, de forma conjunta com políticas formais de capacitação (idem);

1.8.14. implementação de um processo de avaliação de desempenho dos gestores vinculada ao alcance dos resultados da unidade, bem como um processo para seleção destes, baseado em competências, que seja formal (idem);

1.8.15. realização de atividades internas de capacitação dos servidores dos campi e da Reitoria do IFC acerca da operacionalização do Sistema de Gestão de Processo Disciplinar da CGU (CGU-PAD), bem como dos prazos estabelecidos na Portaria CGU 1.043/2007 (§§ 93-95 e Relatório de Auditoria Anual de Contas CGU 201503691);

1.8.16. promoção de estudos em relação ao conteúdo do Parecer de Auditoria quanto ao tema 'pouca cultura na Instituição no âmbito dos controles internos', em confronto com a percepção dos gestores, informando no próximo RG as conclusões sobre a matéria (§ 26 e Relatório de Auditoria Anual de Contas CGU 201503691);

1.8.17. implantação do sistema SIG/UFRN, já adquirido, e avaliação da evolução do acompanhamento das deliberações da Unidade de Auditoria Interna, da CGU e do TCU pela unidade de auditoria interna mediante o uso do módulo Auditoria, de forma a incrementar o índice de 52% de acompanhamento registrado pela unidade de auditoria interna e

pela CGU, no Parecer de Auditoria e no Relatório de Auditoria Anual de Contas de 2014 (§ 27 e Relatório de Auditoria Anual de Contas CGU 201503691);

1.8.18. promoção de estudos visando ao aperfeiçoamento da atuação da auditoria interna tomando como ponto de partida o Relatório de Auditoria de Contas Anual da CGU 20150691 e as reflexões do Parecer de Auditoria Interna 001/2015, referentes ao exercício de 2014, notadamente em relação questões relacionadas à política de desenvolvimento de competências para os auditores internos, à gestão de riscos da Instituição e às situações indicadas como passíveis de melhoria (respostas negativas aos questionários aplicados) constantes do 'Item 2.1.2.4 da Parte 2 do Relatório CGU; Tabela 1 - Estrutura da Unidade de Auditoria Interna (p 5, p. 82-83);

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

Encontra-se sob análise da CGU o posicionamento da UJ.

8.2 TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

A unidade possui setor dedicado a tratar as recomendações do OCI? Qual?

Não existe setor no IFC para tratar, em específico, das recomendações dos órgãos de controle interno. Há, no entanto, a UNAI (Unidade de Auditoria Interna), que acompanha o atendimento das recomendações por parte dos setores competentes, assessorando a gestão nas demandas recebidas através dos órgãos de controle interno.

A unidade possui sistema informatizado específico para tratamento das recomendações do OCI?

IFC adquiriu o sistema SIG da UFRN (Universidade Federal do Rio Grande do Norte), que possui um módulo de Auditoria, o qual permitirá este acompanhamento de modo informatizado, assim que estiver em pleno funcionamento (Previsão abril/2017).

Quais os procedimentos principais, em breve descrição, adotados pela unidade para tratamento das recomendações do OCI?

O procedimento para tratar as recomendações do órgão de controle interno é o descrito a seguir: o gabinete do (a) Reitor (a), ao receber a comunicação do OCI (ofício) e anexos (relatórios, parecer e solicitação de auditoria), classifica e distribui as recomendações aos setores competentes, e estes, ao tomar as ações e medidas para atendimento, informam ao gabinete que, por sua vez, as analisa, assessorado pela Unidade de Auditoria Interna, remetendo, oficialmente, ao OCI, as medidas e ações realizadas, para que seja realizada a avaliação das providências.

Visão geral sobre as recomendações feitas pelo órgão de controle interno no exercício de referência.

No exercício de 2016, foi encaminhado o Plano de Providências Permanente, através do Ofício n.º 6.573/2015/CGU-R/SC, relacionando o que restava ser atendido em face dos Relatórios de Auditoria n.º: 201112221, 201108759, 230829, 231365, 241443, 241516, 241517, 241518, 241519, 241595, 241596, 243994, 241594 e 201503691.

Com isso, há 40 recomendações realizadas pelo órgão de controle interno no exercício de 2016, no Plano de Providências Permanente do IFC, para as quais já foram tomadas as ações dentro do prazo solicitado e encontram-se sob análise da CGU o posicionamento da UJ, conforme Quadro 136.

As recomendações realizadas pelo OCI no exercício de 2016 propiciaram uma mudança de visão gerencial, provocando a gestão do IFC a tomar medidas mais efetivas no atingimento de suas metas institucionais e TAM, principalmente no melhor aproveitamento da força de trabalho docente.

Quadro 136: Visão Geral de Recomendações do OCI

Identificação do Relatório de Auditoria (Ordem de Serviço)	Item do RA	Comunicação expedida	Data da ciência	Atendimento
PPP 2016 (OS nº 231365)	Adotar providências em caráter de urgência, no sentido de que seja implantado no âmbito do IFC/Concórdia novo sistema de controle patrimonial, nos moldes do SIADS do Ministério da Fazenda, que permita o arquivamento de toda movimentação histórica dos bens arrolados no patrimônio, desde a data de registro/aquisição até o a data de baixa, informando inclusive o nome e matrícula dos servidores responsáveis pelo registro das informações registradas.	Ofício nº 6.573/2015/CGU-R/SC de 16/02/2016	16/02/2016	Encontra-se sob análise da CGU o posicionamento da UJ.
PPP 2016 (OS nº 231365)	Proceder ao desdobramento da conta contábil 14212.46.00 por espécie de animal;	Ofício nº 6.573/2015/CGU-R/SC de 16/02/2016	16/02/2016	Encontra-se sob análise da CGU o posicionamento da UJ.
PPP 2016 (OS nº 201108759)	Formalizar instrumento legal que discipline a relação entre o IFC-Campus Camboriú e a COOPERCAC, e preveja, dentre outros pontos, a obrigação de recolhimento dos resultados financeiros da Cooperativa à conta única do tesouro nacional na fonte de recursos da receita própria da Unidade, bem como a obrigação de prestar contas, conforme Portaria MEC nº 4.033/2005.	Ofício nº 6.573/2015/CGU-R/SC de 16/02/2016	16/02/2016	Encontra-se sob análise da CGU o posicionamento da UJ.

PPP 2016 (OS nº 201108759)	Realizar levantamento de valor de mercado para locação, à COOPERCAC, das áreas já ocupadas pela Cooperativa, com consequente formalização de cessão onerosa das áreas.	Ofício nº 6.573/2015/CGU-R/SC de 16/02/2016	16/02/2016	Encontra-se sob análise da CGU o posicionamento da UJ.
PPP 2016 (OS nº 201108759)	Dar prosseguimento às gestões junto à COOPERCAC com o objetivo de alterar o estatuto da Cooperativa para adequá-lo à Portaria MEC nº 4.033/2005.	Ofício nº 6.573/2015/CGU-R/SC de 16/02/2016	16/02/2016	Encontra-se sob análise da CGU o posicionamento da UJ.
PPP 2016 (OS nº 201108759)	Realizar gestões junto à COOPERCAC com o objetivo de alinhar a atuação da entidade aos objetivos educacionais previstos na Portaria MEC nº 4.033/2005.	Ofício nº 6.573/2015/CGU-R/SC de 16/02/2016	16/02/2016	Encontra-se sob análise da CGU o posicionamento da UJ.
PPP 2016 (OS nº 201108759)	Realizar licitação para exploração comercial de atividade de revenda de mercadorias no interior do campus, caso julgue conveniente a oferta desse serviço na Unidade.	Ofício nº 6.573/2015/CGU-R/SC de 16/02/2016	16/02/2016	Encontra-se sob análise da CGU o posicionamento da UJ.
PPP 2016 (OS nº 201108759)	Passar a formalizar a participação da Cooperac na formação dos alunos do IFC - Campus Camboriú, comprovando o objetivo precipuamente educativo que deve nortear a Cooperativa.	Ofício nº 6.573/2015/CGU-R/SC de 16/02/2016	16/02/2016	Encontra-se sob análise da CGU o posicionamento da UJ.
PPP 2016 (OS nº 201108759)	Realizar a atualização da situação dos imóveis de cada unidade no sistema SPIUnet, buscando orientação junto à GRPU quando houver necessidade.	Ofício nº 6.573/2015/CGU-R/SC de 16/02/2016	16/02/2016	Encontra-se sob análise da CGU o posicionamento da UJ.
PPP 2016 (OS nº 201108759)	Elaborar um Plano Estratégico de Tecnologia da Informação - PETI de modo integrado, envolvendo os recursos da área de TI para a Reitoria e seus Campi.	Ofício nº 6.573/2015/CGU-R/SC de 16/02/2016	16/02/2016	Encontra-se sob análise da CGU o posicionamento da UJ.

PPP 2016 (OS nº 201108759)	Passar a realizar acordos de níveis de serviço nos contratos celebrados entre o IFC e seus fornecedores.	Ofício nº 6.573/2015/CGU-R/SC de 16/02/2016	16/02/2016	Encontra-se sob análise da CGU o posicionamento da UJ.
PPP 2016 (OS nº 243994)	Proceder adequado planejamento que permita a obtenção de dados concretos sobre a lotação ideal de servidores para a Reitoria e para os Campi, a ser atualizada segundo as alterações de diretrizes e metas institucionais, quantificando o número de servidores necessários para a Reitoria e para os Campi (docentes e administrativos).	Ofício nº 6.573/2015/CGU-R/SC de 16/02/2016	16/02/2016	Encontra-se sob análise da CGU o posicionamento da UJ.
PPP 2016 (OS nº 243994)	Observar em todos os procedimentos licitatórios a atualização tempestiva dos autos processuais.	Ofício nº 6.573/2015/CGU-R/SC de 16/02/2016	16/02/2016	Encontra-se sob análise da CGU o posicionamento da UJ.
PPP 2016 (OS nº 243994)	Apresentar, se houver, cópias autenticadas de toda documentação assinalada como faltante no presente relato ou justificar, nos casos em que não haja.	Ofício nº 6.573/2015/CGU-R/SC de 16/02/2016	16/02/2016	Encontra-se sob análise da CGU o posicionamento da UJ.
PPP 2016 (OS nº 201503691)	Realizar o estudo de dimensionamento da força de trabalho. Realizar mapeamento das atividades dos subprocessos para adequar a força de trabalho disponível ao desempenho das atribuições executadas pela UJ.	Ofício nº 6.573/2015/CGU-R/SC de 16/02/2016	16/02/2016	Encontra-se sob análise da CGU o posicionamento da UJ.
PPP 2016 (OS nº 201503691)	Instaurar procedimento administrativo para apuração de responsabilidade de cada ator relacionado aos problemas relatados, em especial, sobre: - a definição das demandas relativas ao Programa PRONATEC (quantidade e currículo dos profissionais a serem selecionados); - a elaboração do edital; - a avaliação do cumprimento dos	Ofício nº 6.573/2015/CGU-R/SC de 16/02/2016	16/02/2016	Encontra-se sob análise da CGU o posicionamento da UJ.

	requisitos e classificação dos candidatos na seleção dos profissionais para a atuação no Programa; - as contratações; - os pagamentos; - o cumprimento da jornada de trabalho nos cargos, empregos e funções ocupados no IFC, bem como nas atividades do PRONATEC (prazo de 30 dias).			
PPP 2016 (OS nº 201503691)	Providenciar cópias das respostas que teriam sido encaminhadas à auditoria interna e sido extravaiadas, para subsidiar o monitoramento das recomendações pela Unidade de Auditoria Interna do IFC (prazo de 15 dias).	Ofício nº 6.573/2015/CGU-R/SC de 16/02/2016	16/02/2016	Encontra-se sob análise da CGU o posicionamento da UJ.
PPP 2016 (OS nº 201503691)	Considerando a recente criação da Coordenação-Geral de Procedimentos Administrativos Disciplinares (COOPAD) e o fato de a própria COOPAD ter se mostrado disponível a disseminar internamente seu conhecimento sobre a alimentação do sistema CGU-PAD, recomenda-se a realização de atividades internas de capacitação dos servidores dos câmpus e da Reitoria do IFC acerca da operacionalização do CGU-PAD, bem como dos prazos estabelecidos na Portaria CGU nº 1.043/2007.	Ofício nº 6.573/2015/CGU-R/SC de 16/02/2016	16/02/2016	Encontra-se sob análise da CGU o posicionamento da UJ.
PPP 2016 (OS nº 201503691)	Criar normativo(s) interno que discipline(m) e formalize(m) as atividades e procedimentos relacionados à gestão dos bens imóveis da instituição como um todo, de modo que os registros contábeis dos imóveis sejam uniformes e reflitam com fidedignidade os campos	Ofício nº 6.573/2015/CGU-R/SC de 16/02/2016	16/02/2016	Encontra-se sob análise da CGU o posicionamento da UJ.

	constantes do SIAFI, SPIUnet e do sistema de gestão ora em fase de implementação na UJ (Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos - SIPAC).			
PPP 2016 (OS nº 201503691)	Revisar os normativos internos do IFC para o completo atendimento às diretrizes do MEC, incluindo as disposições do Termo de Acordo de Metas e Compromissos, viabilizando o alcance das metas previstas (AFT, dentre outras), assim como dos objetivos estabelecidos pelo MEC e avençados com o IFC. Atentar, especialmente, para que não permaneçam distorções na regulamentação das atividades docentes que prejudiquem ou limitem demais o aproveitamento da mão de obra docente nas atividades em sala de aula (prazo de 180 dias).	Ofício nº 6.573/2015/CGU-R/SC de 16/02/2016	16/02/2016	Encontra-se sob análise da CGU o posicionamento da UJ.
PPP 2016 (OS nº 201503691)	Implementar foro de discussão e definir periodicidade de reuniões para a interação entre as Pró-Reitorias do IFC acerca da gestão da força de trabalho docente, para tratar do foco de atuação, aproveitamento da mão de obra, contratação etc. (prazo de 90 dias).	Ofício nº 6.573/2015/CGU-R/SC de 16/02/2016	16/02/2016	Encontra-se sob análise da CGU o posicionamento da UJ.
PPP 2016 (OS nº 201503691)	Realizar as melhorias necessárias no modelo do Plano de Trabalho Docente, ou seja, a uniformização do formulário utilizado, o estabelecimento de prazo de entrega dos documentos preenchidos pelos docentes (semestral, ou quando alterado), sua atualização periódica e a garantia de que o documento contenha as informações mínimas necessárias ao planejamento das atividades; bem como,	Ofício nº 6.573/2015/CGU-R/SC de 16/02/2016	16/02/2016	Encontra-se sob análise da CGU o posicionamento da UJ.

	divulgá-lo internamente (o modelo) e exigir seu emprego (prazo de 60 dias).			
PPP 2016 (OS nº 201503691)	Publicar os Planos de Trabalho Docente (PTD) semestralmente (e sempre que ocorrer alteração) na página dos seus respectivos câmpus e no site do IFC, melhorando o acesso da comunidade externa às informações sobre as atividades desenvolvidas pelos docentes (prazo de 180 dias).	Ofício nº 6.573/2015/CGU-R/SC de 16/02/2016	16/02/2016	Encontra-se sob análise da CGU o posicionamento da UJ.
PPP 2016 (OS nº 201503691)	Divulgar (interna e externamente) a grade de horário de cada docente (a ser previamente padronizada), com as atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração, no site do IFC, em murais nas salas de professores e outras áreas de grande circulação do estabelecimento de ensino, de modo a facilitar o acesso à informação pela comunidade escolar e acadêmica, observando inclusive as previsões do § 8º do Art. 3º da RESOLUÇÃO 011/CONSUPER/2015 (prazo de 180 dias).	Ofício nº 6.573/2015/CGU-R/SC de 16/02/2016	16/02/2016	Encontra-se sob análise da CGU o posicionamento da UJ.
PPP 2016 (OS nº 201503691)	Estabelecer cronograma de implantação e viabilizar a utilização dos módulos do Programa SIGAA referentes à Extensão e Pesquisa (como informado na manifestação da Unidade Examinada), além de atividades de ensino e administrativas (prazo de 360 dias).	Ofício nº 6.573/2015/CGU-R/SC de 16/02/2016	16/02/2016	Encontra-se sob análise da CGU o posicionamento da UJ.
PPP 2016 (OS nº 201503691)	Divulgar (interna e externamente) os resultados dos projetos de pesquisa e de extensão, o alcance das metas e os	Ofício nº 6.573/2015/CGU-R/SC de 16/02/2016	16/02/2016	Encontra-se sob análise da CGU o posicionamento da UJ.

	resultados dos indicadores (prazo de 180 dias).			
PPP 2016 (OS nº 201503691)	Apresentar, no prazo de 180 dias, plano de ação com vistas a aprimorar o planejamento de novos cursos regulares, bem como da contratação de professores e reestruturar, se necessário, os cursos ofertados de forma a melhorar o aproveitamento da força de trabalho docente do Instituto. Estabelecer metas de execução de curto (semestrais), médio (anuais) e longo prazo (4 anos), bem como indicadores, alinhados ao PDI do Instituto.	Ofício nº 6.573/2015/CGU-R/SC de 16/02/2016	16/02/2016	Encontra-se sob análise da CGU o posicionamento da UJ.
PPP 2016 (OS nº 201503691)	Encaminhar, no prazo de 180 dias, o RIT demonstrando o cumprimento quantitativo e qualitativo do PTD para os professores que constaram na amostra de docentes.	Ofício nº 6.573/2015/CGU-R/SC de 16/02/2016	16/02/2016	Encontra-se sob análise da CGU o posicionamento da UJ.
PPP 2016 (OS nº 201503691)	Instituir órgão colegiado formalmente responsável por auxiliar a alta administração nas decisões relativas à gestão de pessoas, composto por representantes das unidades estratégicas da organização, com responsabilidades relacionadas à avaliação, direcionamento e monitoramento da gestão de pessoas.	Ofício nº 6.573/2015/CGU-R/SC de 16/02/2016	16/02/2016	Encontra-se sob análise da CGU o posicionamento da UJ.
PPP 2016 (OS nº 201503691)	Elaborar estudos quanto ao dimensionamento da força de trabalho, no que diz respeito ao quantitativo, composição, perfil e parâmetros de lotação face às atribuições da instituição, de forma conjunta com políticas formais de capacitação.	Ofício nº 6.573/2015/CGU-R/SC de 16/02/2016	16/02/2016	Encontra-se sob análise da CGU o posicionamento da UJ.

PPP 2016 (OS nº 201503691)	Implementar um processo de avaliação de desempenho dos gestores vinculada ao alcance dos resultados da unidade, bem como um processo para seleção destes, baseado em competências, que seja formal.	Ofício nº 6.573/2015/CGU-R/SC de 16/02/2016	16/02/2016	Encontra-se sob análise da CGU o posicionamento da UJ.
PPP 2016 (OS nº 201503691)	Criar rotinas administrativas que estabeleçam a realização anual de inventário patrimonial de bens imóveis, haja vista a exigência legal (art. 96 da Lei nº 4.320/64) e o importante instrumento de controle que o processo de inventário representa.	Ofício nº 6.573/2015/CGU-R/SC de 16/02/2016	16/02/2016	Encontra-se sob análise da CGU o posicionamento da UJ.
PPP 2016 (OS nº 201503691)	Ultimar os esforços já em curso de identificação de todos os imóveis do IFC e de obtenção do “habite-se” das edificações dos seguintes câmpus: Abelardo Luz, Araquari, Blumenau, Camboriú, Concórdia, Fraiburgo, Luzerna, Santa Rosa do Sul, São Francisco do Sul e Sombrio.	Ofício nº 6.573/2015/CGU-R/SC de 16/02/2016	16/02/2016	Encontra-se sob análise da CGU o posicionamento da UJ.
PPP 2016 (OS nº 201503691)	Instituir formalmente o Relatório de Trabalho Docente (RIT), com periodicidade semestral, com fluxos e linhas de aprovação, além de definir conceitualmente as atividades previstas nesses instrumentos de controle (prazo de 60 dias).	Ofício nº 6.573/2015/CGU-R/SC de 16/02/2016	16/02/2016	Encontra-se sob análise da CGU o posicionamento da UJ.
PPP 2016 (OS nº 201503691)	Dar publicidade às metas institucionais pactuadas com o MEC no Termo de Metas e Compromissos (TAM) e desenvolver e implementar sistema de informação, padronizado para utilização em todos os Câmpus, que permita o acompanhamento e monitoramento dessas metas (prazo de 180 dias).	Ofício nº 6.573/2015/CGU-R/SC de 16/02/2016	16/02/2016	Encontra-se sob análise da CGU o posicionamento da UJ.

<p>PPP 2016 (OS nº 201503691)</p>	<p>Realizar levantamento da lotação ideal de docentes nos câmpus do IFC, considerando, além do levantamento da carga horária dos docentes, realizado através dos PIT (Plano Individual de Trabalho - documento ainda utilizado pela resolução vigente - Resolução 052/2010), a situação real (não só a planejada) das atividades desempenhadas, bem como as demandas existentes (observar, inclusive, as peculiaridades do processo de expansão e os cursos que se encontram em implantação), focando na otimização do aproveitamento da mão de obra docente e na melhoria do indicador AFT (prazo de 360 dias).</p>	<p>Ofício nº 6.573/2015/CGU-R/SC de 16/02/2016</p>	<p>16/02/2016</p>	<p>Encontra-se sob análise da CGU o posicionamento da UJ.</p>
<p>PPP 2016 (OS nº 201503691)</p>	<p>Apresentar, no prazo de 180 dias, o PTD para os professores que constaram na amostra de docentes, demonstrando que o planejamento das atividades atende aos limites mínimos estabelecidos nos normativos internos.</p>	<p>Ofício nº 6.573/2015/CGU-R/SC de 16/02/2016</p>	<p>16/02/2016</p>	<p>Encontra-se sob análise da CGU o posicionamento da UJ.</p>
<p>PPP 2016 (OS nº 201503691)</p>	<p>Caso não seja demonstrado o atendimento às recomendações da UNAI/IFC, instaurar procedimento(s) administrativo(s) para apuração de responsabilidade de cada ator relacionado aos problemas relatados, em especial:</p> <ul style="list-style-type: none"> - não atendimento às recomendações expedidas pela UNAI/IFC; - extravio documental de respostas do gestor à auditoria interna; - falhas procedimentais (Princípios da Continuidade da Administração e da Eficiência) e na comunicação; - prejuízos decorrentes do 	<p>Ofício nº 6.573/2015/CGU-R/SC de 16/02/2016</p>	<p>16/02/2016</p>	<p>Encontra-se sob análise da CGU o posicionamento da UJ.</p>

	descumprimento às recomendações da unidade de auditoria interna; e - omissão no dever de prestar contas, no âmbito interno, entre Câmpus e Reitoria (prazo de 30 dias).			
PPP 2016 (OS nº 201503691)	Realizar os registros contábeis dos imóveis dos campi no ativo imobilizado e no SPIUnet de forma individualizada.	Ofício nº 6.573/2015/CGU-R/SC de 16/02/2016	16/02/2016	Encontra-se sob análise da CGU o posicionamento da UJ.
PPP 2016 (OS nº 201503691)	Aprimorar a normatização dos procedimentos prévios para contratação e lotação de docentes, envolvendo as Pró-Reitorias de Ensino, Extensão, Administração, Pesquisa e Inovação, bem como a Diretoria de Gestão de Pessoas (prazo de 90 dias).	Ofício nº 6.573/2015/CGU-R/SC de 16/02/2016	16/02/2016	Encontra-se sob análise da CGU o posicionamento da UJ.

**8.3 - MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE
RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIO**

Quadro 137: Apuração de responsabilidade por dano ao erário

Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário:					
Nº Processo	Tipo de Procedimento	Assunto	Local do Fato	Fases do Processo	Resultado Final
23348.001265/2014-11	PAD	Desaparecimento ou perecimento de bens públicos	Campus Santa Rosa do Sul/IFC	Processo Julgado: 20/06/2016	Portaria Determinando o Arquivamento nº 2530 de 05/07/2016, Boletim de Serviço (do Reitor Substituto em Exercício, Robert Lenock)
23473.000047/2016-88	Sindicância	Concessão irregular de benefícios, licenças ou autorizações	Campus Blumenau/IFC	Processo Julgado: 04/08/2016	Portaria nº 2864 de 08/08/2016, do Reitor Substituto em Exercício Robert Lenock, determina Instauração de Procedimento Administrativo Disciplinar, Conforme Artigos 145, inciso III, da Lei 8112/90.
23348.001076/2015-11	Sindicância	Desaparecimento ou perecimento de bens públicos	Campus Avançado Ibirama/IFC	Processo Julgado: 05/09/2016	Portaria Determinando o Arquivamento nº 3129 de 08/09/2016, Boletim de Serviços (do Reitor Substituto em Exercício, Robert Lenock)
23352.001517/2015-16 Julgado porem não retornou para a COOPAD	PAD	Desaparecimento ou perecimento de bens públicos	Campus Fraiburgo/IFC	Processo Julgado: 26/09/2016	Portaria Determinando o Arquivamento nº 3525 de 14/10/2016, Boletim de Serviços (do Reitor Substituto em Exercício Claudécir Alberto Schenkel)
23348.001142/2014-72	PAD	Desaparecimento ou perecimento de bens públicos	Campus Blumenau/IFC	Processo Julgado: 22/12/2016	Portaria Determinando o Arquivamento nº 017 de 03/01/2017, Boletim de Serviços (do Reitor Substituto em Exercício Robert Lenock) anexado
23348.000292/2016-21 SIPAC DAP/FRA	Sindicância	Desaparecimento ou perecimento de bens públicos	Campus Fraiburgo/IFC	Encaminhado para Julgamento: 17/06/2016	Processo em andamento
23473.000274/2015-22	PAD	Erros procedimentais ou descumprimento de normas ou regulamentos Descumprimento de normas relacionadas ao orçamento público Irregularidades ou fraudes em convênios ou outros acordos	Campus Blumenau/IFC	Encaminhado para Julgamento: 04/07/2016	Processo em andamento
23348.000951/2016-29	Sindicância	Desaparecimento ou perecimento de bens públicos	Reitoria/IFC	Encaminhado para Julgamento: 27/07/2016	Processo em andamento
23348.000697/2015-88	PAD	Conflito de interesse entre a função pública e atos da vida privada Desrespeito ao sigilo de informações Favorecimento próprio ou de terceiros Irregularidades ou fraudes em convênios ou outros acordos Representação de interesse particular junto à administração	Campus Santa Rosa do Sul/IFC Campus Sombrio/IFC Campus Videira/IFC Campus Luzerna/IFC Campus Fraiburgo/IFC Campus Camboriú/IFC Campus Araquari/IFC	Em análise na Corregedoria	Processo em andamento
23348.003060/2015-43	PAD	Conflito de interesse entre a função pública e atos da vida privada Erros procedimentais ou descumprimento de normas ou regulamentos Favorecimento próprio ou de terceiros Nepotismo	Campus Brusque/IFC	Instauração/Instrução*: 09/10/2015	Processo em andamento
23474.000564/2015-66	Sindicância	Desaparecimento ou perecimento de bens públicos	Campus Ibirama/IFC	Encaminhado para Julgamento: 06/02/2017	Processo em andamento
23348.000061/2016-17	PAD	Conflito de interesse entre a função pública e atos da vida privada Erros procedimentais ou descumprimento de normas ou regulamentos Favorecimento próprio ou de terceiros Nepotismo	Campus Brusque/IFC	Instauração/Instrução*: 24/02/2016	Processo em andamento
23473.000161/2016-16	PAD	Descumprimento de normas relacionadas ao orçamento público Erros procedimentais ou descumprimento de normas ou regulamentos	Campus Blumenau/IFC	Instauração/Instrução: 17/10/2016	Processo em andamento
23473.000162/2016-52	PAD	Descumprimento de normas relacionadas ao orçamento público Erros procedimentais ou descumprimento de normas ou regulamentos	Campus Blumenau/IFC	Instauração/Instrução: 17/10/2016	Processo em andamento
23354.000519/2016-59	Sindicância	Erros procedimentais ou descumprimento de normas ou regulamentos Irregularidades ou fraudes em licitações ou contratos Favorecimento próprio ou de terceiros	Campus Santa Rosa do Sul/IFC	Processo Julgado: 26/08/2016	Determina Instauração de Procedimento Administrativo Disciplinar, Conforme Artigos 145, inciso III, da Lei 8112/90.
23354.001423/2015-27	Sindicância	Erros procedimentais ou descumprimento de normas ou regulamentos; Irregularidades ou fraudes em licitações ou contratos	Campus Santa Rosa do Sul/IFC	Indiciamento/Citação/De fesa Escrita/Relatório Final: 25/08/2016	Processo em andamento
23349.000963/2016-43	Sindicância	Desaparecimento ou perecimento de bens públicos.	Campus São Bento do Sul/IFC	Encaminhado para Julgamento: 16/12/2016	Processo em andamento
23473.000326/2016-41	Sindicância	Desaparecimento ou perecimento de bens públicos.	Campus Blumenau/IFC	Processo Julgado: 18/11/2016	Arquivamento
23473.000339/2016-11	Sindicância	Desaparecimento ou perecimento de bens públicos.	Campus Blumenau/IFC	Processo Julgado: 04/07/2016	Instauração de Procedimento Administrativo Disciplinar. Enquadramento Legal: Artigos 145, inciso III, da Lei 8112/90
23473.000914/2016-85	Sindicância	Desaparecimento ou perecimento de bens públicos.	Campus Blumenau/IFC	Instauração/Instrução: 07/10/2016	Processo em andamento
23352.001711/2015-00	Sindicância	Desaparecimento ou perecimento de bens públicos	Campus Videira/IFC	Processo Julgado: 18/02/2016	Arquivamento
23351.000247/2016-17	Sindicância	Desaparecimento ou perecimento de bens públicos	Campus Concórdia/IFC	Processo Julgado: 07/11/2016	Arquivamento
23351.001078/2016-32	Sindicância	Desaparecimento ou perecimento de bens públicos	Campus Concórdia/IFC	Indiciamento/Citação/De fesa Escrita/Relatório Final: 20/12/2016	Processo em andamento
23353.001373/2015-98	Sindicância	Falta de urbanidade; conduta escandalosa; incontinência pública; manifestação de apreço ou desapeço	Campus Rio do Sul/IFC	Processo Julgado: 10/05/2016	Arquivamento

O IFC não possui setor dedicado somente a apurar responsabilidades por dano ao Erário, porém a Coordenação-Geral de Procedimentos Administrativos Disciplinares (COOPAD), que é um órgão suplementar de assessoramento, acompanhamento e execução de procedimentos administrativos disciplinares, cuja atribuição é coordenar, implementar, orientar e acompanhar as ações desenvolvidas no âmbito do IFC, no sentido de atender aos princípios constitucionais – legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência-, analisa e encaminha as devidas providências quando chegam denúncias de dano ao Erário. O **Quadro 137** apresenta os principais procedimentos adotados pela COOPAD para apuração de responsabilidade por dano ao Erário.

8.4 DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES COM O DISPOSTO NO ART. 5º DA LEI 8.666/1993

A unidade respeita o cronograma de pagamentos na forma do art. 5º da Lei nº 8.666/1993? Em caso negativo, qual a justificativa?

Resposta: SIM

A unidade tem regulamento próprio de licitações e contratações, com procedimentos definidos para o cumprimento da ordem de pagamentos? Em caso positivo, indique a URL de acesso ao regulamento.

Resposta: No exercício de 2016, não havia regulamentação própria. Porém, com a entrada em vigor da IN 02/2016 da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o IFC publicou critérios de ordem cronológica e exigibilidade de pagamentos, disponível no link <http://ifc.edu.br/acesso-a-informacao/>

A unidade possui regulamento prevendo razões de interesse público que motivem exceção à ordem cronológica de pagamento? Em caso positivo, indique a URL de acesso ao regulamento. –

Resposta: Não há regulamento próprio, porém são utilizadas as exceções previstas na IN 02/2016-MPOG.

Há controle instituído para garantir o cumprimento do cronograma determinado pela Lei?

Resposta: são realizados controles internos por meio de planilhas, registrando a ordem cronológica da exigibilidade de pagamento.

8.5 - INFORMAÇÕES SOBRE A REVISÃO DOS CONTRATOS VIGENTES FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO

No exercício de 2016, não foram adotadas medidas de revisão dos contratos em relação à desoneração da folha de pagamento.

8.6 – INFORMAÇÕES SOBRE AS AÇÕES DE PUBLICIDADE

No que tange às modalidades de publicidade contempladas por este Relatório de Gestão, o Instituto Federal Catarinense (IFC) mantém contratos de Publicidade Legal com a Imprensa Nacional e a EBC, com vistas a publicizar balanços, atas, editais, decisões, avisos e outras informações similares, e, por conseguinte, atender às prescrições legais e materializar suas publicações oficiais.⁵

⁵ No Relatório de Gestão passado, que contempla os gastos de 2015, foram discriminados apenas os valores gastos com Publicidade Legal no âmbito da Reitoria, no que respeita ao contrato com a EBC. No atual levantamento, serão

Além disso, foi realizado, no ano de 2016, o processo licitatório para a contratação de agência de publicidade (Concorrência 001/2016 – disponível em: <http://dap.ifc.edu.br/2016/05/13/concorrencia-0012016/>), o qual teve a homologação de seu resultado, no Diário Oficial da União, em 25 de novembro de 2016. Em razão do curto período de tempo transcorrido, desta publicação até a presente data, ainda não houve, entre o IFC e a empresa vencedora, definições concretas de planejamento relativo às ações de publicidade a serem realizadas no ano de 2017 por esta modalidade de publicidade, qual seja, a de Utilidade Pública (PUP). Não se sabe, até o momento, portanto, como se dará a exata aplicação do valor referência para execução do objeto, qual seja, R\$ 104.000,00 (cento e quatro mil) reais.

No que respeita a outras formas de divulgação, as Coordenações de Comunicação do IFC construíram, ao longo da existência da instituição, uma estratégia de comunicação que se propõe a dar visibilidade aos processos seletivos e fortalecer a marca perante o público interno e externo, por meio da produção de materiais gráficos, impressos e digitais, a partir dos quais a divulgação do Instituto pode ser realizada. A prática de distribuição dos primeiros já está consolidada nas ações de comunicação, sendo de significativa importância para fazer conhecido o IFC à comunidade externa. Como exemplo, pode-se citar o investimento em material gráfico, contemplando folder, cartaz, camiseta, *banner*, faixa, etc.

A seguir, apresentam-se os quantitativos, conforme informados por todas as unidades do IFC⁶, dos gastos com Publicidade Legal e Publicidade de Utilidade Pública, além das despesas com materiais gráficos, cujos valores abarcam também material de expediente padronizado, o qual atua como consolidador da identidade institucional a partir de sua padronização.

Quadro 138: Resumo das despesas de ações de publicidade por unidade institucional

Campus Araquari			
Caracterização da despesa	Programa/Ação Orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Publicidade Legal	108785	37.096,59	19.185,38 ⁷
Materiais/serviços gráficos	108785	13.679,90	6.157,90 ⁸
Campus Blumenau			
Caracterização da despesa	Programa/Ação Orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Publicidade Legal	108785/20RL	18.000,00	14.990,15
Materiais/serviços gráficos	88271/20RL	54.366,44	34.434,23
Campus Brusque			
Caracterização da despesa	Programa/Ação Orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Publicidade Legal	108785/20RL	6.000,00	--
Materiais/serviços gráficos	108785/20RL	10.878,28	4.457,00
Campus Camboriú			
Caracterização da despesa	Programa/Ação	Valores empenhados	Valores pagos

mencionados os valores investidos, em cada *campus*, nessa modalidade de publicidade, de modo a contemplar tanto os valores empenhados e pagos à EBC quanto à Imprensa Nacional.

6 Os dados foram fornecidos pelos setores responsáveis por empenhos e pagamentos dos serviços e materiais mencionados neste relatório. Coube à Coordenação-Geral de Comunicação apenas o levantamento e a compilação dos dados.

7 Desse valor, R\$ 3.223,53 são referentes a empenhos realizados em 2015.

8 Desse valor, R\$ 2.477,10 são referentes a empenhos realizados em 2015.

	Orçamentária		
Publicidade Legal	108785	38.821,71	35.873,04
Materiais/serviços gráficos	108785	34.857,74	48.960,20 ⁹
Campus Concórdia			
Caracterização da despesa	Programa/Ação Orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Publicidade Legal	108785/20RL	44.675,95	37.658,62
Materiais/serviços gráficos	108785/20RL	32.569,65	29.733,95
Campus Fraiburgo			
Caracterização da despesa	Programa/Ação Orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Publicidade Legal	108785/20RL e 88271/20RL	33.000,00	17.600,23 ¹⁰
Materiais/serviços gráficos	108785/20RL e 88271/20RL	11.589,96	10.600,36
Campus Ibirama			
Caracterização da despesa	Programa/Ação Orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Publicidade Legal	88271 e 108785	28.903,00	10.599,13 ¹¹
Materiais/serviços gráficos	108785	10.953,40	10.953,40
Campus Luzerna			
Caracterização da despesa	Programa/Ação Orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Publicidade Legal	108785	29.088,00	29.812,35 ¹²
Materiais/serviços gráficos	108785	26.045,66	21.826,02 ¹³
Campus Rio do Sul			
Caracterização da despesa	Programa/Ação Orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Publicidade Legal	20RL	44.654,47	44.654,47
Materiais/serviços gráficos	20RL	27.400,00	27.400,00
Campus Santa Rosa do Sul e Campus Avançado Sombrio			
Caracterização da despesa	Programa/Ação Orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Publicidade Legal	108785/20RL	29.500,00	18.072,34
Materiais/serviços gráficos	108785 e 88271/20RL	48.526,98	14.272,00 ¹⁴
Campus São Bento do Sul¹⁵			

9 Estão incluídos nesse valor pagamentos de empenhos realizados em 2015.

10 Desse valor, R\$ 2.181,85 são referentes a empenhos realizados em 2015.

11 Desse valor, R\$ 4.282,17 são referentes a empenhos realizados em 2015.

12 Desse valor, R\$ 3.311,43 são referentes a empenhos realizados em 2015.

13 Desse valor, R\$ 335,00 são referentes a empenhos realizados em 2015.

14 Desse valor, R\$ 4.172,00 são referentes a empenhos realizados em 2015.

15 O Campus São Bento do Sul não possui valores, empenhados e/ou pagos, referentes à despesa com material gráfico ou modalidade de publicidade no exercício de 2016.

Caracterização da despesa	Programa/Ação Orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Publicidade Legal	--	--	--
Materiais/serviços gráficos	--	--	--
Campus São Francisco do Sul			
Caracterização da despesa	Programa/Ação Orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Publicidade Legal	108785	2.818,55	663,55
Materiais/serviços gráficos	108785	20.649,36	4.299,60
Campus Videira			
Caracterização da despesa	Programa/Ação Orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Publicidade Legal	108785	24.697,78	15.169,10 ¹⁶
Materiais/serviços gráficos	108785	101.166,50	103.932,81 ¹⁷
Reitoria e Campus Avançado Abelardo Luz¹⁸			
Caracterização da despesa	Programa/Ação Orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Publicidade Legal	108785	150.345,92	272.336,26 ¹⁹
Publicidade de Utilidade Pública	108785	104.000,00	-- ²⁰
Materiais/serviços gráficos	108785	70.070,50	26.800,14

8.7 – DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NO ART. 3º DO DECRETO 5.626/2005

A Língua Brasileira de Sinais – Libras, é disciplina curricular obrigatória em todos os cursos de Licenciaturas do IFC, atendendo a Resolução CNE N. 2 de 01 de julho de 2015. Com base nesta Resolução, foi instituída a Portaria Normativa/IFC n. 009 de 03 de novembro de 2016, art. 9º que assim normatiza:

“Deverá ser garantido o Eixo Pedagógico Obrigatório, explicitado em todos os PPCs dos cursos de licenciaturas, com disciplinas de dimensão e fundamentos pedagógicos comuns a todos os cursos de licenciatura [...]”.

§3º “Além dos componentes curriculares do Eixo Pedagógico Obrigatório, serão mantidas as disciplinas de **Libras** (60h) e Leitura e Produção de Texto (30h) em todos os cursos de Licenciaturas do IFC”.

Nestes termos, o quadro abaixo sistematiza e reafirma esta ação:

Quadro 139: Demonstrativo de atendimento ao Decreto 5.626/2005

Cursos de Graduação que devem ofertar	Cód. Curso E-Mec	Município/Campus	Atend. ao Art. 3º do Decreto 5.626/2005	Publicação da Matriz Curricular no site institucional *
---------------------------------------	------------------	------------------	---	---

16 Desse total R\$ 3.735,51 são referentes a empenhos realizados em 2015.

17 Desse total R\$ 99.680,65 são referentes a empenhos realizados em 2015.

18 O *Campus* Abelardo Luz está vinculado administrativamente à Reitoria.

19 Desse total, R\$ 134.129,04 são referentes a empenhos realizados em 2015.

20 O valor referente à Publicidade de Utilidade Pública (PUP) foi apenas empenhado.

Libras como disciplina obrigatória				
Química	1125948	Campus Araquari	Atende	http://liqui.arauvari.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/15/2014/11/PPC_LIQUI_V6_para-Consuper-2014_2.pdf
Ciências Agrícolas	1102784	Campus Araquari	Atende	http://lica.arauvari.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/23/2014/06/Matriz-Curricular-LiCA-2017.pdf
Pedagogia	307282	Campus Blumenau	Atende	http://blumenau.ifc.edu.br/pedagogia/matriz-curricular-2/
Matemática	1103025	Campus Camboriú	Atende	https://matifcemboriu.wordpress.com/2015/10/05/grade-curricular-2014/
Pedagogia	1125934	Campus Camboriú	Atende	http://www.camboriu.ifc.edu.br/wp-content/uploads/2014/06/Dados-Pedagogia.pdf
Matemática	1103031	Campus Concórdia	Atende	http://licenciatura-matematica.concordia.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/24/2017/02/MATRIZ-CURRICULAR-MATEM%C3%81TICA-LICENCIATURA-2015.pdf
Física	1125947	Campus Concórdia	Atende	http://licenciatura-fisica.concordia.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/23/2016/10/matriz_curricular_curso_fisica_licenciatura.pdf
Pedagogia	1179300	Campus Videira	Atende	http://videira.ifc.edu.br/pedagogia/wp-content/uploads/sites/12/2014/03/Matriz-curricular.pdf
Matemática	1102795	Campus Rio do Sul	Atende	http://matematica.ifc-riodosul.edu.br/wp-content/uploads/2013/11/Matriz-Curricular-2016.pdf
Física	1125919	Campus Rio do Sul	Atende	http://fisica.ifc-riodosul.edu.br/wp-content/uploads/2013/11/MATRIZ-CURRICULAR-TURMA-2014.pdf
Pedagogia	1330648	Campus Rio do Sul	Atende	http://www.ifc-riodosul.edu.br/site/pedagogia/
Matemática	1103032	Campus Sombrio	Atende	http://matematica.sombrio.ifc.edu.br/grade-de-disciplinas/

***Data de acesso: 13 fev. 2017.**

ANEXOS E APÊNDICES

ANEXO 01

RELATÓRIO ANUAL DAS COORDENAÇÕES DE EXTENSÃO DOS CAMPUS

*Os dados abaixo foram informados pelas Coordenações de Extensão dos Campi

Informações Gerais					
Âmbito : Campus/Reitoria	Coordenador de Extensão	Portaria nº	Comitê de Extensão de Campus (Membros, e-mail)	Portaria nº:	Coordenação de Extensão: equipe
Reitoria					
Abelardo Luz	Amanda Queiroz de Carvalho	01/2017			
Araquari	Katia Hardt Siewert	44/2016 – DOU 01/02/2016	<p>Grasiela Voss, grasiela.voss@ifc-araquari.edu.br</p> <p>Mariândes Mol Ribeiro Melo, marilandes.melo@ifc-araquari.edu.br</p> <p>Alessandra Klug, alessandra.klug@ifc-araquari.edu.br</p> <p>Joice Seleme Mota, joice@ifc-araquari.edu.br</p> <p>Casemiro José Mota, casemirogota@ifc-araquari.edu.br</p> <p>Artur de Lima Preto, artur.preto@ifc-araquari.edu.br</p> <p>Juahil Martins de Oliveira Júnior, juahil.oliveira@ifc-araquari.edu.br</p> <p>Otávio Patrício Netto, otavionetto@ifc-araquari.edu.br</p> <p>Juliana de Souza, juliana@ifc-araquari.edu.br</p> <p>José Luiz Nogueira, e-mail: jose.nogueira@ifc-araquari.edu.br</p> <p>Bruno Alcimar Dranka, bruno.dranka@ifc-araquari.edu.br</p> <p>Tcharlata Françoise Stingham, tcharlata@gmail.com</p>	389/2016	Coordenador de Estágios: Joverci Antônio Pocera Portaria nº: 109/2013 – DOU 18/03/13
Blumenau	Daniel Minuzzi de Souza	084/2016	<p>Michele Savaris (titular), michele.savaris@blumenau.ifc.edu.br</p> <p>Fabiano de Oliveira (titular), fabiano.oliveira@blumenau.ifc.edu.br</p> <p>Simone Olczyk (suplente), simone.voltolini@blumenau.ifc.edu.br</p> <p>Cesar Augusto Kistner (suplente), cesar.kistner@blumenau.ifc.edu.br</p> <p>Anderson Nereu Galcowski (sup.), anderson.galcowski@blumenau.ifc.edu.br</p>	116/2016 223/2016 347/2016	
Brusque	Tatiane Suelli Coutinho	146/2016	<p>Tatiane Suelli Coutinho, tatiane.coutinho@brusque.ifc.edu.br</p> <p>Ilisandro Pesente, ilisandro.pesente@brusque.ifc.edu.br</p> <p>Tiago Fernandes Oliveira, tiago.fernandes@brusque.ifc.edu.br</p> <p>Maria Eduarda Corrêa Boell, mariaeduardacboell@hotmail.com</p>	167/2016	
Camboriú	Daniele Soares de Lima		<p>Rodolfo,</p> <p>Fábio Dias, fabiodias@ifc-camboriu.edu.br</p> <p>Degelane, degelane@ifc-camboriu.edu.br</p> <p>Thaysi,</p> <p>Afrânio Thiel, afrianothiel@ifc-camboriu.edu.br</p> <p>Rogério Bittencourt, rgb@ifc-camboriu.edu.br</p> <p>Andreia Regina Bazzo, andreia@ifc-camboriu.edu.br</p> <p>Eliane Dutra Armas, eliane@ifc-camboriu.edu.br</p>	143/GDG-CAM/2016	
Concórdia	Mário Lettieri Teixeira	492/2016	<p>Silvia Fernanda Souza Dalla Costa, silvia.costa@ifc-concordia.edu.br</p> <p>Flaviane Predebon Titon, flaviane.predebon@ifc-concordia.edu.br</p> <p>Cristiane Aparecida Lissak, cristiane.lissak@ifc-concordia.edu.br</p> <p>Sandra Mara Valerius, sandra.valerius@ifc-concordia.edu.br</p> <p>Suzana Just, suzana_just@hotmail.com</p> <p>Pamela Maboni, p.maboni@gmail.com</p>	246/2016	
Ibirama	Sonia Schappo Imhof	062/2016	<p>Docentes titulares:</p> <p>Sonia Schappo Imhof, sonia.imhof@ibirama.ifc.edu.br</p>	078/2016	

			<p>Rafael Andrade, rafael.andrade@ibirama.ifc.edu.br Daniel dos Santos Júnior, daniel.santos@ibirama.ifc.edu.br Isabela Dal-Bó, isabela.dalbo@ibirama.ifc.edu.br Araceli Gonçalves, araceli.goncalves@ibirama.ifc.edu.br</p> <p>Docentes suplentes: Kathia Mariane Fehsenfeld, kathia.fehsenfeld@ibirama.ifc.edu.br Chris Royes ScharDOSim, chris.royes@ibirama.ifc.edu.br Elisa Lotici Hennig, elisa.hennig@ibirama.ifc.edu.br Ana Sílvia de Lima Vielmo, ana.silvia@ibirama.ifc.edu.br</p> <p>Membro titular técnico-administrativo: Edna Manuela Has de Souza, edna.schoeffel@ibirama.ifc.edu.br</p> <p>Membro suplente técnico-administrativo: Eliane Rodrigues Mota Orelo, eliane.orelo@ibirama.ifc.edu.br</p> <p>Membro titular discente: Rhaissa Schwinden Gehrke, rhaissagehrke@gmail.com</p> <p>Membro suplente discente: Heloyosa dos Santos, heloyzahelosantos@gmail.com</p>		
Fraiburgo	Cláudio Bertotto	Portaria nº: 235/DE 01/08/2016	<p>Cláudio Bertotto, claudio.bertotto@fraiburgo.ifc.edu.br Marlon Domenech, marlon.domenech@fraiburgo.ifc.edu.br Gilberto S de Oliveira, gilberto.oliveira@fraiburgo.ifc.edu.br Michele Franzoni Inácio, michele.inacio@fraiburgo.ifc.edu.br Mirella Gauloski Sens, mirela.sens@fraiburgo.ifc.edu.br Edenilse Felchicher, felchicheredenilse@gmail.com /edenilse@master.agr.br</p>	252 / DE 23/08/20 16	
Luzerna	Roberto Carlos Rodrigues	35/GAB/DG/ CLUZ/IFC de 24/02/2016	<p>Titulares: Ricardo Antonello, ricardo.antonello@luzerna.ifc.edu.br Fernando Prado Dacas, fernando.dacas@luzerna.ifc.edu.br Artur Kwieczinski, eng.arturk@gmail.com João Pedro Alves Queiroz, jopqueiroz@gmail.com</p> <p>Suplentes: Soyara Carolina Biazotto, soyara.biazotto@luzerna.ifc.edu.br Daiani Pauletti Perazzoli, daianiperazzoli@luzerna.ifc.edu.br Mario Schpainski Junior, mjtragancin_sid@hotmail.com Rafaela Zilio Altenburger, rafazilioa@gmail.com</p>	74/GAB/D G/CLUZ/IF C/2015 de 21/05/15	Coordenador de Estágios: Guillermo Ney Caprario Portaria nº: 193/GAB/DG/CLUZ/IFC/2014 de 24/10/2014
Rio do Sul	Cláudio Keske	246/15/GAB /DG 05-11- 2015	<p>Cláudio Keske, keske@ifc-riodosul.edu.br Renata Bongioio Magenis, renata@ifc-riodosul.edu.br Fabrcio Campos Masiero, masiero@ifc-riodosul.edu.br Everton Eduardo Lopes Dias Juffo, everton@ifc-riodosul.edu.br André Kuhn Raupp, andreraupp@ifc-riodosul.edu.br André da Costa, andre.costa@ifc-riodosul.edu.br Amauri Carboni Bitencourt, amauri@ifc-riodosul.edu.br Fábio Alexandrini, fabalex@ifc-riodosul.edu.br Marcos Cesar Franzão, franzao@ifc-riodosul.edu.br Rosângela D. Garzo Scheneider, rosangela@ifc-riodosul.edu.br João Augusto Scheneider, joao.scheneider@ifc-riodosul.edu.br Victor Augenstein, victoraugenstein@gmail.com</p>	152/16/G AB/DG	Marcos Cesar Franzão Portaria 02/GAB/DG/14
São Bento do Sul	Fabio Muchenski	018/2016	<p>Membros titulares docentes: Fabio Muchenski, fabio.muchenski@sbs.ifc.edu.br Joel Eyroff, joel.eyroff@sbs.ifc.edu.br Karine Arend, karine.arend@sbs.ifc.edu.br Nágila Cristina Hinckel, nagila.hinckel@sbs.ifc.edu.br Raquel Cardoso de Faria e Custódio, raquel.custodio@sbs.ifc.edu.br</p> <p>Membros suplentes docentes: Ricardo Campagnin, ricardo.campagnin@sbs.ifc.edu.br Paula Cristina Bacca, paula.bacca@sbs.ifc.edu.br Cristhiane Guertler, cristhiane.guertler@sbs.ifc.edu.br Maria Gisele Peres, maria.peres@sbs.ifc.edu.br</p> <p>Membro titular técnico-administrativo: Maria de Nasaré Moraes de Oliveira, maria.oliveira@sbs.ifc.edu.br</p> <p>Membro suplente técnico-administrativo:</p>	105/2016	

			<p>Andressa Torinelli, andressa.torinelli@sbs.ifc.edu.br</p> <p>Membro titular discente:</p> <p>Marcus Neves da Cunha, marcusncunha@gmail.com</p> <p>Membro suplente discente:</p> <p>Keila Santos Souza, keila.sbs@gmail.com</p>		
Santa Rosa do Sul	Élton Pires	190 de 18/06/2014, DOU de 25/06/2014	<p>Presidente:</p> <p>Élton Pires (Coordenador Geral de Extensão) - eliton.pires@santarosa.ifc.edu.br</p> <p>Representantes dos técnicos administrativos:</p> <p>Juarez Valdinei Ferreira (titular) - juarez.ferreira@santarosa.ifc.edu.br</p> <p>Jorge Luiz Tabora Celestino (suplente) - jorge.celestino@santarosa.ifc.edu.br</p> <p>Representantes do corpo docente:</p> <p>André Luiz Rodrigues Gonçalves (titular) - andre.goncalves@santarosa.ifc.edu.br</p> <p>Miguelangelo Ziegler Arboitte (suplente) - miguelangelo.arboitte@santarosa.ifc.edu.br</p> <p>Representantes dos discentes:</p> <p>Tatiane Amancio (Grêmio Estudantil /titular) - tatiamancio@outlook.com</p> <p>Daniel Barbosa Coruja (Centro Acadêmico de Engenharia Agrônômica/suplente) - d.coruja@hotmail.com</p> <p>Representantes da sociedade civil:</p> <p>Ionara Monteiro Martins (titular) - ionaramonteiro@gmail.com</p> <p>Bruna Lopes Raupp (suplente) - bruna.lopes@santarosa.ifc.edu.br</p>	291 de 07/04/16	Coordenador de Estágios: Maurício Duarte Anastácio Portaria nº: 79 de 27/01/2016, DOU de 28/01/2016
São Francisco do Sul	Francisco Rafael M. da Mota	109 CSFS/IFC/16	<p>Francisco Rafael M. da Mota, francisco.mota@saofrancisco.ifc.edu.br</p> <p>Marcio Marcelo Piffer, marcio.piffer@saofrancisco.ifc.edu.br</p> <p>Mauro Bittencourt dos Santos, mauro.bittencourt@saofrancisco.ifc.edu.br</p> <p>Camila de Carli, camila.carli@saofrancisco.ifc.edu.br</p> <p>Anderson H. da Silva Marcondes, anderson.marcondes@saofrancisco.ifc.edu.br</p> <p>Luan Ermani Garbuio Zittel, luan.zittel@aluno.sfs.ifc.edu.br</p> <p>Beatriz Lagranha Wust, beatriz.wust@aluno.sfs.ifc.edu.br</p> <p>Djessy Sebastião, djessy.sebastiao@aluno.sfs.ifc.edu.br</p> <p>Joceli Antônio Andreola, joceli.andreola@saofrancisco.ifc.edu.br</p> <p>Vitor Mateus de Moraes, vitor.moraes@saofrancisco.ifc.edu.br</p> <p>Kamila Mariana Devegili, kamila.devegili@saofrancisco.ifc.edu.br</p> <p>Débora Regina Claudiano, debora.claudiano@saofrancisco.ifc.edu.br</p> <p>Marlize da Silva Machado, marlize.machado@aluno.sfs.ifc.edu.br</p> <p>Vicente Nunes de Almeida Neto, vicente.almeida@aluno.sfs.ifc.edu.br</p> <p>Julia Ramalho de Oliveira, julia.oliveira@aluno.sfs.ifc.edu.br</p>	135 CSFS/IFC/16	Coordenador de Estágios: Silvani da Silva
Sombrio	Helmo Alan Batista de Araújo	272/2016 - GAB/DG/CSR S, de 30/03/2016 DOU 01/04/2016	<p>Helmo Alan Batista de Araújo (Presidente) helmo.araujo@sombrio.ifc.edu.br</p> <p>Cynthia Nalila Souza Silva (Titular) - cyntia.silva@sombrio.ifc.edu.br</p> <p>Gerusa da Rosa Bez de Souza (Suplente) - gerusa.souza@sombrio.ifc.edu.br</p> <p>Leocádio Cabral Neto (Titular) - jose.cabral@sombrio.ifc.edu.br</p> <p>Anderson Sartori (Suplente) - anderson.sortori@sombrio.ifc.edu.br</p> <p>Sandra Vieira (Titular) - sandra.vieira@sombrio.ifc.edu.br</p> <p>Matheus Lorenzatto Braga (Suplente) - matheus.lorenzatto@sombrio.ifc.edu.br</p> <p>Glíndia Victor (Titular) - glindia.victor@sombrio.ifc.edu.br</p> <p>Victor Martins de Sousa (Suplente) - victor.souza@sombrio.ifc.edu.br</p> <p>Alex Fabiano Wehrle (Titular) - alex.wehrle@sombrio.ifc.edu.br</p> <p>Carla Sofia Dias Brasil (Suplente) - carla.brasil@sombrio.ifc.edu.br</p> <p>Raquel Conceição (Titular) - cpex@sombrio.ifc.edu.br</p> <p>Catarina Roese Alves (Suplente) - catarinaroese@gmail.com</p>	382/GAB/DG/CSRS, de 17/06/16	
Videira	Angela Maria Crotti da Rosa		<p>Angela Maria Crotti da Rosa, angela_rosa@ifc-videira.edu.br</p> <p>Alécio Comelli, alecio.comelli@ifc-videira.edu.br</p>	Nº148/G AB/DG/C VID/IFC20	

			<p>Jane Suzete Valter, jane.valter@ifc-videira.edu.br</p> <p>Josy Alvarenga Carvalho Gardin, josy.gardin@ifc-videira.edu.br</p> <p>Mathias Marchesan de Oliveira, matias.oliveira@ifc-videira.edu.br</p> <p>Wagner Carlos Mariani, wagner.mariani@ifc-videira.edu.br</p> <p>Fernando Pegorini Nava, pegorini@live.com</p> <p>Camila Zanete Zuanazzi, camila.zuanazzi@ifc-videira.edu.br</p> <p>Gilson Ribeiro Nachtigall, gilsonrn@ifc-videira.edu.br</p> <p>Jaqueline Goulart, jaque.goulart@hotmail.com</p>	16, DE 07 DE ABRIL DE 2016	
--	--	--	---	----------------------------	--

Publicações relacionadas a Extensão (livros, revistas, artigos)

Âmbito : Campus/Reitoria	Publicações
Reitoria	
Abelardo Luz	Nada Consta
Araquari	Nada consta.
Blumenau	Nada consta.
Brusque	Nada Consta
Camboriú	Nada Consta
Concórdia	Nada consta.
Ibirama	Nada consta.
Fraiburgo	Nada consta.
Luzerna	<p>Inclusão Digital e Extensão Tecnológica: a Tecnologia de Robótica Pedagógica Lego Mindstorms® como Ferramenta Inclusiva nas Escolas Públicas SARAIVA, Ilyushin Z. ,ANTONELLO, Ricardo ,OLIVEIRA, Rafael G. ,CARDOZO, Yan C. V. ,BECKER, Ruan M. ,BEVILAQUA, Ruan D. - Anais da VII Congresso Brasileiro de Extensão Universitária - Resumo</p> <p>Educação Empreendedora e Empreendedorismo Social: O Mapa Ambiental Escolar SARAIVA, Ilyushin Z. , PEREIRA, Maurício T. ,BEVILAQUA, Ruan D. ,BUTZEN, Eduardo. Anais da VII Congresso Brasileiro de Extensão Universitária - Resumo</p> <p>Projeto de Embarcação Autônoma Compacta para Busca de Corpos Submersos KVIECZINSKI, Artur ,JUNIOR, Ivo R. M. Anais da VII Congresso Brasileiro de Extensão Universitária - Resumo</p> <p>Procedimentos para o Atendimento Emergencial de Alunos e Servidores do IFC Campus Luzerna FACCHIN, Renata ,JUNIOR, Ivo R. M. ,OLIVEIRA, Rosilene P. ,VOLPATO, Júlia Anais da VII Congresso Brasileiro de Extensão Universitária - Resumo</p> <p>Robôs como Ferramenta Extensionista: a experiência do projeto de robótica pedagógica com a tecnologia de robôs Lego Mindstorms® do IFC-Campus Luzerna SARAIVA, Ilyushin Z. Revista Extensão Tecnológica - Artigo</p> <p>ROBÓTICA PEDAGÓGICA COM A TECNOLOGIA DE ROBÔS LEGO MINDSTORMS® SARAIVA, Ilyushin Z. Anais da II Jornada Acadêmica - Resumo</p> <p>Extensão Como Construção Coletiva do Saber: Um Olhar sobre o Projeto de Robótica Pedagógica com a Tecnologia de Robôs Lego Mindstorms® do IFC Campus Luzerna SARAIVA, Ilyushin Z. Anais do 34º SEURS - Artigo</p> <p>Oficina de Robótica Pedagógica com Lego Mindstorms® para Escolas da Rede Pública de Santa Catarina SARAIVA, Ilyushin Z. Anais do 34º SEURS - Artigo</p> <p>O X DA QUESTÃO: ABORDAGENS DE ENSINO E APRENDIZAGEM NOS PROJETOS DE EXTENSÃO DO IFC - CAMPUS ARAQUARI SARAIVA, Ilyushin Z. V Coloquio - Artigo</p> <p>EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E OS MERCADOS LOCAIS: DEMANDA PELO PROFISSIONAL DE LOGÍSTICA NA REGIÃO DO OESTE CATARINENSE SARAIVA, Ilyushin Z. V Coloquio - Artigo</p>
Rio do Sul	Avaliação da Adaptabilidade da Noz-Pecã no Alto Vale do Itajaí; Anais XII seminário Nacional Sobre Fruticultura de Clima Temperado; Vol 29 n°2 de Maio/Ago 2016, ISSN 0103-0779
São Bento do Sul	Nada consta.
Santa Rosa do Sul	Anais do SICTSUL, Anais da MICTI e revista de extensão: http://extensao.santarosa.ifc.edu.br/linkspublicacoes/
São Francisco do Sul	Nada consta.
Sombrio	Nada consta.
Videira	<p>Revista de Extensão do Instituto Federal Catarinense, ano 2, número 3 ISSN 2358-2499 Artigos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) “ Emissão de certificados eletrônicos nos eventos do Instituto Federal Catarinense Campus Videira” (Autores: Leila Lisiane Rossi, Angela Maria Crotti da Rosa, Thiago Heineck, Jeferson Boesing). 2) Projeto “jardinagem e paisagismo” no asilo lar bom samaritano (Autores: Luiz João Gaio, Marcelo Diel, Ricardo de Araújo). 3) “Horta escolar de plantas medicinais e aromáticas” (Autores: Sabrina Sgarbi Tibolla, Gilson Ribeiro Nachtigall)

Empreendedorismo

Campus	Convênio com Incubadora		Qual:	Estudante ou servidor incubado		Quantos:	Área
	Não (X)	Sim ()		Não (X)	Sim ()		
Abelardo Luz	Não (X)	Sim ()		Não (X)	Sim ()		
Araquari	Não ()	Sim (X)	INOVAPARQ	Não (X)	Sim ()		
Blumenau	Não (X)	Sim ()		Não (X)	Sim ()		
Brusque	Não (X)	Sim ()		Não (X)	Sim ()		
Camboriú	Não (X)	Sim ()		Não (X)	Sim ()		
Concórdia	Não (X)	Sim ()		Não (X)	Sim ()		
Ibirama	Não (X)	Sim ()		Não (X)	Sim ()		
Fraiburgo	Não (X)	Sim ()		Não (X)	Sim ()		
Luzerna	Não ()	Sim (X)		Não ()	Sim (X)	2	Tecnológica
Rio do Sul	Não (X)	Sim ()		Não (X)	Sim ()		
São Bento do Sul	Não (X)	Sim ()		Não (X)	Sim ()		
Santa Rosa do Sul	Não (X)	Sim ()		Não (X)	Sim ()		
São Francisco do Sul	Não (X)	Sim ()		Não (X)	Sim ()		
Sombrio	Não (X)	Sim ()		Não (X)	Sim ()		
Videira	Não (X)	Sim ()		Não (X)	Sim ()		

1. Projeto com Fomento Interno [Campus]

Campus	Edital nº	Título do projeto aprovado	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de participantes	Informação sobre publicação e Resultados
Abelardo Luz		Nada Consta						
Araquari	017/2015	NAIV – NÚCLEO DE APERFEIÇOAMENTO INTERATIVO VIRTUAL (Prof. Casemiro Mota)	01	01	05	--	--	O convênio com o município teste, devido a problemas burocráticos do IFC, não foi efetivado. Aliado a isso o projeto não teve aplicação e assim não houve participantes. Não houve teste real. O projeto termina de forma não conclusa, não foi possível comprar materiais e não foi possível realizar a capacitação dos professores do município teste.
	017/2015	Difundir tecnologia através da assistência técnica em produção, nutrição, sanidade, reprodução e gestão de sistemas pecuários (Prof. Ivan Bianchi)	01	20	12	04	361	O projeto envolveu um total de 361 pessoas entre alunos, técnicos, professores e produtores, levando assistência a nove propriedades rurais. Com isso foi oportunizado aos alunos do ensino médio e superior a conviver com a prática com animais de produção, fazendo manejos reprodutivos, sanitários, nutricionais, proporcionando conhecimentos de gestão de propriedades pecuárias aos estudantes. Quanto as publicações tem-se: EPEX (Araquari - 2015), SIEPE (Rio do Sul - 2016), SEURS (Camboriú - 2016), SEPE (Araquari - 2016) e MICTI (Videira - 2016)
	017/2015	"Animalguinhos": construindo uma nova relação de saúde e amizade entre as crianças e os animais (Prof. Deolinda Carneiro)	01	03	04	--	40	Atendimento a duas turmas de 1o ano na Escola Amaro Coelho em Araquari-SC. O trabalho teve publicações na EPEX

								(Araquari - 2015), MICTI (Santa Rosa - 2015) e SEPE (Araquari - 2016).
017/2015	BLOG ADOÇÃO ANIMAL IFC: INCENTIVANDO A PRÁTICA DA ADOÇÃO DE CÃES E GATOS ABANDONADOS (Prof. Erica Bako)	01	04	01	03	09		Apresentação e publicação de resultado preliminares do V Evento de Pesquisa e Extensão (EPEX) do IFC-Araquari. Trabalho premiado no V EPEX (2º Lugar, categoria extensão), sendo, portanto, indicado para apresentação e publicação na VIII Mostra Nacional de Iniciação Científica e Tecnológica Interdisciplinar (MICTI), promovida pelo IFC-Sombrio. Trabalho premiado na VIII MICTI (2º Lugar, categoria extensão-trabalho). Apresentação e publicação dos resultados finais no 7º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, promovida pela Universidade Federal de Ouro Preto. Apresentação e publicação de trabalho relativo ao projeto na Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão (SEPE) do IFC-Araquari. Trabalho premiado na SEPE (3º Lugar, categoria extensão). Apresentação e publicação de trabalho relativo ao projeto na IX MICTI, promovida pelo IFC-Videira. Trabalho premiado na IX MICTI (2º Lugar, categoria extensão-ciências agrárias). Submissão de artigo, ainda em avaliação, para a revista de extensão do IFC.
017/2015	FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PRODUTORES DE MARACUJÁ NO MUNICÍPIO DE ARAQUARI, SC (Prof. Rodrigo Monzani)	01	01	06	--	Não informado		MCT 2015 – Araquari, MICTI 2015 – Santa Rosa do Sul
017/2015	Plantaterapia (Prof. Luciano Alves)	01	04	04	--	90		SEPE 2016 - Araquari, MICTI 2016 - Videira
017/2015	Viagem pelo Céu (Prof. Grasiela Voss)	01	--	05 internos + 05 externos	02	230		MCT 2015 – Araquari, MICTI 2015 – Santa Rosa com duas premiações de primeiro lugar. Atuação em três escolas de educação infantil e séries iniciais de Araquari, São Francisco do Sul e Barra Velha.
14/2016	Projeto de Apoio, Organização e Formação de Docentes e Estudantes para Feiras de Matemática (Prof. Katia H. Siewert)	01	--	10	--	Até o momento 12 professores certificados		Projeto trabalhado no ano de 2015, com adequação para a formação docente. Já foi realizado neste ano de 2016 formação em Joinville, certificando 12 professores com 20 horas. Houve a inclusão de duas professoras do Campus São Bento do Sul, aumentando a área de abrangência da formação. (Apenas Bolsa – mod. BET)
14/2016	Viagem pelo Céu: uso da Astronomia no saber científico na Educação Infantil e Séries Iniciais (Prof. Grasiela Voss)	01	--	04 IFC + 04 externos	--	Até o momento 05 turmas de alunos – 130 alunos		Projeto aplicado desde 2012 e cada ano com atividades diferenciadas. No ano de 2016 a coordenadora foi convidada a apresentar oficina na Semana Tecnológica do Campus São Francisco do Sul atingindo 33 professores de séries iniciais. (Bolsa – mod. BET e Fomento)
14/2016	Informática para Crianças e Jovens Carentes de Araquari (Prof. Emerson Cidral)	01	--	01	--	Estima-se atender 120 crianças e jovens		(Apenas Bolsa – mod. BET)
14/2016	Práticas e processos: arte, vida e cidade (Prof. Alessandra Klug)	01	09 IFC + 06 externos	01	03	50 pessoas até o momento		(Bolsa – mod. BET e Fomento)
14/2016	Movimento pela Interação Animal (MIA) – TAA e AAA com pacientes hospitalizados e residentes de lar par idosos (Prof. Marlise P. Claus)	01	11	03 IFC + 01 externo	--	Iniciado		O projeto ocorre no Hospital Infantil de Joinville e no lar de Idosos de São Francisco do Sul com encontros quinzenais. No Hospital depende da ala que é atendida, tendo ápice de atendimento de 10 a 15 crianças. Já no lar de Idosos, em eventos festivos reúnem-se de 25 a 30 idosos, enquanto que quinzenalmente são duas. (Bolsa – mod. BEG e Fomento)
14/2016	Super Ação (Prof. Roberto D. de Souza)	01	08	04	01 IFC + 03 externos	Iniciado		(Apenas Bolsa – mod. BEG)
14/2016	CAVALARIA DE IDEIAS: Aprendendo sobre Cavalos, Médicos Veterinários e Policiais Militares Montados (Prof. Bethânia R. Medeiros)	01	26	02	02 externos	Estima-se atender 150 estudantes		O projeto está em fase de elaboração de material. A partir de janeiro de 2017 as escolas serão selecionadas e então a aplicação do projeto. (Bolsa – mod. BEG e Fomento)
14/2016	Difundir tecnologia através da assistência técnica em produção, nutrição, sanidade, reprodução e gestão de sistemas pecuários (Prof. Elizabeth Schwegler)	01	04	08	01	Iniciado		(Bolsa – mod. BEG e Fomento)
14/2016	Elaboração de material informativo sobre as	01	01	03	--	Iniciado		(Apenas Bolsa – mod. BEG)

		Boas Práticas de Alimentação (BPA) para a utilização em serviços de alimentação (restaurantes e lanchonetes) na região de Araquari (Prof. Paula Vergara)						
	14/2016	Banco de Registos de Indicadores da Criança e do Adolescente da Região AMUNESC. Brincar-AMUNESC (Prof. Casemiro J. Mota)	01	--	04	--	Iniciado	(Apenas Bolsa – mod. BEG)
	14/2016	Médicos Veterinários Clínicos de Pequenos Animais em Joinville e as Zoonoses – Identificando-se ao Conceito <i>One Health</i> (Prof. Deolinda Carneiro)	01	--	02	--	Iniciado	(Apenas Bolsa – mod. BEG)
Blumenau	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Brusque	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Camboriú	Edital 112	Pré-Vestibulinho: Curso Preparatório para ingresso no IFC Campus Camboriú – Edição 2016	1	0	0	1		Projeto em andamento
	Edital 112	Lazer e Recreação para Idosos Hospitalizados e Asilados	0	0	1	2		Projeto em andamento
	Edital 112	Clube de Astronomia - Tycho Brahe	1		2	0		Projeto em andamento
	Edital 112	Inclusão pelo Português: Curso de Língua Portuguesa para os imigrantes haitianos na perspectiva da interculturalidade	1	4	5	0		Projeto em andamento
	Edital 112	A Formação do professor de matemática: Reflexões compartilhadas e contribuições para repensar a prática da educação básica	0	17	2	0		Projeto em andamento
	Edital 112	Oficinas de Matemática para alunos da escola pública	1	19	2	0		Projeto em andamento
	Edital 112	Conheça o IFC Campus Camboriú – visitas guiadas	0	2	1	0		Projeto em andamento
	Edital 112	Leitura Crítica: Grupo de estudos dos clássicos do pensamento socialista	0	1	4	0		Projeto em andamento
	Edital 112	Usuário do Cão-guia: uma experiência coletiva	1	0	4	1		Projeto em andamento
Concórdia	Edital IFC Concórdia 10/2016	Estudo Retrospectivo dos procedimentos cirúrgicos realizados em tecidos moles de cães e gatos atendidos no centro de Práticas Clínicas e Cirúrgicas do IFC-Concórdia no período de 2013 a 2016	1	3	1	0	50	Em andamento (Relatório Final será apresentado em Fevereiro de 2017)
	Edital IFC Concórdia 10/2016	Leite Forte: Uso de inseminação sem observação de cio para melhorar os índices reprodutivos da propriedade leiteira	1	5	1	0		Em andamento (Relatório Final será apresentado em Fevereiro de 2017)
	Edital IFC Concórdia 10/2016	Projeto Pelo Especial - Utilização de gatos na terapia assistida por animais	1	5	3	0	120	Em andamento (Relatório Final será apresentado em Fevereiro de 2017)
	Edital IFC Concórdia 10/2016	Programa Pro Latte de profilaxia/ controle de mastite e monitoramento da qualidade do leite, no setor Zoo III do IFC-Concórdia/SC e em propriedades leiteiras da região	1	4	2	3	60	Em andamento (Relatório Final será apresentado em Fevereiro de 2017)
	Edital IFC Concórdia 10/2016	Deteção de Cefotiofur em amostras de leite e o impacto nas pequenas propriedades rurais	1	1	1	1	50	Em andamento (Relatório Final será apresentado em Fevereiro de 2017)
	Edital IFC Concórdia 10/2016	Grupo de Estudos em Sanidade e Produção de Equídeos - GESPE	1	2	4	0	40	Em andamento (Relatório Final será apresentado em Fevereiro de 2017)
	Edital IFC Concórdia 10/2016	Leite Forte: Uso do quadro de Controle reprodutivo para melhorar o manejo da propriedade leiteira	1	5	3	0	50	Em andamento (Relatório Final será apresentado em Fevereiro de 2017)
	Edital IFC Concórdia 10/2016	Diagnóstico anatomopatológico em animais de produção. Um serviço gratuito aos produtores rurais - uma fonte de material didático	1	0	1	0	50	Em andamento (Relatório Final será apresentado em Fevereiro de 2017)
Ibirama	Edital n. 20/2015	Informática na Maturidade	01	0	01	0	10	Não há informação de Publicação.
	Edital n. 20/2015	Curso de espanhol básico a distância NUBE - Ano II	01	0	03	01	20	1 - Apresentação e Publicação Intitulada: "Desenvolvimento de atividades via Moodle pra ensino de Espanhol" no III Congresso Internacional de Professores de Línguas Oficiais do MERCOSUL e III

								Encontro das Associações de Professores de Línguas Oficiais do MERCOSUL. 2- Apresentação na MICTI 2016 – com o título: Curso NUBE 2016 - Pesquisa para ensino de espanhol à distância
Edital n. 20/2015	Educação financeira para Idosos	01	0	01	0	40		Não há informação de Publicação.
Edital n. 20/2015	Grupo de discussões de Gênero	01	0	02	0	30		Não há informação de Publicação.
Edital n. 20/2015	A Redação do Enem - teoria e prática	01	0	03	0	100		Apresentação na MICTI 2016 – com o título: DESMISTIFICANDO A REDAÇÃO DO ENEM DA TEORIA À PRÁTICA
Edital n. 20/2015	Confecção de roupas de recém-nascidos para a Associação de Voluntárias do Hospital Doutor Waldemiro Colautti de Ibirama por meio de reaproveitamento de resultados têxteis	01	0	02	0	35		Apresentação na MICTI 2016 – com o título: CONFECÇÃO DE ROUPAS DE RECÉM-NASCIDOS PARA A ASSOCIAÇÃO DE VOLUNTÁRIAS DO HOSPITAL DOUTOR WALDOMIRO COLAUTTI IBIRAMA POR MEIO DE REAPROVEITAMENTO DE RETALHOS TÊXTEIS.
Edital n. 20/2015	ECOBAGS	01	0	02	0	150		1- Publicação e apresentação em Comunicação oral no 34º Seminário de Extensão Universitária da Região Sul - SEURS; 2- Apresentação na MICTI 2016 – com o título: ECOBAGS: REUTILIZAÇÃO DE BANNERS NA PRODUÇÃO DE BOLSAS
Edital n. 20/2015	Costurando ideias	01	0	02	0	15		Não há informação de Publicação.
Edital n. 20/2015	III NovemberMode - Semana Acadêmica do Curso Superior da Moda	01	0	02	0	300		Apresentação na MICTI 2016 – com o título: NOVEMBER MODE- III SEMANA ACADÊMICA DO CURSO DE DESIGN DE MODA DO CAMPUS IBIRAMA
Fraiburgo	015/2015	(Projeto) Descolado	1	2	4	x	4200	Realização de 12 aulões em cinco cidades: Fraiburgo, Videira, Monte Carlo, São Francisco do Sul e Itajaí, com atendimento de 4.200 alunos das redes estaduais e federais de ensino. Apresentado: 1ª Feira de Ensino, Pesquisa e Extensão (FEPEX) do IFC - Campus Fraiburgo.
	015/2015	(Projeto) Reforço Escolar	1		3	x	16	Realização de aulas semanais.
	015/2015	(Projeto) Desafio Sustentável	1		1	1	72	Realização de palestras e oficinas com servidores públicos.
	015/2015	IPV6	2	1	1	x	24	Aceitação do projeto junto à comunidade com envolvimento do aluno bolsita. Apresentado: 1ª Feira de Ensino, Pesquisa e Extensão (FEPEX) do IFC - Campus Fraiburgo.
	015/2015	(Projeto) Hora da Leitura	1	x	1	1	574	Aquisição de novos livros de literatura indicados pelos professores de Língua Portuguesa e alunos do IFC - Campus Fraiburgo à realização de incentivo à leitura de servidores e alunos Campus Fraiburgo e da comunidade circunvizinha em geral, através de 205 contações de histórias para escolares do 1º ano do Ensino Fundamental de escolas públicas. Aumento na quantidade de empréstimos de literatura (1849 livros de literatura e 4469 livros de acervo geral). Apresentado: 1ª Feira de Ensino, Pesquisa e Extensão (FEPEX) do IFC - Campus Fraiburgo; 7º Seminário de Literatura Infantil e Juvenil (VII SLIJ) II Seminário Internacional de Literatura Infantil e Juvenil e Práticas de Mediação Literária (II SELIPRAM)
	011/2016	(Projeto) Descolado II	1	x	1	x	631	Curso preparatório para o ENEM.
	011/2016	Projeto programando o futuro: Escola de programação de computadores para crianças e adolescentes	1	2	1	x	22	Projeto em andamento... ainda não há resultados obtidos.
	011/2016	Projeto Universo da Leitura: práticas de	1	x	1	x	574	O projeto ainda está em andamento mas já

	6	incentivo a leitura na infância e juventude						contabilizamos 2823 livros emprestados durante a vigência do projeto. Foi realizada uma contação de histórias para cinco crianças durante o evento Primavera dos Museus da Secretaria Municipal de Cultura de Fraiburgo. Outra ação que já realizamos foi a semana nacional do livro e da biblioteca com a participação de aproximadamente 350 pessoas, sendo alunos e servidores do IFC Fraiburgo. Apresentado: 1ª Feira de Ensino, Pesquisa e Extensão (FEPEX) do IFC - Campus Fraiburgo.
	011/2016	Projeto MoodleIFC	1	x	1	x	8	O projeto está em andamento oferecendo treinamento inicial aos servidores do IFC. Na fase posterior oferecerá treinamento aos professores das escolas municipais. Foi criado um link para uma biblioteca com assuntos sobre o MOODLE. Por enquanto acesso interno. http://moodle.fraiburgo.ifc.edu.br/course/view.php?id=289
		(Projeto) Indígenas em Fraiburgo Ancestralidade, cultura e territorialidade	1	x	1	x	72	Espaço de reflexão e debate sobre a ocupação indígena no centro-oeste catarinense e sistematização das informações no formato de resumos
	011/2016	Projeto IFCorrida de Rua	1	x	1	x	10	Projeto em andamento. A aceitação do projeto junto à comunidade; envolvimento do aluno bolsista. Apresentado: 1ª Feira de Ensino, Pesquisa e Extensão (FEPEX) do IFC - Campus Fraiburgo.
Luzerna	011/2016	Aplicação da Soldagem em Campo em Condutos SAC 350 pelo processo FCAW-S na empresa HISA Grupo WEG	01	0	02	0		Em andamento
	011/2016	Controle de propriedade e microestrutura de peças mecânica em ferro fundido nodular	01	0	02	0		Em andamento
	011/2016	Desenvolvimento de um kit didático composto por uma planta de nível e uma interface gráfica para aplicação de controladores de uma maneira simples e didática utilizando a comunicação entre Matlab® e microcontroladores AVR®	01	0	02	0		Em andamento
	011/2016	Aquisição e análise de dados por Arduino em ensaios de fadiga por flexão rotativa visando o arranjo produtivo local	01	0	02	0		Em andamento
	011/2016	Cooperação na implantação do Módulo I do SmartTest: Sistema de Gerenciamento de Avaliação na região do IFC Luzerna	01	0	01	0		Em andamento
	011/2016	Uma análise sociológica das tipologias de suicídio: um estudo de caso da região de Joaçaba, SC.	01	01	01	01		Em andamento
	011/2016	Extensão, Pesquisa e Desenvolvimento com Tecnologia de Robôs Lego Mindstorms®	01	02	04	0		Em andamento
Rio do Sul	013/2015	Identificação de espécies de insetos e ácaros pragas para a comunidade	1	0	2	0	3	
	013/2015	Manejo e cultivo de hortaliças em ambiente protegido automatizado	1	0	2	0	3	
	013/2015	CONFECÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PARA O ENSINO DE MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA	1	0	2	0	3	
	013/2015	Produção e Qualidade de frutos de laranja avaliados em ambiente escolar	1	0	2	0	3	
	013/2015	Prestação de diagnóstico de doenças de plantas encaminhadas pelas secretárias municipais de agricultura, casas agropecuárias e produtores rurais da região do Alto Vale do Itajaí/SC	1	0	2	0	3	
	013/2015	"O papel da indústria de extração do óleo de sassafrás no desenvolvimento da comunidade do campestre: a história oral como ferramenta de produção de conhecimento	1	0	2	0	3	
	013/2015	Potencialidades da inclusão de subprodutos da mandioca na agricultura familiar - Efeito da inclusão do farelo de casca de mandioca integral na dieta sobre o desempenho de suínos em crescimento	1	0	2	0	3	
	013/2015	Zooterapia	1	0	2	0	3	

013/2015	Equoterapia	1	0	2	0	3	
013/2015	Previsão do tempo para o município de Rio do Sul	1	0	2	0	3	
013/2015	Avaliação do nível de segurança de propriedades rurais que participam de programas	1	0	2	0	3	
013/2015	Avaliação de adequações de segurança dos laboratórios do curso de	1	0	2	0	3	
013/2015	Avaliação da qualidade de sementes florestais de três espécies de Myrtáceas coletadas no Alto Vale do Itajaí, Santa Catarina		0	2	0	3	
013/2015	Diagnóstico de sistemas de produção de agricultores familiares na região do Alto Vale do Itajaí - SC.	1	0	2	0	3	
013/2015	Padronização de métodos moleculares para a identificação de fitoplâncton e enfermidades virais e bacterianas em tilápias criadas no sistema MAVIPI	1	0	2	0	3	
013/2015	Análise da influência de diferentes lâminas de irrigação na cultura da cebola.	1	0	2	0	3	
013/2015	Avaliação do progresso epidemiológico temporal da cercosporiose da beterraba em condição de infecção natural de Cercospora beticola	1	0	2	0	3	
013/2015	Sistemas de produção de mudas de videira e amora do mato	1	0	2	0	3	
013/2015	Avaliação da qualidade de sementes de milho crioulo amarelo 17 cultivadas em dois níveis de adubação nas condições edafoclimáticas do Alto Vale do Itajaí- SC	1	0	2	0	3	
013/2015	Desenvolvimento de tecnologias de baixo custo aplicadas à automação do cultivo protegido	1	0	2	0	3	
013/2015	Monitoramento das características físico químicas da água em três nascentes do IFC Campus Rio do Sul	1	0	2	0	3	
013/2015	Previsão de casos confirmados de dengue utilizando Redes Neurais Artificiais	1	0	2	0	3	
013/2015	Avaliação de linhagens de feijão dos grupos preto e carioca para a região do alto vale do Itajaí	1	0	2	0	3	
013/2015	Avaliação das perdas na colheita de milho realizada por colhedora de duas linhas	1	0	2	0	3	
013/2015	Análise Ergonômica de Máquinas Agrícolas: Estudo de Ruído e Vibrações	1	0	2	0	3	
015/2016	Adubação verde - melhoria dos atributos físicos do solo, sequestro de carbono e suprimento de nitrogênio para a cultura do milho	1	0	2	0	3	
015/2016	Aprender não tem idade, idosos online	1	0	2	0	3	
015/2016	Cursos de capacitação em piscicultura e reprodução de peixes	1	0	2	0	3	
015/2016	Inspeção periódica de pulverizadores na região do Alto vale do Itajaí	1	0	2	0	3	
015/2016	Micropropagação e enxertia in vitro de nogueira-pecã	1	0	2	0	3	
015/2016	Prestação de diagnóstico de doenças de plantas encaminhadas pelas secretárias municipais de agricultura, casas agropecuárias e produtores rurais da região do Alto Vale do Itajaí/SC	1	0	2	0	3	
015/2016	Efeito de quatro espécies de forrageiras no controle ambiental da ciatostomíneos de equinos em clima subtropical	1	0	2	0	3	
015/2016	Zooterapia	1	0	2	0	3	
015/2016	Equoterapia	1	0	2	0	3	
015/2016	Disponibilização mensal dos índices de preços médios recebidos custos médios pagos pelos piscicultores do Alto Vale do	1	0	2	0	3	

		Itajaí						
	015/2016	Unidade demonstrativa e produção de mudas de videira de qualidade no Alto Vale do Itajaí	1	0	2	0	3	
	015/2016	Previsão do tempo para o município de Rio do Sul	1	0	2	0	3	
São Bento do Sul		Nada consta.						
Santa Rosa do Sul	30/2015	III Jogos de Integração do Instituto Federal Catarinense <i>Campus</i> Santa Rosa do Sul - JIFCS	-	07	04	02	13/360	Relatório final entregue, listando as principais atividades: - Definição da equipe de trabalho e divisão das comissões; - Divulgação; - Inscrições e realização do evento. Notícia publicada no site do IFC: integracao-entre-estudantes-e-servidores-marca-os-iii-jifcs/ iii-jogos-de-integracao-do-instituto-federal-catarinense-campus-santa-rosa-do-sul/
	30/2015	O controle leiteiro como alternativa no melhoramento genético e impulso na produção de leite	03	-	01	-	318/579	Em andamento.
	30/2015	Coleta de exames fugitivos de <i>Apis mellifera</i> híbridas e monitoramento de doenças apícolas – Fase V	01	04	01	01	46/29	Em andamento. Trabalho apresentado na IX MICTI: /Listagem-final-micti-2016.pdf
	30/2015	Acompanhamento da produção Orgânica de grãos nobres de Arroz Preto e Arroz Vermelho em unidades produtivas nos municípios de Praia Grande e São João do Sul - SC	01	01	02	01	45/82	Em andamento.
	30/2015	TROPA SUL: Organização, promoção e desenvolvimento de Associação de Produtores de carne ANGUS a base de pasto	01	03	02	02	157/ 1370	Em andamento. Notícias publicadas no site do IFC: projeto-de-extensao-tropa-sul-do-ifc-santa-rosa-do-sul-promovera-palestras/ academicos-de-engenharia-agronomica-promovem-palestra/ ifc-campus-santa-rosa-do-sul-promove-palestra-sobre-gado-de-corte/ ifc-campus-santa-rosa-do-sul-realizara-palestra-sobre-gado-de-corte/ Trabalho apresentado no 5º SICT-Sul: sict-sul_apresentacoes_resumos.pdf
	30/2015	Caracterização da ovinos e caprinocultura do Extremo Sul do Estado de Santa Catarina	01	-	01	-	69/15	Em andamento.
	30/2015	Produção e qualidade do leite de ovelhas da raça Suffolk	01	-	01	-	14/ 0	Em andamento.
	30/2015	Coleta, propagação, divulgação e distribuição de espécies florestais, frutíferas nativas e exóticas para comunidades rurais do Litoral Sul de Santa Catarina	01	01	02	02	140/ 18000	Em andamento.
	30/2015	Organização da coleção de opções de cultivo do IFC Santa Rosa do Sul em vasos e em canteiros com irrigação automática para divulgação à comunidade do sul catarinense	02	-	05	01	300/2700	Em andamento. Notícias publicadas no site do IFC: ifc-santa-rosa-do-sul-recebe-a-visita-de-agricultores-da-ong-centro-ecologico/ ifc-campus-santa-rosa-do-sul-recebe-visita-de-jovens-agricultores-do-sul-catarinense/
	30/2015	Assistência Técnica para ex-alunos de cursos do IFC <i>Campus</i> Santa Rosa do Sul, com foco em Gestão da propriedade rural	02	03	01	01	112/200	Em andamento. Trabalho apresentado no 5º SICT-Sul.
	30/2015	Educação ambiental através da compostagem	01	-	-	02	13/33	Em andamento.
	30/2015	Curso Prático de Paisagismo e Jardinagem em comunidades rurais (centros comunitários) no município de Praia Grande – SC	02	-	03	01	103/118	Em andamento.
	30/2015	Temas transversais na escola: desafios e possibilidades para a formação humana integral	02	-	-	06	112/ 1082	Em andamento. Notícias publicadas no site do IFC: temas-transversais-na-escola-realiza-acoes-sobre-respeito-e-valorizacao-do-idoso

								projeto-de-extensao-temas-transversais-na-escola-realiza-acoes-sobre-drogas temas-transversais-na-escola-realiza-acoes-sobre-sexualidade-na-adolescencia temas-transversais-na-escola-realiza-acoes-sobre-educacao-alimentar-e-nutricional/ temas-transversais-na-escola-desafios-e-possibilidades-para-a-formacao-humana-integral
	30/2015	Controle alternativo de fitonematóides	02	-	01	01	54/61	Em andamento.
	30/2015	Análise de solo de rotina para projetos de pesquisa, ensino e extensão realizados no Campus Santa Rosa do Sul	02	-	02	01	38/50	Em andamento.
	30/2015	Extensão em agroecologia na região da Bacia Hidrográfica do Mampituba	03	-	01	-	116/290	Em andamento.
	30/2015	IFC e Esporte: uma grande jogada	01	-	01	-	30/602	Relatório final entregue, listando as principais atividades: - Organização das turmas e horários; - Aulas e participação em eventos. Trabalho apresentado no 5º SICT-Sul: sict-sul_apresentacoes_orais.pdf Trabalho apresentado na IX MICTI: Listagem-final-micti-2016.pdf
São Francisco do Sul	039/2015 DG/IFC/CSFS	Núcleo de Estudos Teatrais	01	0	06	00	12	Publicação nos anais da IX MICTI e Apresentação no II IF Cultura; Projeto em andamento
	039/2015 DG/IFC/CSFS	Matemática sem Mistérios	01	0	05	00	250	Ações realizadas durante a IV Fepex, envolvendo alunos e professores da Rede Municipal e Estadual de Ensino
Sombrio	03/2016	Tecnologia e redes de computadores	1	-	9	-	10	-
	03/2016	Projeto de apoio a organização e participação de docentes e alunos em feiras de matemática ciência e tecnologia	2	-	5	1	8	-
	03/2016	Escolinha da matemática	1	-	5	-	6	-
	03/2016	IFC ASTRO: educando com o universo	1	-	2	-	3	-
	03/2016	Monitoria da matemática fundamental e ensino superior	1	-	4	-	5	-
	03/2016	A inserção da história da matemática no momento da leitura nas escolas que são campo de estágio do curso de licenciatura em matemática do município de sombrio	1	1	3	-	5	-
	03/2016	Cinema humanidade e educação	1	-	6	2	8	-
	03/2016	Projeto LLER: laboratório de leitura escrita e redação	2	-	2	1	5	-
	03/2016	Sistema de controle de acesso à internet	-	-	3	-	3	-
	03/2016	Projeto FÊNIX	3	-	4	-	7	-
	03/2016	Resolução das questões da disciplina de matemática contidas na prova do enad dos anos 2005, 2008, 2011 e 2014	1	-	1	-	2	-
	03/2016	Oficina de sensibilização: um novo olhar para as pessoas com deficiência.	2	-	2	-	4	-
	03/2016	IFC-CAS online: atualização e manutenção da página do IFC-CAS	2	-	1	-	3	-
	03/2016	Vídeoaula IFC	-	-	-	2	2	-
03/2016	A música como elemento do lazer: o acesso as artes e o fomento ao desenvolvimento intelectual	2	1	1	1	5	-	
Videira	019/2015	Ações de divulgação científica entre alunos e professores de Ensino Médio: uma proposta de formação da cultura científica	01	--	03	--	04	Pretende-se a formação de um núcleo de investigação e popularização da Ciência no campus. A formação de uma cultura científica entre alunos e professores A formação de ações concretas de divulgação científica e de percepção pública da ciência A criação de um site que sirva de repositório das ações de divulgação científica, realizadas no Núcleo de Investigação e Popularização da Ciência no

							campus
019/2015	Desenvolvimento de um sistema de controle de parâmetros de umidade e temperatura para estufas agrícolas	01	07	04	01	13	O sistema encontra-se em funcionamento; A interface desenvolvida permite o cadastro de múltiplos ambientes que podem ser monitorados simultaneamente.
019/2015	Grupo de Dança Tradicionalista do IFC – Campus Videira	01	35	--	02	38	http://videira.ifc.edu.br/blog/2015/10/20/ctg-herdeiros-do-pago-convida-para-festival-de-danca-de-videira/
019/2015	Formação Continuada de Professores e Gestores da Educação Infantil do município de Rio das Antas	01	--	01	--	02	Construção de proposições para as propostas pedagógicas das escolas participantes; Consolidação de referenciais teóricos para atuação da educação infantil; A Ampliação de práticas pedagógicas significativas para a infância por meio da realização de Projetos Pedagógicos.
019/2015	Blog da Saúde	01	--	01	01	03	http://asaudenoblog.blogspot.com.br/
019/2015	Elaborar uma câmara de desidratação/dessecação de plantas utilizando a energia solar	01	--	01	01	03	Não foi possível realizar testes de secagem até o final do projeto. Por isso, o projeto foi reescrito para que se possa cumprir o cronograma inicial por completo.
019/2015	Experimentos recreativos que auxiliam no aprendizado de alunos do Ensino Fundamental	01	06	01	--	08	Questionários aplicados após o projeto comprovaram que as aulas práticas ajudaram os alunos a gostarem da disciplina de Física/Ciências.
019/2015	Intervalo Cultural	01	--	01	05	07	Criação de espaços de integração, aplicação e desenvolvimento de habilidades, além da motivação dos alunos em participarem das atividades.
019/2015	Vermicompostagem	01	--	--	01	02	Obter húmus de boa qualidade Distribuir minhoca californiana vermelha para escolas da região Criar manual sobre a compostagem e vermicompostagem
019/2015	Sistema de monitoramento e controle do processo de armazenamento e processamento de células espermáticas	01	--	02	--	03	Foram realizadas algumas adaptações ao projeto inicial, mas, que ao final proporcionaram o controle e o acesso totalmente remoto ao equipamento, com uma interface amigável e simples.
005/2016	Educação em saúde em escolas públicas de Videira	01	--	02	01	04	Desenvolver atividades de educação em saúde junto às escolas públicas estaduais de Videira; Detectar, junto às escolas alvo, os principais temas relacionadas à saúde e ambiente que necessitam ser desenvolvidos; Elaborar e executar atividades de educação em saúde para escolas públicas de Videira; Avaliar junto à escolas participantes a relevância das atividades que serão executadas.
005/2016	Grupo de Danças Tradicionalistas do IFC Campus Videira	01	29	--	02	32	http://videira.ifc.edu.br/blog/2016/09/15/apresentacao-do-ctg-herdeiros-do-pago-no-festival-de-danca-de-videira-dia-1609/
005/2016	Pensando a extensão com saberes diferentes	01	--	--	03	04	http://videira.ifc.edu.br/blog/2016/08/30/aprenda-a-conservar-temperos-frutas-e-hortalicas-no-ifc-videira/ http://videira.ifc.edu.br/blog/2016/06/24/curso-de-conserva-de-frutas-e-finalizado-com-exito/ http://videira.ifc.edu.br/blog/2016/10/13/curso-de-aproveitamento-integral-de-alimentos-e-realizado-no-ifc-videira/
005/2016	Intervalo Cultural	01	01	03	04	09	Promover espaços de cultura, arte e lazer, estimulando a expressão, a criatividade e habilidades fundamentais para o desenvolvimento humano, favorecendo o processo de ensino e aprendizagem e a permanência do estudante com êxito no IFC – Campus Videira.
005/2016	Inclusão Digital de Idosos	01	--	01	--	02	Desenvolver ações que possibilitem aos idosos a utilização dos recursos tecnológicos existentes, permitindo-lhes que utilizem essas ferramentas com autonomia.
005/2016	Elaborar uma câmara de desidratação/dessecação de plantas utilizando a energia solar	01	--	02	01	04	Montar uma câmara/estufa para desidratar plantas medicinais, chás e temperos; Montar um painel solar com garrafas PET e caixas TETRA PAK; Montar a câmara com corpo de uma geladeira estragada;

								Realizar a desidratção/dessecção das plantas.
005/2016	005/2016	filosofia: os filósofos e os seus textos: Nietzsche	01	--	03	02	06	Ampliar e contribuir através de leitura e debate em grupo de estudos aberto a comunidade do campus com a formação na área de ciências humanas dos estudantes e servidores do Campus Videira do IFC.
005/2016	005/2016	Artesanato em EVA	01	--	--	03	04	http://videira.ifc.edu.br/blog/2016/10/18/ifc-entrega-brinquedos-como-presente-de-dia-das-criancas-em-escola-de-videira/

2. Projeto com Fomento Interno [Pró-reitoria de Extensão]

Campus	Edital nº	Título do projeto aprovado	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de participantes	Informação sobre publicação e Resultados
Abelardo Luz		Nada Consta						
Araquari	072/2015	Educa Cidadão: extensão acadêmica em ações educacionais junto ao arranjo produtivo local do Campus Araquari	02	01	09	--	120	MCT 2015 Araquari (premiado em primeiro lugar), MICTI 2015 – Santa Rosa do Sul. Relato de Experiência submetido à Revista de Extensão do IFC
	072/2015	Núcleo de Atendimento a Demandas Comunitárias através do desenvolvimento de solução de sistemas de informação	02	--	08	--	Não informado	Relato de Experiência submetido à Revista de Extensão do IFC.
	079/2016	Hidrolato de Curcuma longa como fitoterápico para tilapicultura (Prof. Adolfo Jatobá)	03	--	01 IFC + 03 externos	--	Iniciado	Edital 079/2016 – Inovação Tecnológica
	162/2016	Efeito do treinamento físico no sistema cardiovascular de cães-guia através da monitorização eletrocardiográfica ambulatorial ao longo de 24 horas (Prof. Matheus F. Silveira)	02	09	03	--	Estima-se 15 externos + 20 internos	PJ028-2016 (01/11/16 a 31/10/17) Orçamento R\$ 7.880,73
	162/2016	Bem-estar animal na prática do Tiro de Laço (Prof. Bethânia da R. Medeiros)	02	--	03	--	Estima-se 300 externos + 30 internos	PJ029-2016 (01/11/16 a 31/10/17) Orçamento R\$ 7.614,00
	162/2016	Levantamento sorológico de Borrelia sp e Dirofilaria immitis em cães domiciliados de Joinville e a conscientização dos profissionais da saúde sobre sua prevenção e diagnóstico (Prof. Viviane Milczewski)	02	--	01 IFC + 01 externo	--	Estima-se 150 externos + 300 internos	PJ026-2016 (01/11/16 a 31/10/17) Orçamento R\$ 7.800,00
	162/2016	Acadêmicos de Medicina Veterinária do IFC Araquari: uma reflexão prática com crianças de ensino fundamental e seus animais de estimação, acerca dos temas Bem-Estar Animal, Zoonoses e Saúde Pública (Prof. Deolinda Carneiro)	02	05	04	--	Estima-se 240 externos + 218 internos	PJ007-2016 (01/11/16 a 31/10/17) Orçamento R\$ 7.865,35
	162/2016	Ações integradas de pesquisa e extensão em segurança alimentar na área de carnes e derivados na região de Joinville-SC e Araquari-SC (Prof. Eriane Caminotto)	02	03	02	--	Estima-se 50 externos + 200 internos	PJ017-2016 (01/11/16 a 31/10/17) Orçamento R\$ 7.863,76
	162/2016	Nanomateriais por uma abordagem de química verde: síntese, propriedades e seus impactos no meio ambiente (Prof. Herbert R. Neves)	02	--	02	--	Estima-se 50 externos + 100 internos	PJ015-2016 (01/11/16 a 31/10/17) Orçamento R\$ 7.900,00
	162/2016	Desenvolvimento da inseminação artificial em tempo fixo (iatf) em suínos: impactos produtivos e financeiros (prof. Ivan Bianchi)	02	05	09 IFC + 01 externo	01	Estima-se 200 externos + 36 internos	PJ003-2016 (01/11/16 a 31/10/17) Orçamento R\$ 7.860,00
Blumenau	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Brusque	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Camboriú	162/16	O lazer na perspectiva de uma comunidade haitiana em Balneário Camboriú-SC	2	1	2	1	80	Projeto em Andamento
Concórdia	Edital PROEX 72/2015	Programa de Extensão – Incentivo a Leitura na Comunidade do IFC	2	0	2	2	Sem registro	
	Edital PROEX/PROPI 162/201	Diagnóstico da Assistência Técnica em Bovinocultura Leiteira em Concórdia: Da Empresa ao Produtor	2	8	4	1	130	Em andamento (01/11/16 a 31/10/2017)

	6							
	Edital PROEX/PROPI 162/2016	variabilidade genética de carotenóides em populações locais de milho	2	1	2	1	250	Em andamento (01/11/16 a 31/10/2017)
	Edital PROEX/PROPI 162/2016	Produção de milho para silagem cultivado em consórcio com forrageiras no oeste catarinense	2	3	10	1	500	Em andamento (01/11/16 a 31/10/2017)
	Edital PROEX/PROPI 162/2016	Avaliação da citotoxicidade de Xanthium cavanillesii em bovinos e o impacto econômico na pequena propriedade rural	2	0	1	0	350	Em andamento (01/11/16 a 31/10/2017)
	Edital PROEX/PROPI 162/2016	Utilização exclusiva de selante intramamário em vacas com reduzida contagem de células somáticas, com vistas à profilaxia de mastite durante o período seco, sem a necessidade do uso de antimicrobianos.	2	7	2	1	20	Em andamento (01/11/16 a 31/10/2017)
	Edital PROEX/PROPI 162/2016	Diagnóstico anatomopatológico em animais de produção	2	5	2	1	500	Em andamento (01/11/16 a 31/10/2017)
Ibirama	162/2016	JIU-JÍTSU-IFC-2017: uma experiência da relação entre memória e corpo na cultura corporal de movimento	03	0	01	0	30	Não há
Fraiburgo		Nada consta.						
Luzerna	162/2016	Análise da influência dos ciclos térmicos de soldagem nas propriedades mecânicas e metalúrgicas de aços alta resistência e baixa liga (ARBL) visando à otimização de processos de fabricação de estruturas/equipamentos na indústria	02	0	1	0		Em Andamento
	162/2016	Controle de areias e moldagens para a indústria de fundição do Meio-Oeste Catarinense	02	0	01	0		Em Andamento
	162/2016	Extensão, Pesquisa e Desenvolvimento no APL Metalomecânico de Joaçaba com o Recurso à Robótica Pedagógica em Tecnologia Arduino®	02	5	05	0		Em Andamento
	162/2016	Projeto e Construção do Carro do IFC Luzerna para a Maratona da Eficiência Energética	02	0	01	01		Em Andamento
	162/2016	Análise da qualidade de energia elétrica em consumidores industriais e públicos	02	0	01	0		Em Andamento
	162/2016	Desenvolvimento e Nacionalização de Placas de Titânio para Fixação de Costelas Fraturadas	02	0	02	01		Em Andamento
	162/2016	Desenvolvimento de um Controlador Lógico Programável de baixo custo para atendimento das necessidades de produtores locais	02	0	01	0		Em Andamento
	162/2016	Desenvolvimento de um sistema de supervisão e controle residencial utilizando processamento de imagens	02	02	01	0		Em Andamento
	162/2016	Desenvolvimento de um conversor CC-CA para alimentação de cargas monofásicas	02	0	01	0		Em Andamento
	079/2016	SmartTest :: Sistema de Gerenciamento de Avaliações	05	0	01	0		Em Andamento
	072/2015	Programa de cooperação técnica com o Polo de Inovação Vale do Rio do Peixe - INOVALE	02	0	04	01	4.000	Finalizado - Participação na Feira GERA 2015. Visitas Técnicas as empresas Celulose Irani e Baterias Pioneiros. Apresentação de Artigos de projetos relacionados ao Programa nas SECITECs 2015/2016 e IX MICTI/2016
Rio do Sul								
São Bento do Sul		Nada consta.						
Santa Rosa do Sul	162/2016 (APL)	Integração efluente de peixes e nutrição vegetal, Aquaponia	02	-	01	-	-	Em andamento. Iniciou no mês de novembro.
	162/2016 (APL)	Gestão técnica e econômica de propriedades familiares sul catarinense - Pecuária: estratégias alimentares	02	-	02	02	-	Em andamento. Iniciou no mês de novembro.
São Francisco do Sul		Nada consta.						

Sombrio		Nada consta.						
Videira	072/2015	Formação de um Centro de Esporte, Cultura e Lazer como forma de integração entre o IFC – Câmpus Videira e a comunidade Videirense		06	01	01		http://videira.ifc.edu.br/blog/2015/11/04/x-jeasc-foi-coroado-com-sucesso/

3. Projeto com Fomento Externo

Campus	Editais nº	Título do projeto aprovado	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de participantes	Informação sobre publicação e Resultados
Abelardo Luz		Nada Consta						
Araquari	Chamada CNPq-SETEC/MEC N° 17/2014 - Apoio a Projetos Cooperativos de Pesquisas Aplicadas e de Extensão Tecnológica	AMBIENTE COMPUTACIONAL UTILIZANDO RACIOCÍNIO BASEADO EM CASOS E GEOPROCESSAMENTO PARA MONITORAMENTO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARATI Prof. Joice Seleme Mota	06	--	03	--	11	Duas Publicações em anais de Congresso Internacional: SILVA, N. O. ; MARIANO, F. ; ; GOMES, L. M. F. ; MOTA, J. S. OLIVEIRA, P. . Monitoramento de Bacia Hidrográfica Utilizando Raciocínio Baseado em Casos. In: Conferências Ibero-Americanas www/Internet e Computação Aplicada, 2015, Florianópolis. Atas das Conferências Ibero-Americanas Computação Aplicada. Florianópolis: IADIS International Association for Development of the Information Society, 2015. v. Unico. p. 225-229. - MARIANO, F. ; SILVA, N. O, MORAIS, B. M. <u>MOTA, J. S.</u> ; Sistema de Monitoramento de Bacias Hidrográficas Utilizando Raciocínio Baseado em Casos. In: Conferências Ibero-Americanas www/Internet e Computação Aplicada, 2016, Lisboa. Atas das Conferências Ibero-Americanas Computação Aplicada. Lisboa: IADIS International Association for Development of the Information Society, Aguardando Publicação (o Congresso é 9 e 10/12) Um TCC: MARIANO, F. ; SILVA, N. O. Raciocínio Baseado em Casos aplicado ao monitoramento de Bacias Hidrográficas. Trabalho de Conclusão de Curso, IFC - Câmpus Araquari, 2015. Um Software: Sistema de Monitoramento de Bacias Hidrográficas
	Chamada CNPq-SETEC/MEC N° 17/2014 - Apoio a Projetos Cooperativos de Pesquisas Aplicadas e de Extensão Tecnológica	Desenvolvimento de ambiente para a Gestão do Conhecimento relacionado aos dados produzidos pelo sistema de gerenciamento de trânsito da cidade de Joinville/SC Prof. Fernando José Braz	02	--	03	--	Não informado	Um software para gerenciamento dos dados TCC: aluna Thaynara de Jesus
Blumenau	Nada consta.							
Brusque	Nada consta.							
Camboriú								
Concórdia	Nada consta.							
Ibirama	Nada consta.							
Fraiburgo	Nada consta.							
Luzerna	022/2016-CNPQ	Projeto de Infraestrutura para o Serviço Libras IFC Online: Tradutor Intérprete de Libras Online para os Alunos e Servidores da Rede IFC	01	0	05	02		Em Andamento
	022/2016-CNPQ	Procedimentos para o Atendimento emergencial de Alunos e Servidores do IFC Câmpus Luzerna	1	01	01	01		Em Andamento

	013/2016	Prestação de Serviços conforme o contrato com a empresa Vallourec N° 4233095	02	0	02	01		Em andamento
Rio do Sul								
São Bento do Sul		Nada consta.						
Santa Rosa do Sul	Chamada MCTI/MAPA /CNPq n° 02/2016	Implantação do Núcleo de Estudo em Agroecologia e Produção Orgânica – NEA no Instituto Federal Catarinense – IFC Campus Santa Rosa do Sul	02	-	08 (05 do IFC-csrs)	01		14 comunidades atendidas
	PROEXT/2016	Diversificação produtiva agroecológica-alternativas ao cultivo do fumo para geração de renda e segurança alimentar.	08	-	03	01		18 comunidades atendidas
	PROEXT/2016	Produção Orgânica do Arroz	02	-	01	-		18 comunidades atendidas
	PROEXT/2016	Manejo ecológico do solo- plantas de cobertura, sistemas de rotação de culturas e plantio sobre a palhada.	05	-	02	-		18 comunidades atendidas
	PROEXT/2016	Produção de insumos para a transição agroecológica - compostos, esterco, vermicompostagem, bokashi, caldas e biofertilizantes	03	-	01	01		18 comunidades atendidas
	PROEXT/2016	Estabelecimento no IFC de um banco de sementes da sociobiodiversidade regional.	02	-	01	-		18 comunidades atendidas
	PROEXT/2016	Capacitação de agentes locais e regionais de assistência técnica e extensão rural (ATER).	02	-	-	01		18 comunidades atendidas
	PROEXT/2016	Qualificação das organizações produtivas de base ecológica vinculadas aos núcleos da Rede Ecovida de Agroecologia (núcleos Litoral Solidário e Extremo Sul Catarinense)	02	-	01	-		18 comunidades atendidas
São Francisco do Sul		Nada consta.						
Sombrio		Nada consta.						
Videira		Nada consta.						

4. Projeto Voluntário [sem fomento]

Campus	Título do projeto aprovado	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de participantes	Informação sobre publicação e resultados
Abelardo Luz	Nada Consta					
Araquari	Castração e Censo da Evolução da População de Cães do Município de Balneário Barra do Sul - SC	3	4	--	Não informado	(de 28/03/16 a 31/05/16) Projeto Deferido com restrição em 15/04/16. Ainda falta a entrega do documento do CEUA.
	Reposição de mata nativa na Vila Antenor – Canal do Linguado	--	01	01 IFC + 02 externos	Estima-se 15 internos + 50 externos	(de 01/06/16 a 01/06/17) Projeto Deferido com restrição em 09/06/16. Adequações quanto o deslocamento dos alunos, forma de captação dos recursos e alteração na carga horária dos servidores. O projeto encontra-se parado e será dado continuidade em 2017.
Blumenau	Matemática e Programação	2	2	2	10	Parecer 01/16 CAPEX Blumenau
	Atletismo no Campus Blumenau	2	1	0	20	Parecer 12/2016 CAPEX Blumenau
Brusque	Conscientização Ambiental sobre Reutilização de equipamentos de informática considerados equivocadamente como lixo eletrônico	22	4	2	100	Obteve-se um retorno positivo pois houve doação de equipamentos das empresas locais, destacando a interação da sociedade com a sociedade, além da participação dos servidores e alunos do IFC Brusque. Os resultados serão divulgados em dois eventos a saber: 1) Semana do Lixo Zero 2017 em parceria com a Prefeitura Municipal de Brusque e SENAC; 2) Semana da Informática do IFC Brusque (2º semestre)

	Instrumentos musicais com material Reciclado	0	1	0	25	O projeto foi desenvolvido com usuários da APAE que puderam vivenciar a construção de instrumentos musicais de percussão com material reciclado de maneira significativa, experimentando suas sonoridades, tocando ritmos de samba e salsa e apreciando um repertório selecionado de vídeos. Estas experiências tiveram um efeito positivo sobre os alunos, que ao fim do projeto conseguiram identificar os instrumentos e compreender como manuseá-los. Além disso, os alunos também compreenderam a importância de reduzir a produção de lixo e da reutilização de material reciclável de maneiras criativas. Alguns terminaram o curso com competência de construir os instrumentos mais simples sozinhos. Os resultados serão divulgados em dois eventos a saber: 1) Semana do Lixo Zero 2017 em parceria com a Prefeitura Municipal de Brusque e SENAC; 2) I Mostra Científica e Cultural do IFC Brusque (2º semestre)
Camboriú	Construção e aplicação de uma metodologia na gestão de negócios	14	2	0		Projeto em andamento
	Práticas pedagógicas integradoras e suas interfaces com a proposta curricular do Estado de Santa Catarina: buscando caminhos para uma educação que emancipa os sujeitos.	1	3	0		Projeto em andamento
	Taekwon-do ITF no IFC Campus Camboriú: uma abordagem inclusiva	1	0	0		Projeto em andamento
Concórdia	Planejamento e implantação de uma unidade básica de centro de manejo e seus componentes para fins didáticos no IFC-Concórdia	3	6	1	Não informado	Em desenvolvimento (Término Dez/2019)
	Memória IFC-Concórdia: 50 anos de registros e relatos	Não informado	5	2	Não informado	Em desenvolvimento (Término Dez/2016)
	Grupo de Ensino em Clínica Médica, Manejo e Conservação de Animais Silvestres	7	2	0	20	Em desenvolvimento (Término Fev/2017)
	Implantação de Museu de Anatomia Veterinária	3	3	0	80	Em desenvolvimento (Término Fev/2017)
	Experimentando a Física	Não informado	8	0	Não informado	Em desenvolvimento (Término Dez/2016)
	Grupo de Ensino em Parasitologia Veterinária para acadêmicos do Curso de Medicina Veterinária do IFC	1	1	0	Não informado	Em desenvolvimento (Término Dez/2016)
	Laboratório didático de parasitologia como ferramenta de extensão	8	1	0	Não informado	Em desenvolvimento (Término Dez/2017)
	Diagnóstico anatomopatológico em animais de produção	4	5	1	200	Em desenvolvimento (Término Dez/2016)
	Museus Virtuais: conhecendo arte, pessoas e paisagens	17	4	0	200	Em desenvolvimento (Término Dez/2016)
	Diagnóstico macroscópico e histopatológico de enfermidades em animais de companhia: estreitando o vínculo entre clínicas veterinárias e o ensino	4	3	1	140	Em desenvolvimento (Término Mai/2019)
	Escola de Física Nikola Tesla	Não informado	7	0	Não informado	Em desenvolvimento (Término Dez/2016)
	Introdução de Noções Matemáticas: uma possibilidade de itinerância universitária no início da Escolarização Básica	Não informado	2	Não informado	Não informado	Em desenvolvimento (Término Dez/2016)
Dia "D" de oficinas de Matemática na escola	Não informado	4	0	Não informado	Em desenvolvimento (Término Dez/2016)	
Ibirama	Nada consta.					
Fraiburgo	(Projeto) IFCINE	x	1	x	51	Exibição de filmes e promoção de debates sobre os mesmos. No entanto, a avaliação não foi positiva no que diz respeito a participação da comunidade no projeto. Subentende-se que hoje as pessoas te acesso aos filmes pela internet, TV por assinatura, etc
	(Projeto) I Dia da Ação Social	x	39	x	1200	Atendimento a população carente da cidade oferecendo serviços diversos nas áreas de saúde, beleza, entretenimento, cultura e conhecimento.

	(Projeto) 100 da Guerra do Contestado	1	5	1	72	Visitas a região de Taquaruçu e conversas com a comunidade local. Elaboração de um projeto para a criação oficial do museu do Contestado da cidade Santa de taquaruçu. Palestras aos alunos nas Escolas do Ensino Médio sobre a Guerra do Contestado. Exposições sobre os Cem anos da Guerra do Contestado na região. (Centro de eventos, no dia da ação social e no IFC Campus Fraiburgo) Palestra aos graduandos do Curso de História da UNC- Curitiba Lançamento do Livro "Os Índios Xokleng em Santa Catarina
	(Projeto) Simulação das Organizações Internacionais do IF COMEX ATA 06/2016	x	5	x	82	Apesar de ser a primeira experiência neste tipo de evento para os alunos participantes, apontamos que foi de grande importância para os educandos. Para poder participar do evento, tiveram que se aprofundar em conteúdos muito pertinentes ao ENEM, além de praticarem a produção textual e a oratória. Os objetivos foram alcançados, a motivação dos alunos em cada um dos debates foi empolgante.
	(Projeto) II Ação Social COMEX ATA 06/2016	x	27	x	720	Atendimento a população carente da cidade oferecendo serviços diversos nas áreas de saúde, beleza, entretenimento, cultura e conhecimento
Luzerna	Ensinando Matemática com música, teatro e literatura	0	05	05	100	01 Oficina na VI Jornada de Integração Acadêmica (JOIA) da Uniasselvi de Herval do Oeste. 01 Oficina na EEB São José – Treze Tílias/SC. Apresentação de Artigo na V Secitec no Campus Luzerna (01 lugar) e IX MICTI em Videira (segundo lugar).
	Mistura Cultura	30	05	3	685	20 Apresentações no Campus Luzerna; Apresentação no IIFCULTURA em Videira; Apresentação de Artigo no V Secitec no Campus Luzerna-SC; Apresentações em 02 Formaturas no Campus Luzerna-SC
	Cinestória	50	05	02	250	Participação da V Secitec Campus Luzerna Exibição de 10 sessões
Rio do Sul	Idoso Online – Aprender não tem idade	2	4	0	15	
São Bento do Sul	Minecraft e a interdisciplinaridade na sala de aula	0	2	1	15	
Santa Rosa do Sul	O Jiu-Jitsu na vida dos alunos IFC <i>campus</i> Santa Rosa do Sul: contribuições para a formação cidadã	01	01	-	10/42	Relatórios mensais registrados na página da extensão: Relatórios
	Dia de Campo de Arroz Irrigado	02	-	02	04/56	Relatório final entregue, listando as principais atividades: - Palestra sobre níveis de manejo, melhoramento genético e rendimento de cultivares de arroz; - Visita na área experimental de arroz no IFC CSRS, com a apresentação das cultivares e os tipos de manejo.
	Judô Escolar	01	01	-	-	-
	A integração através do esporte	03	01	01	-	-
	Produção de mudas de árvores pelos alunos das terceiras séries do curso técnico em agropecuária	120	03	-	766/530	Relatórios mensais registrados na página da extensão: Relatórios
	Dia de Campo: Tecnologia e Mecanização dos processos	06	-	01	07/35	Notícias publicadas no site do IFC: dia-de-campo-hortifrutigranjeiros-com-foco-na-tecnologia-e-mecanizacao-dos-processos/ ifc-campus-santa-rosa-do-sul-promove-dia-de-campo/

	Relação Institucional e Estudantil	06	-	01	07/53	-
	Os Desafios da Segurança do Trabalho frente as Transformações Tecnológicas	06	-	01	07/43	-
	Intervalo Cultural	01	-	04		Notícia publicada no site do IFC: projeto-intervalo-cultural-faz-sua-primeira-apresentacao/
	Produção de mudas de maracujá doce (<i>Passiflora alata</i>) para serem distribuídas na comunidade de inserção do IFC-Campus Santa Rosa do Sul	01	01	01	12/110	Relatórios mensais registrados na página da extensão: Relatórios
	Grupo Artístico e Cultural Danças e Andanças	21	-	01	-	Notícias publicadas no site do IFC: grupo-andancas-participou-do-xxv-encontro-cultural-e-tradicionalista-dos-institutos-federais-da-regiao-sul-do-brasil/ grupo-andancas-do-ifc-santa-rosa-do-sul-participa-da-xxi-semana-farroupilha/
	CINEMA E FILOSOFIA: razão e afetividade através de filmes.	-	01	-	01/90	Relatório final entregue, listando as principais atividades: Projeção de 3 filmes.
	A Visão Mitológica de Mundo (I): mitos gregos	-	01	-	-	-
	Movimento Histórico do Tropicismo em Jacinto Machado/SC	01	-	02	-	Notícia publicada no site do IFC: i-seminario-regional-de-turismo-em-jacinto-machado/
	Semana de Luta pelos Direitos das Pessoas com Deficiência	-	03	12	-	Relatório final entregue, listando as principais atividades: -Apresentações culturais; - Palestras; - Sessão de cinema. Notícia publicada no site do IFC: napne-do-ifc-santa-rosa-do-sul-promovera-semana-de-luta-das-pessoas-com-deficiencia/
	Agricultura Ecológica e Resiliência	-	02	-	-	Notícia publicada no site do IFC: resiliencia-e-ecologia-como-proposta-ao-futuro-agricola-2/
	Inseminação Artificial em Bovinos	-	01	-	-	-
	Cinema, Escola e Filosofia Ambiental	02	01	01	-	-
	IV SEAGRO – Semana Acadêmica da Agronomia	14	01	03	-	Notícia publicada no site do IFC: iv-semana-academica-da-agronomia/ iv-seagro-semana-academica-da-agronomia/
	Semana de Reflexão sobre a Saúde e Condição da Mulher na Sociedade Brasileira	-	-	02	-	-
	9º Encontro dos Técnicos Agrícolas do Sul de SC	-	-	01	-	-
São Francisco do Sul	Libras (Nível Básico)	00	01	00	30	30 certificados de conclusão emitidos
	Libras (Nível Intermediário)	00	01	00	32	32 certificados de conclusão emitidos
	Encontro de Surdos de São Francisco do Sul	10	01	00	40	9 encontros realizados
	Yoga para Todos	00	01	00	10	Encontros semanalmente (terças e quintas) realizados durante o ano letivo
	Terceira Idade em Foco	05	03	01	52	8 ações realizadas (tarde de jogos, festa julina, bingos, etc)
	Proyecto Despertar	06	02	00	18	Encontros realizados semanalmente
	Memórias na Cidade	00	04	01	80	Seminários, palestras e oficinas realizadas durante o semestre; Projeto em andamento
	Educação Patrimonial	03	02	00	--	02 publicações, Projeto em andamento
	Educação para o Trânsito	01	02	00	11	Oficinas realizadas durante a IV Fepex
	Musichicando	00	02	00	20	4 encontros realizados
	Núcleo de Apoio Empresarial	11	04	00	----	Publicação na IV Fepex e IX MICTI (trabalho premiado)
	Ciclo de Seminários	00	02	00	08	08 seminários realizados

5. Curso de Formação Inicial e Continuada ou Qualificação Profissional							
Campus	Título do Curso	Início	Término	Carga horária do curso	Número de estudantes matriculados	Número de estudantes bolsistas	Número de servidores docentes
Abelardo Luz	Nada Consta						
Araquari	Formação continuada em Produção de Material Didático para a Alfabetização Cartográfica	14/09	Em andamento	100 h	05	--	03
	Curso de Libras Básico – Educação Profissional de Formação Continuada* * 2a chamada de 01/12 a 13/12 – disponibilidade de 40 vagas	--	--	90 h	22	--	01
	Curso de Libras Intermediário – Educação Profissional de Formação Inicial e Continuada** ** Edital ainda não publicado – aguardando registro no SIGAA	--	--	160 h	20	--	01
	Diálogos transversais: arte, cinema e vivência estética na escola (FIC ARTES)*** *** FIC a ser submetido a PROEX, com parecer emitido pelo comitê de extensão em 01/12/2016.	--	--	170 h	25	--	03
Blumenau	Desenho Técnico	27/06/16	26/08/16	160 h	39	0	3
	Qualificação em música	27/06/16	28/11/16	160 h	42	0	4
	Produção de Texto e Estudos de Gramática	02/08/16	04/07/17	160 h	51	0	1
	Ciência e Matemática em Questão	01/08/16	04/11/16	160 h	42	0	6
	Introdução à Educação Especial: segundo professor de turma e professor regente	02/07/16	26/11/16	160 h	30	0	1
	Introdução à Interpretação em Língua Brasileira de Sinais	02/08/16	16/10/16	160 h	36	0	1 docente 3 técnicos
	Informática Básica e Tecnologia para Adultos e Idosos	11/07/2016	28/11/2016	160 h	27	0	8 docentes 4 técnicos
	Políticas Públicas e Práticas de Inclusão na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental	05/08/2016	05/11/2016	185 h	23	0	6 docentes 1 técnico
	Educação Ambiental – cidadania e transversalidade	06/08/16	17/12/16	160 h	42	0	5 docentes 3 técnicos
	Curso de Libras Básico	13/09/16	13/12/16	90 h	20	0	1 técnico 1 docente
Curso de Libras intermediário	22/09/16	08/12/16	60 h	22	0	1 técnico 1 docente	
Brusque	Espanhol Básico	21/03/2016	05/12/2016	160	12	0	1
	Espanhol Básico	22/03/2016	06/12/2016	160	15	0	1
	Espanhol Básico	29/04/2016	09/12/2016	160	13	0	1
	Inglês Básico	12/01/2016	04/02/2016	60	13	0	1
	Inglês Básico	16/03/2016	30/11/2016	160	15	0	1
	Inglês Básico	23/03/2016	07/12/2016	160	15	0	1
	Inglês Básico II	15/03/2016	28/06/2016	60	15	0	1
	Metodologia das Ilhas Interdisciplinares de Racionalidade	31/03/2016	29/07/2016	20	32	0	1
	Matemática e Geometria	27/04/2016	30/11/2016	90	22	0	1
	Instalação e configuração de pequenas redes de computadores	01/06/2016	25/08/2016	40	13	0	1
	Administrador de sistema Linux	01/06/2016	14/09/2016	50	14	0	1
	Introdução a programação WEB	07/06/2016	12/07/2016	60	17	0	1
	Inglês Intermediário I	16/08/2016	19/12/2016	80	17	0	1
	Cervejeiro	29/08/2016	12/12/2016	200	22	0	1
	Violão e Notação Musical	16/08/2016	20/12/2016	108	12	0	1
	Física Inclusiva	08/09/2016	29/12/2016	68	9	0	1
	Educação e inclusão	20/09/2016	25/10/2016	20	30	0	1
	Minicurso de leitura e reflexão dos clássicos da filosofia: Hannah Arendt e a crise na educação	27/09/2016	29/11/2016	80	5	0	1
	Corpo em movimento	03/10/2016	12/12/2016	18	15	0	1
	A utilização do lúdico nas aulas de matemática: jogos, desafios e raciocínio lógico	04/10/2016	06/12/2016	30	21	0	1

	Artesanato e Reciclagem	04/10/2016	06/12/2016	110	30	0	2
	Xadrez na Educação	05/10/2016	30/11/2016	30	21	0	2
	Café filosófico online: leitura/análise dos clássicos da filosofia. Nietzsche, primeiros escritos e o "nascimento da tragédia	06/10/2016	08/12/2016	40	18	0	1
	Recursos tecnológicos e lúdicos em geografia na formação profissional	07/10/2016	18/11/2016	30	17	0	1
	Boas Práticas de Manipulação de Alimentos	19/10/2016	30/11/2016	30	15	0	1
	Formação e Ocupação da Fronteira Sul	24/10/2016	12/12/2016	40	4	0	1
	Gênero e Diversidade na Escola	25/10/2016	22/11/2016	20	4	0	1
	Introdução a tradução de Games	21/11/2016	29/11/2016	32	5	0	1
Camboriú	Curso de Formação Inicial em Cuidador de Idosos						
	Curso de Formação Inicial e Continuada em Desenho Estilo Mangá						
	Formação Continuada em Primeira Resposta A Sinistros Com Produtos Perigosos						
	Curso de Formação Inicial em Suporte Básico Nas Situações de Urgência e Emergência						
	Curso de Capacitação em Artes Visuais: Iniciação em Ilustração de Moda Experimental						
	Curso de Formação Inicial: Inclusão pela Língua Portuguesa						
Concórdia	Não realizado.						
Ibirama	FIC - Língua Brasileira de Sinais	29/03/2016	Meados de 2017	200h	25	0	01
	CURSO PREPARATÓRIO PARA O ENEM E VESTIBULARES	4/08/2016	08/11/2016	80h	30	0	03
Fraiburgo	(Curso) Pré Universitário IFC	05/2015	11/2015	360	79	X	8
	(Curso) Coro no IFC	01/2015	12/2015	100	34	x	1
	(Curso) Violão no IFC	01/2015	12/2015	80	47	x	1
	(Curso) Agente Comunitário de Saúde	03/2016	12/2016	400	59	x	1
	(Curso) Cantarier	08/2016	12/2016	80	30	x	13
	(Curso) Agentes de Projetos Sociais	08/2016	12/2016	200	31	x	13
	(Curso) Informática para terceira idade	08/2016	12/2016	160	33	x	4
	(Curso) Administrador de Sistemas Linux	08/2016	12/2016	160	27	x	4
	(Curso) Auxiliar Administrativo	08/2016	12/2016	200	74	x	7
	Curso de Matemática Básica para Passar de Ano	11/2016	12/2016	80	17	x	1
Luzerna	FC - Programação e implementação CLP Módulo I	07/06	14/06	08h	12	0	03
	FC - Programação e implementação CLP Módulo II	21/06	28/06	08h	12	0	03
	FC - Programação Lego Mindstoms	29/04	20/05	08h	12	0	03
	FC – Microcontroladores – Módulo I	18/07	20/07	12h	12	0	03
	FC – Microcontroladores – Módulo II	25/07	27/07	12h	12	0	03
	Curso Oratória e criação de apresentações	02/05	03/05	08h	20	0	03
	FC – Elaboração do Texto Científico na Ciência Aplicada	15/04	30/06	48h	20	02	03
	FIC Auxiliar de Manutenção Industrial	03/10	21/12	160h	14	0	10
Rio do Sul	Libras nível I	17/03/2016	14/07/2016	50H	35	0	2
	Libras nível II	11/08/2016	10/11/2016	50H	35	0	2
	Libras nível III	2017	2017	50H	35	0	2
	Desenhista Mecânico	12/09/2016	22/12/2016	160	30	0	6
	Gestão de Segurança do Trabalho	04/07/2016	15/12/2016	160	43	0	4

	Meliponicultura	16/09/2016	18/11/2016	160	15	0	12
	FORTI – Básico	25/08/2016	–	40	20	1	1
	FORTI – INTMEDIÁRIO	27/08/2016	–	40	20	1	1
	Programação Básica	18/01/2016	19/02/2016	160	25	0	1
	FORTI – Básico para Jovens e Adultos	01/03/2016	–	160	17	1	1
	FORTI – Básico para Idosos	01/03/2016	–	160	20	1	1
	Casa Automação	–	–	160	18	1	1
	A iteração social e ensino da língua portuguesa/Conversaão com haitianos	01/08/2016	31/07/2017	–	21	0	7
	Web Programador	03/03/2016	15/12/2017	160	25	0	1
	Arduíno para Internet	24/09/2016	28/08/2017	160	12	0	1
São Bento do Sul	Redação Oficial	24/10/2016	09/12/2016	20 h	30	0	2
	Ergonomia	19/09/2016	09/12/2016	60 h	17	0	1
	Discursos e Fazeres Contemporâneos no Ensino de Geografia	19/09/2016	09/12/2016	40 h	25	0	1
	Informática Básica	24/10/2016	09/12/2016	60 h	13	0	6
	Assistente de Planejamento e Controle da Produção	19/09/2016	09/12/2016	200 h	17	0	3
	Inglês Básico	24/10/2016	09/12/2016	60 h	9	0	2
	Técnicas e Habilidades Cognitivas de Estudo	19/09/2016	09/12/2016	40 h	79	0	1
	Espanhol Básico	19/09/2016	09/12/2016	160 h	23	0	3
	Espanhol I	24/10/2016	09/12/2016	60 h	15	0	1
	Materiais Elétricos e Instalações Elétricas Residenciais	19/09/2016	09/12/2016	160 h	13	0	2
	Introdução a Prática Coral	24/10/2016	09/12/2016	60 h	8	0	3
	Segurança do Trabalho – Agentes Químicos	24/10/2016	09/12/2016	60 h	9	0	2
Pré-Vestibular e ENEM – PREVEN	15/08/2016	09/12/2016	285 h	86	0	11	
Santa Rosa do Sul	Oportunidades de Geração de Renda: Jardinagem, Paisagismo, Olericultura e Uso de Materiais Alternativos	16 de agosto	05 de dezembro	160	12 matriculados e 10 concluíram o curso	-	03
São Francisco do Sul	Desenho Técnico Auxiliado por Computador – Autocad 2D e 3D	07/11/2016	31/07/2017	180 h	20	00	03
Sombrio	Operação e Manutenção de Microcomputadores	01/08/2016	09/12/2016	160,5 h	12	0	10
Videira	Educação Especial, Direitos Humanos e LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) fundamentos históricos e práticas (1)	16/09/2016	16/12/2017	160 h	40	--	
	CCNA Routing & Switching I (1)	01/08/2016	30/06/2017	180 h	40	--	
	Agente de Observação de Segurança do Trabalho (1)	29/08/2016	02/12/2016	237 h	40		
	Abordagem Integrada das Questões do ENEM (4)	06/09/2016	01/11/2016	54 h	100		

6. Realização de EVENTOS DE EXTENSÃO com Fomento Interno [Campus]

Campus	Título	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de participantes/visitantes	Número de cidades atendidas	Número de trabalhos aceitos	Número de comunidades atendidas	Número de certificados
Abelardo Luz	Nada Consta									
Araquari	I SEPE – Semana de Ensino Pesquisa e Extensão	--	23	11 organiz. + 80 partic.	15	1179 inscritos	47	130 SEPE + 98 Painel de Integ.	--	4100
Blumenau	Nada Consta	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Brusque	Nada Consta	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Camboriú	VII Fice		6	39	12		1			285
	7º e-TIC Encontro de TI do IFC Camboriú			3			1			
	Olinac			3			1			5
	Semana Acadêmica de Agropecuária e Controle Ambiental		11	8	2		1			19
	SIPAT 2016		1	5	1		1			
VII Cenário Imobiliário do Eixo de Gestão e Negócios			48	8	1		2			431

	Semana Acadêmica das Licenciaturas do IFC Camboriú		8	9			1			19
	V Semana Acadêmica de Turismo, Hospitalidade e Lazer		1	8	1		1			170
	Parada Cultural		4	19	3		1			79
Concórdia	VI MIC – Evento Realizado junto com a Coordenação de Pesquisa e Pós-Graduação	NI	NI	NI	NI	250	NI	143	NI	NI
	13ª Tecnoeste	NI	120	50	30	5000	40	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
	Dia de Campo	0	40	3	2	200	7	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
	Grupo de Estudos Pro Latte	2	15	4	1	330	7	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Ibirama	Nada consta.									
Fraiburgo	1ª Feira de Ensino, Pesquisa e Extensão (FEPEX) do IFC - Campus Fraiburgo	6	x	39	x	x	x	36	x	x
Luzerna	Nada consta.									
Rio do Sul	FETEC	100	200	50	50	200	2	80	0	100
	Dia de Campo "UVA"	4	120	8	2	70	25	0	50	60
	Minicurso: Criação/manutenção de Currículo Lattes, 4 Semana Acadêmica das Licenciaturas em 03 de junho de 2016.	2	100	4	1	100	10	0	10	0
São Bento do Sul	Nada consta.									
Santa Rosa do Sul	Semana de Luta das Pessoas com Deficiência	-	-	03	12	-	-	-	-	150 já emitidos
	III JIFCS (Jogos de Integração do IFC – CSRS)	-	07	04	02	-	-	-	-	14 solicitados
	IV SEAGRO Semana Acadêmica da Agronomia	-	14	01	03	-	-	-	-	167 solicitados
São Francisco do Sul	Semana Acadêmica de Turismo	00	00	03	00	55	01	--	01	--
	Semana Acadêmica de Administração	00	00	09	00	85	01	---	01	06
	Semana Acadêmica de Logística	*	*	*	*	*	01	---	01	*
	IV Fepex	00	03	16	01	260	02	19	02	200
	Semana do Meio Ambiente	00	00	04	01	200	01	---	01	---
	Semana da Consciência Negra	00				200	01	---	02	02
	I Feira de Ciências e Tecnologia	00	45	12	03	300	01	---	02	---
II Fecart	00	*	*	*	*	*	*	*	*	
Sombrio	Nada consta.									
Videira	Organização V FICE – realização 15 e 16 de Setembro	14	105	53	35	897	7	40	7	198
	Organização JIF– Etapa Local - realização	1	44	2	3	350	8	--	--	--
	Organização JIF– Etapa Regional - realização	1	33	2	3	350	5	--	--	--
	Organização JIF– Etapa Nacional - realização	0	1	1	0	--	--	--	--	--
	I SIEPEX	0	0	35	10	85	1	35	--	35

7. Realização de EVENTOS DE EXTENSÃO com Fomento Interno [Pró-reitoria de Extensão]

<i>Campus</i>	Título	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de participantes/visitantes	Número de cidades atendidas	Número de trabalhos aceitos	Número de comunidades atendidas	Número de certificados
Abelardo Luz	Nada Consta									
Araquari	II Encontro de Sementes Crioulas e II Feira de Trocas de Sementes	--	30	3	--	300	20	20	100	250
	I SEPE – Semana de Ensino Pesquisa e Extensão	--	23	11 organiz. + 80 partic.	15	1179 inscritos	47	130 SEPE + 98 Painel de Integ.	--	4100
Blumenau	II MEPEC- Mostra de Ensino de Pesquisa de Extensão e Cidadania	0	10	18	12	260/80	2	33	4	430* estimativa

9. Participação em EVENTOS DE EXTENSÃO externos com Fomento							
<i>Campus</i>	Título do evento	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Trabalho apresentado (quando for o caso)	Agência fomentadora
Abelardo Luz	MICTI e IFCultura	0	8	5	0	Loucos pelo Ritmo - IFCultura	PROEX
Araquari	XV Feira Regional de Matemática – Joinville/SC	01	--	09	01	--	Projeto de Apoio as Feiras de Matemática IFC Reitoria (material de divulgação)
	XII ENEM – Encontro Nacional de Educação Matemática	01	--	09	--	01	Projeto de Apoio as Feiras de Matemática IFC Araquari (Edital 06/2016)
	V Feira Nacional de Matemática – Salvador/BA	01	--	09	--	--	Projeto de Apoio as Feiras de Matemática Convênio 035/2015 IFC Reitoria (diária e passagens Comissão Organizadora)
	XXXII Feira Catarinense de Matemática – Timbó/SC	01	--	09	--	--	Projeto de Apoio as Feiras de Matemática Convênio 035/2015 IFC Reitoria (diária e passagens Comissão Organizadora)
	MICTI Videira e IFCultura****	57 alunos no total	--	11	--	68 de Araquari	IFC Araquari (edital 06/2016 com diárias) e IFC Reitoria (com diária)
Blumenau	IX MICTI – Mostra Nacional de Iniciação Científica e Tecnológica Interdisciplinar e II IFCultura.	0	15	5	0	3	PROEX (servidores) e PROEN (auxílio estudantil)
Brusque	Nada Consta						
Camboriú	MICTI						
Concórdia	IX MICTI	32		5	1		PROEX
	SEURS	2	-	2	1	1	PROEX
Ibirama	SEURS	02	0	01	0	1 Comunicação Oral	IFC /Reitoria
	IX MICTI	04	0	03	0	1 Comunicação Oral; 3 Apresentação de Pôsteres	Campus Ibirama IFC/Reitoria
	2º IFCULTURA	05	0	0	0	1 Apresentação Cultural	IFC/Reitoria
	III Congresso Internacional de Professores de	01	0	01	0	1 Apresentação de	Campus Ibirama

	Línguas Oficiais do MERCOSUL e III Encontro das Associações de Professores de Línguas Oficiais do MERCOSUL					Pôsteres	IFC/Reitoria
Fraiburgo	1º Jogos Internos do Instituto Federal Catatinense (JIFC)	x	50	2	2	x	Pró-Reitoria de Ensino/Coordenação-Geral de Políticas e Programas Estudantis
	Jogos dos Institutos Federais da Região Sul (JIFSul)	x	6	1	1	x	Pró-Reitoria de Ensino/Coordenação-Geral de Políticas e Programas Estudantis
Luzerna	VII FICE – Feira de iniciação Científica e Extensão	0	20	01	03	19	IFC/Luzerna
	34 SEURS - Seminário de Extensão Universitária da Região Sul	01	02	01	01	02	IFC/PROEX
	7º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária Ouro Preto – Minas Gerais	0	0	01	0	2	IFC/Luzerna
	II Segunda Jornada Acadêmica e I Amostra de Iniciação Científica Júnior	01	02	01	0	02	IFC/PROEX/PROEN - Edital 70 e 58
	IV FEPEX – Feira de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campus São Francisco do Sul	0	23	03	0	01	IFC/PROEN – Edital 70
Rio do Sul							
São Bento do Sul							
Santa Rosa do Sul	III SIEPE - Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão Internacional do Instituto Federal Catarinense	-	-	-	05	-	-
	SEURS – Seminário de Extensão Universitária da Região Sul	-	-	--	05	-	-
	5º SICT-SUL - Simpósio de Integração Científica e Tecnológica do Sul Catarinense	-	07	02	03	05 trabalhos apresentados	-
	IX MICTI - Mostra Nacional de Iniciação Científica e Tecnológica Interdisciplinar e IFCultura	-	-	03	04	05 trabalhos apresentados	-
São Francisco do Sul	IX MICTI e II IFCultura	04	34	10	01	**	Propi/Proex/Dap SFS
Sombrio							
Videira	XV Encontro Cultural e Tradicionalistas dos Institutos Federais da Região Sul	2	28	0	2	-	IFC Campus Videira
	7º CBEU	1	1	2	1	Emissão de certificados eletrônicos nos eventos do Instituto Federal Catarinense– Campus Videira	IFC - Reitoria

						Formação continuada de professores e gestores da Educação Infantil no município de Rio das Antas	
	34° SEURS	2	9	0	3	Formação continuada de professores e gestores da Educação Infantil no município de Rio das Antas	IFC Reitoria

10. Participação em EVENTOS DE EXTENSÃO externos sem Fomento						
<i>Campus</i>	Título do evento	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Trabalho apresentado (quando for o caso)
Abelardo Luz	Nada consta.					
Araquari	Nada consta.					
Blumenau	XXXII Feira Regional de Matemática, Blumenau/SC	0	5	4	0	3
Brusque	Nada Consta					
Camboriú	Nada consta.					
Concórdia	HOJE	0	4	2	6	NA
Ibirama	Nada consta.					
Fraiburgo	34° Seminário de Extensão Universitária da Região Sul - SEURS (SEURS)	x	x	1	x	1
	XIV Congresso Nacional de Filosofia Contemporânea PUCPR	x	x	1	x	x
	IX Mostra Nacional de Iniciação Científica e Tecnológica Interdisciplinar (MICTI) (MICTI)	x	x	6	4	3
	1º Congresso Latino-Americano de <i>Internet das Coisas</i>	x	x	1	x	x
	Fórum internacional de <i>Software Livre</i>	x	x	2	x	x
	1º Simpósio Nacional Educação Marxista e Socialismo	x	x	3	x	1
Luzerna	1º Congresso Internacional de História da UFSM	1	x	1	x	1
Luzerna	V Colóquio Internacional de Educação da UNOESC	0	0	01	2	02

	1º Fórum Integrado da Pós-Graduação, realizado de 26 a 27 de outubro de 2016, no Campus da FURB, em Blumenau - SC:	0	0	01	0	01
	19ª Edição da PrevenSul -Feira e Seminário de Saúde e Segurança no Trabalho	0	13	01	01	0
	VII Congresso Brasileiro de Extensão Universitária	0	3	01	0	04
Rio do Sul	Feira Mostra Territorial de Agricultura Ecológica e Economia Solidária	2	30	3	0	Alimentação Saudável
São Bento do Sul	IX MICTI	0	0	1	0	
	34º SEURS: Cidadania, Democracia e Movimentos Sociais	0	0	2	2	
Santa Rosa do Sul						
São Francisco do Sul						
Sombrio						
Videira	Festival de Dança	2	28	0	2	--
	Jogos Intercolegiais	0	100	2	3	--

11. Estágio e emprego [oportunidade]							
<i>Campus</i>	Curso	Eixo Tecnológico / área do Conhecimento	Número de estudantes encaminhados para estágio	Número de estudantes encaminhados para emprego	Número de servidores docentes (orientadores)	Número de ofertas anuais de estágio	Número de ofertas anuais de emprego
Abelardo Luz	Nada consta.						
Araquari	Curso de Formação Inicial e Continuada ou Qualificação Profissional X		00	00	00	00	00
	Curso Técnico em Agropecuária	Recursos Naturais	50	04	12	75	15
	Curso Técnico em Aquicultura	Recursos Naturais	01	00	01	00	00
	Curso Técnico em Informática	Informação e Comunicação	01	00	01	03	00
	Curso Técnico em Agrimensura	Infraestrutura	11	03	02	12	10
	Curso Técnico em Química	Produção Industrial	01	00	01	05	00

	Curso Superior Bacharel em Medicina Veterinária	Ciências Agrárias	68	02	16	78	05
	Curso Superior Bacharel em Sistemas de Informação	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	16	05	05	30	03
	Curso Superior Licenciatura em Ciências Agrícolas	Recursos Naturais	11	00	04	11	00
	Curso Superior Licenciatura Química		31	00	03	36	00
Blumenau	Tecnólogo em Análise e desenvolvimento de Sistemas	Sistemas de Informação	11	0	4 em 2016	Demanda atual atendida	0
	Técnico Subsequente em Mecânica	Controle e processos industriais	6	0	2	Demanda atual atendida	0
	Técnico Subsequente em Eletromecânica	Controle e processos industriais	2	0	1	Demanda atual atendida	0
	Pedagogia	Educação	14	0	5	Demanda atual atendida	0
	Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio	Sistemas de Informação	0	0	0	0	0
	Técnico em Eletromecânica Integrado ao Ensino Médio	Controle e processos industriais	1	0	1	Demanda atual atendida	0
Brusque	Nada Consta						
Camboriú	Curso Técnico Integrado de Agropecuária	Eixo Tecnológico: Recursos Naturais	45	_____	17	8	5
	Curso Superior de Bacharelado em Sistemas de Informação	Área de Ciências Exatas, Tecnológicas e da Terra	10	_____	03	37	3
	Curso Superior de Tecnologia em Sistemas para Internet	Eixo Tecnológico: Informação e Comunicação	5	_____	03	37	3
	Curso Técnico Integrado de Hospedagem	Eixo Tecnológico: Turismo, Hospitalidade e	8	_____	04	3	120

		Lazer					
	Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia	Área de Ciências Humanas	7	_____	04	17	0
	Curso Técnico Integrado de Informática	Eixo Tecnológico: Informação e Comunicação	25	_____	07	4	0
	Curso Técnico Subsequente de Segurança do Trabalho	Eixo Tecnológico: Segurança	15	_____	03	2	1
	Curso Superior de Tecnologia em Negócios Imobiliários	Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios	0	_____	00	8	3
	Curso Técnico Subsequente de Transações Imobiliárias	Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios	3	_____	08	8	3
	Curso Técnico Integrado de Controle Ambiental	Eixo Tecnológico: Ambiente e Saúde	7	_____	09	0	0
	Curso Superior de Licenciatura em Matemática	Área de Ciências Exatas, Tecnológicas e da Terra	10	_____	03	0	0
Concórdia	Engenharia Agrônômica	Ciências Agrárias	12	0	12	16	0
	Engenharia de Alimentos	Ciências Agrárias	45	12	14	45	8
	Medicina Veterinária	Ciências Agrárias	60	8	18	74	11
	Licenciatura em Matemática	Ciências Exatas	32	0	10	40	0
	Licenciatura em Física	Ciências Exatas	9	0	7	40	0
	Técnico em Informática	Ciências Exatas	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
	Técnico em Alimentos	Ciências Agrárias	35		16		
	Técnico em Agropecuária	Ciências Agrárias	110		42		
Ibirama	Nada consta.						
Fraiburgo	Curso Técnico em Segurança do Trabalho	Segurança	28	x	6	40	x
	Curso Técnico em informática	Informação e	23	x	8	40	x

		Comunicação					
Luzerna	Curso Técnico Subsequente em Mecânica Industrial	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	12	01	06	20	01
	Curso Técnico em Automação industrial	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	08	0	04	08	0
	Curso Superior em Engenharia e Controle de Automação	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	10	01	05	10	01
Rio do Sul	Técnico Agropecuária	Ciências Agrárias	61	10	21	61	08
	Técnico Agroecologia	Ciências Agrárias	17	03	11	17	-
	Técnico Agrimensura	Ciências Agrárias	02 (curricular)	-	01	-	-
	Técnico em Eletroeletrônica	Ciências Exatas	03 (curricular)	-	01	-	-
	Agronomia	Ciências Agrárias	26	15	10	26	15
	Licenciatura Física	Ciências Exatas	16 (curricular)	-	02	-	-
	Licenciatura Matemática	Ciências Exatas	21 (curricular) 3 (extracurricular)	-	05	-	-
	Licenciatura em Pedagogia	Ciências Humanas	07 (extracurricular)	-	04	-	-
Ciências da Computação	Ciências Exatas	06 (extracurricular)	-	02	-	-	
São Bento do Sul							
Santa Rosa do Sul	Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio	Agrárias	76 – falta dezembro	-	33	62	07
	Engenharia Agrônômica	Agrárias	32 – falta dezembro	-	18	28	04
São Francisco do Sul	Curso Superior de Tecnologia em Redes de Computadores	Tecnologia da Informação	01	***	01	***	***
	Curso Superior de Tecnologia em Logística	Gestão e Negócios	01	***	01	***	***
	*** Até o momento, os estágios não são obrigatórios. Desta forma, até o momento, não há uma política de acompanhamento de ofertas de estágios ou de emprego.						
Sombrio	Técnico em informática integrado ao ensino médio	Tecnologia de Informação e Comunicação	27	0	10	0	0
	Licenciatura em Matemática	Educação	28	0	06	0	0
	Tecnologia em Gestão do Turismo	Turismo	13	0	06	0	0

Videira	Curso Técnico em Agropecuária	Eixo Tecnológico Agropecuária	58	06	06	35	05
	Curso Técnico em Eletroeletrônica	Eixo Tecnológico Eletroeletrônica	30	05	04	18	06
	Curso Técnico em Segurança do Trabalho	Eixo Tecnológico Segurança do Trabalho	08	03	04	12	04
	Curso Técnico em Informática	Eixo Tecnológico Informática	26	02	07	18	04
	Curso Superior Licenciatura Pedagogia	Eixo Tecnológico Pedagogia	32	00	05	32	00
	Curso Superior Bacharelado Ciências da Computação	Eixo Tecnológico Ciências da Computação	13	02	04	08	02

12.Prestação de Serviços

<i>Campus</i>	Empresa envolvida	Objetivo da Prestação de Serviço	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de comunidades atendidas
Abelardo Luz	Não se aplica						
Araquari	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Blumenau	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Brusque	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Camboriú							
Concórdia	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Ibirama	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Fraiburgo	Não se aplica						
Luzerna	Vallourec Tubos Brasil	Análise e pesquisa	01	0	02	01	01 Empresa
	JHM – Joaçaba Hidromecânica Ltda	Emissão de Laudo Técnico	01	0	01	01	01 Empresa
	ODEME Dental Research	Usinagem de precisão de peças de máquinas de corte de precisão	01	0	01	01	01 Empresa
	Indústria Aeroespacial LTDA ME	Emissão de Laudo Técnico	01	0	01	01	01 Empresa
	New Medical Technology	Análise Química em MEV e Desenvolvimento e Usinagem de matrizes para conformação de titânio e aço inoxidável	01	0	01	01	01 Empresa

	SULMedical Indústria e Comércio Ltda.	Confecção de matriz de conformação para produtos e equipamentos médicos	0	0	01	01	01 Empresa
	HISA – Hidráulica Industrial S.A Ind. E Com.	Determinação da influência das velocidades do vento no processo de soldagem arame tubular autoprottegido, análises de falha de produto e processo.	0	0	01	01	01 Empresa
	Júnior Frigometal.	Ensaio metalúrgicos, análises de falhas e desenvolvimentos de novos produtos.	0	0	01	01	01 Empresa
	New Age Comércio e Importação	Análise química e análise de dureza			01	01	01 Empresa
Rio do Sul							
São Bento do Sul	Nada consta.						
Santa Rosa do Sul							
São Francisco do Sul	Nada consta.						
Sombrio	Nada consta.						
Videira	Nada consta.						

13. Outras Ações de Extensão

<i>Campus</i>	Título	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de participantes	Número de comunidades atendidas
Abelardo Luz	Nada consta.						
Araquari	Combate ao mosquito Aedes Aegypti	--	50	40	08	500 internos	12
	Núcleo de Gestão Ambiental (NGA) – Semana do Meio Ambiente	--	250	20	03	300	--
Blumenau	Zika Zero – Palestra em escolas	0	0	1	0	200	2
	Zika Zero – produção de Vídeos e textos alunos	0	20	2	0	60	3
	Zika Zero – Vídeo professor	0	0	2	0	400	1
	Zika Zero – palestras no <i>Campus</i>	0	10	3	3	400	1
Brusque	Nada consta.						
Camboriú							
Concórdia	Nada consta.						
Ibirama	Nada consta.						

Fraiburgo	Visita Técnica - Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio - Fortalezas de Santo Antônio de Ratonos e de Santa Cruz de Anhatomirim da Área de Proteção Ambiental (APA) de Anhatomirim, Governador Celso Ramos/SC	x	60	4	1	65	1
	Visita Técnica - Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio e Curso Técnico em Informática Subsequente - Parque das Aves, Dreamland Museu de Cera, Parque das Cataratas do Iguaçu, Usina Hidrelétrica de Itaipu e Ecomuseu, Foz do Iguaçu/PR	x	51	2	1	54	1
	Visita Técnica - Curso de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> em Nível de Especialização em Educação com Ênfase em Práticas Pedagógicas - Museu do Amanhã, Rio de Janeiro/RJ	x	19	2	x	21	1
	Intervenção Social - Curso FIC em Agente de Projetos Sociais - Dia da árvore, Fraiburgo/SC	x	15	4	x	19	1
Luzerna	Visita Técnica a Ametista do Sul/RS	0	0	03	03	29	01
	Visita Técnica ao Parque Sino da Paz	0	0	01	0	22	01
	Visita Técnica a Florianópolis (UDESC,UFC e pontos históricos)	0	0	04	01	13	01
	Visita Técnica Mitutoyo Sul Americana Ltda	0	0	03	0	40	01
	Visita Técnica à Empresa FAST	0	0	02	0	35	01
	Visita Técnica à Empresa Wieser e Pichler	0	0	03	0	26	01
	Visita Técnica à BF Cambios	0	0	03	0	26	01
	Visita Técnica aos pontos Turísticos de Curitiba/PR	0	0	03	01	22	01
	Visita Técnica à Empresa Baterias Pioneiros	0	0	01	01	04	01
	Visita Técnica à Empresa Uliana – Indústria Metalúrgica Ltda	0	0	03	03	07	01
	Visita Técnica à Empresa TIROL Ltda	0	0	04	01	22	01
	Visita Técnica Medal Fundação	0	0	03	0	09	01
Campanha de Combate ao Mosquito Aedes Aegypti	0	60	03	03	69	01	
Rio do Sul	Curso Gratuito - Educação biocêntrica: uma educação para a vida.	20	20	3	2	Não informado	Não informado
	Sistema de previsão para o míldio - cultura da cebola	1	1	1	Não informado	Não informado	Não informado
	Palestras na Alemanha e possibilidade de convênio	0	0	0	0	0	100
São Bento do Sul	4º ENIT: Encontro de Negócios, Tecnologia e	0	0	14	1	1200	3

Inovação							
Santa Rosa do Sul	Acordo de Cooperação Técnico-Científico entre o IFC e a Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Litorânea - CREDIJA	-	-	03	01	01 monitor externo	15
São Francisco do Sul	I Feira em Prol da Economia Solidária	00	*	*	*	200	02
	II Concurso de Poemas e Sarau Poético	00	*	01	00	100	02
	Passeata do “Dia do Surdo”	00	*	*	*	100	*
	Momento Educação Inclusiva	00	*	*	*	180	*
	‘The City and Education / A Cidade e a Educação’	00	*	02	*	170	02
	Arraia do campus São Francisco do Sul	00	*	*	*	200	02
	Festa Junina da Associação Comunitária Cristã São Paulo Apóstolo	00	*	*	*	200	03
	Palestra International Education	00	*	*	*	170	*
	Encontro de Surdos	00	*	01	00	150	03
	Feira das Nações	00	*	*	*	200	02
	Cia. Hilarion	00	*	*	*	200	02
	Semana Nacional de Combate ao Aedes Aegypti	00	30	05	03	300	02
	Mobilização contra o Aedes Aegypti: palestra e vistoria	00	40	02	01	180	02
	Mobilização contra o Aedes Aegypti: história do combate a epidemias	00	00	02	00	180	01
Sombrio	Nada consta.						
Videira	Nada consta.						

Considerações Finais

<i>Campus</i>	Sugestões/Observações	Críticas	Elogios
Abelardo Luz	O Campus Avançado Abelardo Luz encontra-se em implantação. No ano de 2016, não tivemos projetos de pesquisa e extensão cadastrados. Nesse mesmo ano, não havia portaria para coordenação de extensão, sendo a responsável por esse setor a própria servidora Amanda Queiroz de Carvalho.		
Araquari	A entrega deste relatório deve ser posterior ao RIA de cada docente no Campus. Muitas informações estariam melhor	Informações mais claras sobre o TOEFL, como a disponibilização do edital no site institucional e prazos.	Contato facilitado com a equipe da PROEX, dispostos a tirar dúvidas e auxiliar em todas as demandas do Campus.

	mapeadas, principalmente no que diz respeito as publicações e aos projetos e eventos voluntários. Informar a pessoa responsável pelos FIC's na Reitoria de forma a facilitar o contato entre Campus e Reitoria.		
Blumenau	Criar um cronograma de submissão de projetos, contendo 3 entradas anuais (fevereiro, Junho e Setembro) podendo sofrer alterações conforme solicitação da Direção Geral e necessidade; Que a comissão eleita elabore um calendário das reuniões bimestrais; Que os membros suplentes participem com mais frequência nas reuniões ordinárias, ainda que os titulares se façam presente.	Em decorrência dos cortes orçamentários, nossa expectativa de receber o 1% de orçamento para o desenvolvimento de atividades de extensão (incluindo editais de fomento interno), não se concretizou. Outro problema foi a demanda para aprovação de cursos FIC, com um tempo exíguo para análise dos projetos e emissão de pareceres.	Houve empenho dos membros titulares da CAPEX para analisar os projetos e emitir os pareceres, visando dar celeridade ao início do desenvolvimento das propostas.
Brusque	Considerar a carga horária de extensão <u>aplicada como aula</u> como atividade de ensino para facilitar o trabalho do professor na elaboração de seu PTD.		Ótimo atendimento e recepção da Proex.
Camboriú			
Concórdia	Nada consta.	Nada consta.	Nada consta.
Ibirama	Que os prazos de submissão em editais sejam ampliados, visto que alguns proponentes queixam-se dos estreitos prazos de submissão.		Em relação às atividades no Campus, cabe ressaltar o empenho da gestão em fomentar as atividades da Extensão, bem como o comprometimento dos docentes e discentes na execução dos projetos e eventos da Extensão, já em relação a PROEX, destaca-se a atenção e prontidão na resolução de problemas e questionamentos.
Fraiburgo	Fiz uma inclusão na Tabela de egressos para fazer constar os alunos que se formaram em FIC – 2016.	Nada consta.	Nada consta.
Luzerna	Sugerimos que o modelo dos relatórios parciais e finais dos projetos/eventos já contenham os dados que serão solicitados no relatório anual, pois os relatórios parciais e finais são preenchidos pelos coordenadores de projeto/eventos, que têm melhor noção e controle desses dados. Dessa forma, na elaboração do relatório anual, bastará à coordenação de Extensão compilar esses dados já levantados pelos coordenadores dos projetos. Ainda nesse sentido, sugere-se que o relatório anual da Extensão seja entregue depois das datas de entrega dos relatórios finais, ou seja, logo após o calendário acadêmico, pois, dessa forma, os coordenadores de Extensão terão os dados finais dos projetos realizados durante o ano no <i>campus</i> .	Prazos muito curtos para a divulgação e submissão das propostas de planos de trabalho nos Editais lançados pela reitoria. Alguns dados do relatório anual destinado à PROEX não estão contemplados nos Relatórios Finais dos Projetos/eventos Ex. “número de comunidades atingidas”.	A PROEX sempre nos atendeu prontamente, referente a dúvidas e demais questionamentos de forma eficiente. Podemos destacar o lançamento do Edital 183/2016 que prevê a contratação de um estagiário para o setor, que nos auxiliará muito em nossos trabalhos. A demanda do <i>campus</i> vem ao longo do tempo sofrendo um aumento significativo e esse estagiário contribuirá para a busca da eficiência do setor.
Rio do Sul	Alocação de mais recursos para extensão por parte da reitoria e editais de extensão com recursos para bolsistas, e investimentos em equipamentos.	Faltou um edital de extensão da reitoria para o exercício de 2016. Mais reuniões presenciais.	Boa disposição dos componentes da PROEX no atendimento e esclarecimento de dúvidas e informações diversas. Competência dos servidores nos planejamentos e soluções de problemas.

São Bento do Sul	Nada consta.	Nada consta.	Nada consta.
Santa Rosa do Sul	As informações referentes aos projetos não foram preenchidas totalmente, em função de os mesmos estarem finalizando nestes últimos meses do ano ou de terem término de vigência para março/2017(para os projetos referentes ao Edital 30/2015).		A Coordenação Geral de Extensão do <i>Campus</i> Santa Rosa do Sul aproveita a oportunidade para parabenizar mais uma vez a equipe PROEX pelo trabalho desempenhado. Cabe salientar que os resultados não devem ser medidos somente sob a ótica numérica, mas também sob a ótica da qualidade das intervenções realizadas através da extensão nas comunidades em todo o IFC, especialmente na região de abrangência de nosso <i>Campus</i> .
São Francisco do Sul	Nada consta.	Nada consta.	Nada consta.
Sombrio	Definir no planejamento 2017, todos os processos cujos controles serão inerentes à Extensão e sob que aspectos deverão ser controlados para a emissão deste relatório final. Simplificar o trâmite da documentação de estágio, incluindo nisso uma nova redação para o termo de compromisso, com número menor de assinaturas.	Nada consta.	Elogiamos a prontidão de atendimento das demandas do nosso <i>Campus</i> , por parte da PROEX.
Videira	Participar mais das ações dos campus, solicitando opiniões, principalmente das coordenações, pois são essas que vivenciam as necessidades dos campus.	Poucas reuniões, editais com prazos curtos, demora no retorno de documentos solicitados principalmente os convênios de estágio.	Edital 183/2016, pensando na estruturação das coordenações.

Fonte: Pró-reitoria de Extensão

ANEXO 02
RECURSOS APLICADOS EM PESQUISA, INOVAÇÃO E EXTENSÃO, EDITAIS CONJUNTOS PROPI/PROEX - 2016

Anexo 02 - Recursos aplicados em pesquisa, inovação e extensão, editais conjuntos PROPI/PROEX – 2016					
Campus	Projetos Submetidos	Projetos Aprovados	Bolsas (R\$)	Custeio (R\$)	Investimento (R\$)
Abelardo Luz	5	5	R\$ 0,00	R\$ 1.300,00	R\$ 0,00
Araquari	76	45	R\$ 190.803,00	R\$ 105.353,89	R\$ 150.000,00
Blumenau	11	4	R\$ 4.800,00	R\$ 2.948,50	R\$ 0,00
Brusque	2	2	R\$ 0,00	R\$ 814,85	R\$ 0,00
Camboriú	19	11	R\$ 14.400,00	R\$ 11.135,90	R\$ 0,00
Concórdia	44	29	R\$ 161.400,00	R\$ 73.867,02	R\$ 142.000,00
Fraiburgo	5	3	R\$ 4.800,00	R\$ 1.641,44	R\$ 0,00
Ibirama	10	8	R\$ 9.600,00	R\$ 12.000,00	R\$ 0,00
Luzerna	43	27	R\$ 139.200,00	R\$ 88.408,36	R\$ 9.992,72
Rio do Sul	44	28	R\$ 86.400,00	R\$ 69.312,90	R\$ 0,00
Sta Rosa do Sul	20	12	R\$ 19.200,00	R\$ 22.922,60	R\$ 0,00
São Bento do Sul	0	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
São Francisco do Sul	14	12	R\$ 7.200,00	R\$ 29.988,00	R\$ 0,00
Sombrio	11	9	R\$ 0,00	R\$ 15.662,20	R\$ 0,00
Videira	23	18	R\$ 7.200,00	R\$ 264.968,90	R\$ 0,00
Reitoria	2	1	R\$ 0,00	R\$ 1.600,00	R\$ 0,00
TOTAL	329	214	R\$ 645.003,00	R\$ 701.924,56	R\$ 301.992,72

ANEXO 03
RECURSO DOS *CAMPI* APLICADOS EM PESQUISA E INOVAÇÃO – 2016

Anexo 03 - Recursos dos <i>Campi</i> Aplicados em Pesquisa e Inovação – 2016									
Campus	Projetos Submetidos	Projetos Aprovados	Bolsas concedidas Ensino Médio		Bolsas concedidas Ensino Superior		Custeio	Investimento	
			Quantidade	Valor	Quantidade	Valor			
Abelardo	0	0	0	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
Araquari	34	14	5	R\$ 200,00	9	R\$ 400,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
Blumenau	0	0	0	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
Brusque	0	0	0	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
Camboriú	23	22	8	R\$ 200,00	5	R\$ 400,00	R\$ 16.000,00	R\$ 0,00	
Concórdia	22	10	2	R\$ 200,00	8	R\$ 400,00	R\$ 14.000,00	R\$ 0,00	
Fraiburgo	5	5	5	R\$ 200,00	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
Ibirama	13	10	7	R\$ 200,00	3	R\$ 400,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
Luzerna	21	10	5	R\$ 200,00	5	R\$ 400,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
Rio do Sul	26	14	9	R\$ 200,00	19	R\$ 400,00	R\$ 15.000,00	R\$ 0,00	
Santa Rosa do Sul	16	14	6	R\$ 200,00	20	R\$ 400,00	R\$ 12.939,10	R\$ 0,00	
São Bento do Sul	0	0	0	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
São Francisco do Sul	7	7	5	R\$ 200,00	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
Sombrio	12	11	7	R\$ 200,00	7	R\$ 400,00	R\$ 2.324,90	R\$ 0,00	
Videira	13	10	7	R\$ 200,00	3	R\$ 400,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	

ANEXO 04
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI Nº 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO A NUBI
EMISSÃO 24/02/2017	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	20422 - INST. FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. GAT. RINENSE - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	20000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Receitas Orçamentárias	1.715.445,91	1.212.081,26	Despesas Orçamentárias	296.326.571,16	260.751.037,10
Ordinárias	87.571,01	115.633,42	Ordinárias	84.254.626,11	42.105.632,32
Vinculadas	1.639.945,21	1.156.687,62	Vinculadas	212.071.945,05	218.645.404,78
Educação	27.404,43	4.815,94	Educação	200.365.448,10	179.550.348,83
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	1.612.540,78	1.151.871,68	Seguridade Social (Exceto RGPS)	10.777.134,24	391.614,61
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-12.070,31	-60.239,78	Operação de Crédito		37.542.519,80
Transferências Financeiras Recebidas	355.438.160,96	322.733.426,36	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	929.362,71	1.156.965,50
Resultantes da Execução Orçamentária	306.946.662,58	266.028.348,38	Outros Recursos Vinculados a Fundos		3.956,04
Repasse Recebido	270.460.427,43	231.587.991,43	Transferências Financeiras Concedidas	58.682.816,96	59.398.756,83
Sub-repasse Recebido	36.486.235,15	34.440.356,95	Resultantes da Execução Orçamentária	36.486.235,15	34.440.356,95
Independentes da Execução Orçamentária	48.491.498,38	56.705.077,98	Sub-repasse Concedido	36.486.235,15	34.440.356,95
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	46.731.360,39	54.758.106,97	Independentes da Execução Orçamentária	22.196.581,81	25.558.399,88
Demais Transferências Recebidas	30.480,55	184.780,03	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	21.531.268,78	24.138.912,07
Movimentação de Saldos Patrimoniais	1.729.657,44	1.762.190,98	Demais Transferências Concedidas	550.337,59	1.298.918,45
Aporte ao RPPS	-	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	114.975,44	120.569,36
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	26.004.629,87	31.408.436,61	Aporte ao RGPS	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	2.067.021,99	9.018.122,90	Despesas Extraorçamentárias	30.082.514,46	34.497.110,68
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	23.852.463,48	22.293.380,56	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	10.055.945,67	556.902,60
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	82.695,79	96.094,31	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	19.945.907,19	33.843.964,28
Outros Recebimentos Extraorçamentários	2.456,61	838,84	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	80.585,79	96.094,31
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	2.456,71	838,84	Outros Pagamentos Extraorçamentários	75,81	149,49
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	1,90		Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior		149,49
Saldo do Exercício Anterior	5.940.239,12	5.833.199,50	Demais Pagamentos	75,81	
Caixa e Equivalentes de Caixa	5.940.239,12	5.833.199,50	Saldo para o Exercício Seguinte	4.006.573,28	5.940.239,12
TOTAL	389.098.475,86	361.187.143,73	Caixa e Equivalentes de Caixa	4.006.573,28	5.940.239,12
			TOTAL	389.098.475,86	361.187.143,73


MINISTÉRIO DA FAZENDA
 SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
EXERCÍCIO
2010PERÍODO
ANUAL

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO
24/02/2017PÁGINA
1

SUBTÍTULO 20422 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.ETEC.GATARINENSE - AUTARQUIA

ÓRGÃO SUPERIOR 20000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	1.156.909,00	1.156.909,00	1.715.445,91	558.536,91
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	105.361,00	105.361,00	159.366,94	54.005,94
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	105.361,00	105.361,00	159.366,94	54.005,94
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	273.849,00	273.849,00	220.779,90	-53.069,10
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	665.406,00	665.406,00	1.149.006,22	483.600,22
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	665.406,00	665.406,00	1.145.406,22	480.000,22
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	3.600,00	3.600,00
Transferências Correntes	86.400,00	86.400,00	24.800,00	-61.600,00
Outras Receitas Correntes	25.893,00	25.893,00	161.492,85	135.599,85
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	23.795,00	23.795,00	27.122,90	3.327,90
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	2.098,00	2.098,00	124.510,39	122.412,39
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	9.859,56	9.859,56
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-

Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	1.156.909,00	1.156.909,00	1.715.445,91	558.536,91
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	1.156.909,00	1.156.909,00	1.715.445,91	558.536,91
DÉFICIT	-	-	294.611.125,25	294.611.125,25
TOTAL	1.156.909,00	1.156.909,00	296.326.571,16	295.169.662,16
DETLHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	238.200.509,00	285.133.652,00	282.982.002,83	268.472.618,13	267.136.401,92	2.151.649,17
Pessoal e Encargos Sociais	173.868.524,00	216.663.431,00	214.364.184,69	214.364.184,69	214.250.630,15	2.299.246,31
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	64.331.985,00	68.470.221,00	68.617.818,14	54.108.433,44	52.885.771,77	-147.597,14
DESPESAS DE CAPITAL	16.783.301,00	16.783.301,00	13.344.568,33	4.001.499,55	3.270.693,77	3.438.732,67
Investimentos	16.783.301,00	16.783.301,00	13.344.568,33	4.001.499,55	3.270.693,77	3.438.732,67
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	254.983.810,00	301.916.953,00	296.326.571,16	272.474.117,68	270.407.095,69	5.590.381,84
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / FINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	254.983.810,00	301.916.953,00	296.326.571,16	272.474.117,68	270.407.095,69	5.590.381,84
TOTAL	254.983.810,00	301.916.953,00	296.326.571,16	272.474.117,68	270.407.095,69	5.590.381,84

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	1.874.752,96	9.715.110,26	8.818.485,29	8.718.295,92	1.097.621,29	1.773.946,01
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.874.752,96	9.715.110,26	8.818.485,29	8.718.295,92	1.097.621,29	1.773.946,01
DESPESAS DE CAPITAL	5.049.938,86	12.578.270,30	11.337.799,47	11.227.611,27	1.215.616,18	5.184.981,71
Investimentos	5.049.938,86	12.578.270,30	11.337.799,47	11.227.611,27	1.215.616,18	5.184.981,71
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	6.924.691,82	22.293.380,56	20.156.284,76	19.945.907,19	2.313.237,47	6.958.927,72

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	27.784,48	5.262.114,52	5.174.692,27	39.242,85	75.963,88
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	27.784,48	5.262.114,52	5.174.692,27	39.242,85	75.963,88
DESPESAS DE CAPITAL	658,00	4.881.253,40	4.881.253,40	-	658,00
Investimentos	658,00	4.881.253,40	4.881.253,40	-	658,00
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	28.442,48	10.143.367,92	10.055.945,67	39.242,85	76.621,88

(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-		
Direitos de Uso de Imóveis	-	-		
Direitos de Uso de Imóveis	-	-		
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-		
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-		
Diferido	-	-		
TOTAL DO ATIVO	545.389.423,60	435.251.344,89	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	545.389.423,60 435.251.344,89

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO FINANCEIRO	4.009.329,76	6.099.126,25	PASSIVO FINANCEIRO	32.961.678,01	40.286.249,20
ATIVO PERMANENTE	541.380.093,84	429.152.218,64	PASSIVO PERMANENTE	14.483.023,67	183,68
			SALDO PATRIMONIAL	497.944.721,92	394.964.912,01

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	19.653.075,86	16.258.760,19	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	33.468.917,69	49.763.485,21
Execução dos Atos Potenciais Ativos	19.653.075,86	16.258.760,19	Execução dos Atos Potenciais Passivos	33.468.917,69	49.763.485,21
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	222.744,53	371.111,62	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	19.351.623,28	15.808.940,52	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	1.477.351,15	984.935,22
Direitos Contratuais a Executar	78.708,05	78.708,05	Obrigações Contratuais a Executar	3.199.1566,54	48.778.549,99
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	19.653.075,86	16.258.760,19	TOTAL	33.468.917,69	49.763.485,21

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-2.413.411,53
Recursos Vinculados	-26.538.936,72
Educação	-27.610.966,24
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-507.904,46
Operação de Crédito	-21.031,46
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	1.600.965,43
TOTAL	-28.952.348,25



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO ANUAL
EMISSÃO 24/02/2017	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	20422 - INST. FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. CATARINENSE - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	20000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	506.610.011,95	748.343.361,27
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	1.535.796,84	1.041.756,41
Venda de Mercadorias	220.779,90	248.747,85
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	1.315.016,94	793.008,56
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	3.518,73	3.705,37
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	3.518,73	3.705,37
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	358.988.389,13	340.841.791,54
Transferências Intragovernamentais	355.438.160,96	322.733.426,36
Transferências Intergovernamentais	21.600,00	4.000,00
Transferências das Instituições Privadas	3.200,00	6.000,00
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	3.525.428,17	18.098.365,18
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	145.917.989,02	406.047.873,29
Reavaliação de Ativos	67.069.904,66	198.394.526,03
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	77.911.398,99	206.460.629,35
Ganhos com Desincorporação de Passivos	936.885,47	1.192.717,91
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	164.318,23	408.234,66
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-

Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	2.718,15	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	161.600,08	408.234,66
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	393.824.768,19	599.995.112,52
Pessoal e Encargos	211.471.967,84	170.741.232,21
Remuneração a Pessoal	162.154.918,03	131.279.385,47
Encargos Patronais	33.687.955,80	28.092.659,74
Benefícios a Pessoal	15.258.712,64	11.021.819,26
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	372.381,37	347.387,74
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	12.772.828,92	9.841.861,92
Aposentadorias e Reformas	11.882.032,47	9.072.676,97
Pensões	858.166,51	713.754,27
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	32.729,94	26.574,54
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	28.856,14
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	41.131.114,44	39.472.692,65
Uso de Material de Consumo	8.408.822,96	7.724.952,57
Serviços	31.155.233,77	31.508.422,58
Depreciação, Amortização e Exaustão	1.566.957,71	239.317,52
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	10.249,81	44.115,78
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	3.421,25	42.500,60
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	6.828,56	1.615,18
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	60.446.402,12	77.575.893,99
Transferências Intragovernamentais	58.882.816,96	59.998.756,83
Transferências Intergovernamentais	-	183,68
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	1.763.585,16	17.576.953,48
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	59.596.763,49	295.561.291,15
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	10.425.315,04	229.269.447,86
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	127.250,30	134.554,59
Incorporação de Passivos	37.307,57	1.103.739,62
Desincorporação de Ativos	49.006.890,58	65.053.549,08

Tributárias	59.800,69	23.577,79
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	23.805,21	5.127,72
Contribuições	35.495,48	18.450,07
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	8.336.040,88	6.734.447,03
Premiações	1.204,00	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	7.581.786,68	6.568.106,37
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	753.050,20	166.340,66
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	112.785.243,76	148.348.248,75

VARIações PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2016	2015



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
ANUAL

EMISSÃO
24/02/2017

PÁGINA
1

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	20422 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.ETEC.CATARINENSE - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	20000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	17.445.892,60	29.685.550,50
INGRESSOS	357.236.304,56	324.041.601,93
Receitas Derivadas e Originárias	1.690.645,91	1.202.081,26
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	159.366,94	120.642,08
Receita Agropecuária	220.779,90	248.747,85
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	1.149.006,22	670.751,30
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	16.149,285	161.940,03
Transferências Correntes Recebidas	24.800,00	10.000,00
Intergovernamentais	8.800,00	4.000,00
Dos Estados e do Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	8.800,00	4.000,00
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	16.000,00	6.000,00
Outros Ingressos das Operações	355.520.858,65	322.829.520,67
Ingressos Extraorçamentários	82.695,79	96.094,31
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	1,90	-
Transferências Financeiras Recebidas	355.438.160,96	322.733.426,36
DESEMBOLSOS	-339.790.411,96	-294.356.051,43
Pessoal e Demais Despesas	-247.125.923,11	-205.837.090,07
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-12.801.551,17	-10.591.257,00
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-234.091.843,96	-194.318.028,95
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-23.498.409	-928.642,96
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-

Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	2.466,71	838,84
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-33.901.010,29	-28.423.960,73
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-33.785.847,29	-28.423.960,73
Outras Transferências Concedidas	-115.163,00	-
Outros Desembolsos das Operações	-58.763.478,56	-60.095.000,63
Dispêndios Extraorçamentários	-80.585,79	-96.094,31
Transferências Financeiras Concedidas	-58.682.816,96	-59.998.756,83
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	-149,49
Demais Pagamentos	-75,81	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-19.379.558,44	-29.578.510,88
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-19.379.558,44	-29.578.510,88
Aquisição de Ativo Não Circulante	-19.125.971,02	-29.180.400,49
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-253.587,42	-398.110,39
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-

Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-1.933.665,84	107.039,62
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	5.940.239,12	5.833.199,50
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	4.006.573,28	5.940.239,12

Nota 1 – Fornecedores e Contas a Pagar

Em 31/12/2016, o Órgão – 26422 apresentou um saldo em aberto de R\$ 2.398.788,36 relacionados com fornecedores e contas a pagar, sendo 100,00% destas de obrigações a curto prazo e de fornecedores nacionais.

Na continuação, apresenta-se a tabela relacionando-se as unidades gestoras contratantes com valores mais expressivos de fornecedores e contas a pagar na data base de 31/12/2016.

Tabela 1 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Unidade Gestora Contratante.

	R\$	
	31/12/2016	AV (%)
158460 – Camboriú	516.576,67	21,53
152254 – Blumenau	346.496,44	14,44
158458 – Rio do Sul	312.721,76	13,04
158459 – Araquari	261.271,59	10,89
152253 – Ibirama	234.307,25	9,77
154706 – Brusque	221.130,62	9,22
158461 – Concórdia	156.176,81	6,51
158379 – Videira	130.488,16	5,44
152662 – Fraiburgo	84.240,03	3,51
152663 – Luzerna	62.048,45	2,59
158462 – Santa Rosa do Sul	37.981,88	1,58
152290 – São Francisco do Sul	29.608,57	1,23
158125 – Reitoria	5.740,13	0,24
Total	2.398.788,36	100%

Fonte: SIAFI, 2016.

Na tabela apresentada a seguir, relaciona-se os 10 fornecedores mais significativos e o saldo em aberto, na data base de 31/12/2016.

Tabela 2 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor.

	R\$	
	31/12/2016	AV (%)
CELESC DISTRIBUIÇÃO S/A	R\$ 219.432,76	9,15
CUBICA CONSTRUCOES LTDA - EPP	R\$ 195.159,54	8,14
ROMAZE INDUSTRIA E COMERCIO DE COMPUTADORES LTDA - EPP	R\$ 155.651,32	6,49
ADS SERVI - ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA	R\$ 133.398,53	5,56
ENTERPRISE COMERCIO E SOLUCOES EM TI LTDA - EPP	R\$ 88.875,00	3,70
MULTIAGIL LIMPEZA PORTARIA E SERVIÇOS ASSOCIADOS LTDA	R\$ 78.951,83	3,29
PERFIL COMPUTACIONAL LTDA	R\$ 76.480,00	3,19
LINCE - SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA.	R\$ 69.912,20	2,91
CONSTRUTORA EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA - EPP	R\$ 65.771,35	2,74
LUPA CONSTRUCOES EIRELI - ME	R\$ 60.157,01	2,51
DIVERSOS	1.254.998,82	52,32
Total	R\$ 2.398.788,36	100%

Nota 2 – Obrigações Contratuais

Em 31/12/2016, o Órgão – 26422 apresentou um saldo de R\$ 31.991.566,54 relacionados a obrigações contratuais, relacionados a parcelas de contratos que serão executadas no(s) próximo(s) exercício(s).

A seguir, apresenta-se a tabela, segregando-se essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Tabela 1 – Obrigações Contratuais – Composição. R\$	R\$		AH (%)
	31/12/2016	31/12/2015	
Fornecimento de Bens	1.009.930,80	8.816.403,37	-88,54
Aluguéis	71.500,00	0,00	0
Seguros	82.553,78	468.378,80	-82,37
Serviços	30.827.581,96	39.411.497,82	-21,78
Total	31.991.566,54	48.778.549,99	-34,41

Fonte: SIAFI, 2015 e 2016.

As obrigações contratuais relacionadas com serviços representam a maior parte do total das obrigações. Na análise horizontal do total de obrigações contratuais, houve queda de 34,41% do total do final de 2015 para o mesmo período de 2016.

Na continuação, apresenta-se a tabela relacionando-se as unidades gestoras contratantes com valores mais expressivos na data base de 31/12/2016.

Tabela 2 – Obrigações Contratuais – Por Unidade Gestora Contratante. R\$	R\$	
	31/12/2016	AV (%)
158125 – Reitoria	9.342.248,97	29,20
154706 – Brusque	5.277.625,40	16,50
158459 – Araquari	2.965.098,83	9,27
158461 – Concórdia	2.958.650,69	9,25
158460 – Camboriú	2.725.253,34	8,52
158379 – Videira	2.472.319,67	7,73
158458 – Rio do Sul	2.126.601,35	6,65
158462 – Santa Rosa do Sul	1.695.445,08	5,30
152253 – Ibirama	867.984,77	2,71
152290 – São Francisco do Sul	589.313,39	1,84
152663 – Luzerna	492.741,21	1,54
152662 – Fraiburgo	478.283,84	1,50
152254 – Blumenau	0,00	0,00
Total	31.991.566,54	100%

Fonte: SIAFI, 2016.

A unidade gestora 158125 é responsável por 29,20% do total contratado. Por se tratar da reitoria, algumas obras de engenharia foram contratados pela mesma pois ainda não haviam sido criadas as UG's onde foram realizadas as obras.

Na tabela apresentada a seguir, relaciona-se os 10 contratados mais significativos e o saldo a executar, na data base de 31/12/2016.

Tabela 3 – Obrigações Contratuais – Por Contratado.	R\$	
	31/12/2016	AV (%)
CRC ENGENHARIA LTDA.	9.879.846,97	51,74
MENDES E SUCKOW ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA - EPP	1.636.499,03	5,54
GAERTNER OBRAS DE ENGENHARIA EIRELI - EPP	1.532.841,41	3,54
SALVER CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA	1.369.812,24	3,16
JVE CONSTRUTORA LTDA. - ME	1.032.405,42	2,38
REI ENGENHARIA LTDA - EPP	998.640,73	2,31
MATEUS SPRICIGO - EPP	953.398,72	2,20
CONSTRUTORA FOSCARINI LTDA - EPP	903.399,45	2,09
ADSERVI - ADMINISTRADORA DE SERVICOS LTDA	860.902,85	2,25
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU	752.365,22	1,74

Demais	12.071.454,50	23,05
Total	31.991.566,54	100%

Fonte: SIAFI, 2016.

Em relação aos contratados, a CRC Engenharia LTDA representa 51,74% do total a ser pago. A seguir é apresentado o resumo das principais transações:

O valor apresentado refere-se à execução de obras de construção dos campi São Francisco do Sul (contrato nº 01/2013), São Bento do Sul (contrato nº 180/2013), construção do ginásio poliesportivo do campus Blumenau (contrato nº 190/2013) e continuação do campus Brusque (contrato nº 07/2015).

Em relação ao contratado da CRC Engenharia LTDA, no quadro a seguir são detalhadas as principais transações:

Quadro 1 – Contratados – Principais Transações.		R\$	R\$	
Contratado	Objeto	Valor Contratado	Valor a Executar	Validade
001/2013	Execução de obra de construção do Câmpus de São Francisco do Sul	7.466.319,58	6.342.790,29	14/01/2013 à 31/05/2015
180/2013	Execução de obra de construção do Câmpus de São Bento do Sul	12.456.013,07	5.202.869,36	08/10/2013 à 26/06/2016
190/2013	Execução de obra de construção do ginásio poliesportivo do Câmpus Blumenau	1.168.942,84	1.145.438,99	08/11/2013 à 09/06/2014
07/2015	Execução de obra de construção de continuação do Câmpus de Brusque	10.046.569,90	5.518.052,28	15/04/2015 à 06/10/2016

Fontes: SIAFI, 2013 – UG 158125, 2015 – UG 154706.

O principal valor do grupo obrigações contratuais se refere aos contratos da CRC Engenharia LTDA. Trata-se portanto de quatro contratos distintos. Foram lançados valores equivocados nas contas de controle dos contratos e por este motivo os valores acima não refletem o valor real dos contratos a serem executados. Foi realizado um lançamento de baixa dos valores já executados, mas que não foram registrados no período da execução. Informamos ainda que está sendo implantado o controle dos contratos para que os mesmos sejam atualizados mensalmente, por este motivo está sendo dada a restrição contábil 651 pela falta deste controle.

Nota 4 – Execução Orçamentária dos Restos a Pagar

Em 31/12/2016, o Órgão – 26422 apresentou um saldo de restos a pagar não processados inscritos de R\$ 29.218.072,38, disposto da seguinte forma:

Tabela 1 – Restos a Pagar Não Processados inscritos por Unidade Gestora.

Unidade Gestora	Total Inscrito R\$	AV %
154706 – Brusque	4.748.210,33	16,25
158460 – Camboriú	3.988.707,72	13,65
158459 – Araquari	2.989.860,13	10,23
158125 – Reitoria	2.969.409,32	10,16
158462 – Santa Rosa do Sul	2.583.627,64	8,84
158379 – Videira	2.558.109,95	8,76
158461 – Concórdia	1.903.854,14	6,52
158458 – Rio do Sul	1.717.334,37	5,88
152253 – Ibirama	1.672.152,06	5,72
152663 – Luzerna	1.515.320,24	5,19
152662 – Fraiburgo	1.289.012,61	4,41
152254 – Blumenau	802.933,39	2,75
152290 – São Francisco do Sul	479.540,48	1,64
Total	29.218.072,38	100

Fonte: Tesouro Geral/IG

Nota: A coluna 'Total Inscrito' representa a soma dos Restos a Pagar Não Processados (inscritos mais reinscritos).

O campus Brusque, Santa Rosa do Sul e Camboriú representam 72,04% do saldo total de restos a pagar não processados do órgão. Em relação ao campus Brusque, tais valores justificam-se devido as suas obras terem sido retomadas após período de paralisação devido a problemas contratuais. Em relação a Santa Rosa do Sul e Camboriú, tratam-se de campus antigos cuja infraestrutura requer despesas de grande vulto financeiro.

Abaixo, seguem dados dos restos a pagar não processados por unidade gestora, separados pela fase de execução em que se encontram:

Tabela 2 – Execução dos restos a Pagar Não Processados inscritos por Unidade Gestora.

Unidade Gestora	R\$	R\$	R\$	R\$	AV %
	Inscrito	Reinscrito	Cancelado	Pago	
154706 – Brusque	4.743.336	4.873	1.841	2.709.590	29,27
158462 – Santa Rosa do Sul	2.181.059	402.567	71.857	926.797	22,78
158460 – Camboriú	2.227.289	1.761.417	1.065.814	1.531.591	19,99
158125 – Reitoria	2.515.821	453.588	45.352	2.327.620	8,57
158379 – Videira	701.021	1.857.088	100.462	2.048.013	5,89
158461 – Concórdia	1.857.565	46.288	60.881	1.550.967	4,20
158458 – Rio do Sul	1.501.502	215.831	261.231	1.283.712	2,48
152253 – Ibirama	928.137	744.014	205.055	1.332.930	1,93
152663 – Luzerna	860.953	654.367	46.258	1.349.409	1,72
158459 – Araquari	2.951.636	38.224	171.739	2.709.113	1,57
152254 – Blumenau	724.859	78.074	80.519	635.723	1,25
152290 – São Francisco do Sul	408.649	70.891	45.199	409.608	0,36
152662 – Fraiburgo	691.548	597.463	157.029	1.130.834	0,02
Total	22.293.380	6.924.692	2.313.237	19.945.907	100%

Fonte: Tesouro Geral/IG

A tabela abaixo mostra a composição dos restos a pagar não processados por Grupo de Despesa. Constatou-se que cerca de 75% do saldo inscrito se refere ao grupo investimento.

Tabela 3 – Execução dos restos a Pagar Não Processados inscritos por grupo de despesa.

Grupo de Despesa	R\$ Inscrito	R\$ Reinscrito	R\$ Cancelado	R\$ Liquidado	R\$ Pago	AV %
Outras despesas correntes	9.715.110	1.874.752	1.097.621	8.818.485	8.718.296	25,49
Investimentos	12.578.270	5.049.938	1.215.616	11.337.799	11.227.611	74,51
TOTAL	22.293.380	6.924.692	2.313.237	20.156.285	19.945.907	100

Fonte: Tesouro Gerencial

O saldo de despesas inscritas em restos a pagar não processados no IFC se encontram em R\$ 6.958.928,00 e se justifica pela existência de excepcionalidades legais quanto à validade destas despesas. Segundo o artigo 68, § 3º, II, do Decreto 93.872, de 23 de dezembro de 1986, permanecem válidas, após 30 de junho do segundo ano subsequente ao de sua inscrição, os restos a pagar não processados que se referam às despesas do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, do Ministério da Saúde, e do Ministério da Educação, financiadas com recursos destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

Desse modo, conforme explicitado na tabela abaixo, a maior parcela do saldo de restos a pagar não processados constante no órgão é representada por despesas excepcionadas pelo dispositivo legal supracitado.

Tabela 4 – Exceções à inscrição de restos a pagar não processados por fonte de recursos.

Fonte recursos	R\$ Inscrito	R\$ Reinscrito	R\$ Cancelado	R\$ Liquidado	R\$ Pago	R\$ Saldo	AV %
Manutenção e desenvolvimento do ensino	20.462.231	6.585.790	2.031.304	18.567.036	18.424.375	6.592.342	94,73
Ordinários	1.241.172	329.538	244.549	1.120.370	1.093.301	232.860	3,35
Contribuição sobre concursos	326.948	1.033	13.941	270.917	230.270	83.770	1,20
Não financeiros a recados	226.029	8.329	19.844	185.593	185.593	28.921	0,42
Convênios	10.000		3.600	6.400	6.400	0,00	0,00
Remuneração disponibilidades tesouro	26.999			5.967	5.967	21.032	0,30
Total	22.293.380	6.924.690	2.313.237	20.156.285	19.945.907	6.958.928	100

Fonte: Tesouro Gerencial

Percebe-se, portanto, que 94,73% do saldo de restos a pagar inscritos no IFC se referem a valores excepcionados pelo artigo 68, II, do Decreto 93.872/86. Os valores não contemplam a exceção prevista no § 3º, inciso I, do artigo 68 do Decreto 93.872/1986, que diz respeito às despesas com execução iniciada.

Notas Explicativas

Nota 1:

Houve uma diminuição de 32,30% das Variações Patrimoniais Aumentativas em relação ao ano de 2015, esta diminuição se deve principalmente ao fato de que em 2015 houve a reavaliação dos imóveis. Esta reavaliação de imóveis tem validade de 2 anos, que por este motivo não houve reavaliação dos imóveis em 2016. Houve ainda uma variação significativa em outras variações decorrentes de geradores diversos. A exploração de venda de bens e serviços tiveram um aumento devido ao aumento da exploração de bens e direitos

Nota 2:

Houve uma diminuição de 34,36% das Variações Patrimoniais Diminutivas em relação ao ano de 2015, esta diminuição se deve principalmente ao fato de que em 2015 houve a reavaliação dos imóveis, pelas mesmas características da diminuição da VPA. Os indicadores que aumentaram em relação à 2015 foram as despesas com o pessoal, encargos e benefícios, decorrente de reajustes salariais. Ainda, como houve aumento das receitas com a exploração de bens e direitos, houve também um aumento nas despesas tributárias que são influenciadas pelas receitas próprias.

Nota 3:

A maior fonte das VPA são as transferências recebidas (70,86%), uma vez que o IFC é uma autarquia e não possui arrecadação tributária. A segunda fonte são as valorizações dos ativos, devidos às reavaliações efetuadas

Nota 4:

A maior fonte das VPD são as despesas com a folha, que representam 53,70% do total, seguida das transferências concedidas e das desvalorizações e perdas do ativo devido à reavaliação de bens.

Nota 5:

As receitas de serviços representam aproximadamente 70% do total arrecadado pelo órgão em 2016, seguindo de cerca de 13% de receita agropecuária, isto em virtude de alguns campus executarem atividades agrícolas.

Nota 6:

Em relação as despesas, 95,5% do total das despesas do órgão equivalem a despesas correntes e deste percentual cerca de 72% foi destinado a pagamento de salários e encargos no ano de 2016.

Nota 7:

As despesas de capital, que totalizam 4,5% do total das despesas, tiveram cerca de 80% do seu orçamento executado, restando um saldo de R\$R\$ 3.438.732,67 de dotação orçamentária de capital.

Nota 8:

A conta de créditos à curto prazo e de obrigações trabalhistas mantiveram um saldo ao final de 2016 acima dos de 2015. Isto se deve ao fato de que a folha de pagamento de dezembro 2015 foi paga ainda em 2015 e a de dezembro de 2016 apenas em 2017, mantendo o saldo nas duas contas

Nota 9:

Houve ainda um aumento de 22,55% na conta de imobilizado, devido ao fato de terem sido feitas reavaliações dos bens móveis

Nota 10:

Manteve-se menos contas a pagar de fornecedores e demais obrigações em relação à 2015 (redução de 74,35%) devido ao recebimento de repasses financeiros no final do ano, o que possibilitou o pagamento das contas e resultou também numa redução do saldo da conta caixa em relação à 2015.

Nota 11:

Houve a inclusão da depreciação nos bens móveis em 2016. O método de avaliação foi feita com base na legislação vigente. Antes disso, foi feita a reavaliação dos bens, no qual foram realizadas 3 pesquisas de preço de bens iguais ou semelhantes, ou pesquisa em atas de registro de preço de licitações realizadas no ano de 2017 ou ainda, caso o bem não possuísse bem semelhante, os mesmos foram atualizados com base em índices de inflação (INPC, IPCA, IGPM, etc) Os materiais bibliográficos tiveram uma reavaliação específica no qual foram atualizados os preços com base na média dos preços praticados nos últimos 5 anos, atualizados com o índice inflacionário.